

A CASA LILÁS

MEMÓRIAS DE UM CRIME



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora

Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo

José Carlos Felizola Soares Filho



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Francisco de Assis Dantas

Diretor Administrativo-financeiro

Jecson Leo de Souza Araujo

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

Cristiano de Jesus Ferronato

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

LUIZ EDUARDO COSTA

A CASA LILÁS

MEMÓRIAS DE UM CRIME



EDISE

Aracaju

2021

Capa

Clara Macedo

Diagramação

Clara Macedo

Revisão

Yuri Gagarin

Pré-Impressão

Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Luiz Eduardo

A casa lilás [livro eletrônico] : memórias de um crime / Luiz Eduardo Costa. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Segrase, 2021.
PDF

ISBN 978-65-86004-37-3

1. Assassinatos - Investigação - Estudo de casos
2. História do Brasil 3. Jornalismo 4. Sergipe (SE) - História I. Título.

21-64932

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@segrase.se.gov.br

*Em memória de meus pais,
Paulo Costa e Ana de Oliveira Costa*

NORDESTE: SOB O SINGO DE LAMPEÃO, SENHORES FEUDAIS AINDA DOMINAM PELO TERROR E CRIME MILHÕES DE BRASILEIROS!

A TRAGÉDIA MÁXIMA DE SERGIPE: TRUCIDADO A GOLPES DE PEIXEIRA O LÍDER DA "ALA MOÇA" UDENISTA

Pineiro Júnior Levanta a Voz de Mistério Que Encobre o Assassínio do Dr. Carlos Firpo - Fera Penalista Exaltada Fera Encobridor de Atentado do Político - Um Dos Executores do Crime Foi Morto Pela Polícia - A Confissão do ex-Secretário de Interior e Justiça e Alcalde Candidato a Senador

Em sua luta ao Espantoso de FERNÃO JÚNIOR, Fera de LUIZ SANTOS, Exaltado de ULTIMA HORA

A tragédia máxima de Sergipe, a morte do Dr. Carlos Firpo, líder da "Ala Moça" Udenista, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS. O crime ocorreu em 1957, durante a campanha eleitoral.

Munição de Sangue
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

A Confissão de Vício
FERNÃO JÚNIOR, ex-Secretário de Interior e Justiça, confessou que foi o principal responsável pelo assassinio de Carlos Firpo. Ele afirmou que o crime foi cometido por um grupo de pessoas que ele conhecia.

A Recusa Total
LUIZ SANTOS, candidato a Senador, recusou-se a falar sobre o caso. Ele afirmou que não tinha nenhuma participação no crime e que não sabia nada sobre o assassinio de Carlos Firpo.

A Confissão de Vício
FERNÃO JÚNIOR, ex-Secretário de Interior e Justiça, confessou que foi o principal responsável pelo assassinio de Carlos Firpo. Ele afirmou que o crime foi cometido por um grupo de pessoas que ele conhecia.

A Recusa Total
LUIZ SANTOS, candidato a Senador, recusou-se a falar sobre o caso. Ele afirmou que não tinha nenhuma participação no crime e que não sabia nada sobre o assassinio de Carlos Firpo.

NORDESTE: SOB O SINGO DE LAMPEÃO, SENHORES FEUDAIS AINDA DOMINAM PELO TERROR E CRIME MILHÕES DE BRASILEIROS!

A Prova do Atentado Político: Dez Dias Antes Udenistas já Sabiam Que Carlos Firpo ia Ser Assassinado!

De Mandatos de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

NORDESTE: SOB O SINGO DE LAMPEÃO, SENHORES FEUDAIS AINDA DOMINAM PELO TERROR E CRIME MILHÕES DE BRASILEIROS!

MILENA, "PIVOT" DO DRAMA: ESPÓSA FIEL OU CÚMPLICE DOS ASSASSINOS DO MARIDO?

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

NORDESTE: SOB O SINGO DE LAMPEÃO, SENHORES FEUDAIS AINDA DOMINAM PELO TERROR E CRIME MILHÕES DE BRASILEIROS!

A Presença do Luto Nas Ruas é o Rastro Das Tragédias Políticas!

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

Atentado de Cômico
A tragédia política, que teve como vítima o Dr. Carlos Firpo, foi encoberta por uma trama política que envolveu o ex-Secretário de Interior e Justiça, FERNÃO JÚNIOR, e o candidato a Senador, LUIZ SANTOS.

APRESENTAÇÃO

Saber e Sabor

Marcelo Déda

O que estamos prestes a ler é uma reportagem. Uma reportagem clássica, bem feita, fruto de um trabalho árduo, de dias e dias vividos no meio de arquivos, no manuseio de processos empoeirados, jornais e fotos amareladas pelo tempo.

Uma reportagem como há muito não víamos, baseada na pesquisa e enriquecida pelos depoimentos de alguns atores da tragédia da Rua de Campos, sobreviventes de um tempo remoto, testemunhas de um mistério jamais resolvido. Uma reportagem que se vale abertamente da coragem intelectual do autor, avesso a cumprir um papel anódino, distante, falsamente objetivo e disposto, portanto, a usar com critérios as cores vivas da sua paleta para realçar os detalhes escondidos pelo maniqueísmo do *chiaroscuro* com que aquele episódio sempre fora pintado, transformando a leitura deste livro numa atividade agradável e prazerosa.

Luiz Eduardo Costa relata o assassinato do Dr. Carlos Firpo, coletando fatos, transcrevendo documentos, registrando diálogos, descrevendo cenários, contextualizando situações e retratando, com engenho e arte, a Aracaju do

final dos anos 50. Utiliza com maestria o tempero da emoção e do suspense, buscando na sua própria memória os sentimentos que agitaram o adolescente de 17 anos que ele era naquela noite fatídica de um longínquo abril. Não revela nenhum pudor de se valer de recursos literários, da ourivesaria típica das narrativas de ficção, para servir à reconstrução daquela realidade hoje distante, ornando-a com um estilo que lhe devolve o brilho pulsante da vida. Como um arqueólogo da memória, Luiz remove da poeira do esquecimento, com precisão e cuidado, mais do que um episódio perdido no tempo, mas o contexto de uma época marcada pelas paixões radicais da política e do amor, estas reprimidas pelo moralismo dominante na província, aquelas transbordando na violência entronizada como ferramenta da disputa oligárquica pelo poder. O que se encontrará neste livro é o trabalho de um jornalista que assume a tarefa quase detetivesca de juntar as peças de um complicado quebra-cabeças, pesquisando as fontes primárias, reinterpretando velhos documentos, trazendo revelações inéditas, colhendo lembranças guardadas por décadas e arrematando tudo isso com a honesta contribuição do seu ponto de vista, sem jamais se divorciar dos fatos nem erguer obstáculos que impedissem o leitor de tirar as suas próprias conclusões.

Nas páginas deste livro que consolida a reportagem publicada em capítulos no Jornal do Dia, Luiz Eduardo mostra como a realidade insiste em imitar a arte. Tragédia que abalou o seio de uma das mais tradicionais famílias do nosso estado, o episódio é digno das páginas de um romance onde a ação é constante parceira do mistério, alimentado com o tempero dos amores proibidos ameaçados constantemente pela sombra escura da traição. Estão

presentes a figura galante de um aviador da FAB, a bela e misteriosa esposa da vítima, pistoleiros de aluguel, policiais truculentos, delegados saídos de algum filme noir, confissões obtidas à custa de drogas aplicadas segundo um manual do FBI americano e o heroísmo de advogados consagrados. Sem falar nas conspirações políticas e nos relatos de aparições fantasmagóricas que até hoje tirariam o sossego do casarão da Rua de Campos. Tudo isso emoldurado pelo cenário político, social e cultural da capital de Sergipe, àquela época charmosamente provinciana.

Decerto é uma reportagem, logo é jornalismo, correto? Certo, mas de um tipo que tenciona os limites da reportagem, soprando-lhe vida e animando-a de tal modo que a qualidade do texto associada à singular beleza do estilo a levam a uma sutil fronteira de onde se avista com perfeição aquele país que se convencionou a chamar de literatura. Mas, como já advertira o jornalista Humberto Werneck, ao posfaciar a edição brasileira de *Fama e Anonimato*, de Gay Talese (Companhia das Letras, 2004), muito embora esse tipo de jornalismo chegue tão perto, não se trata, estrito senso, de literatura, “esse território onde o escritor está autorizado a se mover com a ilimitada liberdade de um deus que espalhasse galáxias no vazio do Universo. Não há (...) nada que não tenha sido pinçado da realidade e exaustivamente checado e conferido antes de baixar ao papel. É jornalismo. Mas não o jornalismo usual, predominante este em que o repórter, em nome da imprescindível busca da objetividade, se sente desobrigado de servir ao leitor mais que uma pilha de informações descarnadas — como se fosse isso a realidade. Como se a informação devesse ser, goela abaixo do leitor, uma espécie de pílula para astronauta, que nutre sem a obriga-

ção de ser palatável. Como se, provindo da mesma raiz latina, *saber* e *sabor* não pudessem andar juntos”.

Dono de uma sólida formação cultural e senhor de um estilo inconfundível onde a fina ironia convive com a mais lúcida análise, Luiz produziu neste livro um exemplo daquilo que os americanos chamam de *New Journalism* e nós batizamos no Brasil como Jornalismo Literário. Escola que tem entre seus pioneiros Truman Capote, autor do clássico *A sangue frio*, Norman Mailer, Tom Wolfe e Gay Talese, o Jornalismo Literário teve no sergipano Joel Silveira um dos seus mais talentosos representantes no Brasil com textos que viraram clássicos, como *A Feijoada que derrubou o Governo* e *A milésima segunda noite da avenida Paulista*. Aqui, trilhando o caminho dos mestres, Luiz Eduardo faz da história sua matéria-prima e busca nos fatos o paradigma da sua narrativa, utilizando-se do seu talento para, como um artífice dos Gobelins, tecer uma tapeçaria exclusiva na qual o compromisso de reproduzir com fidelidade a paisagem que lhe inspira não inibe o uso de cores vivas e brilhantes numa artesanaria caprichosa que orna sem desfigurar, promovendo um casamento que concilia a fidelidade da narrativa com a beleza do estilo.

PREFÁCIO

De Abel a Carlos Firpo

Ancelmo Gois

Desde os tempos bíblicos, como mostra o assassinato praticado por Caim contra o seu irmão Abel, que o ser humano tem obsessão por histórias de crime, tanto que é raro encontrar um filme ou uma novela de TV em que não haja uma trama criminosa. A literatura médica é farta no estudo desta patologia, que desperta no homem tanta curiosidade, um tanto doentia, pelas histórias policiais.

Eu, confesso, não fujo à regra. Repórter da Gazeta de Sergipe, nos anos 60, adolescente ainda, vivi um momento de pura emoção ao conhecer, na imponente penitenciária de Aracaju, o presidiário Antonio F. de Macedo. Mais conhecido como o sapateiro “La Conga”, ele matou o menor Carlos Werneck, em 1961, um crime que chocou Sergipe e cuja história era acompanhada em capítulos, como se fosse uma novela de rádio, por toda a população. Para mim era como estivesse entrevistando uma celebridade.

Também nesta época, devorava, famélico, as reportagens da revista O Cruzeiro sobre alguns crimes famosos. Cito três. O primeiro, o caso Aida Curi, em 1958, jovem ví-

tima de uma tentativa de estupro coletivo e que foi jogada por três “playboys” do décimo segundo andar de um prédio em Copacabana. Ainda hoje, já um senhorzinho, aqui no Rio, eu não consigo passar em frente a este prédio na Av. Atlântica sem povoar minha mente com aquela história dramática.

Esta mesma sensação ainda sinto quando subo a Ladeira do Sacopã, perto da Lagoa Rodrigo de Freitas, também no Rio. O lugar foi palco do assassinato do bancário Afrânio Arsênio e Lemos, em 1952. A exemplo do crime da rua de Campos, na minha terra, o suspeito também era um oficial da Aeronáutica — o tenente Alberto Bandeira — e a motivação também envolvia amor e traição.

A terceira tragédia que também me chamou atenção, ainda na minha juventude em Aracaju, foi o caso do “Bandido da Luz Vermelha”, como ficou conhecido o facínora americano Caryl Chessman, executado numa câmara de gás, em 1960, na famosa prisão de San Quentin, na Califórnia. A história me fascinava tanto, que um dos primeiros livros que eu li na vida foi *A lei quer que eu morra*, escrito pelo assassino na prisão. Aliás, a fama do criminoso estadunidense levou a imprensa paulista a apelidar o malfeitor João Acácio Pereira da Costa de “O Bandido da Luz Vermelha”, cuja história chegou aos cinemas com esse nome, num filme famoso de Rogério Sganzerla, em 1968.

Sobre o crime da rua de Campos, concluo, sem medo de errar: se o cenário do assassinato do médico Carlos Firpo, em 1958, fosse no Rio, então capital federal, ou na Califórnia, o caso renderia não só as primeira páginas dos jornais mais importantes do país, como tam-

bém filmes e livros. Aracaju, nos anos 60, ficava ainda mais longe do coração econômico e político do país. Estamos falando de uma época sem satélite ou internet, quando o mundo ainda não era uma aldeia global, como hoje. Ainda assim, a tragédia sergipana atraiu a atenção da Última Hora, na época um grande jornal popular, e trouxe a Sergipe os dois maiores criminalistas brasileiros do seu tempo: Sobral Pinto e Evandro Lins e Silva.

O crime da rua de Campos tem todos os ingredientes das melhores histórias policiais do planeta, incluindo os da ficção. Reunia, a exemplo da série americana de sucesso *House of Cards*, intriga política, já que o Dr. Firpo tinha sido prefeito de Aracaju e disputava uma indicação para ser candidato a vice-governador na chapa da UDN. Envolvia dinheiro e sexo, temas recorrente dos clássicos do gênero.

Nas mãos do coleguinha Luiz Eduardo Costa, o crime da rua de Campos explode em toda sua dimensão e emoção. É uma obra-prima da literatura policial, cuja leitura me fez dormir por volta das três horas da madrugada para não perder uma linha sequer do livro. O autor tem — digo com a experiência de mais de 50 anos de jornalismo no eixo Rio-São Paulo — um dos melhores textos da imprensa brasileira.

Este livro é obra binária. São dois livros em um. O primeiro se refere ao crime em si, o outro traça um painel primoroso da sociedade sergipana dos anos 50 e 60. Fui testemunha anônima dessa época, primeiro em Frei Paulo (meu pai, Euclides Goes, era vinculado ao Partido Republicano, que junto com o PSD fazia oposição ao governo

de Leandro Maciel e Luiz Garcia da UDN), e depois em Aracaju, como repórter da Gazeta ao lado de jornalistas como Orlando Dantas, Zé Rosa, Ivan Valença, Paulo Barbosa de Araújo, Nino Porto, Macepa e outros...

Rio, julho de 2016.

EXPLICAÇÃO DO AUTOR E AGRADECIMENTO

Eu tinha dezessete anos quando Carlos Firpo foi assassinado. Já se foi meio século, e o tempo é o maior inimigo da memória. Naquela tarde de vinte e nove de abril, eu marcara o primeiro encontro com uma namorada, e o idílio juvenil que se prenunciava intenso, foi abafado pela dolorosa passagem do enterro do médico pranteado pela população aracajuana. Não imaginava então, que o crime iria causar uma controvérsia dividindo a opinião pública sergipana. Não seria, aliás, o primeiro nem único assassinato em Sergipe sendo politizado, envolvido pelos interesses de uma disputa eleitoral avizinhandose. Até mesmo o meu incipiente amor foi perturbado pelas interpretações divergentes que assumimos, eu e a namorada muito inteligente e inflexível na convicção que formara.

Meu pai, Paulo Costa, jornalista e promotor público, em breve assumiria uma posição que o levaria a um desagradável confronto com amigos fraternais, alguns, tendo com ele alisado juntos os bancos escolares. Foi traumático o seu desligamento do Lion's, depois de inconciliáveis divergências a respeito da condução daquele clube de serviço, do qual Carlos Firpo fora destacado integrante.

O tempo apagou parcialmente da memória (embora a essa altura da vida ela se torne eidética), aquelas conversas em nossa casa, travadas com frequência entre meu pai e tantos personagens ligados ao episódio trágico da rua de Campos, por envolvimento direto, por parentesco, amizade, ou pelo ofício de acusação e defesa dos implicados.

Para elaborar este livro, concluído em 2015, e só agora publicado com muitos acréscimos, contei com a colabora-

ção de pessoas com as quais convivi e dialoguei nos turbulentos meses após o crime, depois, com tantas outras, para o avivamento da memória a revelação de fatos novos, a ajuda para a descoberta de fontes valiosas, o acesso a documentos e sugestões que amenizaram as minhas deficiências. A todos que aqui nomeio, tantos já falecidos, os meus agradecimentos, ao mesmo tempo, as desculpas, caso alguém possa ter sido omitido:

Cezário Siqueira Neto, desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe e professor; **José Arivaldo Prudente**, empresário; **Seixas Dória**, advogado, ex-governador de Sergipe, deputado estadual, deputado federal e membro da Academia Sergipana de Letras, e **D. Meire Mesquita Dória**, sua esposa; **Antônio Barreto Fontes**, empresário; **Rui Moreira Lima**, major-brigadeiro, piloto de caça e herói de guerra; **José Nolasco de Carvalho**, desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe e delegado de polícia; **Eliane de Moura Moraes**, advogada, assistente social, professora e membro da Academia Sergipana de Educação; **Daniel Santos**, motorista; **Dilson Bento de Faria Ferreira Lima**, escritor e teólogo; **Djenal Tavares Queiroz**, general de brigada, deputado estadual, ex-vice-governador e governador do estado; **Francisco Rollemberg**, médico, escritor, professor, deputado federal, senador da República e membro da Academia Sergipana de Letras; **Edjenal Ferreira Tavares**, inspetor de polícia e repórter policial; **Carlinhos Barreto Machado**, funcionário público; **José Bispo dos Santos**, policial civil; **Cristina Vasconcelos**, funcionária pública; **José Teófilo de Santana** (capitão Juca), combatente da FEB, herói de guerra e odontólogo; **José Onias de Carvalho**, rizicultor e pecuarista, deputado estadual e secretário de Segurança em Alagoas, deputado estadual e federal por Sergipe; **Sálvio Oliveira**, diretor do Tesouro Estadual e Venerável da Loja Maçônica Cotinguiba; **Odilon**

Cabral Machado, engenheiro químico, professor da UFS, escritor e historiador; **Guido Azevedo**, líder estudantil, advogado, deputado estadual e presidente da Assembleia Estadual Constituinte; **Pascoal D'ávila Nabuco**, desembargador, Procurador Geral do Estado, escritor e prefeito de Estância-SE; **Benvindo Sales de Campos**, jornalista, escritor e membro da Academia Sergipana de Letras; **Benedito de Figueiredo**, advogado, vice-governador de Sergipe e deputado federal; **José Anderson Nascimento**, magistrado, advogado, professor, escritor e membro da Academia Sergipana de Letras; **José Francisco da Rocha**, jurista, professor, escritor e Venerável da Loja Maçônica Cotinguiba; **Joseluci Prudente**, coronel do Exército, comandante da Polícia Militar de Sergipe e empresário; **Carlos Pinna de Assis**, advogado, professor, escritor, Conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe e membro da Academia Sergipana de Letras; **Leanne de Moraes**, professora de Inglês; **Murilo Mellins**, economista, auditor aposentado da Prefeitura de Aracaju, escritor, memorialista e membro da Academia Sergipana de Letras; **Carlos Sattler**, executivo de empresa industrial e comercial e Venerável da Loja Maçônica Cotinguiba; **Vilder Santos**, bacharel em Letras e em Direito, professor e radialista; **Paulo Costa Neto**, licenciado em filosofia, técnico em meteorologia e empresário; **José Ruyvan da Silva**, estatístico e técnico em informática; **Adailton José Silva**, funcionário público; **Patrícia de Oliveira Costa**, advogada, técnica judiciária e técnica em enfermagem; **Gilton Garcia**, advogado, jornalista, professor, governador do Amapá, deputado federal por Sergipe, secretário de Segurança Pública de Sergipe, Procurador Geral do Estado e membro da Academia Sergipana de Letras; **Manoel Cabral Machado**, professor, jurista, escritor, jornalista, vice-governador de Sergipe, deputado estadual, conselheiro do Tribunal de Contas e membro da Academia Sergipana de Letras; **Mel Al-**

meida, jornalista e publicitária; **Amauri Arlindo Santana**, publicitário; **Antônio Manoel de Carvalho Dantas**, economista, conselheiro do Tribunal de Contas, secretário da Fazenda de Sergipe e empresário; **Kércio Pinto**, advogado, delegado da Polícia Federal e secretário de Segurança Pública de Sergipe; **Jurandyr Gois**, contador; **Judite Oliveira da Silva**, funcionária pública; **Orlando de Moura Caldas**, oficial reformado da Marinha do Brasil; **Alcino Alves Costa**, escritor, historiador, compositor e prefeito de Poço Redondo-SE; **Walmir Lopes**, economista, fotógrafo, piloto civil e funcionário público federal; **Mariah Galvão Leite de Almeida**, educadora e fundadora do Colégio do São Salvador; **Marcos Passos**, advogado e delegado da Polícia Civil de Sergipe; **Bete Figueiredo**, médica e professora; **João Maria Valadão**, proprietário rural; **Tenison da Silva**, contador e empresário; **Francisco Dantas**, advogado, professor e ex-vereador de Aracaju; **Zelita Correia**, advogada, jornalista, escritora e promotora pública do estado da Bahia; **Heráclito Rollemberg**, conselheiro do Tribunal de Contas, prefeito de Aracaju, senador da República, deputado estadual e empresário; **Jeferson Correia**, advogado; **Aroldo Firpo**, empresário nos Estados Unidos e sobrinho do Dr. Carlos Firpo; **Antônio Carlos da Porciúncula Moisés**, advogado; **Julival Gois**, economista, empresário, escritor e navegador; **Pascoal Maynard**, produtor cultural, radialista e escritor.

O autor agradece ainda ao reitor da Unit, professor **Jouberto Uchôa**, pelo apoio à realização das pesquisas; ao governador do estado de Sergipe, **Belivaldo Chagas**, pela publicação deste livro através de programas de edições da EDISE, ressaltando o empenho, dedicação e eficiência do diretor Industrial, **Milton Alves**, e sua equipe formada por: Jeferson Pinto Melo, gerente editorial; Clara Macedo, designer; Yuri Gagarin, revisor; José Américo Oliveira, impressor; e, Dalmo Macedo, pré-impressor.

SUMÁRIO

A casa lilás – a taça de champagne, o urro de dor na noite silenciosa-----	21
A tenebrosa cena do crime -----	25
O crime e as circunstâncias -----	32
O rendoso emprego de coveiro -----	38
O tempo das volantes que arterrorizavam-----	40
A política, a bala e os cabarés -----	45
O ousado e definidor partido da pistola -----	48
O médico quis ser político -----	50
O assassino vê o enterro-----	55
Os assassinos voltam ao sertão-----	59
Os rastros dos assassinos -----	63
A caçada no sertão baiano -----	68
O major Ananias um herói dos 18 do forte -----	72
Da surdez aos “métodos empíricos” -----	75
A “eficácia” dos métodos empíricos -----	77
O sangue na boca e a confissão -----	80
O plano, amadores ou profissionais? -----	82
Detalhes que foram desprezados -----	85
Timóteo, o homem que sabia demais -----	89
À sombra das craibeiras em flor -----	92
Um convite para a “cena dantesca” -----	96
Engenheiro ou Sherlock Holmes? -----	99
A longa noite após o crime-----	101
A poesia e o furtivo cadáver -----	103
O trucidamento e um jantar tranquilo -----	106
Uma cama para um morto dormir -----	109
Cadáveres na praia, sinais da guerra-----	113
A guerra aqui, e a cena mundial -----	115
Sangue nas praias, ódio nas ruas -----	118
A vitrola muda, a espera tensa -----	120

O vestido de noiva, os pesadelos -----	125
O sangue verídico do último pesadelo-----	128
A província Sergipe, há 50 anos -----	130
O bispo e as pernas das misses -----	141
Na madrugada um juiz prende Milena -----	144
Os personagens e as suas vidas-----	150
Sobral Pinto sugere prudência -----	159
Um crime maior do que a cidade -----	163
Paixão confessada, paixão negada -----	167
Coramina ou soro da verdade? -----	171
A confissão, o livro sobre narcoanálise -----	175
Caseiros e afilhada acusam Milena -----	179
Testemunhas socorrem Milena -----	184
Um alicate e uma chave de fenda-----	191
As primeiras e desprezadas pistas-----	195
Do mistério ao surreal -----	198
Uma prova: a assinatura falsificada-----	204
O laudo do dr. Newton Porto -----	207
Um novo laudo reafirma a fraude -----	216
O crime mais rumoroso dos anais forenses de Sergipe -----	221
A fraude e outros absurdos -----	223
A prisão do coronel Afonsinho -----	229
O coronel pede microfones -----	235
O coronel desfaz acusações-----	239
Testemunhas confirmam o coronel -----	243
Os pistoleiros e os encontros -----	248
A batalha da comunicação-----	253
Polícia e opinião pública se encontram -----	258
Os ousados voos do aviador Afonsinho -----	261
A última hora, o médico e a sua música-----	268
O STF manda soltar Afonso e Milena-----	274
De réu em um crime a preso político -----	280
Um fantasma, o túmulo, o esquecimento -----	282
“O sangue na faca já secou?” -----	287
Épílogo sem conclusão-----	296

A CASA LILÁS

A taça de champagne, o urro de dor na noite silenciosa

O joalheiro Antônio Barreto Fontes retornou tarde à sua casa naquela noite. Cansado, aquietou-se na cama e enrolou-se aos lençóis. Era final de abril. Um sudeste antecipado, soprando de onde o rio Sergipe encontra o mar, diante de Aracaju, ajudava a fazer um friozinho no imperceptível outono nordestino. Dormiu, mas o sono ainda era tênue quando foi acordado por um barulho estranho. Teria vindo de algum ponto fora da casa, possivelmente da rua, em frente ao seu quarto. Levantou-se, e sem acender a luz olhou por uma fresta da janela. Parecia ter ouvido alguma coisa, assim como se fosse um urro de dor.

Passou-lhe pela memória algo que acontecera há uns seis meses. Teria sido tentativa de roubo durante a madrugada na casa do outro lado da rua, onde morava a família do médico Carlos Firpo. Naquela ocasião, foi acordado pelo barulho de vozes e gritos. Através daquela mesma fresta, na penumbra da rua mal iluminada pela luz tímida de um poste, avistara o hóspede habitual naquela casa, o tenente-coronel aviador Afonso Ferreira Lima. O oficial estava junto ao portão do jardim, e Antônio observou que na mão dele havia uma arma. Quase correndo, chegou até à varanda e ainda conseguiu perguntar ao militar que já fechava o portão o que acontecera. Ele, ofegante, falando um tanto alto respondeu-lhe, explicando que um ladrão entrara na casa, estava armado com uma faca e tentou atingi-lo, todavia, conseguiu defender-se. O homem fu-

giu, e ele saiu a persegui-lo pela rua, contendo-se, apesar da agressão que sofrera, para não acionar o gatilho do Colt-45 e assustar as pessoas que dormiam.

Nas casas próximas outros também haviam acordado. Antônio atravessou a rua até a calçada oposta onde o médico Aloísio Andrade já conversava com o aviador. O Dr. Aloísio era vizinho do Dr. Firpo. O coronel aparentava algum nervosismo, e logo despediu-se, alegando que teria de retornar ao Rio de Janeiro pilotando um avião da Força Aérea, assim que clareasse o dia. Pediu desculpas pelo transtorno que involuntariamente causara e regressou ao interior da casa, onde nenhuma luz estava acesa. Antônio e o médico ficaram conversando. Menos de cinco minutos depois, bem perto de onde eles estavam, quase aos seus pés caiu alguma coisa fazendo um barulho de vidro espatifando-se. Espantados, olharam em torno e não conseguiram identificar de onde teria vindo o misterioso objeto.

Antônio recolheu do chão alguns pedaços e constatou que eram mesmo de vidro.

Precavidamente, acabaram rápido a conversa e retornaram às suas residências. De volta ao seu quarto e à sua cama, sem conseguir dormir, Antônio ficou a conjecturar sobre o bizarro episódio.

“Quem teria feito aquilo?” Quem o fizera não poderia estar em outro local que não fosse a varanda superior do palacete, onde acabara de entrar o coronel Afonso. Indagou a si mesmo: “Quem ousaria fazer aquilo?” O vidro poderia ter causado grave ferimento na pessoa que por ele acabasse atingido. Os fragmentos, verificou, eram de cristal, e de um fino objeto: uma taça usada para o champagne. Nos seus dedos, que seguraram cuidadosamente

os pedaços, ficara um levíssimo, quase imperceptível, todavia marcante perfume.

Antônio relembalaria aquele susto na madrugada, a cena estranha da taça arremessada, o perfume, quando, depois de alguns meses, outra vez acordasse assustado, no meio de uma noite cuja lembrança perturbadora se alongaria, nítida, por toda a sua vida.

Cinquenta anos depois daquela madrugada de 29 de abril de 1958, o joalheiro Antônio Fontes, pela primeira vez, narrava para o autor deste livro os detalhes da cena terrível que viveu, e sobre a qual jamais havia falado, além do que dissera sob juramento, respondendo às perguntas no decorrer do inquérito e do processo.

Enquanto vestia-se apressado para ir verificar o que acontecera, pensou que de novo ocorresse um assalto na residência do Dr. Firpo, embora tais episódios fossem muito raros na pequena e tranquila cidade.

Logo, num cenário de pesadelo, o joalheiro Antônio Fontes iria sentir, outra vez, o incomum perfume que ficara aos seus dedos, depois de apanhar no chão os restos da taça de champagne estilhaçada.

Do momento em que despertou, atordoado, até convencer-se de que escutara mesmo um terrificante grito, e chegar à janela, decorreram apenas uns poucos segundos. Viu que o portão de ferro da casa do médico estava aberto, e logo as luzes do palacete começaram a acender-se. Na quietude da noite silenciosa já conseguia perceber rumores de vozes, e um continuado, sofrido e abafado gemido, vindo de alguém que parecia estar no interior daquela casa. Na varanda do andar superior do palacete algumas pessoas começaram a gritar pedindo socorro.

Teve, então, a certeza de que algo muito grave acontecia. Quase ao mesmo tempo, ao lado da casa do Dr. Firpo, o Dr. Aloísio Andrade fora acordado pelo primeiro grito de dor. Quando abriu a janela avistou o vulto de um homem que se afastava correndo.

Antônio Fontes saiu rápido, atravessou a rua, entrou pelo jardim, tentou abrir a porta da varanda frontal da casa. Estava fechada, mas deu para perceber que, no vestíbulo, havia alguém se movimentando e murmurando frases que ele não conseguia entender. Fez uma curta volta pelo lado direito e encontrou, na entrada lateral, uma porta completamente aberta. Saindo dela, a luz que escapava do interior clareava uma parte da varanda contornando a casa, e uma pessoa que se deslocava de um lado para o outro projetava sua movediça sombra sobre o piso de mármore, formando um cambiante claro-escuro, que fez, por um instante, Antônio hesitar. Venceu o receio, avançou, cruzou a porta. Deparou-se então com Milena, a jovem e bela esposa do médico. A mulher vestia um robe escuro sobre a alva camisola de dormir. Cabelos soltos, quase desgrenhados, agitava-se em movimentos desconexos e balbuciava palavras ininteligíveis. Ao vê-lo, precipitou-se em sua direção quase aos gritos:

— Seu Antônio, suba, veja lá em cima o que fizeram com o seu amigo.

Naquele instante, espalhando-se pela sala, Antônio sentiu um suave perfume, que logo identificou. Estava daquela vez mais intenso, todavia, sem dúvidas, tratava-se do mesmo que ficara nas suas mãos naquela noite absurda em que recolhera na calçada o fragmento da taça para o champagne.

A TENEBROSA CENA DO CRIME

O joalheiro Antônio subiu aos saltos a escada. Já no andar superior, verificou que os gemidos saíam de um quarto no fundo da casa. Percorreu um estreito corredor, virou à esquerda e deparou-se com a cena aterradora: Dr. Firpo, que tinha estatura avantajada, estava estendido de costas sobre a larga cama de casal, e protegia com as mãos o ventre volumoso, de onde o sangue jorrava e empapava os lençóis brancos, formando uma mancha escarlate. Arquejava agoniado, tentava falar, o sangue gorgolejava na sua boca. Na testa larga de uma meia calvície, o reflexo da luz mortiça do lustre de alabastro pendurado ao teto, quase na vertical da cama, criava uma claridade difusa. Do rosto do ferido emanava uma luminosidade pálida, tornando bem delineados os contornos da face, marcada por uma expressão atônita de terror e sofrimento. A cabeça girava lentamente, de um lado para o outro; os olhos, muito esbugalhados, pareciam procurar alguma coisa em volta. Havia um odor forte, nauseabundo, que certamente evolava-se do sangue e dos intestinos rasgados.

Antônio ficou junto à cama por um instante. Estava quase petrificado. Tinha a cena terrível diante dos olhos e ouviu a murmurada súplica do ferido:

— Barreto, chame Machado, peça que ele cuide das minhas filhas, diga a Milena que eu gosto muito dela.

Mandava, certamente, o recado derradeiro e em tom afetivo para a esposa, que não estava ao lado do seu leito de agonia, parecendo fugir daquela cena cruenta de sofrimento atroz.

Ofegante, chegou o médico Aloísio Andrade. Muito nervoso, mãos trêmulas, pegou uma toalha que estava estendida numa cadeira ao lado da cama e começou a enxugar o rosto do colega; tomou-lhe o pulso, fez uma expressão de desalento, depois, abriu a camisa do pijama do ferido, quis estancar o sangue escorrendo sobre as vísceras expostas, sobressaindo esbranquiçadas, como sinistras flores mortuárias no meio do ferimento enorme. Carlos Firpo balbuciou em agonia:

— Veja o que fizeram comigo! Chame Machado, chame Machado.

Ele referia-se ao colega médico, amigo e compadre, José Machado de Souza, que era vice-governador do Estado. Aloísio Andrade apenas disse:

— Carlos, espere, vou buscar uns remédios e volto logo. Retornou, misturou na seringa o medicamento botropase com uma dose de coramina e aplicou rápido. Enquanto isso Antônio descera correndo a escadaria. No andar térreo, na mesma sala por onde entrara, havia um telefone em cima de um móvel num canto sob a imponente escadaria.

Só há poucos meses estavam instalados em Aracaju os novos telefones automáticos, os antigos eram acionados à manivela, girada manualmente para acionar uma telefonista na central de operações. Ela atendia e solicitava-se a ligação ao número desejado. Antônio retirou o fone, tentou discar, mas notou que estava mudo. Milena, que inquietamente permanecia no andar térreo andando de um lado para o outro, disse-lhe em voz alta:

— Não adianta seu Antônio, eu já tentei ligar, o telefone não funciona, o miserável cortou os fios. Ligue da sua casa para Machado, chame a polícia.

Antônio retornou rapidamente à sua casa de onde fez a ligação para o Dr. Machado, e também ligou para o SAM-DU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência) pedindo uma ambulância. Em seguida foi à Secretaria de Segurança comunicar o que ocorrera. Também despertados, outros vizinhos começavam a chegar.

O Dr. Machado veio em menos de vinte minutos. Desceu correndo do seu Chevrolet preto, placa 10, sem sequer esperar pela esposa, dona Anita, que o acompanhava. Ainda em sua casa, telefonara para o também médico Lauro Porto, considerado um amigo irmão, tanto dele como de Carlos Firpo. O Dr. Lauro chegou logo em seguida. Antônio Fontes retornara, e já estava outra vez no quarto, onde os médicos, afanosamente, tentavam socorrer o ferido. Depois, acordados na madrugada, foram aparecendo outros colegas e amigos: Dr. Canuto, Dr. Lourival Bomfim, Dr. Roosevelt Menezes, este, que dirigia o Hemocentro, prevenido pelo Dr. Machado, chegara com uma bolsa contendo plasma. Imediatamente começou a aplicação tentando compensar a incontornável hemorragia que deixava a vítima rapidamente exangue. Havia decidido que os primeiros socorros seriam prestados ali mesmo, no quarto, antes de transportarem o ferido ao hospital.

Segurando a mão do colega e amigo, Carlos Firpo, quase aos estertores da morte que a cor violácea no rosto sem sangue já prenunciava, balbucia arfante:

— Machado, me leve para o Cirurgia, eu quero ser operado por Canuto.

Surgia, depois, a versão de que ele teria repetido o que dissera a Antônio Fontes “Cuide das minhas filhas, diga a Milena que eu gosto muito dela”. Em depoimento

prestado à polícia José Machado de Souza negou que o amigo, à beira da morte, lhe houvesse dito algo mais do que a recomendação feita em relação às filhas.

Sentindo fugir-lhe a vida, sem saber porque demoravam tanto a transportá-lo ao Hospital de Cirurgia, o Dr. Firpo ficou a repetir, seguidamente, o dolorido e desesperado apelo.

O Dr. Canuto Garcia Moreno saiu em busca de um anestesista para realizarem a operação. Ele adquirira a reputação de cirurgião hábil, numa cidade quase sem médicos. Antes de finalmente decidir-se a empunhar um bisturi, já fizera carreira como psiquiatra, depois, proctologista, o que lhe valera a observação ferina de ter trocado uma parte nobre do corpo por outra, nem tanto.

Na sala de cirurgia preparada às pressas, o cirurgião Dr. Canuto e o anestesista Dr. Fernando Sampaio estavam, angustiados, a esperar a chegada do colega médico, sabendo que a cada minuto perdido reduziam-se as probabilidades de sobrevivência do ferido grave.

Com grande esforço, Carlos Firpo, cujos urros iniciais de dor se transformavam em esporádicos e enfraquecidos gemidos, foi retirado da cama e colocado sobre uma maca. Pesava mais de cem quilos, e a descida pela escada se fez em tumulto até à ambulância do SAMDU, que acabara de chegar. Chamada inicialmente por Antônio Fontes, demorara muito a vir.

Em meio àquela nervosa e desesperada azáfama, Nicola Mandarinio, um italiano de setenta e cinco anos, sogro de Carlos Firpo, permanecia sentado numa cadeira entre a escada e a porta do andar inferior. O genro, moribundo,

sendo carregado até a ambulância passava rente, ao seu lado, ainda assim, ele parecia desligado da cena. Absorto, olhos postos nas páginas que ia virando, pausadamente, do livro *Os Melhores Contos Policiais*. Escondia-se na ficção, distante e alheio ao drama real à sua volta, preferindo acompanhar a sequência emocionante de alguma misteriosa trama em torno de um assassinato, escrita por geniais autores de imaginosas narrativas do gênero.

Sem que Nicola Mandarino quisesse ver, diante dele, no interior do seu palacete desenrolavam-se os primeiros capítulos de um crime, cujas características desafiariam a argúcia do cerebral detetive Sherlock Holmes. Seria muito mais do que um quebra-cabeça característico das novelas policiais, provocando, além da comoção e do espanto iniciais, um abalo que ultrapassou o campo das rivalidades políticas corriqueiras, suplantou barreiras ideológicas, misturou classes, causou na sociedade uma clivagem que separou famílias, afetou amizades, invadiu os púlpitos, para, por fim, circunscrever a tragédia na estreiteza medíocre dos ranços e ódios, preconceitos e vaidades da vida desoladamente provinciana de Sergipe. Como diria depois o advogado Evandro Lins e Silva, “o crime da Rua de Campos foi bem maior do que a pequenez de Sergipe”.

Talvez, o mergulho por inteiro na irre realidade da ficção fosse a maneira escolhida pelo italiano para abstrair-se da tragédia, invadindo os seus olhos. Isso, depois de não ter lembrado e avisado aos médicos que havia, na garagem da casa, uma ambulância do Hospital Santa Izabel, o que também não deveria ser desconhecido por Milena, a esposa. Horas antes, na mesma noite do crime, ela, o pai e o marido, retornando do Hospital Santa Izabel, trajeto habitual que faziam, desceram da ambulância que ficou estacionada

na garagem. Do momento da mortal facada até a entrada no Hospital de Cirurgia transcorreram quase três horas. Dr. Machado, com a autoridade de vice-governador do estado, ficou, com o seu troante vozeirão quase a gritar desesperado e inutilmente ao telefone, pedindo rapidez. Em torno, todos o ouviam. Mas, entre as pessoas da casa que o escutavam, parecia haver uma espécie de apatia sonolenta, ou simulada. O “serviço de urgência” estava, naquela madrugada, mais pachorrento do que nunca.

Quando a ambulância finalmente saiu levando o ferido, Antônio Fontes olhou o relógio: eram três horas e vinte minutos da madrugada. Faltava pouco para as cinco horas, quando Carlos Firpo morreu, antes que fosse completada a desesperançada intervenção cirúrgica, tentativa inútil de estancar a hemorragia, costurar os intestinos rasgados e recuperar um rim atingido pela afiada “peixeira” do assassino.

A cidade logo acordaria estupefata com a notícia impactante do assassinato.

Ao amanhecer do dia 29 de abril de 1958, iniciava-se um mistério que persiste até hoje, mais de sessenta anos depois, e que nunca será desvendado.

Naquele palacete onde uma família conceituada comportava-se aos moldes corriqueiros da prosaica vida burguesa, as aparências ocultavam paixões fervilhantes, desencontros, interesses em choque, e pesavam, sobre todos, os traumas incomuns de um passado que o correr do tempo não aplacava.

Ao longo da sua vida de empresário e entusiasmado agente do fascismo italiano, o patriarca Nicola Mandarino, voluntarioso, autoritário e desafiador, criara em torno de si

um ambiente restrito de simpatias e um amplo espaço de fortes aversões, isso infiltrava-se no clima familiar. O médico, seu genro, apesar da convivência tão próxima na mesma casa, e aparentarem tanta sintonia, era Firpo, não era um Mandarino, apesar de ser um “compatriota”, neto de italiano. Recentemente, surgiam tensões externas em razão dos projetos do Dr. Firpo na área política-partidária sergipana, onde os espaços sempre foram egoisticamente delimitados. Alguns animais selvagens traçam os seus domínios marcados pelos pontos extremos onde urinam; o odor é o aviso. Mas, entre os humanos, por vezes, o sangue torna-se a definitiva solução para intolerados invasores. Esses “humanos”, ciosos e avaros guardiões das fronteiras dos seus domínios, eram numerosos na cena política sergipana. Não riscavam limites com a urina, coisa de selvagens. Preferiam a crueza resolutiva do assassinato, e tinham liberdade para aplicar os seus métodos, impondo-se pela eficácia mortífera dos que assalariavam; e impunes pela cobertura que lhes asseguravam as instituições coniventes.

O que seria um episódio simples, banal até, uma projetada pintura externa do palacete, gerou uma divergência insuperável em relação à cor, e traduziu, sintomaticamente, a fragilidade das relações naquela família. Depois de preferências envolvendo o amarelo e o azul, entre as quais dividiam-se Carlos e Milena, enquanto o cinza fosco era a escolha do patriarca, o médico Carlos Firpo, em face do impasse, sugeriu, caprichando no sarcasmo: “Vamos acabar essa divergência inútil, porque isso aqui sempre foi uma Casa Lilás. Entre nós, o lilás é dominante, porque é uma cor sem graça”.

Aquilo seria a sua sutil e imaginosa metáfora para o clima existencial nebuloso que as paredes do palacete, sendo ou não lilases, circunscreviam ao espaço familiar.

O CRIME E AS CIRCUNSTÂNCIAS

Naquele ano de 1958 haveria, em outubro, eleições gerais para o governo, Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. O médico Carlos Firpo, muito conceituado, dirigia o Hospital e Maternidade Santa Izabel, onde seu irmão, João Firpo, granjeou fama de grande ginecologista, obstetra, e também de homem caridoso, devotado a servir aos pobres. Ele faleceu cedo, aos quarenta e seis anos, em novembro de 1945, a mesma idade em que, treze anos depois, também morreria Carlos. Tornou-se, então, uma venerada lembrança, um dos ícones da medicina em Sergipe. Em relação a João Firpo começaram a circular, logo após a sua morte, algumas narrativas sobre interferências espirituais em cirurgias ali realizadas, e o Dr. João Firpo seria o espírito interveniente.

Carlos Alberto Menezes Firpo, este, o nome completo do médico assassinado, era filiado à União Democrática Nacional e muito bem relacionado com toda a cúpula estadual do partido.

A UDN, oposição no plano federal, governava Sergipe pela primeira vez. O engenheiro Leandro Maciel assumiu em 1955, e estava, em 58, no último ano do seu mandato. Na eleição que disputou em 1950, perdeu para Arnaldo Rollemberg Garcez, um herdeiro de muitas terras, de pastos e engenhos, que zelava muito pela sua honestidade pessoal e a elegância no trato com as pessoas, inclusive adversários. Arnaldo fez um governo produtivo, todavia, enfrentando uma oposição inconformada e radicalizada pela inconvincente derrota por apenas 27 votos. E sem conseguir controlar os ímpetos dos seus aliados, res-

ponsáveis por muitas violências, valendo-se da condição de governistas. O governo de Arnaldo transcorreu sob a nervosa expectativa de uma decisão da Justiça Eleitoral determinando a recontagem de votos nas urnas onde as fraudes eram denunciadas. Seus advogados conseguiram protelar a decisão. Houve uma batalha judicial que percorreu os quatro anos de mandato. Numa das urnas, no município de Itabi, fora colocada uma substância que provocou um incêndio. Rapidamente o fogo transformou votos em cinzas.

Afável, expansivo, numa época em que a política partidária gerava ódios e separava as pessoas, o médico Carlos Firpo, que seria um novíço em eleições, transitava com facilidade entre os integrantes do bloco oposicionista formado pelo PSD-PR (Partido Social Democrático-Partido Republicano), as agremiações partidárias onde abrigava-se a histórica oligarquia sergipana, derrotada em 1954 pelo engenheiro Leandro Maciel. Político de personalidade forte, Maciel pertencia ao mesmo estamento econômico-social com raízes nas Casas Grandes dos engenhos. Esse modelo de agroindústria baseado na monocultura extensiva, que ultrapassava quatro séculos, passara, apenas, por duas mudanças apreciáveis: a substituição do boi pela máquina a vapor, e do braço cativo pelo trabalhador semi-escravizado. Naquela metade do século vinte, a economia da cana após tanto tempo de inação, entrava em irreversível decadência, mas, ainda controlava, fortemente, o poder político estadual. Leandro, originário das terras dos massapês da Cotinguiba, era um dissidente da elite canavieira dominante. Ele se opôs à ditadura varguista e demonstrava tendências liberais. Chegando ao governo, imprimiu inusitado dinamismo à administração, mas não

conteve as ânsias de desforra dos seus correligionários, que se valiam da polícia até para o extermínio físico dos inimigos. Esses aliados, ainda adotando o figurino do coronelismo nordestino, eram chefes políticos do interior. Representavam uma outra vertente da débil economia do menor e empobrecido estado brasileiro: os fazendeiros criadores de gado nos “pastos de invernada” em que se transformara grande parte do exíguo território do agreste sergipano, onde o capim substituíra a cana, na medida em que os centenários engenhos apagavam o fogo.

Nos campos sergipanos paravam, para descanso e engorda as grandes boiadas, que, lentamente, percorriam os precários caminhos desde a Bahia e Minas Gerais. Aqui se refaziam, seguindo a jornada para o abate em Alagoas e Pernambuco. Os “boiadeiros”, novos ricos, faziam contraponto com a aristocracia canavieira, tradicional e sobranceira, todavia, endividada e decadente. Quase todos esses *nouveau riche* pecuaristas, instintivamente se encaminharam para a UDN, esperando conquistar o espaço político antes reservado a um restrito grupo de famílias e, assim, abrirem caminho amplo para as suas largas ambições.

Os pecuaristas-udenistas não demonstravam, contudo, nenhuma afinidade com a visão política que norteava a reação liberal contra a espichada ditadura estado-novista derrubada em 1945. Em Sergipe, as oligarquias, como acontecera em vários outros estados, aliaram-se aos “tenentes”, e souberam domesticar muito bem os surtos reformistas dos nossos “jovens turcos”. Assim, os “carcomidos”, contra os quais se fizera a Revolução de 1930, sobreviveram, e até saíram fortalecidos quando renasceu, em 1945, a democracia pela metade, que até então havíamos podido alcançar.

A partir da redemocratização uma clivagem política separou a sociedade sergipana entre udenismo e pessedismo. O conflito entre os partidos logo tomaria a forma de um jogo de interesses e conveniências, do qual o sistema fazendário estadual se tornava cúmplice, e incentivador, institucionalizando o favorecimento ao contribuinte governista, e os rigores da fiscalização contra os opositores. A União Democrática Nacional (UDN) tinha, como vimos, bases rurais mais fortes, assentadas na classe em expansão dos pecuaristas, que logo se fizeram beneficiários de créditos facilitados, e quase nunca liquidados. A UDN atraía, também, a pequena burguesia comercial, e até os “abastados comerciantes”, sempre interessados num fisco condescendente. Havia, ainda, alguns poucos industriais, tocando fábricas de tecido, de óleo de coco e algodão, quase obsoletas, e um segmento mais aguerrido, formado pelos profissionais liberais. Estes, nas turbulências bélico-ideológicas dos anos 30, mantiveram distância do Integralismo, nosso sucedâneo do fascismo, e do comunismo.

Reconquistadas as franquias democráticas, ansiavam por mudanças mais abrangentes. Todavia, aquele segmento intelectualizado, embora com grande visibilidade nas camadas mais esclarecidas da população, fracassara na tentativa de clarificar as ações do partido, valorizando o argumento liberal com pitadas de esquerda. Dessa forma, foram largamente suplantados pelo coronelismo subjacente no intocado e protegido nicho do atraso social, que fazia do privilégio uma cláusula pétrea no fechado mundinho sergipano. Os sobas interioranos filiaram-se à UDN, tornando-se opositores ao Estado Novo, mais por desgosto com os avanços sociais que o regime forte iniciara do que por objeção ao seu caráter repressivo.

Pragmático, o engenheiro Leandro Maciel entendeu que deveria dar mão forte àqueles que efetivamente “tinham votos”, ou seja, exerciam inquestionável controle sobre os “currais eleitorais”. Com isso, estendeu-se um manto de proteção sobre chefes e chefetes truculentos, que passariam a dar o tom da intolerância espalhada pelos quatro cantos do território sergipano, transformado em espaço amplo para a incivilidade.

O PSD e o PR se constituíram atraindo os egressos dos quadros estaduais da ditadura varguista, remanescentes, todos, da histórica oligarquia dos engenhos, com os seus bacharéis conservadores. De resto, a sua composição assemelhava-se ao udenismo, com pequenas nuances a diferenciá-los.

O legado dos 15 anos de conquistas que a classe trabalhadora alcançara, ficou sendo lembrado em Sergipe, apenas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, liderado pelo populista Francisco de Araújo Macedo, “Seu Macêdo”, um político que controlou todos os Institutos de Previdência em Sergipe, sem ter ficado marcado pela suspeita de que enfiara as mãos nos seus cofres.

A esquerda com nitidez ideológica era somente uma parcela incipiente da sociedade, todavia, desempenhava um protagonismo social bem maior do que a sua efetiva capacidade de somar votos, sempre desafiando os dentes afiados dos cães de guerra da repressão ultraconservadora.

A coligação oligárquica PSD-PR venceu as duas primeiras eleições pós-Estado Novo, em cuja vigência o voto era desnecessário e desprezível. Nesse período, acentuou-se a radicalização partidária. Enquanto persistiam sérios questionamentos sobre a legitimidade dos resultados, tu-

do agravado pela nítida facciosidade da Justiça e de um Ministério Público submisso ao Executivo. No interior, os grupos adversários vieram a se enfrentar, frequentemente com o derramamento de sangue. Em Aracaju e nas cidades onde existiam concentrações operárias, Estância, Propriá, Neópolis, São Cristóvão e Maruim, a esquerda foi duramente reprimida. A intolerância policialesca adotou como hábito rotineiro o empastelamento de jornais comunistas, a dissolução à pata de cavalo das concentrações populares, dos protestos, dos movimentos grevistas, invariavelmente classificados como ações de “agitadores inimigos da pátria, da religião, da família e da democracia”. Talvez imaginassem salvar os valores que diziam defender pondo em marcha o Esquadrão de Cavalaria, do qual a PM sergipana tanto se orgulhava, embora fossem os seus integrantes, do soldado ao coronel, miseravelmente remunerados.

Quando o engenheiro Leandro Maciel assumiu o governo a esquerda viu-se livre da truculência policial. Ele acabou o hábito de empastelar jornais, desativou o famoso Esquadrão de Cavalaria, que percorria as ruas de Aracaju durante a noite e qualquer preto e pobre encontrado, não tendo carteira de trabalho no bolso, era considerado incurso no crime de vadiagem e conduzido amarrado, posto a correr atrás do cavalo rumo aos cubículos nos porões da Secretaria de Segurança Pública. Apesar dessa distensão na forma de cuidar da “ordem pública”, Sergipe começou a viver um período turbulento de incontrolável violência política. Os chefes políticos udenistas do interior, sentindo-se, como dissemos, protegidos pelo manto do poder, estavam indo à forra, depois de tantos anos “de baixo”, sendo humilhados e perseguidos. A situação agora se invertia.

O RENDOSO EMPREGO DE COVEIRO

Atribui-se a Leandro Maciel a frase emblemática: “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”.

Adauto Lúcio Cardoso, deputado federal, um dos luminares da UDN, liberal firme nas suas convicções democráticas, dissera, na capital federal, logo após a vitória de Leandro, de quem era amigo: “No Brasil, o emprego mais rendoso será o de coveiro em Sergipe”. Adauto Lúcio Cardoso era bem informado sobre as peculiaridades das nossas disputas políticas.

Na sequência de muitas violências, naquele ano de 1958 em que ocorreu o crime da rua de Campos, houve uma sa-raivada de arbitrariedades policiais e muitos crimes. Em Ribeirópolis, cidade do agreste sergipano, foram incendiadas as casas, as fazendas, de uma família de cearenses que, tangidos pela seca, vieram fixar-se no começo do século passado na região do Saco do Ribeiro, hoje Ribeirópolis. Essa família, que logo ficou conhecida como os Cearás, era formada por homens decididos, dispostos sempre a enfrentar adversidades. Alguns deles resolveram ingressar na política partidária, mas tiveram uma desdita: sendo integrantes da oposição pessedista, foram acusados de mandar assassinar o prefeito udenista, Josué Modesto dos Passos. São descendentes dos Cearás, entre outros, a desembargadora aposentada Aparecida Santos Gama, o juiz aposentado e ex-deputado estadual José Rivaldo, o Procurador de Justiça aposentado José Gilson Santos. Todos saíram de Sergipe com seus pais, ou deixando-os presos, e foram viver, forçadamente exilados, ainda quase meninos.

O patriarca dos Ceará, Baltazar Santos, foi preso depois de eleito deputado estadual e recolhido à penitenciária. Saiu da prisão para assumir o mandato por determinação do Supremo Tribunal Federal. Quando ele chegava à Assembleia, acompanhado por um pequeno cortejo de amigos, o carro em que supuseram que ele estaria sendo transportado foi metralhado, e houve tiroteios em outros pontos da cidade. Baltazar seria cassado depois pelo regime militar, mas, mesmo assim, elegeu pelo MDB, sucessivamente, dois filhos deputados estaduais, Baltazarino e Maria Auxiliadora.

Da família Passos, o patriarca Chico Passos, o último dos “coronéis”, faleceu nonagenário. O clã dos Passos que prosperara com o incremento do cultivo do algodão, trouxera ao agreste sergipano as primeiras “máquinas”, como eram chamados os equipamentos de descaroçar, separando a fibra e prensando o caroço para obter o óleo e a ração animal. Possuíam o natural orgulho de terem sido os “fundadores”, e sentiam-se ultrajados pela ascensão dos “forasteiros”, também industriais, e, ainda mais, insinuando-se nos seus domínios da política.

Os Passos, até a eleição de 2006, exibiam um currículo político raro, de mais de cinquenta anos exercendo o controle eleitoral do município, sem nenhuma derrota nas urnas.

O TEMPO DAS VOLANTES QUE ARTERORIZAVAM

Em 1958, andavam pelo interior do estado as chamadas Volantes, formadas por policiais-jagunços. A pretexto de caçar bandidos, também aterrorizavam adversários. Uma dessas Volantes fez uma incursão invasora ao município baiano de Serra Negra, hoje Pedro Alexandre, tentando varejar propriedades do “coronel” João Maria de Carvalho e do general de divisão Liberato Carvalho, que eram irmãos. João Maria tinha laços familiares com os Cearás e abrigou alguns deles nas suas terras, para protegê-los da sanha do secretário de Segurança de Sergipe, Heribaldo Vieira.

A missão da temerária Volante: prender os Cearás e também o famigerado Pititó, que lá estava homiziado, e cuja cabeça fora posta a prêmio, tendo afirmado Heribaldo que ficaria satisfeito se o comandante da Volante trouxesse a cabeça de Pititó dentro de um saco, tal e qual fora feito em julho de 1938, depois que uma Volante da polícia alagoana exterminou o bando de Lampião na Grotinha do Angico, sertão sergipano de Poço Redondo. O pai de Pititó, Pedro Ribeiro, usineiro, pecuarista e comerciante, era um homem de hábitos morigerados, que lamentava os caminhos escolhidos pelo filho.

Pititó, filho de pai rico, apesar da sua excepcional destreza com as armas e das façanhas a ele creditadas, não era assassino de aluguel, talvez por isso, não constasse na relação dos matadores simpáticos ao esquema governista. Quando soube da “encomenda” feita pelo Dr. Heribaldo aos seus comandados, Pedro Ribeiro foi

à casa do seu amigo e compadre o promotor público e jornalista Paulo Costa. Chegou por volta das vinte horas, como costumava fazer. Muito calmo, recusou uma dose de uísque que lhe foi oferecida, mas pediu licença para continuar fumando o seu charuto na sala. Ele sabia que a esposa de Paulo, Dona Ana, nada dizia, mas ficava incomodada com o cheiro acre da fumaça. Ficou sentado numa cadeira de balanço de palhinha. Tinha uma mudez estranha, soltando baforadas e vendo-as subir, envolvendo a porcelana translúcida do lustre que clareava a sala, aparentava estar absorto. Demorou um pouco nessa atitude, até quando Paulo, que também ficara silencioso, rodando aos dedos o gelo no copo de uísque, rompeu o silêncio:

— Pedro, desembuche, diga o que está lhe atormentando.

E ele respondeu:

— Eu venho lhe pedir que você faça meu testamento, o mais rápido possível, quero assinar logo, registrar em cartório e deixar o documento com você. E entregou ao amigo advogado um papel, dizendo que era uma anotação sobre a forma como deveriam ser divididos os bens.

Paulo Costa estranhou aquela atitude do amigo e perguntou se ele estava se sentindo mal, achando que poderia morrer a qualquer momento.

Pedro fez então a revelação:

— Você sabe que eu vivo esperando que matem Pititó a qualquer hora. Se a polícia for aonde ele está, eu sei que ele mata e morre com uma arma na mão. Mas eu quero enterrar inteiro o corpo do meu filho. Se cortarem a cabeça dele eu mato Heribaldo onde ele estiver,

e como ele anda cercado de pistoleiros eu sei que vou morrer também.

Paulo pediu-lhe um instante, ligou para a casa de um amigo comum, dele, e de Heribaldo, e solicitou-lhe que telefonasse para o secretário de Segurança, para adverti-lo sobre as consequências que poderiam advir do suposto degolamento.

Esperou meia-hora e o telefone tocou. Era o amigo dando-lhe uma resposta tranquilizadora. O secretário de Segurança negara que tivesse dado qualquer ordem para cortarem a cabeça de Pititó, e iria mandar avisar à Volante, que já estaria a caminho, que Pititó deveria ser trazido preso vivo, mas, se fosse morto, que viesse de corpo inteiro.

Dias depois, a ousada Volante sergipana defrontou-se nas caatingas baianas com uma ousadia ainda maior, e os seus integrantes foram postos a correr.

Como represália, dias depois, a usina Várzea Grande, em Capela, que pertencia ao pai de Pititó, foi depredada e saqueada pela polícia. Não esqueceram, nem mesmo, de, meticulosamente, metralhar um papagaio.

Estava em curso naquele ano inquérito policial-militar (IPM), para apurar desvios de armamento do Exército, indevidamente utilizado pelas Volantes. Um dos indiciados era o secretário de Justiça Heribaldo Dantas Vieira, que fora antes secretário de Segurança. Ele esperava ser o sucessor de Leandro, por isso, atribuía tudo às maquinacões políticas do PSD, partido que era governo no plano federal, e fazia oposição em Sergipe ao governo da UDN. O prestigiado deputado federal pessedista, Francisco Lei-

te Neto, conseguira o apoio do Ministro da Guerra, Marechal Henrique Duffles Baptista Teixeira Lott, para que fosse colocado um freio nas truculências policiais que se multiplicavam em Sergipe. O Comando do 28º Batalhão de Caçadores, a tropa federal no estado, recebeu ordens para ocupar municípios onde se registrassem violências.

Lott autorizou, ainda, a entrega de 40 fuzis em desuso no Exército para armar o Corpo de Bombeiros de Aracaju. Era prefeito da capital o líder populista José Conrado de Araújo, irmão do deputado do PTB, Francisco de Araújo Macedo. Um dos baluartes da oposição ao governo do estado, “Seu Conrado”, homem com fama de violento e de muita coragem, dispondo então de uma guarda armada, encarregou-se, ele mesmo, de “levar segurança” aos seus correligionários, que, pelo interior do estado andavam com medo da polícia, agora, recobravam o ânimo e as ousadias.

Em torno de Teixeira Lott gravitava um grupo de oficiais nacionalistas que, após vencerem as resistências golpistas contra a posse de Juscelino Kubitschek, no decorrer do mandato de JK, também garantiam a legalidade, começando por esmagar rapidamente a rebelião de Aragarças, liderada por oficiais da Aeronáutica. Na Base Aérea de Salvador, da qual os rebelados esperavam receber apoio, os simpatizantes da mazorca foram contidos e presos pelo comandante interino, Major Aviador e paraquedista Afonso Ferreira Lima, cujo nome irá aparecer, repetidamente, ao longo desta história trágica, da qual ele foi um personagem central. Heribaldo Vieira, outro nome que será muito citado, era advogado conceituado, político de destaque em Sergipe, homem honrado no que se refe-

re ao trato com o dinheiro público, mas, segundo alguns que com ele conviveram, complacente diante da violência, desde que fosse cometida por amigos. Foi senador da República e faleceu em outubro de 1970, quando exercia o cargo de procurador do Tribunal de Contas da União. Apesar de autor de uma sofrível poesia romântica, Heribaldo parecia ter a vaidade satisfeita quando se sentia senhor de uma vassalagem que lhe era prestada por grande parte dos mais truculentos policiais e chefes políticos. Em depoimento no livro *Um Peregrino Lírico Um Político Esquecido*, publicado por Marcos Vieira, filho de Heribaldo, disse o ex-senador José de Passos Porto: “Para mim o Dr. Heribaldo tinha cinco cultos: o culto aos amigos, às mulheres, às letras, à política e à advocacia”.

A POLÍTICA, A BALA E OS CABARÉS

Naquele período que antecedia definições sobre candidaturas, Heribaldo tinha absoluta certeza de que seria ele o ungido pelo governador Leandro Maciel para disputar a sucessão.

O sonho acalentado por Heribaldo de chegar ao governo do estado começou a esvanecer-se quando sentiu que o chefe, a quem quase idolatrava, guardava, em relação a ele, algumas insuspeitadas restrições. Essas restrições logo se transformariam em veto definitivo, diante do conceito pouco lisonjeiro que formava em relação a Heribaldo a Primeira-Dama de Sergipe, Marina de Albuquerque Maciel, paraibana de formação conservadora e devotamente religiosa. Para Dona Marina, um homem que frequentava lupanares, e “traía a esposa” com diversas amantes, não poderia sentar na mais alta cadeira do poder estadual.

Naquele tempo, frequentar cabarés era um hábito arraigado de grande parte da elite sergipana. O presidente do Poder Judiciário durante sucessivos mandatos, desembargador Hunald Santaflôr Cardoso, professor, homem de vasta cultura e destacado jurista, tinha mesas cativas nas mais, digamos assim, requintadas “casas de tolerância” de Aracaju. Nas suas denominadas “noches de ronda”, ocupava essas mesas, sempre rodeado por uma luzidia comitiva, onde misturavam-se magistrados, advogados, líderes políticos, intelectuais, usineiros, pecuaristas, policiais e também disponíveis pistoleiros. Heribaldo cultivava o mesmo hábito. Atribui-se a ele, após alguns meses no Senado da República, a frase sintomática: “Já me foi

permitido viver em dois paraísos terrestres: o cabaré e o Senado. Já o Paraíso mesmo, o celeste, tenho minhas dúvidas se terei méritos para merecê-lo”.

Leandro Maciel, um líder de hábitos formais e circunspectos, já enxergava com olhos de desaprovação os hábitos “libertinos” do seu secretário e amigo, por isso, começara a buscar alternativas, nomes mais adequados ao que ele entendia como modelo indispensável para tornar-se o seu sucessor; já se fixara em dois nomes: o advogado, professor e destacado deputado federal Luiz Garcia, e o médico portador de invejável conceito, Benjamin Carvalho, ele, como voluntário, em 1932, integrou um corpo de saúde da Polícia Militar de Sergipe enviado com a tropa de linha para combater os revoltosos de São Paulo. Deles, um seria escolhido para o governo, outro, para o Senado. Heribaldo sabia disso, não se contentaria com a vice-governança ou uma candidatura a deputado federal, assim, ao ser indicado para comandar o inquérito policial instaurado para apurar o rumoroso crime, mesmo já sendo ex-secretário de Segurança e ocupando a pasta da Justiça, logo entendeu que chegara a hora para assumir integralmente as rédeas das investigações, popularizar o seu nome e impor a sonhada candidatura.

Heribaldo já teria assegurado o apoio dos chefes políticos mais truculentos, que nele enxergavam um aliado.

Pouco antes de bater o martelo sobre a sucessão, Leandro Maciel o convocou ao Palácio para terem uma conversa definidora. O diálogo que sempre fora franco e informal entre os amigos transformou-se, por parte de Heribaldo, num desfile de mágoas. Não chegou “a soltar os cachorros” como havia prometido ao amigo e

forte apoiador, o empresário Albino Silva. Diante dos cenhos carrancudos de Leandro, ele conteve os ímpetos, limitou-se às doloridas lamentações. Frente a frente com o chefe, dizia querer expor as feridas que lhe atormentavam a alma.

Leandro não desanuviou a carranca que se completava com as espessas sobrancelhas já esbranquiçando, e sempre em desalinho, não o interrompeu, e ao falar adotou um tom de voz manso, não deixando de abrir espaço ao entendimento. Depois de uns trinta minutos de monólogo, onde repassou as lutas que travaram juntos, esboçando o quadro de uma campanha eleitoral que não se prenunciava fácil, Leandro, por fim, abrindo um sorriso de quem fere, mas tendo um curativo próximo, fez a pergunta que significava a decisão final: “Heribaldo, nós conhecemos a sociedade sergipana, a densidade do sentimento conservador e católico, sendo você governador de Sergipe, quantas mulheres levará para dormir na sua cama do Palácio?”. Heribaldo respondeu com rispidez: “Você pode ter certeza que homem eu não levo”.

A conversa acabou ali, com uma despedida formal.

O OUSADO E DEFINIDOR PARTIDO DA PISTOLA

Bem mais fortes naquele tempo, muito acima das siglas partidárias reconhecidas, eram os chamados Partido do Boi e Partido da Cana. Os dois misturavam-se para formar, na sombra, uma coligação com outro partido, que vez por outra entrava em cena: o da pistola. À medida que as eleições se aproximavam, crescia a violência contra aqueles que insistiam em fazer oposição. Em Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Boquim, Nossa Senhora das Dores, Ribeirópolis, Frei Paulo, registravam-se uma sucessão de crimes políticos. Logo, essas cidades estariam ocupadas pelas forças federais. Na Barra dos Coqueiros, do outro lado do rio Sergipe em frente a Aracaju, o provável candidato da oposição a prefeito, José Campos, foi esfaqueado e morto na rua pelo indivíduo Chiquinho da Barra, protegido de um deputado estadual da UDN, Filadelfo Dória, que era apontado como **capo** do Sindicato do Crime, uma macabra associação de parceiros mentores da pistolagem, que se utilizavam do braço assassino, e formavam a rede de proteção aos matadores, os colocando à disposição de amigos ou correligionários que deles precisassem. O assassino de José Campos passeava acintosamente pelas ruas de Aracaju. Fazia questão de chegar ao requinte desrespeitoso, cruel e cínico, caminhando todos os dias pela calçada da casa, onde residiam, no Parque Teófilo Dantas os Rosal-Campos, a família da sua vítima. Além da violência que redundava em mortes e espancamentos, havia, também, variadas formas de perseguições aos adversários. Entre aqueles

marcados para as vinditas, não escapavam nem mesmo as professoras. Uma delas, Neuzice Barreto, acusada de ser “rabo-branco”, ou seja, pessedista, correligionária do deputado Leite Neto, líder do PSD, era transferida de um município para outro como castigo. Um dos seus filhos, Jackson Barreto, viria a ser governador, uma das maiores lideranças políticas de Sergipe, começando sua militância na resistência à ditadura militar.

Um juiz de direito, Antônio Oliveira, foi assassinado à facadas na Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio do Governo. O crime ocorreu após uma discussão com o advogado e político udenista, José Barbosa (conhecido como Dr. Gillete, porque teria a habilidade de abrir urnas eleitorais para nelas introduzir cédulas de votação falsas). O assassino foi um capanga de Barbosa que, segundo voz corrente, após o crime homiziou-se no corpo de guarda do palácio Olímpio Campos, e de lá saiu vestindo farda da Polícia Militar. O jovem juiz assassinado deixou uma filha recém nascida, Sônia Oliveira Lima, hoje, uma das mais competentes cirurgiãs de Sergipe.

O médico Carlos Firpo, distante daquelas máfias que invadiam o terreno nobre da política, nunca disputara um cargo eletivo. Fora, durante pouco tempo, prefeito nomeado de Aracaju, isso em 1941, na ditadura de Getúlio Vargas, quando não havia eleições. Depois do assassinato, circularam informações sobre um confronto surgido entre o médico e um funcionário da prefeitura, que ameaçou matá-lo. Mas, já transcorridos dezessete anos daquele episódio, a polícia, na época do crime, sequer levou em consideração essa possível pista.

O MÉDICO QUIS SER POLÍTICO

Com a sucessão de Leandro Maciel se aproximando naquele início de 1958, Carlos Firpo tentava consolidar o seu projeto de ser vice-governador, sucedendo ao fraterno amigo José Machado de Souza. Naquela época, o candidato a vice era votado em chapa própria, independente do candidato a governador. José Machado de Souza obtivera muito mais votos do que o governador eleito Leandro Maciel. Era um pediatra por cujas mãos passavam filhos de quem podia pagar, e, muito mais ainda, os filhos dos pobres, a quem atendia de graça, sem nunca ter feito isso por interesse político-eleitoral. Benquistado em todas as camadas sociais, Machado rompeu a barreira entre os partidos, somando votos vindos de todos, inclusive de chefes políticos da coligação PSD-PR que estava no poder, entre eles, seu cunhado, Moacir Sobral, engenheiro-agrônomo e usineiro, que tinha forte liderança na região do vale do Japaratuba.

Firpo era bem articulado, estimulado por amigos muito próximos, como os colegas médicos, o próprio vice José Machado de Souza e Lauro Porto, um, pediatra, outro, oftalmologista, profissionais conceituados, dois humanistas que acreditavam na possibilidade da prática política civilizada, livre da odiosidade que estava a conturbar a vida pública sergipana. Eles até imaginavam que Carlos Firpo poderia reeditar a inédita façanha eleitoral, sendo outro vice que faria convergir ao seu nome apoios provenientes de todas as correntes partidárias, mais uma vez, superando em votos o titular. Ainda mais se o escolhido fosse

Heribaldo Vieira, nome visto com reservas e que levaria ao extremo a radicalização política.

Cidadão sem arestas, Carlos Firpo seria mesmo um fator de apaziguamento entre as duas principais correntes políticas que naquele instante se digladiavam. Daí, a crença que os amigos tinham na viabilização da sua candidatura, com a aceitação imediata do seu nome pela UDN, ou até mesmo a hipótese não desprezada de fazê-lo ir além de vice e ser o candidato ao Governo. Não foi, contudo, o que aconteceu.

No começo daquele mês de abril, que se revelaria trágico, Carlos Firpo confidenciou a alguns amigos: Estava sentindo uma certa má vontade em relação ao seu nome. E advertia: “Não ficaria acomodado caso fosse preterido, muito menos atropelado pela cúpula da UDN”. Confiava ainda que fossem bem avaliados os serviços por ele prestados ao partido e aos seus dirigentes, inclusive ao governador Leandro Maciel, e, assim, acabasse acatada por todos a sua pretensão legítima de tornar-se candidato a vice-governador.

Entre março e abril de 1960, o jornalista e promotor público Paulo Costa escreveu no Sergipe-Jornal, do qual era diretor, uma série de artigos a que deu o nome: “Reconstituindo a Verdade” Era a sua versão pessoal sobre o crime da rua de Campos. Paulo Costa morreria menos de um ano depois, em janeiro de 1961, aos 48 anos, vítima de clamoroso e suspeito erro médico, numa cirurgia de apêndice realizada pelo Dr. Canuto. Reproduzimos trechos de alguns capítulos:

“Alguém bateu no meu ombro procurando abraçar-me. Era Humberto Diniz, velho colega e juiz de direito da Ter-

ceira Vara de Aracaju. Devia ser, sem mais nem menos, 3 de maio de 1958. Isso se passava em Recife, na Rua do Imperador. Todas as vezes que nos encontramos, eu e Humberto temos um bate-papo prolongado. Ele estava de viagem para a Europa e tinha urgência de se avistar com seu mano, Mário Diniz. Questão de dólares, certamente. Não lhe pude dar notícias nesse particular. Mas em compensação, acabrunhado, ele me deu uma notícia tristíssima: Carlos Firpo havia sido assassinado. Aracaju estava em polvorosa. Um ladrão o matara durante a noite penetrando furtivamente em sua residência. Assim me dissera Humberto Diniz, deixando-me perplexo, se bem que incrédulo. Naquele mesmo dia viajei rumo a São Paulo, num DC-7 da Panair. Viagem atormentada, cheia de inquietações e sobressaltos, pensando em Carlos Firpo. Por que o teriam assassinado? Quem afinal o teria eliminado? Não, Humberto estava brincando. Aquilo talvez não passasse de uma pilhéria de mau gosto. E não seria a primeira que ele me pregava.

Do aeroporto de Congonhas fui rápido ao Hotel Ibiá, donde saí diretamente para o escritório de Tomaz Cruz. Tenho a impressão de que não cheguei sequer a cumprimentá-lo. Fui logo ao assunto que me atormentava. Sabia-o aparentado com Dona Milena, esposa de Carlos e bastante amigo de Humberto Mandarino, de quem, certa feita, me falara na possibilidade de convidá-lo para sócio. Contei-lhe a notícia que Humberto Diniz me transmitira, solicitando-lhe uma comunicação com Aracaju pela sua estação de rádio amador, a ver, com cautela, o que estava acontecendo. A conversa foi rápida e, creio, pontilhada de dolorosa emoção. Ao retornar ao Ibiá, aí encontrei um cartão do Tomaz, junto a uma Folha da

Tarde, onde havia um telegrama procedente de Aracaju, contando a história do homicídio de Carlos, tal e qual Humberto Sobral me dissera.

No Rio de Janeiro à porta da A.B.I., no dia 13, encontro o deputado federal Francisco Macedo. Sabendo-o um grande amigo de Carlos Firpo, peço-lhe notícias do crime. O petebista sergipano estava naquele dia mais reservado do que o é de costume. Também ele queria saber a verdade. Os criminosos haviam sido presos, mas, um deles, ao que soubera, estava sendo ameaçado de morte, ou já havia morrido. E isso não era possível, disse o líder petebista um tanto agastado. Ele iria conversar com o deputado Leite Neto, a fim de que o inquérito policial fosse assistido e orientado pelo Departamento Federal de Segurança Pública.

A ideia pareceu-me excelente, e eu não só a louvei como fiz força para que se convertesse em realidade. A ajuda e a colaboração da Polícia Federal seriam no caso valiosíssimas.

Oportuno, agora, narrar a minha última conversa com o amigo brutalmente assassinado. Encontro-me com Carlos Firpo na rua São Cristóvão. Ele tinha chegado do Rio e estava cuidando de negócios do Hospital Santa Izabel, nos últimos tempos, a sua quase obsessiva preocupação. Paramos no meio-fio da calçada, ele em baixo, eu em cima, a ver se compensávamos a desproporção das nossas estaturas, e ficamos a conversar longamente. Carregava o meu amigo naquele momento uma mágoa profunda e uma decisão inabalável. Estava decidido a ser o candidato da UDN à vice-governança do estado. E, com estranheza sua, era o governador, seu amigo, com outros elementos palacianos que estavam barrando sua candidatura. Nega-

vam-lhe as verbas do Hospital Santa Izabel, faziam-lhe picuinhas e ameaças de toda espécie; tentavam prejudicá-lo nos seus negócios, mas, mesmo assim, ele não desistiria de ser o candidato. E foi soltando a língua, dando largas ao coração ferido pela deslealdade de amigos aos quais servira com tanto sacrifício e lealdade nas horas mais tormentosas.

Mas, quando nos abraçamos, no último e inciente abraço de despedida, Carlos Firpo repetiu que a luta ia prosseguir, porque ele tinha documentos capazes de anular todos os traidores. Infelizmente, porém, foi ele quem se acabou vítima do crime mais complexo e mais misterioso de que se tem notícia nos anais forenses de Sergipe”.

O ASSASSINO VÊ O ENTERRO

Desde bem cedo, naquela terça-feira dia 29 de abril, não se falava de outra coisa na cidade a não ser sobre a brutalidade do assassinato do médico Carlos Firpo. Durante toda a manhã e começo da tarde, as duas emissoras de rádio, Liberdade e Difusora, convidavam o povo para o sepultamento. Depois do meio-dia a cidade parou. O comércio fechou as portas, as pessoas foram acompanhar o cortejo fúnebre, ou se postavam nas janelas, nas varandas, nas calçadas, esperando.

Conduzido sobre ombros de homens que se revezavam, o caixão saiu da casa na rua de Campos, entrou pela Vila Cristina e seguiu em direção ao centro da cidade. Cruzou a rua Pacatuba, atravessou a praça Fausto Cardoso pela frente do Palácio Olímpio Campos, sede do governo, e passou pela João Pessoa, a rua principal. Na Praça General Valadão, onde hoje resta o semidestruído prédio do que fora o imponente Hotel Palace de Aracaju, existia, naquela época, enorme e antigo casarão amarelo desbotado, que abrigara antes o 28º Batalhão de Caçadores, a tropa federal do exército em Sergipe. Nas suas paredes grossas ainda havia marcas dos tiroteios durante as revoltas dos anos vinte, sempre lideradas pelo impetuoso tenente Augusto Maynard Gomes. Por ali, dobrou o cortejo, seguindo para o Cemitério Santa Isabel. Naquela esquina estavam juntos dois homens. Um alto, forte, moreno espadaúdo, tinha no rosto aqueles traços que causam temor, e segundo a hoje superada teoria de Lombroso, quase identificam o facínora. O outro, frágil,

amarelado, esquelético, miúdo, parecia ser um sertanejo pobre, gasto, prematuramente envelhecido nas lides brutas do pastoreio, ou no mourejar da enxada. Viram passar a extensa e compungida multidão, e de repente tiveram muito medo. Sentiram que teriam de sair logo de Aracaju e voltar para o sertão, de onde vieram.

Na Serigy, que era a segunda maior das chamadas “praças de automóveis” da cidade, (naquele tempo em Aracaju não havia táxis) os motoristas também se aglomeravam nas calçadas, vendo o enterro passar. Entre eles estava Daniel Santos, proprietário do Ford 1942, chapa 11-50, de cor preta, “chauffer de praça” muito conhecido, amigo de vários políticos que costumavam usar o seu carro para viagens e deslocamentos dentro da cidade.

Na manhã do crime, muito cedo, depois do estafante trabalho noturno, esperando nas portas dos cabarés para transportar boêmios e prostitutas, ou passageiros do retardatário trem da Leste Brasileiro, Daniel, por volta das seis horas, fazia seu desjejum no Café Aragipe, na rua José do Prado Franco, centro da cidade, quando chegou o deputado Chico Passos, conhecido político de Ribeirópolis. Dele, recebeu o impacto da notícia: o Dr. Carlos Firpo havia sido esfaqueado durante a madrugada e acabara de morrer no Hospital de Cirurgia. Foram, ele e o deputado, à casa do médico, e ficaram a esperar a chegada do corpo. Daniel era amigo do Dr. Firpo, que usava frequentemente o seu carro. Por intermédio dele conhecera o aviador militar Afonsinho. Combinaram então, certa vez, que antes de aterrissar em Aracaju pilotando aviões da FAB, o militar faria sempre um voo rasante sobre a praça Serigy, assim chamada porque ficava em frente ao Palácio do mesmo

nome, um rebuscado prédio, onde, já naquele tempo funcionavam os serviços estaduais de saúde. Essas chegadas do piloto a Aracaju, vindo do Rio de Janeiro ou Salvador, quase sempre num bimotor Beetchcraft ou num monomotor *North-American T-6*, eram ruidosamente anunciadas. Primeiro, o experiente comandante descia em mergulho sobre a Atalaia Nova, nivelava, quase tocando as águas do rio Sergipe, arremetia antes da Ponte do Imperador, roçando as copas das palmeiras da Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio do Governo, depois, ia raspando os telhados da cidade. Essa era a forma como o piloto comunicava aos amigos que estava chegando, e também o sinal para o motorista Daniel ir ao campo de aviação. De lá, conduzia o militar para uma das duas casas nas quais habitualmente se hospedava: a do seu irmão, o promotor público, também chamado Afonso Ferreira, ou a do médico Carlos Firpo.

O motorista Daniel não dormira durante o dia como costumava fazer, para recuperar-se das jornadas noturnas. Impressionado com a morte do Dr. Carlos, tentou pegar no sono, mas não conseguira. Pensou em cancelar o trabalho daquela noite e ir descansar, mas aí, quando já retornava ao seu carro, chegou aquele indivíduo franzino que estivera junto com o outro, forte, vendo passar o enterro. Muito tímido, um tanto desajeitado, denunciando o matuto, o homenzinho perguntou-lhe se poderia levá-lo, e mais a um amigo, até Itapicurú D'Água, aglomerado de casas no município baiano de Jeremoabo, quase às portas do ressequido e desértico Raso da Catarina. Era uma viagem longa, por estradas precárias, mas, recentemente facilitada pela construção da BR-235 até Carira, muito boa para os padrões da época. Combinaram o preço de cin-

co mil cruzeiros e o homenzinho pediu-lhe que estivesse uma hora depois na pensão de Dona Estela, na rua Ita-baianinha, entre Santa Rosa e Florentino Menezes, onde ele e o amigo ficaram hospedados. Acertada a viagem, o passageiro foi caminhando até a pensão para avisar ao outro, e aguardarem o carro. Na rua Apulcro Mota, já próximo da pensão, encontrou algumas pessoas na porta de uma casa, conversando. Era a residência de Manoel Pereira de Figueiredo, diretor do Departamento de Trânsito. Seu motorista, o Guarda Civil José Bispo dos Santos, viu quando se aproximou aquele homem miúdo, que, mansamente, pediu-lhe um copo d'água. O copo chegou, o estranho bebeu. Saciada a sede, meio encabulado, ele puxou conversa. O enterro de Carlos Firpo acabara de passar, e então o desconhecido ficou a lamentar a morte "daquele homem tão bom". Depois, agradeceu a água e seguiu caminho.

OS ASSASSINOS VOLTAM AO SERTÃO

Dentro de mais alguns dias o guarda José Bispo dos Santos se veria frente a frente com o homenzinho que lhe pedira o copo d'água.

Enquanto isso, o motorista Daniel preparava-se para a viagem. Foi até a sua casa tomar um banho frio e afastar o cansaço. Depois, seguiu para a pensão Santo Antônio.

Os dois homens já estavam prontos, a esperá-lo. Levavam apenas uma ensebada pasta de couro e um pequeno pacote que parecia ser de roupas enroladas em jornal. Entraram, sentaram-se no banco traseiro. Na frente, ao lado do motorista, estava um menino lavador de carros que Daniel chamara para lhe fazer companhia na viagem. Quando o carro era abastecido no posto de Berro Grosso, que ficava na avenida João Ribeiro, hoje Carlos Firpo, quase em frente à praça do Cemitério Santa Isabel, o enterro ainda não acabara, oradores se sucediam. Os discursos eram transmitidos por um carro de alto-falantes para a multidão em frente. O motorista ouviu bem quando o deputado Antônio Torres disse que o crime não ficaria impune; o assassino seria preso pela polícia e se faria justiça. Os dois homens no fundo do carro permaneciam calados, mas um deles falou:

— Esse homem que mataram devia ser muito importante, e parece que era uma pessoa boa.

Daniel concordou e aproveitou para falar sobre as qualidades do seu amigo Dr. Firpo, caridoso médico, devotado aos seus pacientes, fossem eles ricos ou pobres, e homem

que poderia ter um grande futuro na política sergipana. Os passageiros ficaram calados. Por volta das dezoito horas e trinta, já escuro, na saída da cidade chegavam ao Posto Fiscal. Havia, naquele tempo, uma corrente sempre fechando a estrada. Os veículos paravam, depois de identificados motorista e passageiros a corrente baixava, e eram autorizados a prosseguir. Perto do posto, os dois passageiros demonstraram alguma inquietação, e perguntaram se haveria muita polícia pela estrada. Daniel disse-lhes que tendo ocorrido aquele crime, certamente a polícia estaria fiscalizando muito, e um deles, aparentando despreocupação, retrucou que não teriam dificuldades, porque era funcionário da CHESF, e o outro, comerciante em Paulo Afonso, e todos os seus documentos estavam em ordem. No posto, iluminado por uma lamparina a querosene, porque ali, embora junto à cidade não havia energia elétrica, davam plantão o sargento Celso e o Cabo Mirabeau, da Polícia Militar. Conheciam Daniel e não pediram documentos, apenas que a mala fosse aberta. Olharam superficialmente e o autorizaram a seguir viagem, sem sequer perguntar para aonde levava os dois passageiros.

Apesar da repercussão do crime, a polícia não tivera, nem mesmo, o cuidado de identificar quem saía da cidade. Cento e cinquenta quilômetros depois, em Carira, Daniel pediu aos passageiros para parar um pouco junto à uma das barracas da construtora que completava o trecho final da rodovia. Ele queria falar com um cunhado que era Feitor de Campo. Os dois não fizeram objeções, ele então conversou rapidamente, e seguiu viagem. Já passava das nove da noite. Dalí em diante os passageiros começaram a fazer insistentes perguntas sobre as pequenas localidades por onde iam passando; queriam saber se pelo cami-

nho ainda haveria policiais. A noite estava clara, lua cheia, e na longa reta antes de chegar à Malhada Nova, já em território baiano, Daniel sobressaltou-se. Passou-lhe pela cabeça a suspeita de que aqueles homens eram os assassinos do Dr. Firpo, e que estavam fugindo, então ele, os transportando na fuga, terminaria, no mínimo, ficando como suspeito, ou seria ali mesmo assassinado, para que não restassem pistas. Passavam algumas caçambas transportando materiais para a construção do trecho restante da estrada, e Daniel manteve o carro na frente de uma delas até a entrada de Jeremoabo. Parou no Posto Fiscal e imaginou sair do automóvel para pedir socorro, mas, quando chegou junto à corrente logo aproximou-se o guarda Adalberto, que ele conhecia. O policial identificou os dois passageiros e se pôs a conversar amistosamente com eles, como se fossem velhos conhecidos. Daniel sentiu-se menos intranquilo. Antes de prosseguir a viagem o guarda Adalberto pediu-lhe os documentos, dizendo que os devolveria na volta. Seria uma medida de precaução, uma advertência aos dois passageiros, sobre o retorno necessário do motorista.

Chegaram a Itapicurú d'Água já passando da meia-noite. O povoado, sem luz elétrica, resumia-se a algumas casas, quase taperas. Desceram do carro, os dois passageiros discutiram um pouco sobre qual deles pagaria a viagem e o mais forte retirou do bolso um pequeno pacote. Sob a luz do luar foi contando as notas até chegar a três mil e quinhentos cruzeiros. Ficara acertado, antes, que a viagem custaria cinco mil, mas Daniel, dando graças a Deus por nada lhe ter acontecido, recebeu e nem achou ruim. O homem que pagou, contrariado, em tom ríspido reclamou:

— Nessas horas, sou eu que sempre “me arrombo” e tenho de gastar dinheiro.

Daniel levou o carro para debaixo da copa de um grande mulungu, e ali, junto da árvore de tronco rugoso, quase sem folhas na galharia espinhenta, ficou a ouvir o canto sincopado e estridente de um bando de acauãs insones, festejando o luar, luminosamente espalhando-se sobre a vastidão das caatingas. Seguiu de dentro do carro com o olhar o curto trajeto dos seus passageiros, que caminharam juntos até uma casa, a única com paredes caiadas. Eles bateram à porta, foram atendidos pelo morador, que parecia ser conhecido deles, e os dois foram logo entrando.

Antes, porém, um deles chamou Daniel para dormir e retornar no dia seguinte. O motorista, já ligando o carro, respondeu que estava com muita pressa e ia retornar. Iniciou a viagem de volta lutando contra pressentimentos e o forte sono. Parou no posto de Jeremoabo para pegar os documentos que deixara com o guarda Adalberto, e as suas suspeitas logo se transformaram na convicção de que aqueles homens eram os matadores do Dr. Firpo. O guarda Adalberto ao devolver-lhe os documentos revelou: O homem forte que ele transportara era Euclides Timóteo, indivíduo de péssima fama, pistoleiro de aluguel, que há menos de um mês assassinara um soldado em Paulo Afonso, mas como era muito protegido, nada lhe acontecia. O outro era Pereirinha, trabalhador, marteleiro da CHESF. O susto foi tanto que o sono desapareceu.

OS RASTROS DOS ASSASSINOS

Agora, Daniel só pensava em chegar a Aracaju e revelar tudo à polícia, antes que sobre ele caíssem suspeitas. Mas ao aproximar-se de Frei Paulo, por volta das quatro da madrugada, já não aguentava os olhos abertos e resolveu ir descansar na casa de uma irmã. Dormiu pouco, logo foi acordado pelo som estridente de várias buzinas acionadas ao mesmo tempo. Chegou à porta e viu em frente, parada na estrada, uma caravana de jipes. O grupo, proveniente de São Paulo, era comandado pelo jovem Antônio Mendonça, filho do deputado estadual Euclides Paes Mendonça, o mais poderoso dos “coronéis” sergipanos. Antônio, que ele conhecia bem, foi logo dizendo:

— Daniel, eu estava lhe procurando, passei por Jeremoabo e o guarda do Posto Fiscal me deu a notícia do assassinato do Dr. Firpo, contou-me o que aconteceu com você e aqui na entrada da cidade logo avistei seu carro parado. Vamos logo informar tudo ao meu pai, ele deve estar em casa.

Daniel juntou-se à comitiva de jipes de Antônio Mendonça e entraram na cidade de Itabaiana fazendo uma algararra de buzinas.

“Seu Ocride”, como os itabaianenses o chamavam, estava estirado numa cadeira de balanço na varanda da sua casa, atendendo, já àquela hora da manhã, as dezenas de pessoas que o procuravam todos os dias, e às quais ele sempre fazia favores. Levantou-se, foi até a rua receber o filho e inspecionar os 4 jipes, cobertos por uma lama

pegajosa e a poeira avermelhada das horrorosas estradas. Euclides era um rico comerciante. A indústria automobilística começava a instalar-se no país e ele já se tornara concessionário em Sergipe das montadoras Willys Overland e Volkswagen. As vendas de veículos novos começavam a crescer, mas eram ainda irrisórias, ficando em torno de vinte unidades por mês em todo o estado.

Cinco anos depois, em agosto de 1963, daquela mesma varanda da sua ampla casa na praça principal da cidade, Euclides, então deputado federal, sairia para ir ver uma passeata de estudantes por ele proibida. Depois de uma troca de insultos, presenciou, em pânico, o filho Antônio ser atingido por rajadas de metralhadora, em seguida, tentando socorrê-lo, foi também metralhado pela polícia, que protegia a manifestação. Ambos estavam desarmados. Antônio tinha apenas 22 anos. Morreram, trucidados pela polícia, o deputado federal Euclides Paes Mendonça e o filho Antônio, deputado estadual.

Chefe político dominador, estilo de coronel, Euclides não tolerava ser desobedecido, mas naquela ocasião estava “de baixo”, e não recebia mais as continências da polícia. Seixas Doria, um ex-udenista, no bojo de uma coligação que reunia conservadores, esquerdistas e populistas derrotara o seu antigo chefe político, o líder udenista Leandro Maciel, e tornou-se governador de Sergipe, contrariando o dístico confiante do adversário ex-governador: “Ninguém se perde na volta”. Euclides era o principal chefe político leandrista.

A chacina motivou a criação na Câmara Federal de uma CPI para apurar o crime, que, todavia, ficaria impune. A vingança seria então inevitável, e ocorreu em 1967,

quando foi assassinado o ex-deputado estadual Manoel Teles, chefe político, adversário e fígadal inimigo de Euclides. Manoel Teles nada tinha com o assassinato do adversário, mas haveria nas duas famílias que se odiavam a jurada e mútua decisão de que se a esposa de um ficasse viúva, a esposa do outro não tardaria, também, a vestir-se de preto. O filho único de Manoel Teles, o deputado federal Airton Teles, morrera antes, num desastre aéreo no Rio de Janeiro, quando o avião em que viajava aproximando-se para pouso no aeroporto Santos Dumont chocou-se com uma aeronave da Marinha dos Estados Unidos que transportava uma banda de fuzileiros navais, e decolara do aeroporto do Galeão. Os destroços caíram sobre a baía da Guanabara, e não houve sobreviventes. Airton era casado com a advogada Aída do Prado Leite, filha do senador sergipano Júlio Cezar Leite. Ligação pelo matrimônio que também fortalecia laços políticos.

Se estivesse vivo quando o pai foi assassinado, Airton, ou se vingaria, ou seria também morto, para que se completasse o escore fatídico: 2 x 2. A chacina de Euclides e Antônio teria ocorrido porque uma parte da oficialidade da Polícia Militar considerava-se afrontada por ter sido o colega, major Teles, alvo de um atentado praticado por integrantes da Guarda Municipal de Itabaiana, que era controlada por Euclides. O major, ferido, foi levado a um hospital. Depois, ali completaram a tarefa e o mataram.

Após ouvir o relato do motorista Daniel o deputado Euclides recomendou:

— Vá logo a Aracaju, procure o governador e conte tudo a ele.

Chegando a Aracaju, Daniel foi direto à casa do deputado Filadelfo Doria, que o levou à Secretaria de Segurança, onde estavam o governador Leandro Maciel, o secretário de Segurança Antônio Machado, Heribaldo Vieira, secretário de Justiça, o tenente-coronel Afonsinho e algumas outras pessoas. Como vimos antes, sobre o deputado Filadelfo dizia-se, na época, que ele era o chefe do Sindicato do Crime, o “seleto clube” de mandantes e executores. O motorista contou-lhes, em detalhes, o que lhe acontecera. Fez uma descrição dos dois indivíduos que transportara até Jeremoabo e indicou o local onde eles ficaram, esclarecendo mais que um deles chamava-se Timóteo, era pistoleiro bastante conhecido, e o outro, Pereirinha, funcionário da CHESF. Informou que eles deveriam ter ido em seguida para Paulo Afonso. O aviador Afonsinho ouviu em silêncio o relato do motorista Daniel. Nesse mesmo dia, trinta de abril, à tarde, ele retornou ao Rio de Janeiro pilotando o avião Douglas C-47 em que viera no dia anterior, e chegara à noite, sem ter conseguido assistir o sepultamento de Carlos Firpo. Durante a permanência em Aracaju, o coronel Afonso, conversando com o governador, o secretário de Segurança e o secretário da Justiça, ofereceu-se para conseguir no Rio de Janeiro o apoio do Departamento de Polícia Federal, que poderia ajudar nas investigações. Não obteve resposta.

Depois de ouvir a narração do motorista Daniel, o governador Leandro Maciel determinou, na mesma hora, que fosse imediatamente formado um grupo para ir prender os suspeitos. Ninguém pensou em pedir auxílio à polícia baiana, receava-se que elementos da própria polícia avisassem aos dois homens, e até os protegessem. Decidiu-se fazer uma disfarçada “invasão” ao território da Bahia.

O contingente policial para a empreitada seria limitado. A polícia sergipana não dispunha de viaturas em condições de viajar, então, às pressas, foi adquirido um jipe novo para fazer o transporte dos policiais. Para chefiar a empreitada que não se supunha fácil convocaram o delegado José Nolasco Carvalho. Baiano, jovem bacharel, ele concluíra no ano anterior o curso na Faculdade de Direito do Recife e viera em janeiro morar em Aracaju, sendo nomeado delegado de polícia. Nolasco foi escolhido porque, além de merecer confiança, nascera em Jeremoabo, era membro de uma numerosa e tradicional família que tinha ramificações pelo nordeste da Bahia. Assim, bem conhecido e com um bom relacionamento na região, a sua tarefa poderia ser facilitada. Dessa família fazem parte, há muitos anos residindo em Aracaju, o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas, Antônio Manoel de Carvalho Dantas, e o advogado e professor Francisco Dantas. Nolasco, desembargador aposentado, faleceu em junho de 2016.

la começar a caçada aos assassinos e logo seria virada a primeira página do enredo trágico, repleto de surpreendentes revelações e indevassáveis mistérios.

A CAÇADA NO SERTÃO BAIANO

Nolasco Carvalho, o jovem bacharel e delegado de polícia estreante, recebia, de chofre, diretamente do governador, a missão especial, importante e extremamente perigosa: Ir procurar e prender pistoleiros na própria região onde eles costumavam homiziar-se e viver, sem que a polícia jamais fosse incomodá-los. Com Nolasco, viajaram espremidos no jipe os policiais militares, major Ananias, tenente Batista e o motorista, sargento Feitosa. Todos portavam revólveres 38, além de duas erráticas metralhadoras INA.

Chegando a Itapicurú d'Água foram à casa indicada pelo motorista, onde os passageiros haviam passado a noite. O dono, chamado Pessoa, informou que eles viajaram logo no outro dia para Paulo Afonso. Identificou Pereirinha como um homem trabalhador, funcionário da CHESF e sem antecedentes criminais, o mesmo porém não poderia dizer de Timóteo.

Com vagas informações sobre os locais onde os dois indivíduos moravam, os policiais chegaram à noite em Paulo Afonso e começaram a buscar informações nos cabarés, que eram inúmeros, porque havia obras de ampliação da hidrelétrica e milhares de operários nelas trabalhando. Aquela noite estava especialmente movimentada porque no dia seguinte seria o feriado de primeiro de maio, o Dia do Trabalhador. Num dos fedorentos antros, onde misturavam-se odor de corpos suados com vapores de cachaça e fumaça de cachimbos, uma mulher, tossindo muito, rosto ossudo, corpo ressecado, aparência de tísica, entre uma baforada lenta e uma “lapada” viril de cachaça, infor-

mou onde era a casa de Pereirinha. Logo, com facilidade o encontraram.

Nolasco deixou os policiais afastados e bateu à porta. Uma mulher veio atendê-lo, disse que Pereirinha era seu marido e estava em casa. Ele apareceu vindo de um quarto escuro. Vestia a mesma roupa descrita pelo motorista no dia da viagem. A lâmpada coberta de fuligem mal dissipava as sombras, na pequena e despojada sala do casebre, Nolasco notou, por baixo da surrada camisa de mangas compridas, o cabo saliente de um revólver. Não disse que viera prendê-lo, apenas, a pedido de dona Estela, proprietária da pensão em Aracaju, precisava de algumas informações e queria saber onde estava Euclides Timóteo. A mulher botou seca e rispidamente sobre a mesa da sala café e cuscuz. Pereirinha em pé, começou a comer, enquanto conversava. Num dado momento fez um sinal para a esposa que estava entre ele e o delegado. Nolasco pressentiu a intenção de Pereirinha, continuou ao lado da mulher, que tremia transida de medo, então, simulou uma dor repentina, levou as mãos ao peito, fingiu dificuldade para respirar, e disse que precisava sair um pouco. Fora da casa, fez sinal para os policiais e eles se aproximaram. Pereirinha, sem ser desarmado — uma temeridade —, foi levado para o jipe e iniciou-se a busca de Timóteo.

Depois de muito rodarem, passando por vários locais, sempre com informações desencontradas de Pereirinha, que falava coisas desconexas, chegaram a uma furna de jogo. Nolasco entrou acompanhado pelo Major Ananias. Disseram, falando alto, que estavam procurando Euclides Timóteo para jogar baralho com ele. De uma das mesas ao fundo, um homem corpulento e idoso, com voz rouquenha, retrucou asperamente:

— Ocrides não joga, eu sou o pai dele.

Pereirinha continuava as suas negaças, e aí, falando grosso, e o cutucando forte com os canos das armas, os policiais advertiram que ele teria de levá-los por bem ou por mal até onde morava Euclides Timóteo.

Então, Pereirinha jurou que daquela vez os levaria à morada do comparsa. Nos arredores da cidade indicou uma casa isolada. Nolasco e os outros dirigiram-se para lá. A porta estava aberta e na varanda com a luz acesa havia um homem corpulento, que os esperou protegido atrás de uma pilastra. Nolasco perguntou-lhe:

— O senhor é Euclides Timóteo?

O homem respondeu:

— Não, eu sou Pedro Mendes, delegado de Paulo Afonso. Nolasco compreendeu, imediatamente, que Pereirinha, caminhando um pouco na frente, os lançara numa cilada. Ele poderia ser protegido do delegado e dele esperaria receber ajuda. O delegado pareceu assustar-se com aqueles homens que chegavam no meio da noite e estavam com as armas à mostra. Rápido, aproveitando-se da indecisão, Nolasco desarmou Pereirinha, disse que ele estava preso, mas logo, falando manso, pediu a colaboração do delegado, informando que estavam em Paulo Afonso procurando dois homens que haviam cometido um crime, Pereirinha era um deles e precisavam da ajuda dos policiais baianos para encontrar o outro. Junto ao delegado estava um soldado de Jeremoabo que Nolasco conhecia. O delegado prometeu, até solícito, que daria ajuda, e mandou o soldado acompanhar o grupo. Ele pediu para passar antes no quartel e falar com o seu comandante,

o sargento Biro. O sargento não estava, e aí os policiais sergipanos começaram a ouvir pelo alto-falante colocado em frente ao quartel alguém que chamava: “Sargento Biro, venha urgente, tem polícia de Sergipe aqui”.

Os agentes sergipanos passaram a temer um confronto com policiais baianos que poderiam querer repelir uma suposta invasão de território. Naquele tempo as polícias estaduais não colaboravam entre si, até porque não havia formas de comunicação possíveis, nem através do telefone ou pelo rádio. No interior baiano, mormente naquelas regiões inóspitas do sertão, polícia e pistoleiros viviam em perfeita simbiose. Finalmente, chegaram a uma casa onde tanto Pereirinha como o soldado garantiram que naquela hora lá estaria Euclides Timóteo. Ali, morava uma amante dele. Cercaram a casa, e Pereirinha gritou:

— Ocrides, saia, é a polícia de Sergipe que veio buscar a gente. O homem apareceu na soleira da porta. Forte, tinha um aspecto ameaçador, mas não reagiu, pediu apenas para trocar de roupa. A polícia já estava dentro da casa. Num canto, uma mulher grávida com barriga enorme e derreada estava sentada no chão e começou a chorar. Soluçava baixo e convulsamente, apertando o rosto entre as mãos, parecendo desesperada.

Timóteo veio do fundo da casa com um embrulho na mão, sob a mira do revólver do precavido major Ananias. Antes de atravessar a soleira da porta da frente virou-se para a mulher e disse rispidamente:

— Cale a boca. Eu volto logo.

Estavam presos, em Paulo Afonso, no dia seguinte ao assassinato, os suspeitos de terem matado Carlos Firpo.

O MAJOR ANANIAS UM HERÓI DOS 18 DO FORTE

Tendo encontrado e prendido em Paulo Afonso, sem maiores problemas, os suspeitos Euclides Timóteo de Lima e José Pereira dos Santos (Pereirinha), o delegado José Nolasco de Carvalho pensou em ir à delegacia de polícia comunicar a prisão e agradecer ao delegado pela ajuda. Foi dissuadido pelo major Ananias:

— Doutor, a gente até agora teve muita sorte, vamos embora logo, esse Timóteo é protegido do delegado Pedro Mendes, tudo gente perigosa.

O major Ananias tinha fama de homem destemido. Fizera carreira na Polícia Militar sergipana, já ingressando com a aura de heroísmo.

Rememoremos.

Na manhã de 6 de julho de 1922, a guarnição do Forte Copacabana em rebelião contra o governo de Epitácio Pessoa chegava ao limite da resistência. A revolta dera início a um período de quarteladas que ficou conhecido na História brasileira como o “Ciclo do Tenentismo”. Os “tenentes” depois de vários revezes e muito heroísmo chegariam ao poder com a Revolução de 1930.

Na dia anterior, 5 de julho, o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras enviara ao comandante do Forte, capitão Euclides Hermes da Fonseca Filho, um ultimato, isso depois de uma trégua que interrompeu o nutrido bombardeio contra os revoltosos. Os canhões dos navios da Esquadra e outros fortes no entorno da baía da Guanabara dispararam conjuntamente.

O capitão Hermes, sozinho, armado apenas com uma pistola, deixou o Forte, saindo para negociar e estabelecer as condições da rendição. No portão do Palácio do Catete foi insultado pelo general Hastínfilo de Moura, sacou a arma, mas foi dominado. A notícia chegou ao Forte pelo telefone, transmitida pelo próprio capitão Hermes, já preso, e ladeado pelos ministros da Guerra e da Marinha. Ele era filho do ex-presidente Hermes da Fonseca, que estava vivo, morreria no ano seguinte, e sobrinho-neto do Marechal Deodoro da Fonseca, isso deveria significar alguma coisa. Quando o líder da revolta informou a Siqueira Campos que a rendição teria de ser incondicional, a linha caiu em seguida. A ligação era feita em duas etapas, passando pelo telefone do restaurante Mère Louise, próximo ao Forte.

O tenente Siqueira Campos assumiu o comando e combinou com os colegas tenentes, Eduardo Gomes, Mário Tamarindo Carpentier e Nilton Prado, que não iriam render-se e deixariam o Forte combatendo em direção ao Palácio do Catete. Pediu que só voluntários permanecessem. A fortaleza já estava quase desguarnecida, antes, fora dada a opção de retirada aos que não quisessem lutar. Restaram 4 oficiais, 3 cabos, 16 soldados e 5 civis, num total de 28. Estes, iniciaram a marcha de peito aberto para o enfrentamento com as tropas legalistas, que a História registra como o episódio épico dos 18 do Forte. Todos gravaram os seus nomes numa das paredes do Copacabana, e lá se lê o de Manoel Ananias dos Santos, soldado.

Depois do intenso tiroteio nas areias da praia de Copacabana, onde mais de mil fuzis e metralhadoras dispararam contra o reduzido grupo, entre os poucos sobre-

viventes estava o sergipano soldado Ananias. Ele não foi preso. E após a vitória da revolução de 30 ingressou na Polícia Militar de Sergipe.

Trinta e seis anos depois, naquela noite tensa em Paulo Afonso, aos 55 anos, o major Ananias era o mais velho e mais experiente do temerário grupo e as suas ponderações foram aceitas pelo delegado Nolasco, que comandava a arriscada empreitada.

Começaram então a viagem de volta. No jipe estavam, ainda mais apertados, os quatro policiais e os dois presos. Não os algemaram porque, naqueles instantes de azáfama dos preparativos para a viagem, esqueceram-se do equipamento, tão comum nas polícias. Oito horas depois, chegando a Aracaju cobertos de poeira, devastados pelo cansaço, entregaram os dois indivíduos ao secretário de Segurança Antônio Machado. Era a manhã do dia primeiro de maio de 1958.

DA SURDEZ AOS “MÉTODOS EMPÍRICOS”

Pouco mais de quarenta e oito horas após o crime, os matadores estavam presos e identificados. Faltava a confissão. Pereirinha e Timóteo foram colocados em duas celas nos porões da Secretaria da Segurança. No mesmo dia do crime o secretário Antônio Machado, que seria dez anos depois desembargador, e, quando já aposentado, prefeito de Brejo Grande, determinou a abertura do inquérito policial. Foram recolhidos uma faca peixeira que o matador deixara no chão do quarto, um alicate de cabo amarelo emborrachado e uma chave de fenda. No auto de apreensão, datado de 29 de abril, a polícia revelou-se premonitória. Quando nada se sabia ainda sobre o crime e os matadores, foi assentado que a faca apreendida pertencia ao matador José Pereira dos Santos, o Pereirinha. A polícia não isolou o local do crime, não fez perícia técnica, nem ao menos tentou encontrar impressões digitais no quarto, nas portas, nem mesmo no cabo da arma usada pelo assassino.

No decorrer do inquérito ver-se-ia que essa omissão calamitosa impedia a formação de provas consistentes e indispensáveis para comprovar a culpabilidade dos acusados. Heribaldo Vieira, antes secretário de Segurança, e então secretário de Justiça, recebeu do governador Leandro Maciel a atribuição especial de comandar o inquérito. Isso foi feito informalmente. Depois, ele próprio justificaria as funções que assumira, explicando que o secretário de Segurança Antônio Machado, “apesar de ser um ilustre bacharel, um homem experiente, padecia de uma surdez

aguda que o impediria de bem conduzir o inquérito, pois não poderia ouvir os acusados, as testemunhas, o que seria, além de um constrangimento, também um fator limitante”. Dali por diante Heribaldo Vieira tornava-se, de fato, o único responsável pelo inquérito, e o secretário Antônio Machado, relegado à condição de coadjuvante, restringira sua própria autoridade, apenas, à assinatura de papéis, por outros preenchidos.

A alegada surdez do secretário de Segurança, um cidadão que não aprovaria os “métodos empíricos”, foi o oportuno pretexto que encontrou o Dr. Heribaldo para tornar-se senhor absoluto das ações policiais.

A “EFICÁCIA” DOS MÉTODOS EMPÍRICOS

O suposto matador, Pereirinha, conduzido do cubículo nos porões da SSP até a sala onde seria interrogado pelo Dr. Heribaldo, subia a escada quase arrastado pelo investigador Alemão. No mesmo instante, vinha descendo o Guarda Civil José Bispo dos Santos, que logo o reconheceu e disse:

— Espera aí, Alemão, eu vi esse camarada no dia do enterro de Carlos Firpo, eu estava na porta da casa de seu Manoel Pereira e ele me pediu um copo d’água.

Alemão não disse nada, apenas soltou o preso, afastou-se um pouco para o lado esquerdo, subiu mais um degrau, e, de cima para baixo, girando o corpo rapidamente, desferiu-lhe um forte e certo golpe com a parte externa da mão direita fechada que o atingiu no peito. Pereirinha rolou pelos degraus abaixo. Ficou deitado gemendo, depois, sentou-se, soltou uma golfada de sangue, Alemão o levantou e foram de novo subindo a curta escadaria.

Arfando, ensanguentado, Pereirinha foi levado à sala do secretário de Segurança Pública. A esperá-lo estava o responsável pelo inquérito, o Dr. Heribaldo. Quando Pereirinha entrou, ele levantou-se, chamou a um canto da sala o policial Alemão e o guarda José Bispo, e este lhe repetiu o que dissera a Alemão, a quem Heribaldo perguntou porquê Pereirinha estava sangrando. Alemão respondeu que lhe dera uma pancada para que ele sentisse o peso da sua mão. Heribaldo riu, e retornou à mesa do secretário de Segurança, da qual se apropriara no decorrer do inquérito.

Em seguida chamou o escrivão e mandou que diante dele fosse colocado um banco miudinho, para que o preso sentasse. Pereirinha abaixou-se com dificuldade para acomodar-se, ficou tossindo e sangrando pela boca. O secretário de Justiça, que presidia o inquérito, caminhou em direção ao preso e ficou a encará-lo de cima para baixo. Pereirinha encolhido, parecia ainda menor do que realmente era, e suas mãos tremiam. Heribaldo, apesar de dominar a cena, estava tenso, disfarçava a ansiedade esticando as commissuras labiais para forçar um sorriso, que mais parecia um esgar de escárnio, ou gesto de triunfo. Era um ator prestes a interpretar nova cena do espetáculo farsesco naquele palco em que as circunstâncias o colocaram, e nele enxergava a grande oportunidade para consolidar suas ambiciosas metas de poder pessoal.

Iria, naquele instante, começar o interrogatório. Fez um ensaio peripatético, dando voltas pela sala como se estivesse a dissipar a tensão para o embate com o assassino subjugado. Marchou, pisando forte sobre o assoalho, e estacou diante de Pereirinha, que enxugava na camisa o sangue ainda a escorrer-lhe da boca. Em tom ameaçador e estridente, — ele tinha um timbre metálico de voz, — disse que o crime já estava desvendado, e se ele não confessasse logo, confirmando tudo o que Timóteo já dissera na madrugada daquele dia, iria para o mesmo lugar e seria submetido ao mesmo tratamento. Alemão estava bem perto para dar consistência às ameaças.

Sempre caminhando pela sala o Dr. Heribaldo foi disparando suas perguntas, demonstrando, no rosto e no gestual das mãos, o prazer de quem fulmina com método,

inapelavelmente, a sua vítima. Diante de uma resposta de Pereirinha, chegou a erguer o punho em sinal de vitória.

O preso, encolhido sobre o banco tosco, se contorcia tentando aplacar as dores e continuava em voz abafada a fazer revelações.

Na madrugada daquele dia, seis de maio, a polícia já havia matado à pancadas o pistoleiro Euclides Timóteo. Pereirinha, levado com ele, a tudo assistiu, mas não soubera ainda, naquela tarde, que o seu comparsa estava morto e enterrado. O pistoleiro fora trucidado num local ermo, sem assinar a confissão, classificada por Heribaldo como “estarecedora”, mas, apesar disso, não registrada formalmente por escrito, porque, segundo a elucidativa constatação do secretário de Justiça: “Escrivão não pode escrever no escuro”. Naquele inquérito, “escuro”, os “métodos empíricos” adotados pelo Dr. Heribaldo eram postos à prova. O adepto do sistema se vangloriava por tê-lo usado, considerando que era indispensável, na ausência completa de quaisquer recursos técnicos, como depois deixaria claro nos depoimentos que prestou. As confissões dos assassinos foram obtidas no mesmo dia, uma, na madrugada, extraída a pau, de um quase moribundo, sem ter sido levada a termo; a outra, durante a tarde, de um homem que vomitava sangue, foi registrada por um escrivão, levando ao papel aquilo que o Dr. Heribaldo lhe ditava, repetindo, ou dando a sua própria versão ao que afirmava o depoente espancado. Não havia promotor nem advogado acompanhando o depoimento de Pereirinha, o primeiro que acontecia com alguma aparência legal, transcorrido o período em que a polícia, estranhamente, preferiu manter incomunicáveis os dois presos.

O SANGUE NA BOCA E A CONFISSÃO

Pereirinha confessou que fora ele mesmo o assassino, o autor da facada no ventre do Dr. Carlos Firpo. Descreveu os fatos em minúcias, desde que ele e Timóteo foram contratados, em Paulo Afonso, por um indivíduo chamado Enoque.

Viajando num “pau de arara” chegaram por volta de uma hora da madrugada. Era o dia vinte e cinco de abril, uma sexta-feira. O crime ocorreria na madrugada do dia 29. Hospedaram-se na Pensão de Dona Estela, na rua Itabaianinha, onde Timóteo registrou-se com o nome falso de Manoel dos Santos. Saíram, ele e Timóteo, no sábado (26 de abril), por volta das sete e trinta da noite. No local onde hoje existe o Grande Hotel havia um posto de gasolina, o Standard, e junto, no cruzamento das ruas Gerú com Itabaianinha, ficava um dos poucos sinais luminosos existentes na cidade. Naquele sinal, revelou Pereirinha, parou um carro, e o homem que o dirigia disse a Timóteo que fosse esperá-lo perto do cais do porto, na calçada do prédio da Alfândega, onde hoje existe o Memorial da Cidade. O homem, segundo lhe informara Timóteo, chamava-se Carlos Alberto. Pereirinha, que acompanhara Timóteo ao local do encontro, não chegou a ver o mandante de perto, ficou afastado uns cinquenta metros, mas o descreveu, ou assim registraram: “era um homem de estatura regular, bem forte, não podendo dizer a cor, porque o vira no escuro e a uns cinquenta metros”. Observou, porém, que o homem “tinha o cabelo ralo atrás da cabeça”. Isso à noite e a uma distância

considerável, numa rua pessimamente iluminada, o que revelaria extraordinária e seletiva acuidade visual, que não distinguia a cor, mas enxergava escassos cabelos. Depois, em outro depoimento, ele acrescentaria um insólito detalhe ou bizarra invencionice. Revelou que, no sábado pela manhã, dia 26, ele e Timóteo foram até o bairro Siqueira Campos em busca da casa de uma rezadeira. No trajeto que fizeram em ônibus, Timóteo lhe mostrou um homem no mesmo coletivo e disse: “Aquele é Carlos Alberto, o que contratou o negócio”. Os inquisidores sequer tiveram a curiosidade de saber se o Carlos Alberto avistado no coletivo teria alguma semelhança com o Carlos Alberto com o qual Timóteo, na noite anterior, combinara os detalhes do crime, e ele, Pereirinha, testemunha visual do acerto criminoso, em depoimento anterior chegou a descrevê-lo indo até ao detalhe do cabelo ralo atrás da cabeça do homem forte, de estatura média. A polícia não levou Pereirinha para identificar a casa da quiromante, onde ele dissera ter ido com Timóteo. A mulher das cartas poderia ser também uma valiosa fonte de informação.

O PLANO, AMADORES OU PROFISSIONAIS?

No domingo, vinte e sete de abril, por volta das nove da noite, Timóteo levou Pereirinha para ver a casa da pessoa marcada para morrer. Na segunda-feira pela manhã, Pereirinha, que não conhecia Aracaju, refez o trajeto sozinho, indo até a casa na rua Campos. Ensaiou, também, o plano de fuga e retorno à pensão. Do encontro com Carlos Alberto na noite do sábado, ficara acertado que o crime deveria ser praticado na madrugada da terça-feira, dia 29. Constam do depoimento detalhes minuciosos revelados por Pereirinha, que, todavia, não sabia quem era o mandante. Isso, só Timóteo sabia. Aí, surge a primeira grande contradição: Se Pereirinha, durante a madrugada do dia seis de maio fora levado junto com Timóteo para o local do espancamento, conforme revelaria depois o próprio responsável pelo inquérito, o secretário de Justiça Heribaldo Vieira, e lá, Timóteo, antes de morrer, havia confessado tudo, revelando inclusive o nome do mandante, e Pereirinha estava perto, ouvindo, como, no depoimento prestado na tarde do mesmo dia seis, Pereirinha não sabia quem fora o mandante do crime?

Ainda, segundo o depoimento de Pereirinha, ele e Timóteo chegaram à casa do médico por volta de uma e meia da madrugada da terça-feira, dia 29. Ao empurrarem o portão principal de entrada houve um rangido forte, então, assustados, afastaram-se, e foram ficar a uns duzentos metros, abaixados nuns matos que havia no fundo do Colégio Estadual. De lá, viram quando “um carro bem pequeno” estacionou em frente à casa do médico, demo-

rou pouco e logo saiu. Ele então comentou com Timóteo: “Tá vendo, se eu tivesse entrado, tava arrombado”. Esperaram algum tempo e retornaram. Pereirinha penetrou sozinho na casa, já sabendo que uma porta estaria aberta para facilitar-lhe a entrada. Levava uma pasta de couro, e nela colocou um revólver e as botinas que descalçou para caminhar silencioso. A porta frontal estava fechada, mas ele encontrou a lateral aberta, e por ela entrou, depois de empurrá-la cuidadosamente. Havia apenas um jarro escorrandó-a. Com uma lanterna acesa na mão varejou a sala e sob a escada foi encontrar um revólver, como fora combinado. Voltou ao portão para entregar a arma a Timóteo, que o esperava. Retornou por onde entrara antes, abriu a bolsa, retirou o seu revólver, um Colt “canela fina” calibre 32. Subiu a escadaria, agora com o revólver numa mão e a lanterna na outra. No corredor, em cima, encontrou um oratório e seguiu em direção ao quarto, onde, ainda segundo a orientação que recebera, o médico estaria dormindo sozinho, sem a mulher. A porta estava apenas encostada, ele a empurrou e, dirigindo o foco enfraquecido da lanterna, viu sobre a cama um homem gordo, grande, que estava estirado com a barriga para cima e roncando muito. Colocou o revólver na cintura e dela retirou a faca peixeira. Pensou em desferir um golpe no pescoço para cortar-lhe a garganta, evitando que ele gritasse, mas não pode fazê-lo porque o Dr. Firpo tinha a cabeça pendida sobre o peito. Ergueu então o braço e num movimento brusco desceu a faca com força sobre o ventre, puxando-a lateralmente para ampliar o ferimento. O médico, ferido, soltou um urro terrível. Ele, assustado, puxou a faca e jogou-a no chão. Saindo correndo, atrapalhou-se no corredor e chocou-se forte contra a porta de outro

quarto, onde dormia Nicola Mandarin, o sogro de Carlos Firpo. Desceu a escada, pegou a pasta de couro, saiu pela varanda, atravessou o pequeno jardim, e no portão não encontrou mais o comparsa. Seguiu direto pela rua de Campos, sempre correndo, chegou até à rua da Frente, que margeia o rio Sergipe, e a percorreu em direção ao mercado. Na pensão, Timóteo já estava na cama, deitado, e perguntou-lhe: “Fez o serviço?” Ouviu a resposta positiva e comentou secamente: “Eu escutei o grito que o homem deu”.

DETALHES QUE FORAM DESPREZADOS

Há contradições flagrantes no depoimento de Pereirinha que a polícia não teve acuidade para constatar, ou, preferiu deixar tudo como estava, para não alterar o rumo já traçado das investigações, efetuadas sob a ótica dos “métodos empíricos”. Mais do que contradições, afloram também pequenos detalhes aparentemente sem importância, que, se levados em conta e devidamente sopesados, mesmo por uma polícia rudimentar, como era o caso, poderiam dar novo rumo ao inquérito.

Pereirinha revelou que depois do crime fugira em desabalada carreira, isso, instantes depois de ter saído da casa para aquele procedimento estranho de entregar a Timóteo o revólver encontrado sob a escada, logo retornando para executar a infame tarefa. A distância até a pensão, percorrendo-se o caminho que ele fez, é de pouco mais de dois quilômetros. Esse percurso foi feito correndo. Quando chegou ao seu quarto Pereirinha disse que encontrou Timóteo dormindo, e, logo acordando, lhe dissera ter escutado o “grito do homem”. Timóteo, que era um homem corpulento, precisaria ter o perfil atlético de um velocista, para, depois de ouvir “o grito do homem”, levar uma vantagem tão grande sobre Pereirinha, que fugiu correndo e ao chegar ao quarto da pensão já o encontrou tranquilamente ressonando.

Salta do depoimento uma outra pergunta não feita: por que aquele caprichoso detalhe do revólver sob a escada, se, como ficara combinado, o crime seria executado com uma faca, e mais ainda, por que entrar e depois sair da ca-

sa para levar o revólver a Timóteo e retornar para desferir a facada fatal?

Um detalhe revelado pelo assassino e que restou apenas anotado no depoimento, sem que a ele se des-se a menor importância, foi o episódio do “carro muito pequeno” que parou por algum tempo na frente da casa do homem marcado para morrer. Já era madrugada e a cidade àquela hora dormia. Aracaju tinha, circulando nas suas ruas naquele ano de 1958, algo em torno de 400 veículos. Um carro com a característica de ser “bem pequeno” seria uma “baratinha”, como eram conhecidos, e em Aracaju sabia-se muito bem quais eram os donos das duas ou três que existiam. Pereirinha revelou que uma pessoa “de dentro da casa” facilitaria a entrada do assassino, deixando a porta encostada e um revólver sobre uma mesa debaixo da escada. Daquele carro, parado assim a desoras em frente à residência, onde em seguida ocorreria um misterioso crime, alguém, tendo a posse da chave de uma das portas e conhecendo a casa, poderia ter entrado, levando consigo o revólver para deixá-lo na sala, e também a porta entreaberta, conforme a minuciosa e estranha combinação previamente feita para a execução do crime.

Diante do que seria uma instigante questão, capaz de reorientar as investigações, ainda que fossem “empíricas”, não se indagou ao assustado e claudicante Pereirinha se de dentro do carro saíra alguém. Não se procurou sequer saber se pessoas da família ou algum empregado teriam acesso ao palacete com chave própria, nem também intimaram para prestar esclarecimentos os donos dos carros com aquelas características.

Com as revelações feitas por Pereirinha, faltava apenas a identificação do mandante, mas a polícia já tinha elementos para saber que estava diante de um crime complexo, a exigir algo mais do que os metafóricos “métodos empíricos”, exaltados como eficientes pelo Dr. Heribaldo, tanto assim, jactava-se o responsável pelo inquérito, que os matadores foram capturados com rapidez, e logo revelado o fio da meada da trama novelesca. Com efeito, recusaram-se os responsáveis pelo inquérito, do qual participava diretamente o próprio governador, a solicitar a ajuda do Departamento Federal de Segurança Pública. Pessoas influentes e de bom senso faziam pressões para que fosse solicitado o concurso da Polícia Federal, isso, desde o dia do crime. Somente na segunda quinzena do mês de maio, com o prazo do inquérito sendo esgotado e a principal testemunha morta pela própria polícia, o governador Leandro Maciel expediu o ofício número 148/1958, solicitando ao general Amaury Kruehl, chefe da Polícia Federal, um agente para trabalhar na investigação. Um telegrama ou uma mensagem pelo rádio eram meios disponíveis e rápidos, mas, preferiram enviar uma carta pelo Departamento de Correios e Telégrafos, que não primava pela pontualidade na entrega de correspondências. No dia 27 de maio, às dez horas e dez minutos, a estação de rádio do Palácio do Governo recebeu o seguinte radiograma: “Comunico Vossência haver esta chefia autorizado o policial Peter Jorg Gersten a prestar colaboração solicitada ofício número 148/58, aguardando medidas desse governo a fim seguir viagem. Saudações, general Amaury Kruehl, Chefe Polícia.”

No dia seguinte o governador Leandro Maciel despachava o radiograma à consideração da Secretaria de Se-

gurança. Então, alegando que o inquérito já estava no fim, o secretário Antônio Machado respondeu ao governador que a participação da Polícia Federal tornava-se desnecessária, e ficou sem resposta o oferecimento do general Kruel. Era uma demonstração de confiança absoluta nos “métodos empíricos” exaltados pelo Dr. Heribaldo, o chefe daquele inquérito tão desastradamente conduzido.

TIMÓTEO, O HOMEM QUE SABIA DEMAIS

Durante a viagem de Paulo Afonso para Aracaju, Timóteo e Pereirinha, presos, se mantiveram calados. Já na Secretaria de Segurança, apesar da enorme expectativa e da ansiedade, nada se divulgou sobre o início dos interrogatórios. Estranhamente, apesar da rapidez como ocorrera a prisão, os presos em Paulo Afonso não foram logo ouvidos formalmente pela polícia. Deixaram transcorrer cinco dias, e somente então, Pereirinha, com sangue a escorrer-lhe da boca, prestou as primeiras declarações tomadas a termo. No mesmo dia em que chegaram de Paulo Afonso, Timóteo e Pereirinha, “informalmente”, começaram a ser inquiridos com a utilização dos “métodos empíricos”, considerados infalíveis.

Tendo a polícia obtido as informações que desejava dos dois presos, pretendeu-se, talvez, montar uma espécie de grande final com muito impacto, para aquela “ópera” sinistra, que seria o instante tão esperado da divulgação dos nomes dos mandantes e o motivo do crime. Para isso seria preciso providenciar um mínimo de aparência legal para o inquérito que começara com o vício irremovível: o borrão da iniquidade de um trucidamento da principal testemunha, Euclides Timóteo, e de depoimentos realizados “à moda da casa”.

Antes de qualquer depoimento legalmente conduzido, seguindo os “procedimentos” louvados pelo condutor do inquérito e secretário da Justiça, a polícia sergipana, à margem da lei, recorreu à tortura, ao assassinato e, como será revelado nas páginas seguintes, até falsificou assi-

naturas, enquanto ouvia testemunhas sem a presença de advogados, selvagemmente coagidas, e os depoimentos eram ditados posteriormente pelos que matavam e depois iam jantar.

Muito conhecido pelos integrantes do “Partido da Pistola”, Timóteo era considerado por eles, naquelas condições, um perigoso informante, caso resolvesse abrir a boca, ferindo a fidelidade devida à “organização”, podendo fazer revelações perigosas sobre a máfia das caatingas nordestinas.

Assim, de forma comprometedora, poderiam surgir os nomes de políticos influentes, isso, faltando apenas cinco meses para a eleição, e quando interessados em concorrer se arriscariam a constar nas narrativas do bandido.

Timóteo assinara a sua sentença de morte quando, diante dos que o inquiriam, dirigira-se a alguns deles como se fossem velhos conhecidos e lembrara, ainda, dos episódios em que estiveram juntos. Timóteo precisava então ser eliminado, e o pretexto para fazê-lo sair de cena poderia ser a necessidade de extrair-lhe uma confissão através dos “métodos empíricos”. Providenciou-se, então, o cenário perfeito: um local ermo, policiais de confiança, experimentados no ofício de torturar, e ainda mais uma pequena e seleta plateia, formada, inclusive, por parentes do Dr. Firpo, todos convidados para que, como assistentes do massacre, se tornassem, também, coniventes com a farsa sangrenta.

Desde que chegou a Aracaju na manhã de primeiro de maio, o matador de aluguel Euclides Timóteo foi mantido incomunicável, numa cela situada nos porões do prédio da Secretaria de Segurança Pública. Essa incomunicabilidade

era apenas relativa. Quando foi levado até ao gabinete do secretário de Segurança para ser inquirido, a sua cela já fora “visitada” por policiais e também pessoas influentes em Sergipe, que tão bem o conheciam porque costumavam utilizar-se dos seus “préstimos”. O pistoleiro Euclides Timóteo, desde que chegou preso a Aracaju, foi levado com frequência para a sala do secretário, onde se via frente a frente com o Dr. Heribaldo e recebia pancadas dos policiais que o guardavam. Não eram poucas as pessoas notoriamente ligadas ao “Partido da Pistola” ou “Sindicato do Crime” que lidavam com Timóteo. A polícia estava informada de que ele fazia frequentes viagens a Sergipe, chegando até Itabaiana, ou Aracaju. Costumava comprar remédios para revendê-los em Paulo Afonso, mas tinha outra fonte de renda bem mais promissora: providenciava “remédios” definitivos para disputas envolvendo questões políticas, econômicas ou passionais, aquele leque, quase completo, de causas motivadoras dos conflitos humanos. Euclides Timóteo “resolvera”, como executor ou agenciador, alguns daqueles conflitos envolvendo gente importante de Sergipe no decorrer dos anos cinquenta.

No final da década dos quarenta, quando era construída a linha de transmissão da CHESF, ele foi empregado num canteiro de obras na Curituba, primitivo nome da região pertencente ao município de Porto da Folha, que depois seria desmembrada, formando o município de Canindé do São Francisco. Foi a primeira vez que o matador, já destacado na macabra carreira, chegou às terras sergipanas, onde logo encontraria motivos para retornar muitas vezes.

À SOMBRA DAS CRAIBEIRAS EM FLOR

João Maria Valadão, ancião rijo, chegando ao centenário, vivia numa fazenda por onde, desde os anos quarenta, passam os cabos de alta tensão da CHESF, na área conhecida como Faixa, ermos do sertão, divisa de Canindé do São Francisco-SE com Paulo Afonso-BA.

João Maria recusava-se a abandonar o candeeiro e demorou a aceitar que a energia elétrica, já em 2007, fosse levada até à sua casa, quando um programa do governo federal estendeu linhas secundárias pelos sertões baianos, sergipanos, alagoanos e pernambucanos, beneficiando os que ali viviam “no escuro”, ao longo da Faixa e tão próximos de um grande complexo hidrelétrico.

Ainda era começo de outubro, naquele ano de 2008 em que não houve inverno. Por isso, as craibeiras já haviam perdido todas as folhas, substituídas por flores amarelas. Árvore seletiva, a craibeira é rara na secura da terra sertaneja nordestina. Viceja, apenas, onde há manchas de umidade ao longo dos rios e riachos intermitentes, ou, em torno das nascentes, sorvendo a vida daquelas raras terras molhadas, ao mesmo tempo, protegendo-as. Ao contrário das outras espécies.

No terreno de João Maria há uma nascente, quase um brejo. Ao seu redor formou-se um bosque daquelas árvores enormes, as velhas craibeiras, já imponentes quando um caçador, o avô de João Maria, avistou-as, depois de seguir o rastro de caititus em varas alongadas, onças esquivas, tamanduás e veados convergindo, todos, para um só lugar: a fonte escondida pela mata.

Debaixo da sombra olorosa das copas floridas o historiador e poeta das coisas sertanejas, Alcino Alves Costa, foi encontrar João Maria. Cansando de esperar deitado na rede sob o telheiro sombreado da sua casa, o velho caminhou até à fonte para “dar de beber a um cavalo”. Alcino, descendo do carro na estrada paralela à linha de alta tensão, foi logo justificando o atraso, explicando que o seu acompanhante demorara pelo caminho fotografando as caribeiras douradas, enquanto a caatinga em volta já exibia a cinzenta galharia desnuda.

João Maria convida para que o acompanhem até à sua casa, mas Alcino diz que seria um agradável privilégio ficarem por ali mesmo, sentados sobre uma raiz protuberante que se erguia do chão recoberto de flores amarelas murchas, sinal de que a floração começara bem antes, no início de setembro, e já surgiam as sementes que são levíssimas, envolvidas por uma penugem branca. É a engenhosidade da natureza para, com a ajuda do vento, garantir a propagação da espécie. O velho lembrava que já perdera a conta de tantos anos em que vira as craibeiras florindo, mas aquilo, disse: “era sempre uma nova alegria para os seus olhos”, por isso, não deixava que ninguém tocasse “no pé de pau mais bonito que tem o sertão”.

Alcino procurava saber detalhes de uma emboscada célebre, ocorrida ali por perto. João Maria começava a puxar pela memória, quando, o autor deste livro, pergunta-lhe se conhecera um homem chamado Euclides Timóteo, que andara por aquelas caatingas muitos anos atrás, e poderia ter participado da emboscada, pela qual se interessava Alcino, e nela morrera o temível sargento Deluz, um bandoleiro fardado.

Então, João Maria revelou que ele próprio comandara o grupo que pôs fim à vida tumultuosa do sargento, e naquele grupo não estava Timóteo, de quem, todavia, já ouvira falar, antes mesmo de quando ele por ali chegou, fazendo parte de um grupo de trabalhadores que instalavam as grandes torres pioneiras e os cabos por elas sustentados. Era comum naquela época que matadores exercessem outros ofícios, tanto para garantir a sobrevivência nos interregnos entre os assassinatos, como para disfarce da atividade principal.

A turma precursora abria picadas na caatinga. Formavam-se acampamentos provisórios junto a cada torre a ser erguida, seguindo a “Faixa”. João Maria aponta na direção em que ficava um desses acampamentos, onde ele viu, pela primeira vez, o homem que já carregava a fama de impiedoso matador. Andava pela casa dos trinta e fez nascer uma sucessão de cruzeiros pelos caminhos por onde passou, no desempenho da sua atividade principal: matar.

Euclides Timóteo, vai narrando João Maria, era um desses sertanejos sem amor à vida, a dele mesmo, e com absoluto desprezo pela dos outros; homem corajoso, tanto quanto traiçoeiro, pronto para a qualquer momento manifestar os ferozes instintos, capaz de matar um ser humano com a mesma emoção de quando se esmaga um inseto. Sempre levava à cintura uma “lambedeira”, enorme e afiada faca, e com ela costumava também matar porcos, além de gente. Com pouco tempo no acampamento, ele “sangrou” um colega de trabalho. Depois, João Maria o perdeu de vista, sabendo, contudo, que ele era um pistoleiro executor de “serviços” para “gente grande” da Bahia e Sergipe. Voltou a ouvir falar em Timóteo quando aconteceu o

assassinato do médico em Aracaju, e não teve dúvidas de que ele fizera mais um dos seus “serviços” usando a faca. Ouvira também algumas pessoas dizendo que o crime fora o resultado da traição da mulher do médico, com mais gente da família envolvida, e falou-se muito, ainda, em motivações políticas. Naquele tempo, lembrou João Maria, era muito comum “gente grande” de Sergipe mandar contratar matadores naquela região da Bahia.

Assim, tão familiarizado com crimes, mestre sinistro e consumado no uso da “peixeira”, por que não teria sido Timóteo o matador, e sim Pereirinha, um débil bandido estreante, trabalhador, com ficha policial limpa? O próprio responsável pelo inquérito, o secretário de Justiça Heribaldo Vieira, declarara, em conversa repetida depois por Jacinto Figueiredo ao depor como testemunha: “Este, é um pobre diabo que não sabe nem sequer se defender. Por mim já o teria mandado embora. As suas mãos calosas atestam ser um homem do trabalho, do cabo da peroba”.

Agregava-se, de início, mais um componente de dúvida e mistério a um crime enredado em estranhíssimas circunstâncias e múltiplas contradições. Mas viria logo a surpresa da outra confissão, extraída a cacete, seguida da morte da única testemunha que poderia reconhecer o principal mandante. A polícia então, além de matar, também esconderia o cadáver.

UM CONVITE PARA A “CENA DANTESCA”

Na manhã de quarta-feira, 6 de maio, o comerciante José Arivaldo Prudente, pessoa destacada na sociedade aracajuana, homem com largo círculo de amizades, retornava, por volta das dez horas à sua casa comercial, o Armazém Irmãos Prudente, na rua José do Prado Franco, centro de Aracaju. Ao chegar, soube que há poucos instantes dali saíra o deputado federal Seixas Dória, que o esperou por cerca de meia-hora, deixando um recado: queria falar com ele. Ficaria a aguardá-lo na casa do cunhado Teotonilo Mesquita. A casa do Dr. Teotonilo ainda existe em Aracaju, fica na esquina do Parque Teófilo Dantas, em frente à Galeria de Arte Álvaro Santos. Zeca Prudente, como era mais conhecido, saindo para o almoço, passou antes onde estava a esperá-lo o amigo Seixas Dória, que veio recebê-lo à porta. Como sempre muito expansivo, foi logo dizendo:

— Zeca, você é um homem de sorte, livrou-se ontem de assistir a uma cena terrível, a coisa mais dantesca que eu já presenciei em minha vida.

Na noite anterior, sob o impacto ainda do brutal assassinato de Carlos Firpo, Zeca Prudente, com a esposa, foi até a casa de Humberto Mandarino, cunhado do morto. Lá, já se encontravam diversos amigos, entre eles Seixas Dória e o médico Lauro Porto. A esposa de Humberto, irmã da esposa do Dr. Lauro, as duas, filhas de Quintiliano Fonseca, um dos maiores comerciantes de Sergipe. A missa de sétimo dia fora celebrada naquela quarta-feira pela manhã. O clima era de cons-

ternação e muita expectativa, pois já estavam presos os dois suspeitos e esperava-se a qualquer momento a confissão. Humberto convidou todos para acompanhá-lo à Secretaria de Segurança, de onde iriam com o Dr. Heribaldo a um local onde se esperava que Euclides Timóteo, um dos presos, fizesse a esperada confissão. Humberto saiu num jipe com Seixas Dória e mais algumas pessoas. Zeca, alegando que precisava deixar em casa a esposa, não os acompanhou, o mesmo fazendo o Dr. Lauro Porto. Passava das onze horas quando o grupo chegou à Secretaria de Segurança, onde estavam Heribaldo Vieira, Antônio Machado e alguns policiais. Quando foi conversar com Seixas Dória, Zeca não sabia ainda do que havia ocorrido depois que, na noite anterior, retornara à sua casa. Então, o deputado que o acolhera de maneira tão afável, tornou-se de repente muito sério, convidou-o a entrar. Visivelmente tenso e constrangido, começou a descrever a cena do espancamento de Timóteo, que ele assistira num local deserto, o caminho da Cerâmica Santa Cruz, logo popularizado com o nome de “Estrada Timoteana”.

Os faróis de dois veículos iluminavam o palco tenebroso do brutal trucidamento do preso. Murros, chutes, eram desferidos por três policiais, Alemão, José Rosendo e Josafá. Timóteo urrava como uma onça mortalmente ferida. Seixas Dória, não suportando a selvageria, afastou-se, voltou para o jipe. Ouviu então quando Timóteo, arquejante, começou a confessar, dizendo, primeiro, que matara Carlos Firpo a mando de um Carlos Alberto, depois, de um deputado, de um médico, em seguida de Luchinho, de Afonsinho, e, finalmente, do coronel Afonso.

Logo depois chegou Humberto Mandarin. Sentou-se ao seu lado, chorando convulsivamente e entremeando exclamações de incredulidade e indignação:

— Não é possível, Afonso não poderia ter feito isso. Que desgraça, Seixas, que desgraça. O que vai ser da minha família. Você ouviu o que disse o bandido?

Preocupado com o estado emocional em que se encontrava o amigo o deputado Seixas Dória tomou a direção do jipe para afastar-se com ele da “cena dantesca”.

Seixas Dória, contudo, na descrição que fez ao amigo Zeca Prudente sobre o massacre do preso, omitiu a confissão de Timóteo, em que ele apontava o coronel Afonso como mandante do crime. Em depoimento posterior, Seixas diria que agiu assim para poupar Zeca do choque imenso, em virtude das suas relações de amizade com o coronel, com Carlos Firpo e toda a família Mandarin.

ENGENHEIRO OU SHERLOCK HOLMES?

Na manhã do dia 5 de maio, o engenheiro eletricitista Augusto Pereira de Azevedo, chefe do escritório da CHESF em Sergipe, retornava de uma diligência a Paulo Afonso, que ele, por conta própria, talvez incorporando o personagem Hercule Poirot, cumprira, com a meticulosidade de um experimentado detetive, ou, quem sabe, leitor fascinado por enredos misteriosos da ficção policial. Para exibir os resultados da sua vocação detetivesca, foi encontrar-se na Secretaria de Segurança com o governador Leandro Maciel, os secretários, de Justiça, Heribaldo Vieira, e da Segurança, Antônio Machado. A eles fez a entrega das roupas de Timóteo, que apresentavam manchas vermelhas, como se fossem de sangue. Ele as apreendera na casa de uma das amantes do pistoleiro. Chamaram então Pereirinha e Timóteo, e a eles disseram, que, em Paulo Afonso, o engenheiro Augusto Azevedo fizera amiudadas investigações, após as quais, conseguira provas definitivas de que os dois haviam cometido o crime. Seguiu-se então uma espécie de improvisada “acareação” entre os presos e o engenheiro, com interferências repetidas do Dr. Heribaldo.

Segundo um longo depoimento de Augusto Azevedo, prestado no desenrolar do inquérito sobre o episódio na Secretaria de Segurança, do qual ele participara, e houvera provocado, Pereirinha já contara à polícia detalhes do assassinato, Timóteo negava-se a falar, porém, quando Pereirinha lhe disse que não adiantava nada porque a polícia descobrira tudo, e o engenheiro Azevedo estava ali

com as provas, ele então confessou que era o assassino e matara o médico por vingança, porque na Fazenda Colégio, em Irapiranga, Carlos Firpo mandara assassinar um primo dele. A Fazenda Colégio, em Itaporanga, pertencia a Nicola Mandarino, sogro de Firpo. Perguntado por Augusto Azevedo o nome desse primo assassinado, Timóteo não soube responder. A simples alusão à Fazenda Colégio, em “Irapiranga” (queria referir-se à Itaporanga d’Ajuda e confundiu os nomes), e a possíveis crimes nela ocorridos, revela que o pistoleiro, que vivia em Paulo Afonso, era bem informado sobre os Mandarino e as ligações familiares com Carlos Firpo e não poderia ter absorvido todas essas informações no curso dos supostos e rápidos entendimentos, através dos quais se tornara executor do crime. Uma característica peculiar desse inquérito permeado pelos “métodos empíricos”, é que pessoas estranhas à polícia passam a exercer atividades policiais, e inclusive interrogam presos, fazem diligências e apreensões. Naquele momento, o Dr. Heribaldo Vieira disse ao engenheiro Augusto Azevedo, referindo-se a Timóteo: “Esse homem é um poço de mentiras”. Horas depois, na madrugada do dia seguinte, revelações feitas pelo “poço de mentiras” passaram a ser a base de sustentação da polícia em torno da qual desdobrou-se todo o inquérito. O Dr. Heribaldo Vieira então diria: “Timóteo narrou os fatos com uma clareza e precisão que a todos nós convenceu”.

O pistoleiro, antes “poço de mentiras”, de repente passou entre socos e ponta-pés a jorrar verdades cristalinas.

Em seguida, o fizeram defunto.

A LONGA NOITE APÓS O CRIME

No dia do crime o deputado Seixas Dória fora ao aeroporto receber o coronel Afonso, que somente conseguira chegar à noite, pilotando um C-47 da FAB. No mesmo avião vieram a esposa do coronel, a professora Edna Bento de Faria Ferreira Lima, e as duas cunhadas do morto, Iolanda e Vanda. Seixas levou no seu carro até a cidade o coronel Afonso, que se mostrava revoltado com a morte do amigo, inclusive, falando em vingança. Seixas o convidou a ir com ele até à Secretaria de Segurança, pois soubera que haviam prendido um ladrão suspeito de ser o assassino. São palavras de Seixas Dória no depoimento: “o coronel Afonso pediu-me que, com o prestígio que eu tinha como deputado federal, permitisse que ele mesmo matasse na Secretaria de Segurança o ladrão, caso o identificasse, seria aquele que, meses antes, tentara esfaqueá-lo quando hospedado na residência de Carlos Firpo.”

Esse assalto com tentativa de agressão, foi assim descrito, depois, em depoimento à Justiça pelo coronel Afonso: Ele ocupava um sofá no andar térreo, o médico Carlos Firpo estava ausente, viajando, sua família, a mulher Milena, suas duas filhas e o sogro Nicola Mandarinio dormiam no andar superior. Ao levantar-se para ir ao banheiro, deparou-se com um homem que, por um momento, imaginou fosse um antigo empregado da casa. O ladrão o atacou com uma faca, ele livrou-se com um ponta-pé e saiu a persegui-lo. O episódio constaria do depoimento prestado após o crime pelo vizinho Antônio Fontes, que não chegou a ver o ladrão. Constatou-se depois que al-

guns pertences do senhor Nicola Mandarino haviam sido roubados, e também documentos do coronel Afonso. O coronel comunicou o roubo e a perda dos documentos à polícia, e fez isso em companhia do piloto civil Walter de Assis Ferreira Baptista, que, depois do crime, como testemunha, confirmaria o fato.

Voltemos porém ao episódio na SSP, no dia do crime, descrito por Seixas Dória: Ao chegarem, vindo do aeroporto em companhia do coronel Afonso, lá encontraram o secretário de Justiça Heribaldo Vieira e o secretário de Segurança Antônio Machado. Foi trazido então à presença do coronel o indivíduo Luiz Lote, fichado como “malandro”, que fora preso pela manhã. O oficial o olhou fixamente e disse: “Não é esse, se fosse, eu o mataria agora”, e retirou do bolso uma Mauser que exibiu para o preso, acrescentando: “com essa arma”.

Entre os diversos indícios apresentados contra o coronel Afonso, levantou-se a suspeita de que ele, ao querer tão insistentemente uma vingança assim tão extrema, estaria pretendendo eliminar o indivíduo por ele contratado para cometer o crime, e que o roubo e a faca ameaçadora teriam sido, apenas, uma simulação premeditada do assassinato de Carlos Firpo, que já estaria sendo planejado. Nesse caso, todas as pessoas dentro da casa que confirmaram o assalto, inclusive o Sr. Nicola Mandarino, seriam cúmplices no assassinato do médico.

A POESIA E O FURTIVO CADÁVER

Madrugada de quinta para sexta-feira, movimento fraco na zona boemia de Aracaju. No Brahma Bar, reduto final dos notívagos após a costumeira ronda pelos cabarés, lá estava, na mesa que ocupava todas as noites, o homem de letras, bacharel em ciências jurídicas e sociais, poeta, escritor, jornalista, historiador, acadêmico e vereador de Aracaju, Pires Wynne, antecedido sempre assim, por todos esses títulos, nas saudações bem humoradas que os amigos lhe dirigiam, e que faziam muito bem à sua vaidade. Empertigado no seu terno escuro de tropical inglês, sem dispensar o ataviado colete e a gravatinha borboleta, Pires, que se usasse cavanhaque seria a réplica perfeita do “cavaleiro da triste figura” Dom Quixote, procurava as suas “Dulcineias de Toboso” perdidas na noite de Aracaju, enquanto tomava vinho português e aguardava o seu habitual filé com fritas.

Por trás das lentes espessas dos óculos mal equilibrados sobre o nariz, o poeta gastara algumas horas forçando a vista para fazer sucessivas correções nas provas do seu livro de poemas intitulado *Flores da Terra e do Céu*. Naquela noite, ali mesmo no bar, lhe chegaram às mãos, embrulhados em papel, os primeiros exemplares do livro saídos do prelo. Depois de ansiosamente abri-lo, constatou que apesar de todo o seu zelo não conseguira evitar, contudo, que o livro por ele considerado a sua mais elaborada obra poética exibisse na capa, um erro calamitoso. De maneira proposital, ele logo suspeitou, suprimiram a segunda letra da palavra céu.

No mesmo instante, o poeta em desespero, trêmulo, resmungando impropérios contra imaginários sabotadores, colocou os livros sobre o piso ladrilhado, pediu ao garçom uma garrafa de álcool e embebeu com ele os volumes conspurcados. Entregou o seu isqueiro inglês Ronson, prateado, ao jovem poeta Clarêncio Fontes, seu discípulo etílico-literário, ordenando-lhe que consumasse o sacrilégio justificável: “a pungente tarefa de cremar livros”.

A fogueira se fez necessária, explicava um deprimido poeta, para evitar que os volumes daquela forma aviltados chegassem, um dia, às mãos ávidas de algum leitor, desejoso de enlevar-se no reino das musas. No chão, restavam cinzas, e o ofendido autor que muito já “molhara a palavra” com sucessivos copos de vinho não parava de repetir, como se fosse um dolorido mantra: “As deusas da poesia abandonaram-me, as minhas flores celestiais se transformaram em escatológicas flores, por culpa de um asno, que se fez revisor. Agora compreendo, perorava solene, porque Savonarola, Torquemada, os grandes inquisidores, não demonstravam remorsos diante das cinzas daqueles que condenavam a crepitar nas fogueiras. Eles se achavam responsáveis pela salvação das almas ímpias, que o fogo purificava. Eu serei irresponsável, se não retirar de circulação esses exemplares conspurcados do meu livro, por isso, com fogo, os transformei em cinzas”.

Tresnoitados, os garçons aguardavam a saída do homem de letras e dos seus amigos, que insistiam em prolongar, como carpideiras solidárias, o desesperado ritual de vinho, lamentos e fogo. Chega o policial civil José de Góis Rocha, o Alemão. Chapéu de feltro escuro desabado

sobre a testa, terno de linho branco amarfanhado, o investigador tinha um braço imobilizado numa tipoia, e com o outro, o esquerdo, enlaçava uma daquelas mulheres com as quais sempre terminava as suas jornadas noite a dentro. Pires o convida para sentar-se à sua mesa. O poeta já era um homem maduro e alvo de chacotas por não esconder a sua predileção pelo sexo oral, o que naquela época era considerado, hipocritamente, coisa aviltante para um homem.

O Dr. Pires, um fauno libidinoso, levantou-se, esticou a língua junto ao rosto da mulher, lambendo-a no pescoço, pedindo que ela sentasse ao seu colo. Voltou a sentar-se, Alemão deu uma gargalhada e ajudou a mulher a acomodar-se entre as pernas do homem de letras, que prosseguiu nas prévias com o órgão gustativo. Finalmente, notando o braço ferido do investigador de polícia, perguntou-lhe como quebrara o braço. Sem ligar para algumas pessoas que estavam próximas, entre elas, Antônio Lopes, o Macêpa, exímio violonista, auditor federal de tributos e repórter não remunerado da Gazeta Socialista, Alemão respondeu, falando alto: “O braço não quebrou doutor Pires, está rebentado de tanta porrada que eu dei num safado chamado Timóteo. Foi ele quem matou Carlos Firpo, pergunte a Dr. Heribaldo que ele lhe conta tudo”. Alemão era um dos “homens de ouro” da Secretaria de Segurança, aqueles prontos para qualquer tipo de tarefa.

Estávamos na madrugada de oito de maio. Dois dias antes acontecera a “dantesca cena” descrita por Seixas Dória, quando, depois de confessar, arquejando, que o mandante do crime fora o coronel Afonso, Timóteo subitamente morrerá.

O TRUCIDAMENTO E UM JANTAR TRANQUILO

Menos de dez dias após o crime a cidade estava inundada de boatos e diferentes versões, mas a imprensa, todavia, nada informava. Mesmo a Gazeta, que pelo seu atilado repórter Macêpa, tivera conhecimento de como a morte de Timóteo ocorrera, optara por não noticiar o fato. Havia, ao que parece, a preocupação de não atrapalhar as investigações policiais.

Aqui, transcrevemos trecho permeado de desfaçatez, discrepâncias e invulgar frieza do depoimento do Dr. Heribaldo Vieira, tergiversando, sempre, sobre a eliminação da principal testemunha, e onde ele revela que, após assistir o espancamento, foi jantar tranquilo num restaurante de fim de noite:

“Verificando que os depoimentos de Pereirinha e Timóteo não eram ainda suficientemente claros e que eles insistiam em ocultar o mandante, e que este mandante não poderia deixar de ter ligações com a família Mandarino, resolvemos não tomar por termo os seus depoimentos logo aquele momento. E deixamos para fazê-lo quando, afinal, Pereirinha e Timóteo apontassem com clareza os verdadeiros mandantes. À noite, procurou a polícia, não negamos, criar um ambiente em que os criminosos atemorizados pudessem vir a confessar o crime. Foram eles levados para a estrada da Cerâmica, e a essa diligência estiveram presentes, dentre outras pessoas, a testemunha, o secretário de Segurança, o deputado Seixas Dória e o Dr. Humberto Mandarino, empenhados todos que estávamos no descobrimento da verdade sobre tão mons-

truoso crime. Nós, da polícia, que já estávamos de posse de quase toda a verdade, com facilidade, só mesmo diante daquela cena preparada, mas, sem o emprego de qualquer violência corporal, obtivemos, depois de repetidas inquirições em que Timóteo caía a toda hora em contradições, que este confessasse que o Carlos Alberto a que ele e Pereirinha tanto se referiam era um coronel da Aeronáutica de nome Afonso.

Nós, que conhecíamos o coronel Afonso, que privávamos da sua amizade, que sabíamos do grau de amizade que o unia à família Mandarino e ao doutor Carlos Firpo, sentimos uma repugnância diante daquela declaração, repugnância que contagiou a todos os presentes, pois, logo calculamos que Timóteo, de posse de documentos, inclusive da identificação profissional do coronel Afonso Ferreira, que este nos dizia haviam sido subtraídos há cinco meses passados da residência do doutor Carlos Firpo, onde estava hospedado, não acreditamos, e protestamos veementemente, achando que era mais uma saída de Timóteo que não queria confessar a verdade. Foi então que dois ou três policiais, não me recordo bem, que guardavam Timóteo, talvez pensando que a revolta de todos nós determinava violência física, foi então que estes policiais, cujos nomes ignoro, deram algumas pancadas em Timóteo, sendo logo advertidos pelo secretário de Segurança que, energicamente, não consentiu que se procedesse daquela maneira; que Timóteo disse então: ‘se duvidam mandem buscar Enoque, em Glória, que ele contará tudo’. E começou a narrar os fatos com uma clareza e com uma precisão que a todos logo nos convenceu, inclusive quando ele disse que fora ter um encontro com o coronel Afonso na rua Simão Dias nº 999. Bateu palma, chegou um

senhor puxando de uma perna, calvo, e que lhe disse que o coronel Afonso não estava, mas que esperasse que ele chegaria logo. Todos nós que conhecemos o ilustre Dr. promotor público aposentado bacharel Afonso Ferreira, e que sabemos que ele reside na rua Simão Dias nº 999, ficamos capacitados e convencidos de que Timóteo fazia uma sensacional revelação; que Timóteo contou todos os detalhes do crime como se vê no relatório do Dr. secretário de Segurança Pública, mas, ao terminar, clamava desassossegado: ‘estou perdido, vão me matar’. E outras palavras em que mostrava seu pavor do coronel Afonso Ferreira; que o estado de choque em que se achava fez com que a polícia suspendesse as inquiries e mandasse voltar os presos para os seus cubículos”.

UMA CAMA PARA UM MORTO DORMIR

Continuando o seu depoimento, o secretário chefe do inquérito Heribaldo Vieira chegou ao clímax das suas macabras fabulações, informando que autorizara levar uma cama para Timóteo ter “mais conforto”. Isso, depois de sair da “cena dantesca”, como Seixas Dória classificou o massacre, quando o bandido já dera o último suspiro.

Prossegue o Dr. Heribaldo:

“Saímos, fomos jantar na Gruta Sergipana, um restaurante que tem na rua São Cristóvão, nesta cidade, e, de volta, achamos que Timóteo se tornara um elemento precioso na elucidação da verdade e que carecia ser tratado com um certo conforto, pois os cubículos da Chefatura de Polícia não têm cama, e, voltando à Secretaria de Segurança, ordenamos que pusessem uma cama com colchão no cubículo de Timóteo. As ordens foram dadas e procuramos as nossas casas. Mais tarde fomos despertados, eu na minha casa e o secretário de Segurança na sua, com a notícia que nos era trazida de que, quando levaram a cama para Timóteo, este estava de cueca e camisa, pois havia tirado as calças para melhor dormir, ele foi encontrado morto. Imediatamente, mandamos buscar o médico legista Dr. Aloísio Coutinho Neves. Lá chegando, constatou o óbito, compreendeu a polícia que a divulgação da morte de Euclides Timóteo no início das diligências poderia perturbar o êxito das investigações, pois, os mandantes, pessoas da alta sociedade, cheias de poder e fortuna, poderiam usar de meios prejudiciais às referidas investigações. E então, foi o corpo de Timóteo sigilosamente

retirado do cubículo e mandado sepultar no Cemitério da Cruz Vermelha”.

Um detalhe a mais da total inverdade nesse depoimento de Heribaldo: os cubículos da Secretaria de Segurança ficam sob o primeiro piso. Apesar de ter sido o prédio reformado, e não mais existirem os cubículos, é possível observar que, para levar uma cama com um colchão, retirando-a de outro local dentro da própria Secretaria, não se gastaria mais de 20 minutos. Se Timóteo já estivesse morto, o transportador da cama e do colchão teria informado o fato na mesma hora, antes mesmo que Heribaldo deixasse o recinto da SSP. Todavia, ele somente foi informado da “morte” após o jantar no restaurante do centro da cidade, e tendo retornado para a sua casa, onde tranquilamente já dormia. Levou-se, assim, mais de duas horas para transportar a cama até onde estaria Timóteo, num percurso que de ida e volta não chega a 80 metros.

Timóteo, enquanto isso, fazia outro trajeto, sendo “furtivamente” levado para o sepultamento no Cemitério da Cruz Vermelha, isso, no espaço de tempo em que Heribaldo e amigos tomavam cerveja e saboreavam filés na Gruta Sergipana.

Curioso, ainda, que nenhuma das pessoas que teriam participado do sepultamento chegou a ser convocada para depor no errático inquérito policial.

A afirmação feita pelo Dr. Heribaldo de que Timóteo morrera num dos cubículos da Secretaria de Segurança foi posteriormente desmentida no laudo do médico legista, que declarou ter examinado o cadáver de Euclides Timóteo num local ermo, no caminho da Atalaia, e que “foi

convencido pela polícia” a declarar que Timóteo morrera em consequência de problemas cardíacos.

O diretor do gabinete médico-legal do Rio de Janeiro, Dr. Nilton Sales, que veio a Aracaju fazer a autópsia no cadáver de Timóteo, declarou que o diagnóstico de “edema pulmonar agudo decorrente de miocardite aguda” era inverídico, vez que não poderia ser obtido pelo simples exame externo do cadáver, ainda mais nas condições em que se encontrava, num terreno ermo e sem oferecer as menores condições para o trabalho, antes de ser conduzido “furtivamente” para ser sepultado. O perito carioca confirmou, dessa forma, o que dissera o médico legista sergipano, negando seu próprio diagnóstico e o atribuindo às pressões que sofrera da polícia.

No relatório concluindo o inquérito policial, o secretário de Segurança, Antônio Machado, escreveu e assinou embaixo: “O cadáver de Euclides Timóteo foi retirado furtivamente da Secretaria de Segurança”.

Esqueceram, porém, de convocar para uma explicação o Dr. Heribaldo Vieira. No seu depoimento, o condutor do inquérito, repetimos, declarou ainda e até minucioso: “Ao chegarem com o colchão e a cama, foi então que o encontraram morto, só em cuecas, porque tirara a calça para melhor dormir”.

Faltou ter acrescentado, naquele seu transe piedoso, que mandaria celebrar uma Missa de Sétimo Dia pela alma de Timóteo.

A série de mentiras, invencionices e patranhas do homem responsável por todas as investigações é algo impressionante, e que por si só desqualificaria todo o inquérito.

Os três policiais que o secretário de Justiça e responsável pelo inquérito diz não conhecer os nomes, eram seus protegidos, habitualmente o acompanhavam e frequentavam a sua casa. Com um reduzido número de agentes, não mais de dez, era impossível ao Dr. Heribaldo Vieira que fora secretário de Segurança durante dois anos não conhecer pelo nome os três policiais seus ex-comandados, que torturaram e mataram Timóteo, ainda mais porque não escolheria para a missão que desempenharam pessoas que não fossem da mais absoluta confiança dele.

CADÁVERES NA PRAIA, SINAIS DA GUERRA

Dia dezessete de agosto de 1942, a manhã nem clareara e o piloto Walter Baptista acabando de tomar um rápido café, chegava à calçada onde estava estacionado o seu velho Plymouth, modelo 1932, chapa 27. Como fazia habitualmente, ia buscar em suas casas outros pilotos e alunos. Ele era Instrutor de voo e fundador do Aeroclube de Sergipe, que funcionava há quatro anos e tinha uma boa flotilha de pequenos aviões de treinamento.

Notou, então, que estava a esperá-lo o Capitão dos Portos, comandante Homem de Menezes. O militar mostrava-se muito apreensivo. O navio Aníbal Benévolo saíra de Salvador e não chegara como estava previsto ao porto de Aracaju. Pelo rádio nada fora captado, e ele temia que o velho barco de mil e trezentas toneladas, usado para transporte de carga e passageiros, houvesse sofrido uma avaria. Pediu ajuda aos pilotos para tentarem localizar o navio. Com o dia claro, decolaram da pista do Aeroclube três Piper-Cubs. Walter comandava a esquadrilha. Entraram em formação lado a lado já sobrevoando o estuário do rio Sergipe.

Começo de manhã, não havia vento, mar tranquilo, um espelho, batido pelos raios dourados-rubros do sol que acabara de inaugurar o dia. Desaparecera o rendilhado alvo da arrebentação das ondas, constantes, naquela sempre agitada barra. Aproaram o rumo 120 graus. Distantes umas quatro milhas da linha da costa, infletiram para a direita. Quase no rumo 180, voaram paralelo à praia por uns trinta minutos. Já haviam, há muito, ultrapassado a

foz alargada do Vaza Barris, estavam quase no través da barra da Estância, e nenhum vestígio do Aníbal Benévolo, então, Walter sinalizou para os outros pilotos que iria fazer noventa graus à esquerda, entrando mar a dentro, uma temeridade naqueles frágeis aviões monomotores que não eram dotados de rádio, nem tinham, sequer, um colete salva-vidas. Com quinze minutos de voo na direção leste, ele e o aluno-solo Tenisson Araújo, ansiosamente buscando avistar o navio, localizaram grandes manchas de óleo, uma enorme quantidade de destroços boiando e baleeiras repletas de naufragos que acenavam desesperados. Os três aviões baixaram, fizeram voos rasantes e logo divisaram, em pontos diferentes, mais destroços e outros sobreviventes. Eram o Aníbal Benévolo, o Baependí e o Araraquara. Naquela área do nordeste brasileiro o recém-chegado submarino alemão U-507 fizera as suas primeiras vítimas, aqueles lentos e desarmados barcos da navegação de cabotagem. Tensos, sem saberem ainda quantos barcos haviam sido atingidos, mas já tendo a certeza de que se tratava de um ato de guerra, os pilotos, alertados pelo ponteiro do marcador de gasolina, retornaram ao Aeroclube. Logo, a população de Aracaju tomava conhecimento da tragédia. Chegara a primeira notícia de uma conflagração que, se imaginara, nunca estaria entre nós. No resto daquele dia, nos dias seguintes, os pilotos dos aviões do Aeroclube de Sergipe patrulhando a costa, levando socorro aos naufragos em sucessivas missões, foram os primeiros brasileiros a se envolver, diretamente, em operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil foi o único país independente do hemisfério sul a participar, enviando tropas à Europa.

A GUERRA AQUI, E A CENA MUNDIAL

A guerra havia chegado ao Brasil pelas praias de Sergipe e Bahia, em agosto de 1942. Naquele mês, no teatro de guerra europeu a resistência heróica do exército russo começava a fazer refluir, diante de Moscou, o avanço da demolidora máquina de guerra nazista, que, desde o dia 2 de setembro de 1939, quando começara a invasão da Polônia, acumulava sucessivas vitórias. O mundo, espantado, acompanhou os efeitos devastadores dos exércitos mecanizados e com apoio aéreo. Era a nova forma da batalha móvel, rápida, a blitzkrieg nazista, a guerra relâmpago. Pelas vastas planícies russas, a impetuosa ofensiva alemã fora finalmente contida, e o gigantesco aparato bélico que subjugara a França, - cujo exército era considerado até então o mais poderoso do mundo -, e havia também rapidamente derrotado a Bélgica, Holanda, Polônia, Dinamarca, Noruega e a Tchecoslováquia, começava a fazer recuos em diversos pontos.

Numa frente desdobrada amplamente, ao longo de quase duas mil milhas, os russos barravam o avanço dos até então invencíveis exércitos de Hitler. Na extremidade sul do gigantesco arco onde os beligerantes se confrontavam, a cidade estratégica e simbólica de Stalingrado era palco de intensos combates de casa em casa. A antiga Volgogrado não havia sido expugnada pelas tropas do general Von Paulus, que hesitava em recuar, ou fazer dali o seu baluarte para a dureza dos combates que se prolongariam até o inverno quando houve a rendição. Paulus, promovido por Hitler a marechal,

com a advertência de que jamais um oficial alemão naquele posto capitulara diante do inimigo, nem chegou a usar seu novo uniforme. Rendeu-se no último dia de janeiro de 42. Do seu exército inicial, de duzentos e cinquenta mil homens, só restaram, combatendo, cerca de quarenta mil.

No Pacífico, os americanos que haviam entrado no conflito em dezembro do ano anterior, depois do traiçoeiro ataque nipônico a Pearl Harbor, nas ilhas do Havaí, conseguiram, em maio, vencer ferozes batalhas navais e deter a esquadra do almirantíssimo Yamamoto, que planejava atacar Midway, e de lá ameaçar o território continental dos Estados Unidos.

No dia dezessete de agosto, Winston Churchill, Primeiro Ministro britânico, acompanhava nervosamente o desenrolar do ataque de comandos ingleses, que, numa ação quase suicida investiam contra o porto de Dieppe, na França ocupada. No Atlântico norte, 250 submarinos alemães faziam uma devastação nas marinhas mercantes dos Estados Unidos e Inglaterra. O comandante da estratégica força de submersíveis, almirante Karl Doenitz, combinara com Hitler transferir parte da flotilha para operar no Caribe, e também nas costas norte e nordeste do Brasil. Depois que o governo brasileiro, chefiado pelo ditador Getúlio Vargas, no dia 22 de janeiro de 42 rompera relações diplomáticas com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Conferência do Rio de Janeiro, em solidariedade aos Estados Unidos, o almirante Doenitz imaginou uma ação punitiva, atacando diretamente os portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, foi dissuadido em face da repercussão negativa que isso causaria na América Latina, onde Hitler contava com a simpatia de muitos

países, como a Argentina, o Chile, entre outros, e, até bem pouco tempo, também de Getúlio Vargas e seus mais influentes generais e almirantes. O ditador argentino Juan Perón teria ponderado ao Embaixador alemão em Buenos Aires, que um ataque a um país sul-americano lhe deixaria em posição incômoda. Ele mesmo, acalentava planos de ocupar o sul brasileiro e parte do Mato Grosso, caso Hitler vencesse a guerra e lhe deixasse fazer isso, porque grande parte dos imigrantes alemães que eram nazistas, já tinham o propósito de anexar o sul brasileiro ao Reich alemão, e o próprio ditador já dissera que a Alemanha iria civilizar o Brasil, onde viviam “mestiços degenerados”.

Nas águas do nordeste brasileiro ficaram operando dez submarinos, entre eles o U-507, comandado pelo tenente Harro Schacht. Ao começar seus ataques no litoral sergipano e baiano, o comandante alemão já tinha um saldo, para ele positivo, de dezoito navios afundados.

Dos 837 relacionados como passageiros e tripulantes dos barcos torpedeados pelo U-507, entre Sergipe e Bahia, oficialmente, foram contados 607 mortos. Mas há uma outra versão, surgida de depoimentos de passageiros da terceira classe. Segundo eles, a estatística oficial estaria errada, porque os passageiros da terceira classe não eram todos registrados, e entre eles a mortandade foi muito maior, porque não tiveram acesso ao convés, enquanto o navio afundava. Assim, poderia haver mais uns cem cadáveres. Os corpos continuavam chegando às praias, e os sobreviventes trazidos para Aracaju. Enquanto isso, aumentava a fúria da população, que começou a fazer manifestações, rompendo a pasmação política imposta pela ditadura de Getúlio Vargas.

SANGUE NAS PRAIAS, ÓDIO NAS RUAS

O povo, saindo às ruas, exigia que o Brasil declarasse guerra à Alemanha, Itália e Japão.

Desde que os Estados Unidos entraram na guerra e Hitler cometeu o fatal erro estratégico de abrir duas frentes na Europa, Getúlio, um hábil e pragmático político, embora sem revelar gosto pelos jogos sutis da diplomacia, entendeu que era preciso acabar a duplicidade que caracterizou o relacionamento brasileiro com os blocos em conflito.

Getúlio, um ditador, chegara a pender vigorosamente para a Alemanha e seu modelo totalitário. Em julho de 1940, a bordo de um navio da Marinha de Guerra do Brasil, o Minas Gerais, rodeado pelos seus almirantes, quase todos notoriamente fascistas, Getúlio ergueu taças de champagne festejando a entrada dos alemães em Paris e a humilhante capitulação da França, tendo dito, no mais aplaudido trecho do discurso, que as democracias liberais viviam os seus últimos dias, e desenhava-se a era dos estados autoritários.

O texto pouco diplomático do discurso fora até amenizado por Gois Monteiro, um dos mais germanófilos entre os generais que davam sustentação ao Estado Novo, o modelo totalitário de Getúlio. Mas, na fala do chefe do regime restaram as afirmações explícitas de adesão ao Eixo, que surpreenderam o Chanceler Osvaldo Aranha, um democrata que desejava a vitória sobre o nazi-fascismo, com o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos. Ele levou sua indignação ao presidente, que o acalmou, dando-lhe a atribuição de buscar

um encontro com o Embaixador americano no Rio de Janeiro, e pôr panos quentes no trauma do episódio.

Tudo mudaria quando, um ano e meio depois, em dezembro de 1941, os japoneses atacaram Pearl Harbor, no Havaí, e os americanos entraram na guerra. O Brasil rompeu relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, mas, permaneceu longe da guerra, enquanto Getúlio negociava com os americanos as bases no saliente nordeste brasileiro, ponto estratégico para o controle do Atlântico Sul, e uma ponte para a ocupação da África do Norte. Os ataques aos navios brasileiros fizeram com que Getúlio, vencendo a resistência dos seus generais e almirantes, admiradores de Hitler, de Mussolini, do não menos asqueroso caudilho espanhol Francisco Franco, dias depois dos torpedeamentos declarasse guerra ao Eixo, a aliança belicosa da Alemanha-Itália-Japão.

As notícias sucessivas sobre a chegada às praias próximas a Aracaju de centenas de corpos e destroços do naufrágio, além do medo de uma temida invasão, gerou, também, revolta e ódio na população aracajuana.

No dia dezanove de agosto, por volta das dez horas da manhã, uma multidão de mais de duas mil pessoas começou a percorrer em atitude agressiva as ruas de Aracaju. Eram estudantes, operários, alguns intelectuais, muitos integrantes do clandestino Partido Comunista que, visados pela ditadura, encontravam o momento exato para mobilizar o povo. Logo estariam sendo depredadas as propriedades de brasileiros simpatizantes dos regimes de Hitler e Mussolini, e dos poucos alemães e italianos residentes em Aracaju. O povo, em fúria, iria invadir e destruir o palacete onde viviam os Mandarino.

A VITROLA MUDA, A ESPERA TENSA

Naquela manhã de dezenove de agosto de 1942, no grande casarão cinza da Praça Olímpio Campos, esquina com Santa Luzia, palacete de Nicola Mandarinio, o café foi servido em silêncio. Na vitrola não foram colocados os discos com hinos e marchas militares, o aparato de propaganda do fascismo e do Duce, Benito Mussolini. O italiano tinha predileção especial por uma cançoneta, a *Africanina*, interpretada pelo tenor Begniamino Gigli, que exaltava a invasão da Etiópia pelos exércitos italianos, um genocídio covarde, que a letra da música considerava “obra civilizatória para humanizar os bárbaros abissínios”. Naturalizado brasileiro, e aqui tendo formado família, Nicola Mandarinio era mesmo um entusiasmado admirador do regime ao qual atribuía o soerguimento da sua pátria mãe, de onde saíra, emigrando para o Brasil em tempos difíceis de fome e desordem política na Itália recém-unificada. Em Sergipe, tornou-se um dos destacados líderes do Partido Integralista de Plínio Salgado, cópia crioula de Mussolini, Franco, Salazar e Hitler. Plínio, segundo o escritor Guilherme Figueiredo, “tinha cara de piloto de provas de supositório”. Era um intelectual e escritor de alto nível, todavia caricato, como são todos os extremistas. Ainda não era alcoólatra como tornou-se depois, quando deputado federal, na solidão agônica do planalto sem fim, onde Juscelino fora criar a sede modernista de uma República em êxtase de transformações.

O sergipano Passos Porto, que foi deputado federal e senador, tornou-se vizinho de apartamento do líder in-

tegralista. Algumas vezes, na madrugada, batiam à sua porta, ao abri-la dava de cara com Plínio, bêbado, que só então descobria que a sua porta era outra. Sem esquecer de antes, com a voz arrastada de ébrio, fazer a saudação do fascismo brasileiro: Anauê. Passos Porto respondia baixo e entredentes: “vá a puta que te pariu”.

Na noite anterior daquele dia imprevisível, Nicola quase não conseguira dormir. Passou o tempo sintonizando emissoras do Rio de Janeiro, ouvindo os noticiários, e teve a certeza de que o Brasil nos próximos dias declararia guerra à Alemanha e Itália. Aracaju vivia horas de medo e revolta. Nas praias, continuavam chegando os cadáveres, os sobreviventes e os destroços dos cinco navios torpedeados. Circulavam boatos sobre desembarques de tropas alemãs e italianas nas praias do Abaís, Caueira e Mangue Seco, iniciando-se a invasão do Brasil. Muitos aracajuanos receosos, com medo da guerra, começavam a deixar a cidade, indo para fazendas, ou casas de parentes no interior. Naquela noite começara o blackout, as luzes completamente apagadas. Aracaju era normalmente uma cidade escura, com precária energia elétrica fornecida por um barulhento gerador instalado num barracão na rua Itabaianinha, a Casa da Luz e Força, em frente ao prédio em indefinido estilo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Ao começar o dia repleto de maus presságios, Nicola Mandarino temendo alguma represália, nem saíra de casa cedo, como fazia habitualmente para supervisionar seus negócios: uma fábrica de fécula de mandioca, uma serra-ria, muitos imóveis alugados e a enorme fazenda Colégio, no município de Itaporanga, onde engordava gado, pro-

duzia leite, colhia cocos, criava peixes em viveiros ladeando os manguezais e retirava madeira das imensas matas. Possuía também negócios e imóveis no Rio de Janeiro, inclusive residência na rua do Bispo, Tijuca, onde passava temporadas. Não eram boas as notícias trazidas por alguns amigos. A cidade fervilhava de boatos. Dizia-se que o interventor Maynard Gomes estava preparando um decreto determinando a prisão imediata de todos os italianos e alemães residentes em Sergipe. Nicola pensou em telefonar ao interventor, com quem tinha boas relações de amizade, mas imaginou que aquilo poderia ser interpretado como medo. Logo depois chegou o seu motorista um tanto esbaforido, informando que nos colégios e nas fábricas, pessoas andavam arrebanhando os estudantes e trabalhadores para saírem às ruas protestando contra os torpedeamentos e exigindo que o Brasil declarasse guerra à Alemanha e Itália.

Naquele dia, Nicola não permitiu que as três filhas, Milena, Vanda e Iolanda, saíssem para ir à escola. Humberto, o filho mais velho e único homem, morava em Cruz das Almas na Bahia, onde se formava em engenharia agrônômica. O velho italiano foi até à varanda no andar superior da casa, com vista ao parque, e observou que estavam sendo formados alguns grupos, em seguida, oradores começaram a falar, enquanto chegavam mais e mais pessoas. Resolveu telefonar para a Chefatura de Polícia e pedir proteção, mas lá ninguém o atendeu. Mandou trancar os portões do jardim (a mansão era protegida por gradis de ferro), fechou todas as portas, carregou algumas armas e subiu por uma estreita escada de madeira, com toda a família, para irem ficar apertando-se num pequeno torreão que compunha a estrutura

frontal da casa. De lá, através das pequenas janelas de vidro, viu quando a multidão que se concentrara no parque em torno da Catedral começou a avançar.

Em pouco tempo a casa estava cercada por centenas de pessoas que gritavam, atiravam pedras e começaram a escalar as grades. Em seguida, as portas foram derrubadas, a turba entrou como uma onda, destruindo o que encontrava pela frente. Logo, os móveis, as louças, os quadros, os sofás, tudo restou despedaçado, rasgado, lançado das janelas para a rua. Até um piano alemão e as veneradas relíquias, imagens de santos trazidas da Itália, guardadas em altares adornados com flores finamente trabalhadas em ouro e prata, estavam esfareladas, seus restos espalhados num cenário de hecatombe. Em outros pontos da cidade repetiam-se as mesmas cenas. No convento da colina do Santo Antônio, os frades alemães escaparam do trucidamento saltando pelas janelas do fundo e se pondo a correr ladeira abaixo, pelo Beco das Batinas, embrenhando-se nos matos e brejos da Jetimana. Um deles seria encontrado por policiais escondido sob a cama de uma das moradoras de uma casa de “mulheres da vida livre”, que o protegeram, mesmo sabendo dos perigos que corriam.

Nas ruas de Laranjeiras e João Pessoa, centro da cidade, eram depredados estabelecimentos comerciais de um irmão de Nicola, Vicente, e dos “galinhas verdes”, como eram depreciativamente chamados os filiados ao Integralismo, movimento político de extrema direita que tivera presença forte no cenário político brasileiro e nos escalões da Ditadura, até que os seus líderes se foram juntar aos comunistas, nas ilhas presídios de Trindade e Fernan-

do de Noronha, depois de tentarem o golpe de Estado em 1938. Os comunistas haviam feito uma tentativa semelhante três anos antes.

No cruzamento das avenidas Coelho e Campos com a antiga João Ribeiro, hoje Carlos Firpo, estava localizada a serraria de Nicola Mandarinino, que foi completamente destruída, junto com a fábrica de fécula de mandioca. As pessoas acusavam Nicola de ser um espião a serviço da Itália, porque, além da nacionalidade, eram bem conhecidas as suas inclinações político-ideológicas. No torreão da casa, onde fora instalado um para-raios, imaginava-se que estivesse a antena de um poderoso equipamento rádio transmissor, com o qual o italiano passaria aos submarinos as informações sobre movimentação de navios.

Naquela época, uma rede de espionagem alemã funcionava no Brasil e seus agentes estavam concentrados no Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Recife e Belém, os portos mais movimentados. Aracaju, um precário porto, não mereceria as atenções do sistema de inteligência alemão.

O VESTIDO DE NOIVA, OS PESADELOS

Do alto da torre, pela minúscula janela de vidro, Milena viu quando o seu vestido de noiva rasgado, feito em pedaços, foi lançado do primeiro andar, e caiu, ficando pendurado sobre os gradis que cercavam a mansão. Naquele instante, ela teve a primeira visão de sonho e pesadelo, que retornariam ao longo da sua vida trágica.

Um fogo estranho, irreal, ia consumindo o vestido, do qual começava a escorrer sangue, que tingia a grade, espalhava-se pela calçada, formando uma grande poça pisoteada pela turba indiferente, e que se movimentava avançando em direções diversas. Pairava sobre toda a cena um silêncio absoluto, denso, onde sumiam as vozes, os passos, a atoarda dos gritos e da destruição. Num átimo, a multidão sumia, e ficavam pelos paralelepípedos da rua, pelas calçadas, pelos jardins, um labirinto tumultuário de rastros escarlates. Rápido, a multidão reaparecia, transfigurada. Os seus movimentos compunham agora a cena catártica de um balé de bêbados, mendigos esfarrapados e prostitutas seminuas, o cenário onírico saído de um pincel surrealista. A cena muda se desfez, quando o silêncio foi ocupado pelo planger mavioso de violinos etéreos. Milena despertou do pesadelo.

Refaziam-se as imagens, ouviam-se novamente os gritos, os improperios do turbilhão.

No rosto esfomeado de Milena desenhava-se agora a resignação, substituindo o pânico. Sentiu a mão do pai que a segurava pelo braço, indicando que deviam descer, sair do abrigo. Já chegavam os primeiros policiais tentando conter a

massa enraivecida. Com a diminuta tropa, apareceu também o interventor em Sergipe, coronel Maynard Gomes. O carismático militar liderara como tenente na década dos vinte, duas rebeliões em Aracaju, quarteladas com algum apoio civil, que fracassaram, e ele foi condenado à prisão no arquipélago da Trindade, no meio do Atlântico, entre o Brasil e África, o degredo da tumultuária República. Finalmente, a revolução de 1930 o levou ao poder na onda dos “tenentes” revolucionários que assumiram o governo nos estados.

Naquele instante de rebelião nas ruas, o interventor confiou no seu carisma, e foi até à varanda do palacete falar ao povo. Pediu calma, e que todos retornassem às suas casas. Prometeu que os traidores da pátria seriam punidos. A massa humana o aplaudiu e aquietou-se. Com a calma aparentemente restabelecida, o italiano começou a descer as escadas, acompanhado pela esposa, filhas e alguns empregados, equilibrando-se nos degraus com certa dificuldade, porque era um tanto coxo. Magro, esguio, face ossuda, têmporas proeminentes, parecia ab-sorto, passando os olhos pelas pessoas como se não estivesse a enxergá-las. Ainda no meio da escadaria, uma das suas filhas, contemplando enojada a multidão ameaçadora, com desdém e raiva, bradou bem alto e desafiadoramente: “Viva a Itália, Viva Mussolini”. De baixo, a multidão revidou: “Fascistas, filhos da puta, traidores, assassinos”. Em seguida, Nicola Mandarino foi preso.

Oito dias depois, o Chefe de Polícia Enock Santiago, encerrando o relatório do inquérito policial aberto para apurar responsabilidades dos estrangeiros e brasileiros suspeitos de espionagem, escreveu: “Concluímos, assim, o relatório do inquérito a que procedemos após ouvidas

vinte e quatro pessoas e que se contem nesses autos. Afora as pessoas de Nicola Mandarino e Herbert Merby, que encontramos, o primeiro como possuidor de armas e munições de guerra e o segundo como exercendo uma atividade contrária aos interesses da segurança do Brasil, os demais estão sem provas de culpabilidade”.

Três meses transcorridos desde aqueles tumultuados acontecimentos, numa discreta cerimônia familiar, Milena Ferreira Mandarino, 17 anos, de prendas domésticas, filha de Nicola Mandarino e Julieta Ferreira Mandarino, casava com Carlos Firpo, 30 anos, médico, filho de João Firpo (falecido) e Antônia de Menezes Firpo. Era o dia dezenove de novembro de 1942. O Brasil já estava em estado de guerra, Nicola Mandarino, o pai de Milena, preso, respondia a processo no Tribunal de Segurança Nacional e seus bens estavam parcialmente confiscados. Terminada a cerimônia, Milena, entre os poucos convidados, de repente amparou-se no marido, sentindo uma vertigem. Seu vestido simples, alvíssimo, era visto por ela como se estivesse tingido de vermelho, um rubro intenso que rebrilhava, seus reflexos esbatiam-se sobre a farda impecavelmente branca do segundo tenente-aviador da Aeronáutica, Afonso Ferreira Lima, perfilado próximo, como se estivesse em posição de sentido. O jovem militar era amigo da família, um quase irmão dos filhos de Nicola Mandarino. Recentemente declarado oficial, já estava como piloto de guerra, engajado na patrulha aérea do Atlântico Sul, formada com apoio dos americanos para localizar e atacar submarinos inimigos. Quase desmaiando, Milena retirou-se. Acabara de ter, três meses depois, a segunda visão daquela mesma cena do pesadelo de sangue, iniciado no dia em que protestos e violências se misturaram.

O SANGUE VERÍDICO DO ÚLTIMO PESADELO

Por volta das dezesseis horas da tarde do dia 29 de abril de 1958, centenas de pessoas estavam concentradas em frente à casa do médico assassinado, de onde sairia o caixão. Foi recusado o carro fúnebre. Decidiu-se que todo o trajeto até o cemitério Santa Izabel seria percorrido a pé.

Milena, a viúva, permanecia no seu quarto sedada com tranquilizantes. Suas filhas ficaram junto, eram duas, de dez e doze anos, Jujú e Gracinha. Milena quis chegar à varanda para olhar de cima, ou despedir-se do marido morto. Vestindo luto fechado, cambaleante, amparada por amigas, algumas freiras, deu poucos passos, chegou à varanda e debruçou-se sobre o parapeito. Ao ver a multidão silenciosa, embaixo, sentiu-se tonta, envolvida numa vertigem, os olhos embaçados até distinguiam algumas pessoas que eram conhecidas, mas as imagens se confundiam. De novo, retornava aquela cena fantasmagórica que a perseguia. Foi sendo transportada para um outro local, o tempo recuava, as circunstâncias eram diferentes, mas igualmente aterradoras. Era agosto de 1942. Ela, noiva, iria casar breve. A data fora marcada, os convites, cuidadosamente caligrafados, já estavam sendo distribuídos; o enxoval todo viera bem antes, da Itália, os vestidos, a roupa de cama, as porcelanas, as pratarias. Tanto naquele agosto, dezesseis anos passados, como naquele abril de 1958, o mundo para Milena estava desmoronando. Agora, iluminado pelos raios amarelados do sol no meio da tarde, um vestido de noiva rasgado, esfacelado, flutuava

no ar, levado pelo vento. Alvo, de seda e cetim, o sol o incendiava, transformando-o numa chama dourada, como se fora inconsútil fogo fátuo. Adejou por instantes, sugado por um rodaminho, e se desfez em vários pedaços, antes de cair. De repente, alterou-se o relógio do tempo, a cena mudou de lugar, o vestido claro, a luminosidade dourada que o envolvia, tudo se tornou rubro. Despencou na calçada, nos paralelepípedos, sobre as pessoas, sobre o caixão onde era levado o marido, uma chuva vermelha, vermelha de sangue. Era a terceira visão do recorrente pesadelo de Milena.

A PROVÍNCIA SERGIPE, HÁ 50 ANOS

Em abril de 1958, quando aconteceu o crime da rua de Campos, Aracaju era acanhada, bisonha e desenxabida capital de um estado extremamente pobre. Por aquela época, tinha pouco mais de cem mil habitantes, e Sergipe cerca de setecentos mil. Quatro meses antes, em janeiro, a cidade ganhara um aeroporto com pista asfaltada, dotado de iluminação, e assim possibilitando operações noturnas. Até então, havia somente o Campo do Aeroclube, ao lado da Avenida Maranhão, onde operavam diversas companhias com aviões Douglas DC-3 e Curtis Commander, pousando e decolando somente durante o dia. Havia um porto, precário cais de madeira, com uns 60 metros de comprimento por 50 de largura, entrando pelo rio Sergipe na rua da Frente, prolongamento da rua Laranjeiras. Nele, atracavam pequenos cargueiros ou navios de passageiros, um de cada vez. Quando chegavam ao porto o Comandante Capela, o Murtinho, “paquetes” do Loyd brasileiro, os estudantes dos cursos Científico e Clássico do Atheneu, aos sábados, saíam, quase correndo da última aula às três da tarde para tomar chope no navio.

Nos bares da cidade só havia cerveja em garrafa, e as pessoas dividiam a preferência entre casco escuro ou verde. Ainda novidade luxuosa era o trem da Leste Brasileiro, o Estrela do Norte. Movido por locomotiva a óleo, que substituíra a “Maria Fumaça” à lenha, o trem ligava Aracaju a Salvador com o conforto de cabines-leito e um carro restaurante.

Aracaju terminava ao sul, pelos fundos da Igreja de São José, na praça Tobias Barreto, que era um descam-

pado, depois, começavam os extensos manguezais. Só recentemente havia sido asfaltada a estrada da Atalaia e construída uma ponte sobre o rio Poxim, substituindo outra, em forma de semicírculo elevado, que apresentava enorme rachadura na parte mais alta. As “marinetes” (como eram chamados naquele tempo os ônibus) que faziam o trajeto Aracaju-Atalaia paravam antes da ponte sobre o rio Poxim, os passageiros desciam, iam caminhando até o outro lado, depois, o veículo passava. Precaução para evitar que o excesso de peso fizesse desabar a deplorável engenharia. A nova ponte, construída pelo governo do estado com verba federal, recebeu o nome do presidente Juscelino Kubitschek, que não a inaugurou no dia 28 de janeiro, quando veio a Aracaju para desatar a fita verde amarela na entrada do novo aeroporto Santa Maria, cujas operações se iniciavam com o pouso do Convair da VARIG, substituto às pressas do Viscount, um tubo-hélice quadrimotor, que JK acabara de adquirir na Inglaterra, e teria sido alvo de uma sabotagem. Juscelino chegou sorridente, como sempre, e nada revelou sobre o motivo da troca dos aviões, Leandro Maciel, o governador, fazia oposição a Juscelino, mas preparou uma recepção em Palácio, esperando que o presidente atendesse ao seu convite depois de entregar oficialmente o aeroporto e a ponte. As eleições estaduais ocorreriam em outubro daquele ano e o clima entre governo e oposição deteriorava-se cada vez mais. Concluída a solenidade de inauguração, onde JK e Leandro trocaram gentilezas na minúscula estação de passageiros, em que udenistas e pessedistas formavam dois grupos separados, JK agradeceu as atenções e retornou rápido ao Rio de Janeiro, sem mesmo inaugurar

a ponte, frustrando as expectativas do governador que desejava mostrar prestígio com a ida do presidente ao seu palácio. Juscelino já havia respondido positivamente ao convite, quando, numa conversa reservada a um canto da sala com o deputado federal Leite Neto, foi convencido de que a sua ida ao almoço teria efeitos danosos sobre os seus aliados, enfrentando em Sergipe a dureza do governo estadual, que não lhes dava trégua. Do deputado estadual Garcez Dória o presidente teria ouvido a afirmação que o convenceu a retornar logo dali mesmo. Afirmara com veemência o deputado: “As viúvas dos nossos mortos, os filhos órfãos, os que sofreram a humilhação de espancamentos da polícia, não irão entender a sua presença numa recepção oferecida pelo governador e não lhe perdoarão, presidente”.

O clima acirrado da política sergipana não permitia concessões às formalidades.

Pelo lado oeste da cidade, pouco além do Hospital de Cirurgia, um morro de areia branca demarcava o limite da Aracaju de 1958. Do outro lado do “Morro de Areia” começava uma região de matas e muitas lagoas. À noite, por volta das nove horas, depois que tocava a corneta do Quartel de Polícia, Aracaju mergulhava num profundo silêncio, e podia-se ouvir o silvar característico dos bandos de paturis que passavam voando, buscando os alagados em torno da cidade. No centro, onde ficam hoje a Estação Rodoviária Velha e o prédio do INSS, o Morro do Bonfim há pouco tempo havia sido desmontado, após vencidas muitas resistências e demolidas as fétidas palhoças sobre o areal alvo, o “curral”, onde se vendia cachaça e funcionavam os in-

digentes cabarés, sem luz elétrica nem água encanada. Grande parte das mulheres que ali exerciam o seu estigmatizado ofício estava contaminada por doenças venéreas, ou tuberculose.

O desmonte do morro era apresentado pela imprensa governista como mais uma prova da “audácia e da visão administrativa do governador, o preclaro engenheiro Leandro Maciel”. O jornalista e promotor público Marcos Guimarães, sempre convidado por sucessivos governadores para exercer o cargo de secretário de Imprensa, tinha uma fórmula segura de agradar a todos: adjetivos e mais adjetivos, compondo textos untuosos, que faziam muito bem à vaidade dos governantes.

Das ruas da cidade acabavam de ser retirados os trilhos por onde passavam os bondes elétricos. O governador alegava que isso fora necessário porque os bondes, lentos, atrapalhavam o tráfego crescente dos veículos automotores. Dizia a oposição que os trilhos haviam sido presenteados a fazendeiros correligionários do governador, que os utilizaram para fazer pontes e postes de energia elétrica em suas propriedades. Na verdade, Leandro Maciel começava, naquele tempo, as obras transformadoras que, continuadas por outros governadores e prefeitos, afastariam o desolador aspecto de vilarejo mal tratado que tinha a capital sergipana.

Nas ruas da cidade, naquela época, rodavam menos de quinhentos automóveis. As três concessionárias de veículos, Ford, Chevrolet e Dodge, conseguiam, cada uma, se muito, vender um carro por mês. Os automóveis, todos importados, eram pedidos sob encomenda, quando chegavam, ficavam expostos durante vários dias, tendo

ao lado uma tabuleta indicando o nome do comprador. Esse mesmo procedimento, o anúncio do privilegiado e raro adquirente, era feito quando se vendiam refrigeradores ou radiolas, bens ainda fora da capacidade aquisitiva de mais de noventa por cento das famílias aracajuanas. Os primeiros carros da nascente indústria automobilística nacional criada pelo presidente Juscelino Kubitschek começavam a aparecer nas ruas da cidade. Sergipe não tinha nenhum município ligado por estrada asfaltada à capital. Em Aracaju, além da estrada da Atalaia, havia, asfaltadas, a avenida Simeão Sobral e a rua João Pessoa.

Na nossa “Barbosópolis” (referência a Inácio Joaquim Barbosa fundador da nova capital), como usualmente Aracaju era tratada nos jornais, deles, só o Sergipe-Jornal dispunha de linotipo, os outros eram feitos manualmente, utilizando-se tipografias, num processo ainda quase ainda idêntico ao invento de Gutenberg no século quinze.

Na cidade horizontal, o edifício Mayara, com seis pavimentos, no cruzamento das ruas Laranjeiras e João Pessoa, era o prédio pioneiro, inaugurado em abril de 1950 pelo “denodado arrojo do abastado comerciante João Hora”. Havia, na época, uma estranha e absurda “teoria” que pessoas até com um razoável grau de escolaridade gostavam de defender, segundo a qual, em Aracaju não poderiam ser erguidos prédios, porque o solo encharcado dos apicuns aterrados não suportaria construções de tal porte. Por isso, o Edifício Mayara estava condenado ao desabamento. O engenheiro que o construiu, Fernando Figueiredo Porto, costumava frequentar a Sorveteria Chic, que ficava em frente à sua obra, do outro lado da rua. No dia em que faltava ao convescote os amigos da roda de cerveja pilheriavam, dizendo que ele

estava mesmo era com medo de que a obra desmoronasse sobre a sua própria cabeça. Somente sete anos depois da construção do edifício Mayara seria inaugurado outro prédio, o Aliança, na esquina de Laranjeiras com Itabaianinha. Tinha cinco andares e a novidade de ser um edifício misto, de salas comerciais e apartamentos. Nele, funcionava em três salas apertadas e modestamente mobiliadas a Procuradoria da República em Sergipe. Havia quatro funcionários, e o Procurador Federal Dr. Osman Hora Fontes, que nas férias era substituído pelo promotor público estadual Dr. Paulo Costa, o mais antigo. Dr. Osman, um homem culto, rigoroso e simples, cumpria quase todos os dias a pé, indo e vindo, o trajeto relativamente longo da sua casa na Praça Tobias Barreto até o local de trabalho. E mantinha rigorosamente em dia os processos que despachava.

O edifício Walter Franco, na Praça Fausto Cardoso, foi inaugurado quase na mesma época. Walter Franco, ex-senador da República, um dos principais sustentáculos financeiros da UDN sergipana, morrera em 1957, aos quarenta e nove anos, e o governador resolveu homenageá-lo. Era outra “obra arrojada” de Leandro Maciel, e nos seus seis andares abrigava todas as Secretarias e Diretorias do governo do estado. Vizinho ao Walter Franco havia o São Carlos, primeiro edifício inteiramente residencial da cidade. Na Rua da Frente estava sendo concluído o prédio de apartamentos Atalaia, com “incríveis dez andares”. Ficaram famosos o engenheiro João Machado Rollemberg e seu sócio, Benedito do Espírito Santo, que tiveram a “audácia de construir aquele arranha-céu”.

Na capital sergipana cerca de quatrocentos estudantes superiores frequentavam as faculdades estaduais de Quí-

mica Industrial, esta, uma das mais conceituadas do país, de Economia, de Contabilidade, a federal de Direito, e também a Católica de Filosofia, criada pelo padre Luciano Duarte, que abrangia cursos de Letras, História, Geografia e Matemática. Funcionava, também, a Faculdade de Serviço Social, dirigida por freiras.

Além dos bares, redutos preferidos, os intelectuais costumavam reunir-se na Livraria Regina, rua João Pessoa, quase ao lado da Sorveteria Chic, o bar mais movimentado da cidade. O livreiro José Apóstolo, ex-militante do Integralismo, era atencioso, correto, sempre disposto a facilitar as vendas para clientes costumeiros e carentes de dinheiro. Apóstolo acompanhava cuidadosamente o movimento editorial do Rio de Janeiro e São Paulo, e a Regina tinha sempre suas prateleiras atualizadas. Aos domingos, fazia-se a retreta. Moças e rapazes concentravam-se na calçada em frente ao Palácio Olímpio Campos, na Praça Fausto Cardoso. A banda da Polícia Militar tocava no coreto, algumas vezes também na do 28º BC. Os rapazes ficavam parados e as moças passeando. Alguns casais namoravam nos bancos da praça, mas, por uma questão de recato, deviam sentar mais próximos da calçada, melhor iluminada. Estacionados ao lado, ficavam uns poucos carros, destacando-se um Oldsmobile amarelo, ano 1952, conversível, onde Juce, filho do coronel da Guarda Nacional Joel da Jurema, que era senhor de engenho e fantástico criador de estórias inverossímeis, ficava sentado ao volante, tornando-se um privilegiado paquerador.

Moça que entrava em carro de namorado ficava “mal falada”, e eram muito disputadas aquelas, contadas aos dedos, que, nos bailes do late, da Atlética, do Cotinguiba,

do Vasco, “dançavam por dentro”, ou seja, colavam bem o corpo ao do parceiro enquanto bailavam. No Cacique Chá, dançava-se à noite ao som de uma radiola, esporadicamente, nos fins de semana, algum conjunto fazia música ao vivo. Havia uma meia luz característica de boate, mas quem ousasse dançar “puladinho” ou de “rosto colado” poderia ser surpreendido pelo foco de uma lanterna do proprietário, Freitas, que aproximava-se do casal e dizia “cerimonioso”: “Isso aqui não é puteiro, e eu não sou Tonho do Mira”. Tonho do Mira, ou Maria 38, era um conhecido homossexual, dono de famoso cabaré, o Mira-Mar, localizado na Avenida Otoniel Dória, quase na esquina com a praça General Valadão. Quando ele ficava furioso era capaz de enfrentar e vencer três ou mais homens, para isso, misturando boxe com capoeira e golpes de karatê.

As admoestações, nada cavalheirescas, do dono do Cacique Chá às vezes causavam reações indignadas, mas Freitas tinha à mão um providencial cabo de madrepérola Schmidt & Wesson, calibre 38. O Shangay e o Mira-Mar, vizinhos pelos fundos, eram os dois mais famosos cabarés no centro da cidade.

Pelos lados da colina de Santo Antônio, onde hoje ficam os estúdios e transmissores da Rádio Liberdade FM, estava muito bem instalado em espaçosa casa de dois andares o Rancho Alegre, lupanar mais sofisticado, frequentado principalmente pelos que tinham dinheiro, atraídos pelas mesas de roleta e as belas mulheres, entre elas, argentinas e uruguaias. Pertencia ao prestigiadíssimo proxeneta Nelson de Rubina, que, diziam, teria ficado rico roubando pertences dos cadáveres, cortando à faca os dedos onde havia anéis, e recolhendo os materiais que deram nas praias depois dos

torpedeamentos, em 1942. Insinuava-se que ele não seria o dono, mas apenas “laranja “ de um conhecido comerciante que zelava pela sua imagem austera, e ninguém imaginaria sequer que ele fosse capaz de frequentar os “antros da perdição”, mas, apesar dessa capa moralista, faturava bem com o seu próspero e “terceirizado” negócio.

Nas tardes dos sábados concentrava-se no Rancho Alegre a fina fauna masculina da sociedade aracajuana, e o engenheiro Carlos Carvalho, o pecuarista Sílvio Bezerra e alguns outros, participavam de improvisadas competições de tiro ao alvo, quando dezenas de garrafas de cerveja eram quebradas à bala. A Gazeta Socialista denunciava que o Governo do Estado se tornara “acionista da casa de tolerância”, por permitir que máquinas do DER melhorassem a estrada de acesso. Carlos Carvalho era o diretor-presidente do Departamento de Estradas de Rodagem.

No Shangay e Mira-Mar apresentavam-se os “balés”. Deles, mais famoso, o de Reginaldo Camargo. Vinha do Recife, e quando chegava era anunciado com espalhafato por carros de alto-falantes percorrendo as ruas centrais da cidade. Havia uma dançarina, Sandra, aloirada, sensual e um tanto meiga para o tipo de ofício com o qual ganhava a vida. Ela causava um verdadeiro frenesi entre os frequentadores, e se fazia objeto de uma acirrada disputa, que algumas vezes gerou tumultos. Sandra tinha um deplorável ranço racista: dizia que “não se misturava” com as outras colegas de pele negra, nem ia para a cama com preto.

Na cidade, sem outras alternativas, os três cabarés mais cotados eram pontos de encontro da parcela boêmia da sociedade. Segundo o poeta e cabaretier Pires Wynne, neles, imaginávamos ter sucedâneos chinfrins dos salões

parisienses, onde a sensualidade e encantos das francesas bem que poderiam ser representadas por duas mulheres decantadas pela beleza física e extrema competência profissional, Candelária e Maria Sílvia, que até desfrutavam do raro privilégio de ter telefones particulares nos quartos exclusivos para elas reservados.

Candelária dedicar-se-ia depois a um trabalho de amparo às prostitutas, e criou uma associação da qual se tornou presidente. Ela escreveu uma biografia que está a merecer novas edições. As duas, em 1958 foram impedidas de desfilar à tardinha pela rua João Pessoa, por determinação do Secretário de Segurança. Não lhes era permitido afrontar, com suas presenças, as recatadas madames que faziam naquela hora compras, ou apenas o footing costumeiro, onde as vezes luvas e chapéus compunham o clássico figurino. O meretrício não poderia sair dos guetos onde estava assepticamente confinado para a ousadia de pisar no chão em que colocavam o salto alto as esposas daqueles seus assíduos frequentadores. Algumas daquelas virtuosas senhoras, que teriam de ficar devidamente protegidas das outras “sem nenhuma virtude”, faziam do passeio vespertino pela rua central a ansiada ocasião para um discreto e sensual cruzar de olhares com os amantes.

O agrônomo, escritor, jornalista e acadêmico de Direito Ariosvaldo Figueiredo, transitando entre um visceral mau humor, surtos preconceituosos e as ideias marxistas que dizia defender, começou a escrever na Gazeta Socialista uma coluna diária, onde tratava de costumes. Vulgarizando o já vulgarizado Erich Fromm, fazia incursões no campo proibido da sexualidade, principalmente a feminina. As mulheres, reprimidas pelos preconceitos e rigores de uma

sociedade patriarcal, carola, começaram a lê-lo, e ele se tornou assim, para algumas, uma espécie de consultor para intimidades. O Dr. Ari, como era chamado, também considerava-se sedutor, um Casanova provinciano, todavia, pouco discreto, muito menos elegante ou cavalheiro. Pouco afeito ao trabalho, era funcionário do Ministério da Agricultura, mas, desatento em cumprir a obrigação burocrática de “dar expediente”, preferia instalar-se na rua João Pessoa, ao lado da igreja São Salvador, rodeado de amigos, aguardando o início do footing das 16 horas. Com ar de superioridade do macho conquistador, revelava, com antecendência, vaidoso e infalível, a cor da blusa ou do vestido que uma daquelas senhoras usaria, a seu pedido, no passeio daquela tarde. Criava-se, no grupo, uma jocosa expectativa, até que se confirmasse, entre sorrisos de triunfo do autor da proeza machista, aquilo que anunciara.

Na pacata Aracaju, o preconceito e o fingimento sustentavam uma moral falsa, anacrônica, máscara dissimuladora da hipocrisia.

O BISPO E AS PERNAS DAS MISSES

Naquele ano de 1958, a aluna do 3º ano do Curso Científico do Atheneu Sergipense, a suave e tímida Nilza Brito, foi eleita Miss Sergipe. O Vasco, clube pelo qual fora apresentada, resolveu fazer uma festa com objetivo filantrópico e convidou misses de cinco estados nordestinos para, ao lado de Nilza, desfilarem num intervalo do baile. As misses, como era usual naquele certame prestigiado com a chancela poderosa dos Diários Associados, se apresentariam em vestidos de noite, longos, e depois usando maiôs Catalina, patrocinadores do concurso. Eram maiôs discretíssimos, inteiros, mas o Bispo Dom José Vicente Távora, até visto com reservas pelo embolorado conservadorismo das elites sergipanas, e que depois, no golpe de 64, seria objeto da ira “revolucionária”, porque liderava um movimento de alfabetização de adultos, resolveu enfiar o bedelho com viés puritano, onde não deveria. Invocando os sentimentos cristãos da gente sergipana, a ilibada moral das famílias católicas, o prelado enviou uma carta à diretoria do Vasco Esporte Clube, pedindo que fosse evitado o desfile das moças exibindo-se em trajes considerados sumários, imperdoável e pecaminosa lascívia, um atentado aos nossos bons costumes. A diretoria do Vasco, coitada, vendo sobre ela o peso daquela censura inquisitorial no século vinte, não teve outra alternativa a não ser cancelar, sem avisos antecipados, o desfile em maiôs, que seria a parte mais atrativa da festa, e isso gerou irados protestos. Dom Távora, dias depois esteve no programa Calendário de Santos Mendonça, líder abso-

luto da audiência das 20 às 21 horas, na Rádio Liberdade. O Bispo foi cumprir a ingrata tarefa de explicar e justificar a sua insólita censura aos pares de coxas, merecendo, por isso, editoriais e artigos elogiosos em alguns jornais, onde intelectuais rançosos aplaudiram, carolamente, a pudorosa preocupação do prelado, “guardião vigilante dos nossos castos e recatados sentimentos”, como o chamou um daqueles incensadores do anacrônico puritanismo episcopal.

Aquela cidade assim, tão acanhada em tamanho e mentalidade, afundada na sua desoladora pobreza de bens e de cidadania, sufocada pelo preconceito e acomodada na indolência submissa, começaria a viver, a partir do assassinato de Carlos Firpo, o impacto de um drama que foi objeto da mais torpe e escandalosa exploração. Um crime que, diria depois o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins e Silva: “era muito maior do que Sergipe”.

As eleições estavam próximas, então, seria oportuno ganhar votos, tirando proveito da indignação do povo, açulando ao máximo os ânimos exaltados, instilando o ódio vingativo contra tão frios e pérfidos criminosos, e, pior ainda, adúlteros. Havia uma cruzada justiceira, sem espaço para a reflexão isenta, indispensável para que o rumoroso e complexo crime fosse devidamente esclarecido e punidos os assassinos.

Verberava-se muito mais o adultério, “o crime horrendo da mulher que traiu o marido, a ofensa à honra”, do que, propriamente, a ofensa à vida.

Senhoras da sociedade, estilo castas, honestas, recatadas e do lar, nas futricas sussurradas sobre as carac-

terísticas do crime, levantavam a dúvida para elas cruel, terrível: O que seria mais infame, o fato de ser adúltera ou assassina?

Entre os homens, geralmente senhores sisudos, alguns até carolas, a indignação contra Milena era colocada nesses termos: “Além de puta, assassina, e o Dr. Carlos, coitado, um corno inocente, morreu cheio de galhas”.

NA MADRUGADA UM JUIZ PRENDE MILENA

A polícia aceitou prontamente a versão de crime passionai, que, antes mesmo da divulgação dos resultados do inquérito já corria de boca em boca pela cidade.

Dia dez de maio a Gazeta de Sergipe publicava em primeira página uma nota, estranhando que, até aquele dia, não tivessem sido divulgados os nomes dos envolvidos no crime. A nota era assim redigida: “Inexplicável mistério envolve o nome dos mandantes do Crime da Rua de Campos. Recuarão as autoridades de apurarem até as últimas consequências? A polícia prometeu, pela voz autorizada do Dr. Heribaldo Vieira, um prazo de 48 horas como limite máximo de tempo para as revelações oficiais dos resultados das suas diligências e dos nomes dos culpados. Entretanto, este prazo já se encontra esgotado e nenhuma nota oficial da Secretaria de Segurança chegou ao conhecimento público, nem foram dados os motivos do não cumprimento da promessa. A esta altura uma notícia toma conta da cidade sem que ninguém possa mais detê-la: o mandante, ou pelo menos um dos mandantes, teria sido alta patente militar com objetivos pré-determinados”.

Na noite daquele mesmo dia dez, a Secretaria de Segurança Pública divulgou nota na Rádio Liberdade fazendo um resumo das diligências policiais que foram realizadas, informando a prisão em Paulo Afonso dos matadores, mas sem fazer qualquer referência ao assassinato de Euclides Timóteo pela própria polícia, fato que já era do conhecimento público. A divulgação oficial foi precedida de grande espalhafato, e tanto o apresentador do programa

Calendário, Santos Mendonça, como o locutor Silva Lima, asseguravam que seria revelado tudo sobre o crime da rua de Campos. Além do detalhamento das diligências realizadas em Paulo Afonso e da confissão dos dois presos, Pereirinha e Timóteo, a nota da SSP teve como objetivo principal desfazer a versão de que o crime teria sido político, garantindo que fora uma trama passional, sem revelar, contudo, os nomes dos envolvidos.

Na cidade já era notícia corrente o envolvimento da viúva Milena Mandarin, que teria facilitado a entrada dos pistoleiros por ser amante do coronel Afonso. As próprias autoridades policiais, que não fizeram revelações na nota divulgada, se encarregaram de espalhar a versão passional do crime, de fornecer detalhes sobre o depoimento de Milena e de duas empregadas da casa, feitos todos, diretamente, ao Dr. Heribaldo Vieira.

No dia seguinte à divulgação da nota oficial, a Rádio Liberdade escancara o escândalo. Ao abrir às doze horas e vinte e cinco minutos o Informativo Cinzano, “com as primeiras notícias da tarde de hoje e as últimas da manhã que passou”, o radialista Silva Lima bradava: “Tudo esclarecido sobre o horroroso crime da rua de Campos. O sangue derramado do bondoso médico Dr. Carlos Firpo exige justiça. Dr. Carlos Firpo foi traído pela mulher que ele tratava com muito carinho, sem saber que tinha ao seu lado uma adúltera e assassina cruel. Milena Mandarin era, há muito tempo, amante do coronel da aeronáutica Afonso Ferreira Lima, que frequentava a casa do casal, era tratado como um irmão pelo Dr. Firpo, mas foi o miserável contratante dos pistoleiros Pereirinha e Timóteo, que assassinaram o médico dentro da sua própria casa, enquanto ele dormia”.

No dia treze, o jornal Gazeta Socialista estampava em manchete de primeira página: “Vítima de miserável traição conjugal o Dr. Carlos Firpo foi assassinado a mando do amante de sua esposa o tenente-coronel da Aeronáutica Afonsinho Ferreira. Graves denúncias de haver participado do crime a esposa infiel. Morre na cadeia o facínora Euclides Timóteo”.

Na noite daquele mesmo dia, também na Rádio Liberdade, uma das duas emissoras de rádio existentes em Sergipe, a outra era a Oficial Difusora, no programa Calendário, que ia ao ar a partir das vinte horas, o radialista Santos Mendonça já anunciava que as prisões de Milena Mandarinó e do seu pai Nicola Mandarinó poderiam acontecer a qualquer momento. Enquanto isso, naquele mesmo instante, o juiz da Primeira Vara, Serapião de Aguiar Torres, estava na sua sala do Tribunal de Justiça decretando a prisão preventiva de Milena Mandarinó, do coronel Afonso, de Enoque Pessoa de Carvalho e José Pereira dos Santos. No relatório policial, apressadamente concluído, antes mesmo do prazo final do inquérito e enviado ao promotor público Aloísio Barbosa Porto, era pedida, também, a prisão de Nicola Mandarinó. O promotor, mais rapidamente ainda, produziu a denúncia incluindo o pedido de prisão preventiva para Nicola, que o juiz Serapião não acatou. O Juiz assinou as ordens de prisão contra Milena e Pereirinha, que já estava preso, e também dirigiu precatórios à Justiça no Rio de Janeiro solicitando a prisão do coronel, e ao juiz de Santo Antônio da Glória, na Bahia, a prisão de Enoque Pessoa de Carvalho.

Em frente ao palacete da rua de Campos, desde o início da noite aglomerava-se uma multidão que aguardava

a saída da viúva para a cadeia, falava-se que Milena iria direto para a penitenciária. Foram deslocados para o local mais de cinquenta policiais militares e civis, e o próprio comandante da PM, coronel Américo Batalha, ficou à frente da tropa. Fizeram um cordão de isolamento, o trânsito foi interrompido. Por volta das vinte horas chegou um destacamento do Exército, formado por soldados do 28º Batalhão de Caçadores. A ordem para o deslocamento da tropa federal foi dada pelo tenente-coronel Djenal Tavares de Queiroz, que era subcomandante da unidade. O oficial sergipano por laços de família era ligado ao PSD, e adversário do governo udenista de Leandro Maciel. Cidadão muito conceituado, ele empenhava-se em fazer com que a Força Federal fosse um anteparo contra as truculências policiais. Ele chegaria ao generalato e seria, depois, vice-governador e governador de Sergipe, cumprindo o resto do mandato de Augusto Franco, que se afastou para candidatar-se à Câmara Federal, possibilitando aos seus filhos, Albano e Walter, concorrerem, o primeiro ao Senado, o segundo a deputado estadual. A chegada do Exército arrefeceu os ânimos de muitas pessoas que já incitavam o povo para uma invasão à “Casa Lilás”, onde viviam a viúva, seu pai e suas duas filhas. Passava das vinte e duas horas quando começou a cair uma garoa fina. Para protegerem-se da chuva pessoas da alta sociedade aracajuana corriam em apressada algazarra aos seus automóveis, estacionados antes dos cordões de isolamento. Misturaram-se ao povo, movidos, todos, pelos mesmos sentimentos de mórbida curiosidade, assim, democratizando comportamentos da patuleia e da grã-finagem, igualmente ansiosos por ver de perto a cena de humilhação e desgraça.

Por volta das duas da madrugada chega o juiz Serapião Aguiar. Não se satisfez em mandar os policiais com a ordem de prisão. Foi ele mesmo exibir-se, desempenhando, também, o papel de carcereiro, conduzindo presa pela primeira vez na História de Sergipe uma mulher rica, integrante da aristocracia sergipana, que era retirada da sua casa numa madrugada, e levada para a cadeia. Milena desceu as escadas cercada pelos policiais e pelo juiz, abraçada às duas filhas que foram com ela até o carro estacionado na área lateral, a entrada da garagem. Sentou-se no banco traseiro e chorando convulsivamente, com o rosto entre as mãos, atravessou a multidão que se manteve silenciosa, fez o curto trajeto até o prédio na rua Duque de Caxias, no fundo da SSP, onde funcionava a Inspetoria de Veículos. Subiu amparada ao primeiro andar e foi levada para a sala do diretor, que já fora desocupada e transformada em cubículo. Lá permaneceu, até que a “indignação da sociedade obrigasse as autoridades a transferi-la para a Penitenciária de Aracaju”, onde ficaria até o dia 14 de setembro de 1960.



Milena Mandarin



Chegada de Milena Mandarin no Fórum,
e a multidão pronta para a chacina.



Evandro Lins e Silva, advogado
de defesa de Nicola Mandarin

Na prisão, em 1959,
Milena desenhava
cartões de Natal
para enviar a amigos.



Milena e Dr. Paulo:
Que Deus lhes conceda
um Ano Novo próspero,
pleto de Paz.
É este o desejo sincero
de
Milena

OS PERSONAGENS E AS SUAS VIDAS

O drama já tinha os seus personagens centrais. Eram eles: Carlos Firpo, o morto, pranteado por tantos amigos, ao mesmo tempo, jogado ao meio de uma lamacenta polêmica sobre a sua condição de marido. As circunstâncias do crime, com o sensacionalismo das supostas relações amorosas entre Milena e o coronel Afonsinho, como eram divulgadas, deram lugar às mais variadas especulações sobre o triângulo amoroso, do qual, na pequena cidade, antes de explodir o escândalo, ninguém sequer suspeitava. Multiplicavam-se as conjecturas sobre o comportamento de Carlos Firpo diante de um ardente clima de amor que acontecia dentro da sua própria casa. Seria ele complacente diante de tudo aquilo? O último a saber?

O inquérito policial acrescentaria mais um apimentado ingrediente: o médico Carlos Firpo seria amante da sua cunhada, Vanda, e, talvez por isso, um tanto descuidado em relação à própria esposa. As irmãs, Milena, Yolanda e Vanda eram três belas mulheres, Vanda, todavia, irradiava sensualidade, fazia-se insinuante e atraente. Em depoimento à polícia após o crime, um ex-motorista da família, José Airton, disse, que numa viagem a Salvador, de carro, presenciou cenas muito intensas de sexo entre Carlos Firpo e Vanda, que viajavam no banco traseiro. Ao descerem, na casa da irmã do médico, Firpo escondia com uma pasta a calça que estava manchada no local da braguilha. Em outra ocasião, no Rio de Janeiro, saiu da casa de Nicola na rua do Bispo, 177, e foi com Milena, Carlos Firpo e Vanda até o Grajaú, deixando os cunhados na esquina das ruas

Hadock Lobo com Paulo de Frontin, e seguiu com Milena. Na volta, à noite, encontraram os dois que estavam abraçados a esperar o carro, e Milena então comentou: “Parecem até dois namorados”. O motorista Airton, em virtude do que presenciara, disse supor que tanto Milena, a esposa, como seu pai, Nicola Mandarinio, sabiam do caso de amor entre Firpo e a cunhada Vanda.

Acima das picantes revelações que iam surgindo ao longo do inquérito, e faziam a delícia de bisbilhoteiros, estava a personalidade de um homem de bem, que, ao longo da sua vida breve, consolidou a imagem de cidadão prestante, médico conceituado, muito querido e respeitado pelos sergipanos. Carlos Firpo dedicava-se quase inteiramente à administração do Hospital Santa Izabel e vivia batendo às portas das autoridades, batalhando por recursos para aquele hospital, que atendia principalmente à população pobre de Aracaju e do interior do estado, naquele tempo, carente de tudo, sem nenhum acesso ao sistema de saúde pública. Nunca conseguiu, porém, que o Santa Izabel funcionasse próximo ao mais simples modelo de eficiência. O hospital era conhecido como “matadouro de pobres”.

Milena Ferreira Mandarinio, o nome de batismo, criada com todos os luxos e desvelos no seio de uma família rica e influente, recebeu uma educação formal, seguindo os preceitos da religião católica. Estudou em colégios de freiras, tudo naquele modelo antigo, cultuado pelo pai, um italiano arraigadamente apegado às velhas tradições da península italiana, mais evidenciadas ainda na forma de viver no local onde nascera, na decadente região de Satermo, no isolado vilarejo de Vibonati, onde a vida seguia um ritual. Era cioso do seu modo de vida, como barone-

te autoritário e rígido, distante de tudo que enxergava como condenáveis modernismos. A mãe, Julieta Ferreira Mandarino, vinha de uma família de proprietários rurais de Capela, e era ainda mais conservadora do que o marido em relação ao papel da mulher, no seu entender, destinada ao casamento, à obediência ao marido, à perfeita administração do lar, procriando e criando os filhos, frequentando a igreja, e assim considerando plenamente cumpridos seus deveres exclusivos de mãe e esposa. Certa vez, Dona Julieta, sabendo que Umberto começara a namorar uma moça “de família”, mas que, tanto ela como a mãe, adotavam comportamentos vistos como inadequados para mulheres que poderiam vir a ser a esposa e a sogra do seu filho, determinou que Umberto encerrasse imediatamente o namoro, dizendo secamente: “Mulher é como cachorro, se conhece pela raça”.

Milena adquiriu todas as “prendas” necessárias para candidatar-se a um excelente casamento. Era uma bela mulher, mas tinha algo de angelical e tímido, numa formosura destituída de exuberância. Vestia-se de uma maneira sóbria, quase lhe ocultando os atrativos femininos. Recebera, como era de praxe em moças “bem nascidas”, uma educação básica, suficiente para viver em sociedade e não ficar muito distante do nível cultural do marido, e ainda ajudar na educação dos filhos. Expressava-se em bom português, tocava piano com maestria, conhecia a literatura permitida a uma jovem cercada de cuidados, lia e falava razoavelmente o francês, e aprendera um pouco do tosco italiano falado pelo pai. Tinha talento para a pintura e desenhava bem. Esse talento lhe ajudaria a enfrentar os longos dias de humilhação e desgraça que enfrentaria numa prisão. Mas, dizem alguns que convive-

ram de perto com o casal, ou foram seus vizinhos, que, por trás daquela aparência suave e educada, Milena era um Vesúvio explosivo e candente, quando contrariada, e não eram poucas as vezes, em acaloradas discussões com o marido, que a ele dirigia pesados impropérios, num linguajar nada compatível com a imagem de recato e mansidão que transmitia.

O casamento veio cedo, aos dezessete anos. O noivo, também descendente de uma família de emigrantes italianos, era treze anos mais velho, não era rico, mas já havia construído um sólido conceito na medicina e até ocupara o importante cargo de prefeito de Aracaju. O casamento com Carlos Firpo foi marcado pelas circunstâncias adversas e traumatizantes que narramos antes. Quando aconteceu o crime, Milena e Firpo completavam dezesseis anos de casados. Durante todo aquele tempo Milena sempre foi considerada uma senhora acima de quaisquer suspeitas, numa cidade bisbilhoteira, onde a vida alheia era tema e foco constante da curiosidade sempre vulgarmente maliciosa. Milena assistia regularmente à missa, participava das atividades da igreja, de novenas, trezenas, santas missões, quermesses. Não era vista sozinha em lugares públicos. Ia ao cinema, às esporádicas “temporadas” de companhias teatrais, ou a raríssimos bailes, únicas diversões na cidade, sempre em companhia do marido. Quase todos os dias levava e buscava as duas filhas que estudavam no Colégio do Salvador, mas não dirigia automóvel, coisa aliás que pouquíssimas mulheres faziam naquela época em Aracaju. Com certeza, não eram mais de dez. Milena tinha o hábito de viajar três ou quatro vezes por ano ao Rio de Janeiro. Ia em companhia do marido ou sem ele, e costumava ocupar a casa da rua do

Bispo que era a segunda residência do pai. Nessas idas ao Rio frequentava a casa do coronel Afonso, e era muito bem recebida pela esposa dele, Dona Edna, de quem se tornou amiga íntima. Numa dessas viagens Milena fez uma pequena cirurgia no ouvido, numa clínica situada na Galeria Menescal, em Copacabana. Uma sergipana que foi visitá-la saiu espantada e constrangida, porque era amiga do casal e viu-se obrigada a presenciar tantas atenções, carinhos e desvelos dispensados à mimada paciente pelo coronel Afonso, que, ao chegar, já o encontrou fazendo companhia à Milena.

Infidelidades conjugais quando descobertas pelos maridos, naquela época, transformavam-se em escândalo, mexido, repisado, realimentado, recriado durante meses, atizando uma curiosidade imensa no ramerrão apático de uma cidade carente de movimentação e novidades. Quando o casal não se dissolvia, ficava marcado pelo sarcasmo, quando se separava, a mulher passava a ser uma degradada naquela escala social construída sobre duvidosos valores. As mulheres que “traíam os maridos” tornavam-se conhecidas e comentadas, e o casal permanentemente visto com reservas. Sobre Milena nada se ouviu falar até que, dez dias após o crime, a polícia devassava a intimidade do casal e concluía: Era infamantemente adúltera e também cruel cúmplice do amante, o coronel Afonso Ferreira Lima, no assassinato do marido.

Ela transformou-se logo numa Madalena, sobre a qual choveram pedras, ao desamparo de um Cristo que perguntasse aos apedrejadores qual deles não teria pecados. Depois da devassa policial começaram a surgir revelações sobre intimidades entre Milena e o coronel

Afonso, que teriam sido presenciadas por amigos do médico Carlos Firpo, intimidades essas, que ocorriam, não raro, na presença do próprio marido. O tenente-coronel Afonso Ferreira Lima era baiano, nascera em Santo Antônio da Glória, à beira do São Francisco, em 1921. Tinha trinta e oito anos quando ocorreu o crime, e fora recentemente designado para exercer o cargo de Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Pertencia a uma numerosa família sertaneja, cujos ascendentes, vindos do alto sertão pernambucano no século dezanove, se foram fixar nas barrancas baianas do São Francisco. Perdeu o pai muito cedo e com dificuldades conseguiu estudar. Seu irmão mais velho por parte de pai, que também se chamava Afonso Ferreira, era promotor público em Aracaju e o trouxe para concluir o ginásio na capital sergipana. A esposa do promotor era irmã da esposa do italiano Nicola Mandarino e as famílias mantinham fortes ligações de amizade. Quando o jovem Afonso chegou a Aracaju, logo começou a frequentar a casa dos Mandarino e tornou-se fraterno amigo de Umberto, o único filho homem do italiano. Milena, ainda quase uma criança quando conheceu Afonso. Segundo ela, os dois eram como se fossem irmãos. No tempo em que Milena conheceu o médico Carlos Firpo, Afonso já era cadete na Escola Militar do Realengo, onde optou pela Aviação que, naquela época, antes da criação do Ministério da Aeronáutica, era a quarta Arma do Exército, ao lado da Infantaria, da Cavalaria e da Artilharia. Nas férias que passava em Aracaju, Afonso conheceu Carlos e dele tornou-se também muito amigo. Quando Milena e Firpo se casaram, Afonso já era oficial da Aeronáutica e passou a frequentar a casa do casal nas

suas vindas a Aracaju. Logo depois, o jovem tenente casou com a professora Edna Bento de Faria, filha do Procurador de Justiça do Rio de Janeiro, Edmundo Bento de Faria, e neta do renomado jurista e Ministro do Superior Tribunal Federal, Antônio Bento de Faria.

O coronel Afonsinho, como tornou-se mais conhecido, tinha um largo círculo de relações de amizade em Aracaju, e aqui vinha com certa frequência, principalmente quando assumiu a função de chegador de pilotos da aviação comercial na região nordeste. Ele era piloto de transporte, especializado em operações de lançamento de paraquedistas, e ele próprio também paraquedista. Durante a Segunda Guerra Mundial participou das operações de patrulha aérea no Atlântico Sul e possuía condecorações de guerra. Em Sergipe, em virtude da amizade que tinha com Carlos Firpo e a família Mandarino, que eram ligados à UDN, Afonsinho tornou-se também amigo dos líderes daquele partido, Leandro Maciel, Heribaldo Vieira, Seixas Dória, José Machado de Souza, e costumava frequentar o Palácio do Governo quando estava em Aracaju, sendo recepcionado com almoços e jantares pelo governador Leandro Maciel. Mas, apesar disso, no plano nacional, suas ligações políticas eram outras.

Integrante da ala nacionalista da FAB, Afonso não participou da chamada República do Galeão, oficiais rebeldes que instalaram um foco da sedição na base aérea, a pretexto de apurar o crime da rua Toneleros, um atentado contra o jornalista e político Carlos Lacerda, em agosto de 1954, no qual morreu o major-aviador Rubem Vaz, que fazia o papel de guarda-costas de Lacerda.

Na verdade, tentavam um golpe de Estado, abortado com o suicídio de Getúlio. Desde aquela ocasião, o coronel Afonso ligou-se ao grupo legalista que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, por ter ajudado a esmagar a rebelião de Jacareacanga, tornou-se odiado por colegas radicais da direita, entre eles, o notório brigadeiro Burnier. Existe a versão não confirmada de que ao surgir o nome do coronel aviador como implicado no crime, o governador Leandro Maciel teria feito uma consulta ao brigadeiro Eduardo Gomes, de quem era muito amigo, recebendo a orientação para seguir em frente com o inquérito. Sobrevivente dos Dezoito do Forte, cercado pela aura de heroísmo, o Brigadeiro era a grande liderança da Aeronáutica, fora candidato à presidência da República pela UDN, derrotado por Getúlio. Ídolo da classe média; as mulheres, fascinadas pelo seu belo porte, cantavam quase em estado de êxtase durante a campanha: “Brigadeiro, brigadeiro, é bonito e é solteiro”. Ficariam para sempre desenganadas. O garboso aviador perderia a eleição e continuaria forçadamente misógino, porque, dizia-se, a bala que lhe atingira a coxa esquerda durante a jornada épica de seis de julho de 1922 (Os 18 do Forte) também lhe estraçalhara os órgãos genitais.

Sobre o coronel Afonso, o major-brigadeiro Rui Moreira Lima, herói de guerra e líder do bloco nacionalista da FAB, disse, em depoimento ao autor, no dia 4 de junho de 2008: “Entramos juntos na Escola Militar do Realengo, e juntos fomos para a FAB, quando foi criado o Ministério da Aeronáutica. O coronel Afonso era um oficial de escol, fiel aos companheiros, nacionalista e legalista. Ele não considerava inimigas pessoas que

pensavam diferente dele, mas sim como adversários. No golpe de 1964, esses adversários se tornaram inimigos, ao ponto de o brigadeiro Burnier ter invadido com uma tropa o apartamento do coronel Afonso, que estava de pijama e desarmado, e sofreu violências e humilhações em frente à sua família”.

Euclides Timóteo de Lima e José Pereira dos Santos, os executores do crime, saem das caatingas baianas, do fundo do nordeste parado no tempo, distante da lei e da civilização, e como personagens sinistros, misturam-se a um mundo diferente daquele no qual viviam. Pereirinha, sobrevivente dos “métodos empíricos” da polícia, se sentaria no mesmo banco dos réus onde também estariam a mimada mulher da alta sociedade sergipana, Milena Mandarinó Firpo, e o oficial superior da Força Aérea, Afonso Ferreira Lima, prestigiada figura nos altos escalões da República.

SOBRAL PINTO SUGERE PRUDÊNCIA

Sobral Pinto, contratado pelo Lion's Club de Aracaju, veio reforçar a acusação na qual funcionava o promotor público Aloísio Barbosa Porto, e tinha ao seu lado o advogado sergipano Achilles Lima, integrante do Lion's. Achilles foi designado pelo clube de serviço para secundar a acusação, mas advertiu aos companheiros de clube que o inquérito policial estava “eivado de cinzas”. Sobral Pinto, na época o mais famoso e respeitado advogado do país, era arraigadamente conservador, fervoroso católico, convicto anticomunista, mas, em 1935, quando a ditadura de Getúlio Vargas esmagou a rebelião da Aliança Libertadora Nacional, liderada pelos comunistas, que eram diretamente monitorados por Moscou, aceitou ser advogado de Luiz Carlos Prestes. O “Cavaleiro da Esperança”, como ficou conhecido no Brasil inteiro o capitão do exército líder da marcha épica da coluna que levou o seu nome, estava, para satisfazer os maus instintos do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, o nazista Filinto Müller, jogado num cubículo infecto, torturado e incomunicável. Müller, acusado por Prestes e Siqueira Campos de covardia, fora afastado da Coluna, e, por isso, nutria ódio visceral ao líder comunista, ódio que estenderia à sua companheira, a alemã Olga Benário, experimentada agente secreta do Partido Comunista da União Soviética. Ela foi deportada grávida para morrer num campo de concentração na Alemanha de Hitler. Em favor de Luiz Carlos Prestes, depois de tentar sem sucesso um habeas corpus, Sobral Pinto invocou a lei de proteção aos animais.

No clima radicalizado de Aracaju, esperavam os que clamavam pelo justicamento sumário dos acusados, que Sobral Pinto, aqui chegando, contribuisse para que fossem rapidamente transpostos os morosos trâmites do alongado processo, e marcado o júri popular, que se faria sob o clima de comoção e envenenamento da opinião pública criado pelas duas únicas emissoras de rádio: a Liberdade, que em certos momentos chegou a instigar o linchamento, e a Difusora, que era do Governo, mas usada desbragadamente como instrumento de propaganda político-partidária.

Todavia, em setembro, a menos de um mês da eleição, entrou no ar a Rádio Jornal, que seria um contraponto à linha governista das outras duas emissoras e abriu espaço para os advogados dos dois principais acusados, que estavam presos, Milena na Penitenciária de Aracaju e Afonso em instalações da Aeronáutica.

A emissora fora instalada por alguns empresários, entre eles, Oviêdo Teixeira, Sílvio Teixeira e Augusto Barreto, que desejavam romper o monopólio da informação favorecendo ao governo. A nova emissora só entrou em funcionamento depois que o engenheiro e empresário Jorge do Prado Leite, filho do líder do Partido Republicano, Júlio Leite, candidato à reeleição ao Senado da República, trouxe, de Estância, um gerador movido a óleo diesel. O Serviço de Luz e Força, um órgão estadual, negou-se a fazer a ligação elétrica para a Rádio Jornal. O próprio governador Leandro Maciel deu a ordem para que a ligação não fosse feita, segundo denunciou o jornal da oposição pessedista, Diário de Sergipe, na sua edição de 19 de setembro de 1958. Os precários estúdios

da Rádio estreante ficavam no Bairro Industrial, num sítio de coqueiros. Pessoas ligadas à oposição, inclusive muitos estudantes, revezavam-se armados dando plantão, pois havia o receio de que a emissora fosse invadida e depredada. Na entrevista ao Jornal, disse o advogado Sobral Pinto: “Infelizmente, a orientação que venho seguindo em 40 anos de lutas forenses ininterruptas não me permitem emitir, nesta altura do processo, nenhuma palavra sobre os fatos tenebrosos que constituem a tessitura deste trágico acontecimento. Sabe toda a imprensa do Rio de Janeiro, e sabem todas as estações de rádio daquela capital, que me recuso sistematicamente a tratar dos fatos da causa fora dos autos. O advogado atua é nas audiências ou nos tribunais togados ou populares. Essas são as tribunas que a lei lhe confere, parecendo-me que não deve o advogado vir a público fora desses instrumentos legais para exacerbar paixões já exaltadas, ou para amainar sentimentos de revolta justamente gerados e fortalecidos. A opinião pública de Sergipe conhece perfeitamente o meu sentir a respeito da tragédia que abalou o estado nos últimos dias de abril. Quando por imposição da lei tiver de me pronunciar como órgão de acusação que desempenho nesse tristíssimo caso, nessa ocasião, direi com a franqueza e o amor à verdade que ponho no exercício da minha profissão, tudo o que penso sobre os terríveis acontecimentos que constituíram a tragédia da rua de Campos, e sobre os personagens que a fizeram surgir. Argumentarei com a prova dos autos, esforçando-me por obter, dentre os preceitos da Justiça, a punição dos culpados.

Enquanto, porém, não terminar a colheita das provas de acusação e de defesa, não me julgo com o direito de

opinião definitiva sobre tão horríveis e hediondos fatos recolhidos nos autos do processo. Confio em que os homens justos da terra sergipana compreendam o que há de prudente e de honesto neste meu procedimento”.

Desde aqueles primeiros dias de maio, quando explodiu o escândalo dos personagens envolvidos no crime, era a primeira vez que os microfones de uma emissora de rádio estavam sendo usados, com equilíbrio e sobriedade, para comentários sobre o crime da rua de Campos. No decorrer do processo, Sobral Pinto teria oportunidade de censurar erros gravíssimos e falhas grosseiras, que ele, como jurista, não aceitava e jamais se tornaria deles conivente.

UM CRIME MAIOR DO QUE A CIDADE

Além de Heráclito Sobral Pinto, vieram a Aracaju, contratados pelos envolvidos no crime da rua de Campos, advogados de renome nacional, e aqui foram chamados vários outros que participaram do embate jurídico prolongado por dois anos e quatro meses. Um deles, Evandro Lins e Silva, era tão famoso quanto Sobral Pinto, todavia, ao contrário do encanecido advogado que ele considerava um mestre, tinha posições nitidamente de esquerda. Exerceria depois importantes cargos, como o de Ministro das Relações Exteriores e Procurador Geral da República no Governo de João Goulart, sendo nomeado para o Supremo Tribunal Federal. Em 1969, após o Ato Institucional nº 5, Evandro Lins e Silva, juntamente com Hermes Lima e Victor Nunes Leal, foram cassados. Lins e Silva veio a Aracaju defender Milena Mandarino, e no livro *O Salão dos Passos Perdidos*, coletânea de depoimentos prestados ao CPDOC, ele dá a sua versão sobre o crime da rua de Campos:

“Durante a guerra, época em que era mais ardente a indignação popular contra os afundamentos de navios brasileiros que se repetiam em nossas águas territoriais, fui procurado para a defesa de um cidadão italiano radicado em Aracaju, comerciante, com filhos brasileiros que estava preso sob a vaga suspeita de envolvimento nos ataques de submarinos a vapores de nossa bandeira, com a trágica consequência da morte de passageiros e tripulantes das embarcações atingidas. Chamava-se Nicola Mandarino e por um triz não fora linchado na invasão à sua residência

por uma multidão enfurecida que a depredou e incendiou. Estava preso e submetido a processo no Tribunal de Segurança Nacional. A acusação era frágil: a presunção da sua nacionalidade era desfeita por sua radicação em nosso país, com família brasileira, homem dado ao trabalho, sem atividade política e benquisto na sociedade. O feroz Tribunal de Segurança o absolveu.

Pois bem, quinze ou vinte anos depois, esse homem procurou-me de novo, já agora para defender sua filha num processo que abalou Sergipe. Sua filha era uma jovem senhora, Milena Mandarin Firpo. A cidade de Aracaju mobilizou-se inteira no acompanhamento do caso, especulando-se em cada esquina detalhes noticiados nos jornais e divulgados no rádio. A acusação apresentava-se grave e impiedosa contra Milena: ela seria amante de um tenente-coronel da Aeronáutica, Afonso Ferreira de Lima, e os dois teriam planejado com requintes o assassinato do marido, empecilho e estorvo para a vida em comum dos apaixonados. O amante varão contratara dois sicários no interior, e a mulher deixara a porta aberta, sem chave, para que os bandidos entrassem na casa e matassem o marido a facadas. A denúncia do promotor apontava o próprio Mandarin como comparsa da filha. Havia uma aparência cruel muito explorada contra Milena. Naquela noite ela não dormira no quarto do casal e sim com uma das filhas, que estava com febre alta, carecendo da sua companhia. Era um trágico de alto coturno, rocambolesco, visto com lentes de aumento pelo povo, mas sarapintado de inverossimilhanças. O crime parecia maior do que a cidade e provocava reações variadas em diversas camadas da sociedade. O suposto amante, por medida de segurança, ficou preso no Recife

e nos dias de audiência vinha de avião. No dia do seu interrogatório em juízo, o avião, uma fortaleza voadora, ficou voando sobre o Foro, onde uma multidão se acotovelava. Havia uma atmosfera de pânico que podia degenerar em tumulto, segundo os próprios responsáveis pela segurança pública, reforçada e vigilante para qualquer eventualidade. Eu próprio fui advertido para não me hospedar em hotel. Por sorte, era meu companheiro de escritório um então jovem e competente advogado sergipano, José Mesquita Santos, até hoje meu amigo dileto, que ia comigo para os diversos atos do processo e me dava abrigo na casa da sua família. Na pronúncia foram absolvidos alguns acusados, entre os quais Nicola Mandarinó, defendido por uma ilustre advogada de Sergipe radicada no Rio, Maria Rita Soares de Andrade, que depois se tornou juíza federal até aposentar-se.

Quando fui pela primeira vez a Aracaju pude perceber os exageros da imaginação popular e da mídia nos comentários picantes sobre o pretenso caso amoroso entre Milena e Afonso. Essa versão logo me pareceu um embuste, uma invencionice, uma patranha. Milena estava presa, fui visitá-la, e lá se encontrava, dando-lhe apoio e assistência, precisamente dona Edna Ferreira Lima, esposa do indigitado amante. Eram boas amigas, como amigos eram os dois casais, e amigos de longa data o coronel Afonso Ferreira e o Dr. Carlos Firpo. O principal acusado tinha confessado o crime e apontado como mandante o coronel Afonso, não na delegacia, mas numa praia deserta, tendo o secretário de Justiça dito: 'Não negamos ter criado um ambiente em que os criminosos atemorizados pudessem vir a confessar o crime...' O principal autor material confessou, mas morreu no local das torturas ou a caminho

da delegacia. Devo acrescentar que havia suspeitas e alusões de que o crime fora cometido por motivo político, já que o Dr. Carlos Firpo era possível candidato a substituir o então governador Leandro Maciel. Esse murmúrio, que está nos autos, dava outra tonalidade ao crime, mas a polícia não o aprofundou. Há nos autos, logo no começo, um despacho da autoridade policial determinando a convocação de peritos do Rio de Janeiro para ajudar nas investigações. Perguntei ao chefe de polícia por que não se cumprira esse despacho. Resposta: ‘Porque com a nossa técnica elucidamos o crime sem necessidade de ninguém.’ Redargui: ‘Entre os métodos da polícia sergipana está a inquirição de acusados ou testemunhas em lugar ermo e fora da delegacia?’.

Houve um pequeno incidente que o juiz contornou, com intervenção imediata”.

PAIXÃO CONFESSADA, PAIXÃO NEGADA

A polícia sergipana a partir dos “métodos empíricos” preferencialmente utilizados no decorrer do inquérito, concluiu que Milena Mandarin Firpo era esposa infiel, tinha um amante, o coronel Afonso, com o qual protagonizava cenas de incontida paixão dentro da sua própria casa. Dessa constatação, admitida como indubitável certeza, a polícia logo saltou para outra grave e arriscadíssima acusação: a viúva seria cúmplice no assassinato do próprio marido e teria facilitado a entrada do criminoso para que ele esfaqueasse o Dr. Firpo, enquanto ele dormia. Depois da confissão de Pereirinha, que admitiu ter sido o autor do golpe fatal, a polícia reconstituiu o crime, o que foi feito sem a presença dos advogados das pessoas que já estavam envolvidas no inquérito como mandantes. Pereirinha, agindo como se fosse um autômato, como lembra o fotógrafo Walmir Almeida, que detalhou em fotos toda a trajetória do matador, mostrou que a porta lateral da casa estava aberta, encostada, apenas com um jarro de porcelana a segurá-la, e que também havia um revólver numa mesa sob a escadaria, como sinal para que ele prosseguisse até o quarto no andar superior, onde o médico estaria dormindo desacompanhado da esposa, que ficara num quarto ao lado, com porta de ligação entre os dois, junto com as duas filhas, uma das quais doente. Dentro do palacete dos Firpo dormiam também o pai de Milena, Nicola Mandarin, uma jovem de dezenove anos, Gilena Santana, afilhada do casal, e que era tratada como filha desde os

dez anos de idade. Gilena nasceu na Fazenda Colégio, em Itaporanga, que pertencia ao italiano Nicola. Na certidão de nascimento consta ser filha de Manoel Messias e Caçula Santana, mas, havia insinuações de que ela poderia ser filha de Nicola. Gilena, tez alvíssima, nascida de pais morenos, tinha traços fisionômicos assemelhados aos das irmãs Mandarino, Milena, Iolanda e Vanda. Dentro da casa, dormiam apenas Milena, Nicola, Gilena e as duas filhas menores do casal. Num quarto, do lado de fora, dormiam a cozinheira, Maria Conceição dos Santos, 56 anos de idade, trabalhando na casa há seis anos, e a sua filha Eunice, que era copeira há cinco anos. Em outro quarto, também do lado de fora, dormia o jardineiro Paulo Rosa, menor, com dezesseis anos, que estava na residência dos Firpo apenas há cinco meses. Na noite do crime, Carlos Firpo, Milena e Nicola, vindos do Hospital Santa Izabel, chegaram em casa por volta das vinte e três e trinta. Logo subiram ao andar superior e foram dormir. Gilena, também dormia na parte de cima da casa. Todos foram acordados no começo da madrugada pelos gritos desesperados do médico, e não chegaram a ver o assassino. Milena foi ouvida inicialmente como testemunha logo após o crime, e narrou o que acontecera na noite trágica. No dia oito de maio, depois das confissões de Pereirinha e Timóteo, a polícia já admitia que o mandante fora o coronel Afonso. Então, o Dr. Heribaldo Vieira, que já fizera a ilação de paixão e crime, foi ouvir Milena dentro da sua casa, no seu quarto. Se fez acompanhar do secretário de Segurança, Antônio Machado, que, como vimos antes, era surdo, e por isso cederia lugar na presidência do inquérito ao secretário de Justiça Heribaldo Vieira, que tinha ouvidos sensíveis, menos talvez para

gritos alucinados de pessoas que ele presenciou sendo submetidas a mortificantes sevícias. Antes, pediu que o acompanhassem os doutores José Machado de Souza, Lauro Porto, o deputado Seixas Dória e o irmão de Milena, Umberto. Heribaldo entrou com o secretário Antônio Machado e o escrivão João Bonfim, começou a inquirir a viúva, agora tida como suspeita. Não havia um advogado acompanhando o depoimento.

Milena estava derreada num sofá e foi submetida a mais de uma hora de interrogatório. Em determinado momento sofreu um desmaio e então foram chamados os médicos José Machado de Souza e Lauro Porto. Dr. Machado aplicou em Milena uma injeção de coramina, e ela, reanimada, continuou o depoimento. No dia seguinte, pediu para ler o que assinara quase em estado de torpor. Ao ver o que estava escrito, ficou indignada e mandou chamar o Dr. Heribaldo, negando que houvesse afirmado aquilo. Estava escrito: Perguntado se não havia entre ela e o coronel Afonsinho uma paixão muito forte que viera a perturbar a sua vida conjugal, respondeu que tem loucura pelo coronel Afonsinho e que o mesmo demonstra querer muito a ela. Perguntado se pensou algumas vezes em se separar do seu marido para ir morar com o coronel Afonsinho, respondeu que algumas vezes teve esse pensamento, mas o afugentou por amor às suas filhas. Perguntado se o coronel Afonsinho dizia a declarante que não podia mais viver esta vida separados um do outro, e que deviam procurar uma solução para viverem juntos e felizes, respondeu que a declarante bem como o coronel Afonsinho sempre conversavam sobre esse assunto e que a declarante dizia a ele que não suportava mais essa vida de viverem separados. Per-

guntado se a declarante notava que o coronel Afonsinho vivia angustiado com a ideia fixa de encontrarem uma solução para que pudessem viver juntos, respondeu que de fato o coronel Afonsinho vivia angustiado com essa preocupação, e que só movido por essa angústia poderia chegar a cometer essa loucura.

Milena protestou, afirmou que jamais dissera aquilo, e que toda a parte referente à confissão sobre o amor entre ela e o coronel Afonsinho havia sido acrescentada pelo próprio presidente do inquérito, e que ela só assinara o depoimento porque estava semi-inconsciente, submetida a uma alongada tortura psicológica, com a lucidez afetada após a injeção, da qual só tomou conhecimento no dia seguinte, quando sentiu o braço doer.

CORAMINA OU SORO DA VERDADE?

Aquela injeção que foi aplicada em Milena pelo Dr. José Machado de Souza, quando ela desmaiou sendo interrogada pelo secretário de Justiça Heribaldo Vieira, iria acrescentar mais dúvidas e questionamentos em um inquérito mal conduzido, onde tudo começou com a morte da principal testemunha, Euclides Timóteo.

Milena, que teria confessado a paixão avassaladora pelo coronel Afonso, negou em juízo ter feito aquelas declarações, e acusou o Dr. Heribaldo de ter acrescentado ao inquérito coisas que ela não dissera, tendo, em estado de torpor talvez assinado o depoimento, que só depois, lúcida, conseguiu ler. Os advogados Evandro Lins e Silva, José Laurindo Cerqueira e José Mesquita Santos, na defesa prévia, alegações finais e razões do recurso criminal, insistiram na tese de que Milena foi submetida a terríveis pressões psicológicas pelo inquiridor, no caso, o Dr. Heribaldo Vieira. Ele, por ocasião do recurso, em 1959, já era senador da República. No mês de julho de 1958 afastara-se da Secretaria de Justiça, desincompatibilizando-se, imaginando que seria indicado pelo governador Leandro Maciel para disputar a sua sucessão. Houve então um rumoroso rompimento. Leandro indicou Luiz Garcia para candidato ao governo, e Heribaldo e seu grupo foram apaziguados com a candidatura ao Senado, mas as sequelas entre os dois históricos amigos nunca seriam sanadas.

Os advogados de Milena, além da tortura psicológica que alegaram, punham em dúvida a espécie da injeção aplicada, insinuando que, ao invés de coramina, um outro

medicamento pudesse ter sido usado. Todavia, sempre cuidadosos, fizeram as necessárias ressalvas sobre o caráter e a honradez do Dr. José Machado de Souza, vice-governador do estado, e do Dr. Lauro Porto, dois médicos, dois cidadãos sobre cuja honorabilidade não se poderia lançar dúvidas. De qualquer forma, a polêmica sobre a injeção tomou conta da cidade. Sobre o Dr. Machado recaíram suspeitas que logo motivaram uma vigorosa reação dele, e de diversos setores da sociedade, entre os quais o Lion's Clube e a Sociedade Sergipana de Medicina.

Houve uma manifestação popular em frente à casa do conceituado médico, que, naqueles meados de maio de 58, segundo a Gazeta de Sergipe, estava sendo vítima de ameaças que o jornal atribuía partidas da família Mandarino, no caso, o patriarca Nicola e seu filho Umberto Napoleone, que teriam trazido pistoleiros a Aracaju e os colocado a rondar a casa e o consultório do Dr. Machado. A controvérsia sobre a injeção despertou iras, e fez com que amigos de longa data se tornassem de um momento para outro quase inimigos.

Dois anos depois do episódio, na série de artigos que publicou no Sergipe-Jornal sobre o crime da rua de Campos, aos quais já fizemos referência em capítulo anterior, o jornalista e promotor público Paulo Costa deu uma explicação pessoal sobre o polêmico caso da injeção, que havia acrescentado mais turbulências a um tumultuado inquérito.

Escreveu Paulo Costa em abril de 1960, quando já era governador do estado o advogado Luiz Garcia: “Agora, que já não vejo capangas rondando a minha casa, nem percebo pistoleiros me fazendo ‘tocaiais’ nas ruas de Ara-

caju, sentindo-me novamente livre das ameaças visíveis, faço questão de deixar consignado, nesse breve roteiro explicativo da verdade, em extensão e profundidade, a minha participação naquelas notáveis reportagens de Pinheiro Junior, que Última Hora publicou como um bálsamo e um lenitivo sobre as chagas e feridas dos que tanto sofreram em Sergipe.

Apresentado que fui ao desassombrado jornalista levado pelos deputados Garcez Dória e Baltazar Santos, quando o mesmo quase já havia concluído a sua reportagem sobre o crime da rua de Campos, limitei-me a lhe fornecer elementos sobre os casos de Várzea Grande e Ribeirópolis, afirmando então, como hoje ainda afirmo, que numerosas famílias no meu estado estavam cobertas de luto, pelos crimes políticos praticados impunemente.

Nada lhe disse sobre depoimento ou interrogatório de Dona Milena Mandarinó Firpo. Sabe-o o deputado federal Seixas Dória que presenciou, no caso, a minha atitude. Conversamos juntos, e juntos bebemos uísque em nossa residência, Pinheiro Junior, eu e Seixas Dória, sendo o assunto largamente comentado e debatido. Ademais, nada poderia aduzir nesse sentido contra quem quer que fosse, porquanto tudo o que sei, e me foi honestamente revelado por Seixas Dória, é que ele, o Dr. Heribaldo e o Dr. Machado, antes da ouvida de Dona Milena, tomaram em mãos do Dr. Teotonilo Mesquita, ilustre laboratorista sergipano um livro, moderníssimo, em inglês, sobre a técnica e as desvantagens da narcoanálise.

Com esse livro entraram na residência do falecido Dr. Carlos Firpo, passando o Dr. Heribaldo a fazer a inquirição de Dona Milena. A inquirição era feita num quarto, a

sós o secretário de Justiça com Dona Milena, enquanto o nobre deputado Seixas Dória, o Dr. Machado de Souza e o Dr. Lauro Porto manuseavam o mencionado livro. Foi aí que se deu o propalado desmaio de Dona Milena. Adiantou-me Seixas Dória, falando com a franqueza como sempre me fala, ter sido aplicada em Dona Milena uma injeção de coramina. É quanto sei, honestamente, sobre o caso. Nada mais disse, nem mais diria a ninguém.

O livro, aliás, em hora tão inoportuna procurado pelo secretário da Justiça e conduzido para a própria residência da inquirida, é o volume 10-10 da preciosa e bem cuidada biblioteca do Instituto Parreiras Horta, que tive oportunidade de manusear com vagar, mercê da atenção do ilustre e eficiente diretor daquele modelar estabelecimento. Trata-se do *Legal Medicine, edited by R.B.H Cradwohl*, em 1954, onde há um longo capítulo sob o título, *Narcoanalyses for Criminal Interrogation*, que vai da página 945 à página 979. Nunca diria mais do que aqui está escrito, por hipótese alguma, para favorecer ou para prejudicar quem quer que fosse. Costumo dizer o que penso e assumir responsabilidade pelo que escrevo. Nem me valho de terceiros, como instrumentos, por não saber escrever, a fim de dizer o que desejo. Desse hábito, outros que não eu, jocosamente podem se vangloriar”.

A CONFISSÃO, O LIVRO SOBRE NARCOANÁLISE

O livro sobre narcoanálise que o jornalista e promotor público Paulo Costa afirmou ter sido consultado pelo Dr. Heribaldo Vieira e levado à casa de Carlos Firpo nove dias após o crime, quando a viúva Milena Mandarinó fez a contundente confissão sobre a apaixonada loucura que a ligava ao coronel Afonso, ainda está na biblioteca especializada do Instituto Parreiras Horta. Com mais de cinquenta anos, mas raramente consultado, o grosso volume, com 1.093 páginas, permanece muito bem conservado e revela, apenas na borda inferior das folhas, marcas levemente escurecidas, deixadas pelos dedos que ao longo do tempo têm virado as suas páginas. *O Legal Medicine*, de R. B. H. Gradwohl, editado em Saint Louis (EUA), começa com uma dedicatória puxa-saquista a J. Edgar Hoover, o implacável diretor do FBI, verdugo de esquerdistas e homossexuais, que, soube-se tempos depois, era um gay enrustido, um soturno personagem que castigava a si mesmo, e ansiava por castigar o mundo. O capítulo 33 do referido livro trata da narcoanálise para a investigação criminal. Fizemos a tradução livre de alguns trechos, que reproduzimos a partir da introdução, e, logo em seguida, sem obediência à ordem de páginas: “As frequentes frustrações nas tentativas para obtenção de resultados têm levado os cientistas a considerar os meios para obter confissões de indivíduos recalcitrantes. Os criminologistas renovaram seu entusiasmo com essas pesquisas desde que, em recentes interrogatórios, utilizaram-se técnicas desenvolvidas com base na anestesiologia e psiquiatria que demonstraram a influência das drogas usadas

em suspeitos de crimes, e com isso foi possível diminuir a estatística negativa de outras experiências”.

Fazendo um histórico das técnicas de interrogatórios usadas ao longo do tempo, afirma o autor: “Há abundantes evidências na literatura de Roma e da Grécia que porções soporíferas de ópio, mandrágora, dióxido de carbono e a fumaça da maconha, junto com o vinho, eram usados para provocar um estado de exaltação mental, alucinações e amnésia, isso, por volta de 1200 antes de Cristo”.

“Durante o período da Primeira Guerra Mundial ocorreram diversos experimentos que foram depois incorporados à narcoanálise. Fleck, Mosler e Guttman, individualmente, concluíram que as experiências levadas a efeito com injeções de cocaína, absinto, ópio e haxixe provocam o estupor e mudam a personalidade”.

Descrevendo os efeitos no indivíduo sujeito a interrogatório após a aplicação por via intravenosa de uma droga como o sódio pentotal, diz o autor: “Após o período de leve sonolência, o paciente pode manifestar sintomas de euforia, alucinações, intoxicação e revelar ‘sentimentos confidenciais’, em acréscimo às evidências de desorientação e confusão mentais. Podem ocorrer fantasias e frequentemente elas revelam injunções com a realidade. A memória para eventos recentes pode ser completamente perdida durante a narcose com base na escopolamina, ficando confusa, distorcida, com perda da sequência cronológica dos fatos”.

Menos de dez dias após o crime, no segundo depoimento à polícia, Milena, depois de um desmaio e de uma injeção, muda completamente a linha de raciocínio que vinha até então adotando, e, surpreendentemente, resolve falar sobre a paixão incontrolada que nutria pelo coronel Afon-

so, garantindo que era correspondida e admitindo que o coronel poderia ter sido o mandante do crime. Isso, quando já tinha consciência de que estava sendo considerada suspeita, porque, dentro da casa, alguém abrira a porta para a entrada do assassino no dia do crime, e sabia, também, que as pessoas que trabalhavam na sua casa, Maria Conceição, a cozinheira, Eunice, a copeira, Paulo Rosa, o jardineiro, e Gilena, sua afilhada, haviam sido, sem autorização da Justiça, levadas pela polícia e estavam em lugar não sabido, como se fossem sequestradas, e possivelmente sendo submetidas a interrogatórios, levando pancadas.

Consta no depoimento prestado por Milena no dia oito de maio de 58: Perguntado se o coronel Afonsinho tinha intimidade com a declarante, além das normais de simples amigo de infância da família, respondeu que a amizade que a declarante tinha com o coronel Afonsinho era de irmão: queria a ele como a Umberto.

Perguntado se a declarante vivia em completa harmonia com seu esposo, ou se havia divergências e discussões, às vezes até bem sérias entre o casal, respondeu que uma harmonia completa não havia, e que tinham discussões decorrentes do ciúme da declarante, aliás revolta, porque seu marido dava mais assistência ao Hospital e à Maternidade do que à declarante, privando-a de cinemas e outras diversões, mas que as discussões sempre acabavam bem, pois o pai da declarante intervinha para acalmá-los e fazê-la compreender que a vida de médico era assim mesmo. Depois dessas respostas que não a incriminavam, Milena, de repente, passou a fazer revelações que, sabia, iriam transformá-la em comparsa do crime. Tratamos dessas revelações em páginas anteriores, e aqui as reproduzimos, para demonstrar o contraste

entre as respostas até o meio do depoimento, e a metade restante, quando houve o desmaio e a injeção: Perguntado, depois que a declarante repousou e foi assistida pelo Dr. José Machado de Souza, que lhe aplicou uma injeção e veio a adquirir uma relativa tranquilidade, se não havia uma paixão muito forte entre a declarante e o coronel Afonsinho, que veio perturbar a vida conjugal, respondeu que tem loucura pelo coronel Afonsinho, e que ele demonstra querer muito a ela. Perguntado se alguma vez pensou em se separar do seu marido para ir morar com o coronel Afonsinho, respondeu que algumas vezes teve esse pensamento, mas o afugentou por amor às filhas. Perguntado se o coronel Afonsinho dizia à declarante que não podia mais viver essa vida separados um do outro e que deveriam procurar uma solução para viverem juntos e felizes, respondeu que a declarante bem como o coronel Afonsinho sempre conversavam sobre esse assunto, e que a declarante dizia a ele que não suportava mais viver essa vida de viverem separados e que o coronel Afonso lhe fazia também a mesma declaração. Perguntado se a declarante notava que o coronel Afonsinho vivia angustiado com a ideia fixa de encontrarem uma solução para que pudessem viver juntos, respondeu que de fato o coronel Afonsinho vivia angustiado com essa preocupação e que só movido por essa angústia poderia chegar a cometer essa loucura.

No final do depoimento acrescentou-se: “EM TEMPO: Antes de assinar o presente depoimento, a depoente declarou, espontaneamente, que desde menina tem loucura pelo coronel Afonsinho”.

Em seguida, viriam as declarações prestadas à polícia, por Gilena e pelos caseiros, que reforçariam a suspeita do relacionamento amoroso entre Milena e o coronel Afonso.

CASEIROS E AFILHADA ACUSAM MILENA

Depois da confissão feita por Pereirinha, após quatro dias supostamente incomunicável num cubículo da Secretaria de Segurança, a polícia passou a considerar suspeitas todas as pessoas que viviam no palacete onde ocorrera o crime. Segundo Pereirinha, havia sido combinado entre o mandante, que ele ainda não sabia quem era, e o pistoleiro Euclides Timóteo, que uma porta da casa ficaria apenas encostada, por ela entraria o assassino, e embaixo da escadaria estaria um revólver, sinal de que ele deveria prosseguir até o pavimento superior e assassinar o médico em seu quarto, dormindo sozinho.

Na manhã após o crime, 29 de abril de 1958, policiais varejaram todas as dependências da casa, verificaram portas e janelas e constataram que não havia sinais de que as fechaduras houvessem sido forçadas. Assim, só poderia subsistir a hipótese de que alguém da casa abrisse a porta e colocasse o revólver que pertencia ao Dr. Firpo embaixo da escada. Esse revólver, do qual foi descartada a bala e jogada sob a cama da vítima, foi encontrado três dias depois em Paulo Afonso pelo engenheiro elétrico Augusto Pereira de Azevedo, chefe do escritório da CHESF em Aracaju, que deslocou-se para aquela cidade baiana acompanhado de policiais a fim de realizar diligências. Embora nada tendo a ver com a polícia, o engenheiro, seria, poder-se-ia dizer, mais um intruso a envolver-se com um inquérito ao qual não faltariam inovações.

Além da arma, encontrada na casa de Timóteo, lá descobriu o engenheiro-detetive também a roupa que o ban-

dido usara durante a viagem a Aracaju. Na manga direita da camisa e em outros locais havia manchas vermelhas, como se fossem de sangue, mas, como Timóteo logo seria morto a pancadas, a polícia sequer mandou fazer uma análise para constatar se as manchas eram mesmo de sangue humano, e se poderiam ser do mesmo tipo do sangue da vítima, e assim, Pereirinha continuou sendo apontado como o matador.

No dia seis de maio, antes mesmo da reconstituição do crime, a polícia sequestrou as pessoas que residiam na casa da rua de Campos: Maria Conceição, a cozinheira, Eunice, sua filha, a copeira, Paulo Rosa, o jardineiro, que era menor, e Gilena, mocinha de dezenove anos, como já vimos antes, criada pelo casal desde os dez anos de idade, afilhada de batismo de Milena e Carlos. Nos depoimentos prestados à polícia, todos reconstituíram o que acontecera na noite do crime, antes e depois de ter sido o Dr. Carlos atingido pelo golpe com a peixeira e começado a gritar. Disseram que após a saída do casal, acompanhado por Nicola Mandarino, ficaram Gilena e Eunice, jogando com as meninas Juju e Gracinha, numa das salas do andar térreo. O jardineiro Paulo Rosa saiu e voltou por volta das vinte e três horas, quando já iam retornando do Hospital Santa Izabel Carlos Firpo, Milena e Nicola. Os três, as duas filhas e Gilena subiram para dormir no andar superior, mas, antes, fizeram uma verificação nas portas e janelas, pois todos andavam temerosos, por ter ocorrido meses atrás um assalto na casa, quando nela se encontrava hospedado o coronel Afonso. Eunice e sua mãe saíram para dormir num quarto do lado de fora. Elas tinham a chave da porta dos fundos dando acesso à casa, mas afirmaram que a fecharam cuidadosamente.

Paulo Rosa foi dormir em outro quarto nos fundos e não tinha chave de acesso ao palacete. Gilena e Eunice lembraram que enquanto jogavam uma das filhas do casal, Juju, disse que tinha visto através do basculante passar um vulto, mas elas não deram muita importância, a menina ficou amedrontada, todavia, nada dizendo aos pais, quando eles retornaram. No depoimento que prestou à polícia, Maria Conceição disse que o vulto fora ela própria que saíra para assistir um sermão na igreja São José, e estava voltando. A cozinheira Maria Conceição tinha estatura baixa e pelo basculante não daria para ser vista, mas a polícia não atentou para esse detalhe, nem levou em conta a possibilidade de uma pessoa estranha ter entrado antes na casa. Ao recolher-se ao quarto onde ia dormir com as duas filhas, uma das quais estava adoentada, com febre, Milena pediu a Gilena que a acordasse muito cedo, pois queria ir a uma Santa Missão na igreja São José. Os caseiros e Gilena, nos depoimentos, narraram todos, quase da mesma forma, os momentos de angústia, dor e desespero quando, após os gritos do Dr. Carlos, acordaram-se alarmados e ficaram tentando ajudar Milena, atarantada a pedir socorro, agindo de forma desconexa. A essência do depoimento, contudo, e o aspecto mais insistentemente buscado pela polícia foram as respostas que deram Gilena, Eunice e Maria Conceição sobre intimidades que teriam presenciado entre Milena e o coronel Afonso, quando ele se hospedava na residência. Disse Gilena: “Que o Dr. Carlos Firpo sempre viveu bem com sua esposa, que ela, Gilena, passou um ano internada no Hospital Santa Izabel e de lá saindo no mês de janeiro notou que o casal já não vivia bem, pois tinham sempre discussões, que essas discussões eram originadas por questões de

ciúme do Dr. Carlos Firpo com o coronel Afonsinho, e que havia razão do Dr. Carlos Firpo ciumar da sua mulher com o coronel Afonsinho porque Dona Milena tratava o coronel com mais cuidados e deferências do que o marido, e esse tratamento que ela dava não era por se tratar de um hóspede da intimidade da casa, mas havia umas facilidades que deixavam o que falar, que às vezes ela chegava de surpresa onde se encontravam o coronel e Dona Milena, e notava que estavam juntos, se afastavam, deixando entrever que qualquer coisa entre eles havia, e que numa ocasião que não se recorda, achando que foi durante o carnaval, quando o Dr. Firpo estava no Rio de Janeiro e o coronel hospedado na casa, ela algumas vezes acordou, e viu que Dona Milena não estava no quarto dormindo com as filhas, e vestida de camisa ou roupão, entrava e saía do quarto do coronel”.

A cozinheira Maria Conceição Santos, trabalhando há seis anos na casa, disse que as empregadas, Gilena e o jardineiro Paulo Rosa, se reuniam comentando esses amores de Dona Milena com o coronel Afonsinho. Eunice, a copeira, filha de Maria Conceição, trabalhando há quase cinco anos na casa, disse que foi criada com as famílias dos engenhos Tôpo e Várzea Grande, com seu Zezé e Dona Neném, onde havia muito respeito, por isso andou com vontade de deixar o emprego, porque não suportava ver Dona Milena tratando com o maior desprezo o Dr. Carlos Firpo, que era um homem bom, e que ela, certa vez, viu Dona Milena e o coronel Afonso dançando e se beijando. O jardineiro Paulo Rosa, menor, com dezesseis anos, disse no depoimento que tinha poucos meses na casa e que nunca vira nenhuma cena de amor entre Milena e o coronel.

Meses depois, prestando depoimentos na Justiça, tanto Gilena como Eunice e Maria Conceição negaram o que haviam dito na polícia. Gilena afirmou que estava com medo de ser presa, Eunice disse que apanhou muito em sessões de tortura durante a noite numa praia deserta, comandadas diretamente pelo Dr. Heribaldo. Maria da Conceição confirmou as torturas sofridas pela filha e disse que ela mesma também apanhou, e que certa vez o Dr. Heribaldo encostou uma faca na sua vagina e disse: “conte a verdade, negra safada, se não, eu enfio essa faca e lhe mexo todinha por dentro”.

No relatório policial enviado à Justiça, em certo trecho Maria Conceição é tratada como “aquela preta velha”.

TESTEMUNHAS SOCORREM MILENA

Aqueles depoimentos prestados pelos caseiros do palacete da rua de Campos, somados ao de Gilena, a jovem de dezenove anos que era afilhada do casal Firpo, logo ganharam os sensacionalistas noticiários das duas emissoras de rádio locais, a Liberdade e a Difusora, essa última pertencente ao governo. As autoridades policiais, políticos, e até o governador Leandro Maciel, faziam declarações sobre o crime, e todos eram unânimes em defender a imparcialidade e competência do inquérito policial. Numa coabitação escandalosa, o Executivo misturou-se com o Judiciário e o Ministério Público, e pareciam perfeitamente afinados, numa sintonia exemplar de concordâncias. Nada se dizia sobre o assassinato pela polícia da principal testemunha, Euclides Timóteo; nada se dizia sobre os rumores de que as domésticas e Gilena haviam sido sequestradas pela polícia e submetidas à torturas físicas ou psicológicas. Gilena, depois de solta, foi recolhida ao Hospital Santa Izabel e lá lhe conseguiram um emprego, para que ela não voltasse a depender da madrinha, com quem vivia e a quem acusara. Passou a morar no Hospital, de onde nunca saía, e viveu até 1998, quando morreu, tornando-se conhecida como “Gilena do Santa Izabel”. Maria Conceição e Eunice, a cozinheira e copeira, da mesma forma que Gilena, negaram depois à Justiça o que haviam afirmado na polícia, segundo revelaram, sob torturas cruéis. Mas, naquele mês de maio, quando apressadamente se concluía o inquérito, as revelações feitas pelas pessoas que viviam muito próximas ao casal, e

dele conheciam a intimidade, repercutiram de forma negativamente arrasadora sobre os dois principais acusados, Milena e o coronel Afonsinho, que, antes mesmo de indiciados já eram tratados como réprobos, ele, um facínora criminoso, ela, presa, uma prostituta de luxo, que se tornou também assassina. Era esse o tom dos raivosos comentários radiofônicos e das conversas que se ouviam, tanto em palácios, clubes, luxuosas residências, como no bas-fond, pelos quais perpassava, eliminando distâncias sociais, um mesmo sentimento de vingança e ódio, que, talvez, traduzisse também culpas coletivas, ansiedades, desejos, ambições irresolvidas e uma carga de frustrações, tudo acumulado no inconsciente de uma sociedade apodrecendo sob o disfarce da moralidade, do desejo mal explicado de justiça e de uma repentina aversão a erros e absurdos, com os quais inconsciente ou hipocritamente sempre convivera.

A opinião pública exacerbada contra os acusados, intolerante em relação a qualquer apelo ao comedimento e à imparcialidade, era uma formidável barreira contra os que apontavam erros clamorosos no inquérito, que sugeriam menos açodamento e mais racionalidade. Esses, eram vendidos, traidores, vis despejadores de lama sobre a honra e sobre o sangue do Dr. Carlos Firpo, que clamava por implacável justiça.

A professora emérita Mariah Galvão Leite Almeida, diretora do tradicional e respeitado Colégio do Salvador, onde tantas gerações de sergipanos se educaram sob rígidos critérios de eficiência pedagógica e ética, relembra as atribulações daqueles dias, quando ela, jovem educadora, ao lado das irmãs mais experientes já haviam consolidado o nome de um educandário onde

estudavam as duas filhas do casal Firpo. Primeiro, a necessidade de preservar até da fúria ou do desprezo dos próprios colegas aquelas meninas envolvidas na fatalidade da morte do pai assassinado, e do drama terrível das acusações que pesavam contra a própria mãe, com a qual dormiam, quando ouviram o grito terrível, e, correndo com ela para o quarto ao lado, viram o desespero sofrido de quem, ensanguentado, tentava segurar as vísceras expostas pelo golpe que lhe dilacerara o ventre. Esse círculo de proteção, que requeria habilidade, e sobretudo, uma convicção perfeita sobre as responsabilidades dos educadores, foi feito sem que as jovens vítimas do drama ou os seus colegas chegassem a perceber.

Conta a professora Mariah que as jovens alunas Jujú e Gracinha eram exemplares em notas e comportamento, que recebiam da mãe um tratamento de princesas. E destaca uma curiosidade: Naquele tempo, quando frutas de clima temperado eram raríssimas em Aracaju, as duas meninas levavam para a merenda, todos os dias, maçãs, peras, uvas, que Milena cuidadosamente providenciava. Pelo conhecimento que tinham com o casal, pelo convívio diário no Colégio com Milena que ia muitas vezes levar e buscar as filhas, pelas informações que tinham sobre a agora viúva levada a um presídio, se sentiram, as irmãs Galrão, no dever de dar um testemunho isento e equilibrado, e isso lhes valera algumas ameaças, claras ou subreptícias.

Disse a professora Maria Bernadete Galrão Leite no seu depoimento à Justiça: “Em contato com Irmãs Missionárias na cidade de Salvador, delas ouvi, antes que as filhas do casal fossem estudar no Colégio que dirigia: ‘Nós

fazemos questão que você conheça Milena, para saber as qualidades espirituais e morais que ela possui’.

Perguntada se alguma vez viu ou soube de qualquer deslize na conduta de Milena, quer como esposa, filha ou mãe, e especialmente nas suas relações com o coronel Afonso Ferreira, respondeu: que nunca viu nem ouviu. E perguntada se o conceito que faz de Dona Milena é apenas pessoal, ou se pode também afirmar que esse conceito era o da sociedade sergipana, respondeu: ‘Antes de a conhecer pessoalmente e de fazer o conceito do qual ela faz jus, a conheci através da opinião pública, como disse acima, conceito esse que era ótimo’.

Dona Esther Moreira Calazans, viúva do general Calazans, senhora que merecia o maior respeito na sociedade aracajuana, disse, depondo em juízo: “A conduta de Milena sempre foi irrepreensível. Nunca lhe foi atirada aqui nesta terra, onde a maledicência impera a menor censura. Milena é caridosa. Milena é religiosa. Não despreza os deserdados da sorte. Faz da caridade uma religião. Desde o noivado conheci Carlos Firpo. Continuei sempre e depois de casados, ligando-me a um e a outro, não havendo diferença na minha estima”.

Seixas Dória e José Machado de Souza, que figuram no processo como testemunhas de acusação, disseram, o primeiro: “Sempre tive o melhor conceito em torno da pessoa de Dona Milena, como esposa, como mãe e como tudo mais”; e o Dr. Machado, quando perguntado se como amigo íntimo da família de Carlos Firpo nunca notou entre Dona Milena e o coronel Afonso Ferreira Lima qualquer manifestação de namoro, apenas respondeu: “Não”.

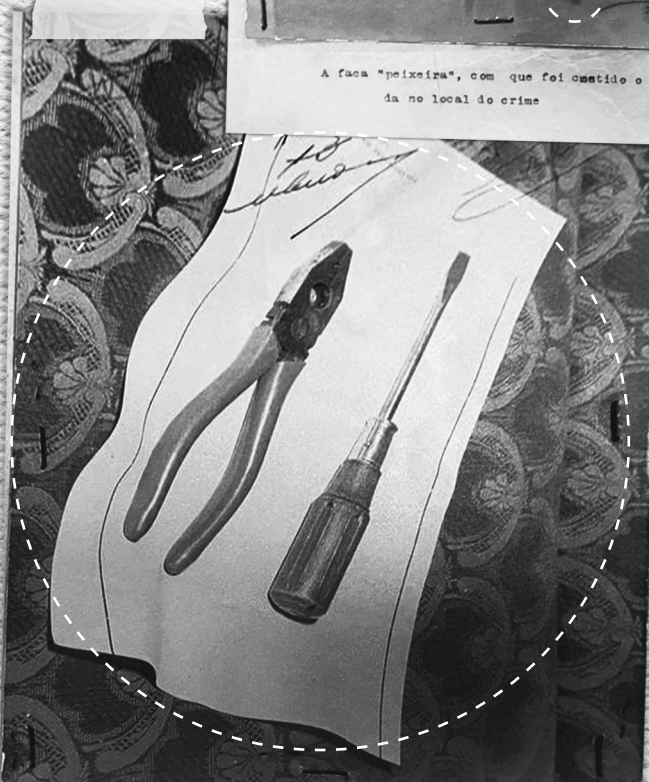
Albertina Campos Nascimento era uma professora da rede municipal de Aracaju, tinha na época trinta e nove anos, e morava na casa do casal Firpo há muito tempo. No dia do crime, ela, que estava no Rio de Janeiro desde dezembro em tratamento médico, chegou à noite a Aracaju, no mesmo avião pilotado pelo coronel Afonso, que também transportou a esposa do oficial, Dona Edna, e as irmãs de Milena, Iolanda e Vanda. A professora Albertina, ao contrário das outras pessoas que viviam na casa, talvez pela sua condição social, não foi arrastada pela polícia para depor sob tortura. Disse então no depoimento: “O casal Carlos Firpo-Dona Milena vivia em harmonia, pois ligeiras rugas por ventura havidas eram passageiras, não tinham nenhuma profundidade”. Sobre um possível desquite do casal, disse: “Ignoro, pelo menos até o mês de dezembro quando viajei para o Rio, nada ouvi a respeito”. Quando lhe foi perguntado se nas viagens que Carlos Firpo e Dona Milena fizeram ao Rio enquanto ela estava lá, não lhe falaram sobre o desejo que tinham de se desquitarem, Albertina respondeu: No Rio, não estava hospedada na casa do Sr. Nicola Mandarino, e sim com as suas irmãs, que por essas ocasiões ela esteve com ambos, que almoçaram na casa de suas irmãs e ela também almoçou na casa do Sr. Nicola, na rua do Bispo, e jamais ouviu algum deles conversar sobre esse assunto. Disse mais que Milena é pessoa da sua maior intimidade e se confiam mutuamente, que, apesar disso, ela nunca lhe revelou o desejo de separar-se do esposo. Quando perguntada se sabia que Dona Milena e o coronel Afonsinho mantinham amores ilícitos, respondeu que nunca percebeu, nem jamais Dona Milena lhe revelou tal coisa, pelo que, conseqüentemente, nunca lhe deu qualquer conselho nesse sentido.

Em juízo, durante o sumário de culpa, as acusações de adultério contra Milena, que levaram a polícia a concluir também pelo seu envolvimento no crime, foram desfeitas com a negativa das testemunhas que se disseram vítimas de torturas e pelos novos depoimentos que foram acrescentados. Investigações em caráter particular, feitas logo após o crime pelo funcionário público federal, escritor e poeta, Jacinto Figueiredo, que trabalhara na polícia do Rio de Janeiro, viriam apontar outros caminhos, pistas muito evidentes que foram inteiramente desprezadas pela polícia.



A faca "peixeira", com que foi cometido o crime, encontrada no local do crime

Fl. 5



Alicate e chave de fenda encontrados no local do crime

Fl. 8

UM ALICATE E UMA CHAVE DE FENDA

A polícia aferrou-se a uma imutável certeza: o crime era passional, o contratante dos pistoleiros fora o tenente-coronel da Aeronáutica Afonso Ferreira, que mantinha uma ligação amorosa com a esposa de Carlos Firpo, e seria ela, quem, em virtude dessa paixão confessada em depoimento, feito menos de dez dias após o crime, abrisse a porta facilitando a entrada do matador. Na reconstituição, realizada na madrugada do dia nove de maio, Pereirinha repetiu todo o itinerário, desde a abertura do portão frontal da casa até a facada e a fuga, após o grito aterrorizante. Atrás da porta, apenas encostada, havia um jarro de porcelana, embaixo da escadaria um revólver que pertencia ao médico, e era o sinal para que o matador prosseguisse. No topo da escadaria Pereirinha virou à esquerda, passou por um estreito corredor onde havia um pequeno altar embutido na parede, no quarto em frente, encontrou dormindo sozinho o Dr. Carlos Firpo. Antes porém de subir a escada, voltou ao portão e entregou a arma a Timóteo que estava a esperá-lo. Retornou, e com uma lanterna iluminou sua caminhada fatal. Na manhã do crime a polícia encontrou no chão do quarto algumas notas de dinheiro espalhadas, um alicate, uma chave de fenda e a balsa do Taurus 38 que o médico deixava sobre um armário alto, ao lado da sua cama.

Não foi realizada nenhuma perícia técnica, mesmo porque a polícia sergipana não dispunha de qualquer recurso para isso. O quarto não foi isolado, tudo foi remexido, várias pessoas por ele circularam. A polícia, que se valia

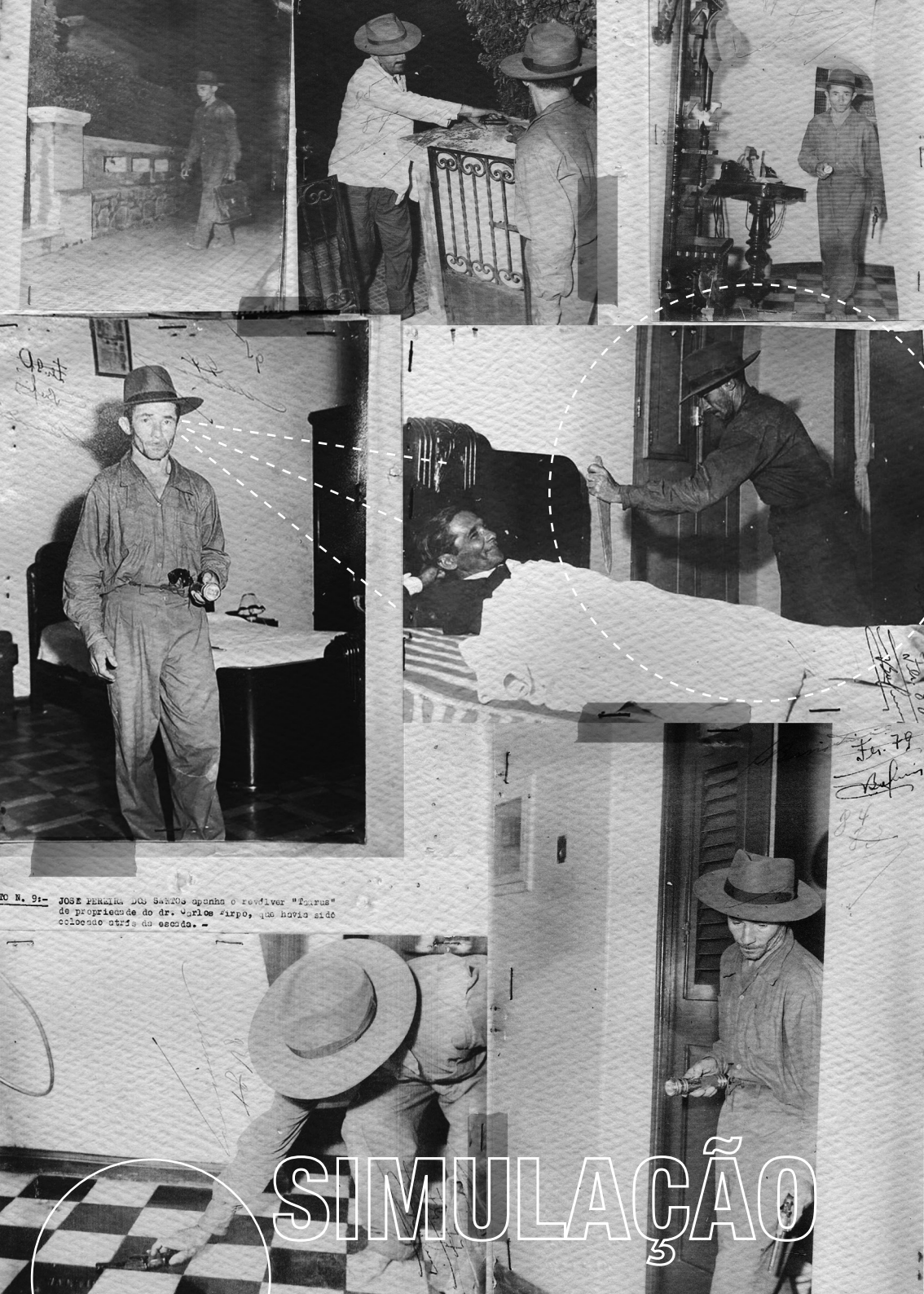
apenas dos “métodos empíricos” elogiados pelos dirigentes do inquérito, não dispunha sequer de uma lupa para tentar descobrir impressões digitais. Apesar dessa precariedade, dessa indigência técnica, o secretário de Segurança considerou desnecessária a colaboração do policial Peter Jorge Gersten, técnico em criminalística que o Departamento Federal de Polícia havia colocado à disposição do governo de Sergipe. Concluiu-se que Milena preparara todo o cenário, deixado a porta aberta, colocado o revólver sob a escadaria, cortado os fios do telefone, largado, displicentemente no quarto, a bainha do Taurus, a chave de fenda e o alicate, e ainda remexido a carteira do marido, e espalhado pelo chão algumas cédulas, certamente para simular um latrocínio. Fazendo tudo entre as vinte e três e trinta, hora em que todos teriam se recolhido aos seus quartos, e, em seguida, ido dormir com as duas filhas bem próximo da cama onde estava o marido, porque havia uma porta aberta entre os dois compartimentos, ficando a esperar que o matador, por volta de uma da manhã, desferisse o golpe mortífero. A propósito das duas prosaicas ferramentas encontradas, se fez uma imensa atoarda pelas emissoras de rádio. O alicate e a chave de fenda, segundo bradavam de forma uníssona os locutores, seriam a prova definitiva da ligação criminosa entre Milena e o coronel Afonso. Eram equipamentos de uso privativo da Aeronáutica, afirmava o próprio relatório policial, e teriam sido entregues a Milena pelo coronel para que ela cortasse os fios do telefone e forçasse, se fosse necessário, a porta que separava o quarto das suas filhas daquele, do marido. O engenheiro Augusto Pereira de Azevedo disse em depoimento que aquelas ferramentas não pertenciam à CHESF, e por isso não poderiam ter

sido usadas pelo matador, Pereirinha. O engenheiro disse também que andou pelas lojas de Paulo Afonso e lá lhe afirmaram que não vendiam instrumentos daquele tipo. Em Aracaju, segundo consta no relatório policial, também as lojas de ferragens não tinham para vender alicates e chaves de fenda como aqueles. O alicate e a chave de fenda são absolutamente comuns, nada os difere de todos os outros usualmente vendidos. No decorrer do processo, já no ano seguinte, o Ministro da Aeronáutica desfaria aquela “prova” ridícula, que foi aceita entusiasmadamente como verdade incontestada, enviando a seguinte resposta a uma indagação feita pelo juiz Serapião de Aguiar Torres:

“Em atenção ao ofício SN, de 16.1.59, cumpre-me informar a Vossa Excelência não constituem instrumentos de uso privativo da Aeronáutica os objetos (um alicate e uma chave de fenda) que acompanharam o citado ofício.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e consideração.

Brigadeiro do Ar Francisco Teixeira
Chefe do Gabinete”



FO N. 91- JOSE PERALTA JO SARRIA apena o revolver "Faustus"
de propriedade do dr. Carlos Sirpo, que havia sido
colocado atrás da escada. -

SIMULAÇÃO

AS PRIMEIRAS E DESPREZADAS PISTAS

Na manhã do dia vinte e nove de abril de 1958, Jacinto Figueiredo estava, como habitualmente fazia, no cruzamento da avenida Hermes Fontes, onde morava, com a Barão de Maruim, aguardando transporte para ir ao trabalho, quando ouve ao seu lado alguém comentar que Silva Lima, na Rádio Liberdade, estava anunciando que o médico Carlos Firpo fora atacado por um ladrão enquanto dormia e acabara de morrer no Hospital de Cirurgia. Jacinto estava a menos de duzentos metros do Cirurgia, mas preferiu ir à casa do Dr. Carlos, seu amigo, na rua de Campos. Quando lá chegou o corpo ainda estava no Hospital, e ele foi apresentar os pêsames a Nicola Mandarino e à viúva Milena. Subiu ao andar superior acompanhado pelo promotor público Afonso Ferreira Lima, o meio-irmão do coronel Afonso Ferreira Lima, e concunhado de Nicola. Observou, ao dirigir-se ao quarto onde estava o sogro da vítima, que a viúva, Milena, estava em outro quarto, deitada num sofá e cercada por várias senhoras. Ouviu Nicola dizer que tudo aquilo fora obra de um ladrão, e como ex-integrante do setor de investigações da polícia carioca, resolveu fazer, por conta própria, uma perícia preliminar no local do crime. Começou vistoriando todas as portas e janelas da casa, usando uma lente que sempre levava em sua pasta, constatou que em nenhuma delas havia sinais de que houvessem sido forçadas. No basculante por onde diziam que o ladrão havia entrado, observou que existia uma densa camada de poeira, e por isso, se alguém por ali passasse, deixaria marcas bem visíveis. Em seguida, no quarto da vítima, encontrou no chão uma batinha de revólver e algumas notas que pareciam ter sido simetricamente colocadas sobre

o chão. E fez a importante descoberta: atrás do armário alto que ficava ao lado da cama havia sinais de que ali estiveram uma ou duas pessoas, deixando algumas marcas jogadas ao chão, tais como papéis de caramelos. Conversando com uma das filhas do Dr. Carlos, Jacinto soube que na noite anterior, antes do casal e Nicola terem retornado do Hospital Santa Izabel, Jujú, a mais velha, vira um vulto passar pela sala ao lado, alertou as empregadas, mas elas apenas disseram que tudo aquilo era resultado do medo, porque ocorrera meses antes um assalto na residência.

Em seguida, Jacinto Figueiredo foi ao jardim da casa fazer uma inspeção, e na junção do muro da casa do Dr. Firpo com o muro do vizinho do lado esquerdo, o Dr. Aloísio Andrade, encontrou um pedaço de calça do reboco, que parecia recentemente desprendida. Disse Jacinto no depoimento que fez em juízo: “Encontrei, repito, um pedaço de calça do reboco do muro no chão que se encaixava perfeitamente ao pedaço arrancado desse mesmo muro na parte de cima, como se alguém, ao transpô-lo, tivesse quebrado aquela beira na parte superior. Outra coisa interessante foi que nesse local existiam pisadas de pessoa calçada, o pé regular, de médio para grande, e bem junto ao muro, no local das pisadas, uma planta de ornamento caseiro, que não sei o nome, de haste grossa, mas fraca, estava quebrada, deitada, dando a impressão de coisa recente, porque as folhas não estavam murchas, estavam vivas ainda. Pegando aquela planta verifiquei que ela estava partida no pé, dando a impressão de que alguém ao pisar quebrou a planta naquele local”.

O local onde os muros das duas casas se juntam seria o único por onde uma pessoa poderia passar sem abrir o portão. O muro da casa do Dr. Aloísio, muito baixo, ainda existe. Seria fácil transpô-lo e em seguida ultrapassar o muro lateral

da casa do Dr. Firpo, também da mesma altura. Na frente da casa, o muro que acompanhava a calçada tinha, pela parte de dentro no jardim, uma barreira intransponível, formada por uma densa cerca verde. Jacinto fez essas revelações alguns meses depois, depondo na Justiça, quando o inquérito policial há muito havia sido concluído. Embora ele houvesse revelado todas aquelas observações que fez às autoridades policiais, não houve o menor interesse em aprofundar as investigações, levando-se em conta a possibilidade de alguém fora da casa ter participado do crime. Jacinto Figueiredo lembraria também na Justiça que, em reforço à possibilidade de um auxílio aos criminosos por pessoas que não estavam na casa, houve o depoimento de Pereirinha (não levado em conta durante a reconstituição do crime) onde ele lembrou que ao empurrar o portão da casa ocorreu um forte rangido, e tanto ele como Timóteo, assustados, saíram correndo, e a uma distância de uns cento e cinquenta metros ficaram no meio de uns matos no fundo do Colégio Estadual, olhando a casa. Foi então que na porta parou um carro, segundo ele, muito pequeno, demorou-se algum tempo e logo afastou-se.

Naquela ocasião, Pereirinha disse a Timóteo: “Se eu tivesse entrado tava arrombado”. A polícia não se interessou por essas pistas, nem sequer perguntou a Pereirinha se ele conseguira ver, de longe, alguém entrando ou saindo do carrinho. Numa época em que existiam menos de seiscientos veículos em Aracaju, teria sido fácil identificar o carrinho, quem seria o seu dono e o que estaria fazendo àquela hora da madrugada parado na porta da casa do Dr. Carlos Firpo, poucos instantes antes de consumir-se o crime.

Jacinto Figueiredo, nas suas investigações particulares, continuaria fazendo descobertas valiosas, todavia desprezadas.

DO MISTÉRIO AO SURREAL

Os que conduziam o inquérito, como vimos, não demonstraram nenhum interesse em aprofundar as investigações feitas por conta própria pelo ex-funcionário da polícia carioca, Jacinto Figueiredo. Apesar da credibilidade que ele tinha na sociedade sergipana, apesar das evidências por ele levantadas de que alguém poderia ter transposto o muro da casa do médico instantes antes do crime, o que desfaria, em grande parte, a versão apresentada pela polícia a partir da confissão do matador Pereirinha, na contramão disso tudo, não se moveu uma palha em direção àquela nova e verossímil pista. Jacinto Figueiredo, todavia, continuaria o seu trabalho particular de investigação.

Naqueles dias após o crime, a cidade, ainda desacostumada com a violência, sobretudo algo tão impressionante e cruel como o assassinato do médico, andava sobressaltada. Alastrou-se uma espécie de síndrome de medo, quase pânico. As pessoas passaram a cerrar cuidadosamente suas portas e janelas. Até aquele hábito tão peculiar às cidades pequenas, o da reunião de familiares e vizinhos em cadeiras postas nas calçadas para uma descontraída conversa, parece ter sido afetado pelo receio de que um perigoso matador estivesse ameaçadoramente à solta, e pronto a cometer novos crimes. Reduziram-se os grupos que se formavam nas calçadas, as pessoas logo cedo se trancavam e ficavam dentro das suas casas a ouvir, no rádio, o programa Calendário, ancorado por Santos Mendonça, sempre com informações recheadas de sensacionalismo sobre o andamento das investigações policiais.

Na tarde do dia três de maio, conta Jacinto Figueiredo em seu depoimento, ele, como de costume, foi à casa do amigo Gentil Costa, dono de uma oficina mecânica na rua Sirirí, quase no cruzamento com a rua de Laranjeiras. Chegou por volta das quatorze horas, e as pessoas que lá estavam, como quase toda a população de Aracaju, só tinham um assunto para conversar: o assassinato de Carlos Firpo. Foi então informado de que três dias antes da morte do médico, na casa vizinha, com frente para a rua de Laranjeiras, no 884, acontecera um estranho assalto. Com a curiosidade sempre aguçada Jacinto logo quis ir até a casa. Um filho do Sr. Gentil o acompanhou para apresentá-lo à dona da residência visitada pelo ladrão. Lá, surgiram os detalhes, e, logo depois, seria feita uma espantosa correlação entre o episódio da rua Laranjeiras, e o caso trágico da rua de Campos. A mulher, personagem do episódio, sertaneja pernambucana, carnes rijas e fisionomia de gente forte e decidida, começou a narrar o que acontecera. Estava, por volta das quinze horas, sozinha em sua casa. O marido, que era caminhoneiro, sempre andava viajando, uma irmã que morava com ela trabalhava no comércio, e sua filha menor havia saído para comprar um carretel de linha. A casa tinha um longo corredor começando na sala de entrada à frente e dava acesso a todas as demais dependências. As portas e janelas estavam fechadas, e também uma outra logo no início do corredor, e ela lavava roupa no quintal. Foi então que ouviu um barulho, como se algo houvesse caído ao chão. Estranhou, porque não havia mais ninguém na casa, e foi caminhando descalça, sem fazer barulho, ao longo do corredor, e ao passar pela porta do quarto viu um homem forte, usando chapéu, de costas para ela,

estava abrindo o armário, onde, numa das gavetas colocara um pacote com quarenta mil cruzeiros, provenientes de uma indenização que seu marido recebera e lhe dera para guardar até que voltasse da viagem. O homem já estava com o pacote na mão, e ela, sem titubear, atracou-se com ele segurando-o pelas costas, tentando arrebatar-lhe o pacote com o dinheiro. Conseguiu jogar o ladrão contra o móvel, onde ele bateu a cabeça que ficou a espirrar sangue. Ferido, ele livrou-se dela, sacou uma peixeira e passou a desferir-lhe golpes, dos quais ela se livrava com agilidade felina, até que o homem a derrubou sobre uma penteadeira baixa. Ficou momentaneamente zonha, enquanto o ladrão fugia, mas o dinheiro no pacote desfeito estava espalhado pelo chão. Contou as cédulas, viu que nada fora perdido, e, aconselhada por vizinhos, resolveu não ir à polícia comunicar o fato. Jacinto, mesmo tendo a convicção de que a morte do Dr. Carlos Firpo não fora um latrocínio, e sim um crime premeditado, achou que era preciso levar aquele fato ao conhecimento da polícia. Saiu, foi procurar o radialista Santos Mendonça, e com ele foi à Secretaria de Segurança onde conversaram com o Dr. Heribaldo, que sugeriu a ida da mulher até à Secretaria para tentar identificar alguns meliantes que lá estavam presos. Jacinto já sabia que a polícia prendera em Paulo Afonso os matadores Euclides Timóteo e Pereirinha, mas não chegara a vê-los. Retornaram, ele, Santos Mendonça, a mulher, uma filha dela menor à Secretaria de Segurança, e ficaram numa sala junto com Heribaldo Vieira e Antônio Machado, enquanto o major José Lins mandava dois investigadores trazerem três presos que se achavam nos cubículos, para que fossem identificados.

Os três homens foram entrando, um de cada vez, e eram colocados de frente, de costas e de perfil, para que a mulher identificasse aquele que possivelmente teria assaltado a sua casa. Um método de identificação primitivo, pois expunha a pessoa a possíveis vinganças futuras daqueles que estavam sendo identificados. Na polícia sergipana não existiam outros procedimentos a não ser aqueles mesmos, toscos, grosseiros, sempre executados sob uma visão autoritária e destituída de qualquer vestígio de técnica, ou respeito à dignidade humana. Um dos homens, de estatura pequena, entrou quase a se arrastar, parecia estar muito doente. A mulher o olhou detidamente, mas nada disse. Quando eles saíram ela negou-se a dizer qualquer coisa e foi levada de volta para casa. No automóvel em que foi conduzida, iam o Dr. Heribaldo e Jacinto. Então, a mulher revelou que aquele homem quase se arrastando, ela o vira na rua Laranjeiras, em frente à sua casa, por coincidência, no dia em que ocorrera o assalto, mas ele não era o ladrão com o qual travara a luta. Segundo Jacinto, o Dr. Heribaldo pareceu não escutar o que a mulher havia dito, mas ela repetiu que se visse o ladrão seria capaz de identificá-lo imediatamente.

Passado algum tempo, entre os dias 6 e 7 de maio, quando já se comentava na cidade que Timóteo havia sido morto pela polícia, Jacinto procurou Santos Mendonça e lhe perguntou se um daqueles presos mostrados na SSP era Timóteo, e ouviu apenas uma resposta seca: Não. Mendonça acrescentou também que não tinha ainda certeza se a polícia realmente matara o pistoleiro. Sem perder nunca o interesse em auxiliar as investigações, no dia onze ou doze do mesmo mês, Jacinto esteve na Foto Amador, e lá conseguiu as fotografias da reconstituição

do crime tiradas no dia nove, e também as fotos feitas quando Euclides Timóteo e Pereirinha foram identificados, após serem trazidos presos de Paulo Afonso. Levou aquelas fotos até a casa onde se dera a tentativa de roubo. Entregou o envelope à dona da casa, ela o abriu, tendo ao lado a cunhada. Olhando fixamente para uma das fotos, a mulher exclamou: “Olhe aí, este é aquele homem doente que eu vi na Secretaria”. A cunhada logo confirmou, dizendo que também o avistara rondando a casa, passando para lá e para cá pela frente na rua Laranjeiras, no dia em que acontecera a tentativa de roubo. O homem era Pereirinha, que estava sendo submetido a torturas, e, como vimos em capítulo anterior, recebeu um soco no peito desferido pelo investigador Alemão, que o fez rolar por uma escada na SSP e botar sangue pela boca.

Continuando a olhar os retratos, de repente a mulher colocou um deles sobre a mesa e disse: “Esse Timóteo é o homem que entrou na minha casa para roubar, minha Nossa Senhora, se eu tivesse avisado logo à polícia poderia ter evitado a morte do Dr. Carlos Firpo”. Logo depois, Jacinto procurou o radialista Santos Mendonça, pedindo-lhe que avisasse ao Dr. Heribaldo o que acontecera, e na ocasião lhe perguntou por que Euclides Timóteo não fora incluído entre os presos mostrados à mulher vítima do assalto, e o radialista respondeu: “É que ele devia estar tão machucado que não poderia aparecer”. Naquele dia três de maio de 1959, quando houve a tentativa de identificação dos três presos na SSP, Timóteo ainda estava vivo.

A narrativa do assalto frustrado, com lances de destreza e coragem da mulher, e a convicção com que identificou os dois bandidos, Timóteo e Pereirinha, mais se apro-

xima de uma criação fantasiosa, todavia, naquele clima de dúvidas e incertezas, as alternativas abertas por Jacinto Figueiredo em nada sensibilizaram o condutor poderoso e único do inquérito, que parecia senhor e guardião incontestado da verdade. Diante de alternativas que iam surgindo como um leque possível para investigações paralelas, a polícia não parecia mesmo disposta a analisar novas pistas, determinada que estava a seguir um único caminho para alcançar o resultado que houvera escolhido. Apesar de todos os indícios que foi encontrado no decorrer da investigação desenvolvida por conta própria, seguindo o faro de ex-policia, e que os revelava ao Dr. Heribaldo, Jacinto Figueiredo nunca chegou a ser ouvido pela polícia. Somente em juízo, meses depois, ele seria chamado para prestar declarações. Fez isso num consistente depoimento, onde, mais uma vez, demonstrou a extrema fragilidade e suspeição do inquérito, conduzido sob o primado dos renitentes “métodos empíricos”.

UMA PROVA: A ASSINATURA FALSIFICADA

Preso, Milena era acusada de ter deixado aberta a porta para a entrada do criminoso, ser amante do coronel e ter com ele combinado o crime, tudo com base exclusivamente no depoimento prestado no dia oito, e que logo em seguida foi contestado pela depoente, que disse nunca ter feito aquelas afirmações, e não se lembrava de ter lido e assinado o documento, acusou o Dr. Heribaldo de haver enxertado afirmações que jamais fizera.

Na denúncia que fez dos acusados no dia primeiro de junho, o promotor público Aloísio Barbosa Porto pediu a prisão preventiva de todos os que se encontravam dentro da casa no dia do crime, Milena, Nicola Mandarinio e Gilena Santana. No dia primeiro de julho o juiz Serapião de Aguiar Torres decreta a prisão dos denunciados, excluindo Nicola Mandarinio e Gilena Santana. Bem antes, no dia quatorze de maio, o próprio juiz Serapião fora às duas horas da madrugada ao palacete da rua de Campos para conduzir presa a viúva Milena.

Percorrendo, exaustivamente, todas as peças do processo, o autor teve a atenção despertada para a firmeza dos traços e a elegância da assinatura de Milena, uma firmeza e uma elegância que não foram perdidas, nem mesmo após a identificação feita no Instituto Carlos Meneses no dia vinte e seis de maio, quando já se encontrava presa. Milena Mandarinio Firpo colocou sua assinatura na ficha policial sem revelar qualquer tremor, qualquer indecisão que ficassem expressos nas letras bem traçadas de uma caligrafia segura, imutável e exemplar. As

assinaturas se repetiam sempre da mesma forma, como se fossem um carimbo, mas, naquele depoimento feito ao Dr. Heribaldo no dia oito de maio, o autor notou uma alteração nos traços, a firmeza, a elegância de uma calígrafa, substituídas ao que parecia, pelo titubear de alguém não muito afeito à escrita. Uma outra coisa estranha: Havendo tantas pessoas respeitáveis presentes ao depoimento, pessoas acima de quaisquer suspeitas como os Drs. Lauro Porto, José Machado e o deputado Seixas Dória, nenhum deles fora convidado pelo Dr. Heribaldo para assinarem, como testemunhas, o gravíssimo depoimento, onde a viúva fazia as surpreendentes revelações. Para dirimir dúvidas, o autor procurou um amigo, o advogado e funcionário aposentado do Banco do Brasil Antônio Newton de Oliveira Porto, perito grafotécnico, que construiu ao longo da sua carreira um sólido conceito, e, sem adiantar-lhe quaisquer suspeitas, pediu que ele analisasse sete assinaturas de Milena Mandarino Firpo, feitas ao longo do inquérito policial e do processo, em diferentes datas e em diversos documentos. Três dias depois, o Dr. Newton Porto, em cuidadoso laudo que elaborou, afirmava: “a assinatura onde se lê Milena Mandarino Firpo no documento 07 é falsa”.

Esse documento 07 é exatamente aquele que corresponde ao depoimento prestado por Milena no dia oito de maio de 1958 ao Dr. Heribaldo Vieira.

Um filho de Heribaldo Vieira, Marcos, já falecido, após ler, em 2008 no JORNAL DO DIA, a série de reportagens sobre o crime, processou o autor que começava a transformar as matérias de jornal, para dar-lhes o formato de livro, alegando ofensa à memória do seu pai, e um insul-

to que se fazia ao morto sem possibilidade de defesa. A publicação pretendida, por cautela foi sustada, até que houvesse a decisão judicial, que foi irresponsavelmente prolatada em defesa da liberdade de expressão pelo juiz Aldo Albuquerque.

Em dois artigos publicados no JORNAL DA CIDADE, o reclamante foi além da defesa e fez grosseiras acusações, tanto ao autor como ao Dr. Newton Porto, cuja perícia por ele realizada constatando a fraude na assinatura foi classificada como uma trama maquiavélica e sem nenhuma consistência técnica realizada por um incompetente.

O LAUDO DO DR. NEWTON PORTO

Passo às mãos de Vossa Senhoria, laudo pericial referente à assinatura solicitada de **MILENA MANDARINO FIRPO**, em sete documentos enviados, todos rubricados por V.S., e também por este perito, autenticando o que foi recebido para exame, com a finalidade de, após estudos técnicos, constatar se todos os sete documentos, que vão numerados de 01 a 07, foram grafados pelo mesmo punho.

DOS EXAMES E CONCLUSÃO

- Na grande maioria das vezes, o falsário tenta imitar o escrito daquele que se quer atingir. Neste momento, afloram-se todas as armadilhas que irão denunciar a sua fraude. O punho jamais conseguirá percorrer o mesmo traçado, a espontaneidade e, muitas vezes, dará ao escrito que está fraudando, características profundamente pessoais, deixando a indelével marca do crime sob várias formas.

Após detidos exames feitos por este perito, nos sete documentos a nós entregues pelo jornalista LUIZ EDUARDO COSTA, observamos, sem quaisquer sombra de dúvidas, que os documentos de 01 a 06

foram grafados pelo mesmo punho, onde se lê MILENA MANDARINO FIRPO, sendo que o documento 07, onde se lê também MILENA MANDARINO FIRPO, não foi em nenhum momento grafado pelo punho escrito dos documentos 01 a 06, tratando-se inclusive de uma falsificação grosseira, onde o autor, pela forma com que tenta dar à sua imitação, tinha conhecimento da assinatura que grafou os documentos de 01 a 06 apresentados para esta perícia, onde tentou imitar alguns detalhes por ele (o falsário) julgados importantes para a consecução do seu crime. Diante disto, passamos para clarificação desta conclusão pericial, a detalhar, em 06 anotações coloridas nos respectivos anexos recebidos, o embasamento do nosso trabalho técnico, a saber:

ANOTAÇÃO 01 EM VERMELHO: De início observamos que o punho das peças de 01 a 06 é um punho bem mais rápido e de melhor qualidade que o punho que grafou o documento 07. Dá para se observar facilmente que no “V” que se forma bem no meio da letra “M” de Milena, o punho de 01 a 06, que a partir de agora iremos chama-lo de PADRÃO, faz esta letra com jatos bem lançados, sendo que os vértices da subida e descida são bastantes fechados, ficando praticamente embaixo da letra, ao passo que o punho que grafou o Doc. 07, que

iremos chamar daqui para a frente de MOTIVO, fica lá no alto, o que indica uma atitude genética divergente entre o punho PADRÃO e o punho MOTIVO. Ainda nesta mesma letra, observa-se que em todas as peças PADRÕES, ela termina numa laçada como se fosse uma letra "L" minúscula, fato que não ocorre com a peça MOTIVO, onde a terminação se torna particularmente difícil de ser executada pelo punho de quem está falsificando, e simplesmente para, sem dar a laçada. Isto são aspectos particularíssimos de cada punho, ou seja, o falsário, mesmo tentando imitar o escrito de outrem, sempre encontrará dificuldades no choque daquilo que o seu punho é geneticamente levado a fazer.

Assinatura do identificado

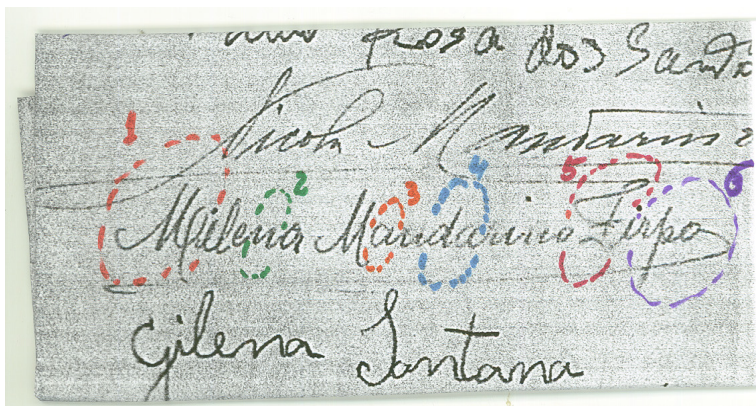
1 2 3 4 5 6

Melena Mamolarino Filho

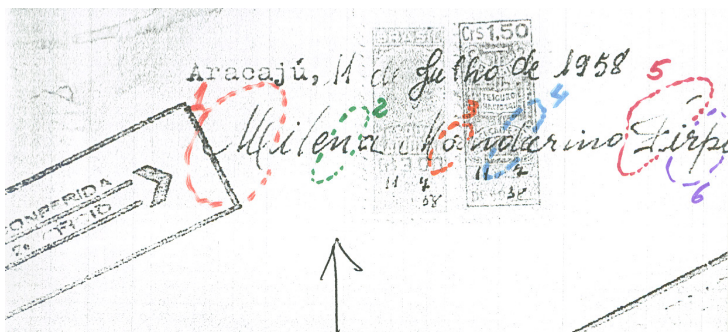
ção, *[assinatura]*

INDIVIDUAL DACTILOSCÓPICA { Série E-133
Seccção T-32

ANOTAÇÃO 02 EM VERDE: É um verdadeiro “carimbo” a grafia da letra “n” de Milena, quando se observa a tendência do punho PADRÃO em grafar o cume desta letra sempre em caráter anguloso, como se fosse um triângulo pontiagudo. Fato que não se observa no grafismo do punho MOTIVO, quando esta mesma é grafada de uma maneira totalmente diferente, com os cumes em arco, numa divergência altamente genética em relação ao traço intrínseco de cada um. O punho MOTIVO comete este particular, a mesma distorção no primeiro “n” de Mandarino, e no segundo “n” desta mesma palavra, ainda tenta chegar perto do punho PADRÃO, mas se atrapalha e faz a base desta letra, também arredondado. Estas são características altamente particulares e que por isto tornam a grafoscopia uma ciência praticamente exata.



ANOTAÇÃO 03 EM LARANJA: A letra "a" da Mandarinino é feita em punho PADRÃO de uma só vez, e lançada sempre com um punho firme e seguro. Este fato não se repete com a grafia desta mesma letra pelo punho MOTIVO, que tenta desenhar a letra, o faz em duas vezes distintas, ou seja, faz a primeira metade debaixo e após, do meio para cima, complementa a outra metade, com um punho pesado, vagaroso e eivado de paradas e claudicações. Tudo, indicadores de tentativa de fraudar o escrito alheio.



ANOTAÇÃO 04 EM AZUL: É de uma grosseira impressionante o que se observa no grafismo MOTIVO, para construir as letras "da" de Mandarinino. O círculo da letra "d" é feito com início e fim totalmente diferente do punho que grafou as peças PADRÕES, além do que, a perna que sobe para a feitura desta letra "d" é perfeita nas peças PADRÕES e totalmente curva, pesada, no punho MOTIVO, concluindo também com o se-

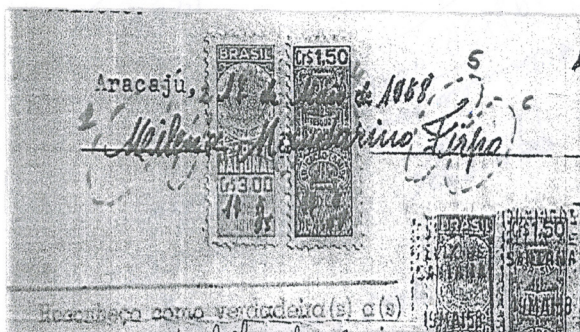
gundo "a" de Mandarinino que é feito em péssimas condições de criação, demonstrando que o punho MOTIVO está longe de buscar a imitação correta do punho das peças PADRÕES, ou seja, referente aos documentos 01 a 06 entregues por este perito.



ANOTAÇÃO 05 EM GRENÁ: Esta é uma pérola em termos de genética. O "F" de Firpo, tem um lançamento bastante fluente, rápido e constante em todas as peças PADRÕES, ao passo que na peça MOTIVO, embora sob o aspecto formal haja uma aparência relativamente boa, elas são geneticamente bastante diferentes. Primeiro o "F" é sempre retilíneo na subida da sua haste nas peças PADRÕES, ao passo que na peça MOTIVO, ela tende para o curvilíneo, além do que em todas as peças grafadas pelo PUNHO PADRÃO, a terminação do traço acima desta letra termina abruptamente na peça MOTIVO, fato que não se verifica com o grafismo das peças PADRÕES, quando este mesmo traço re-

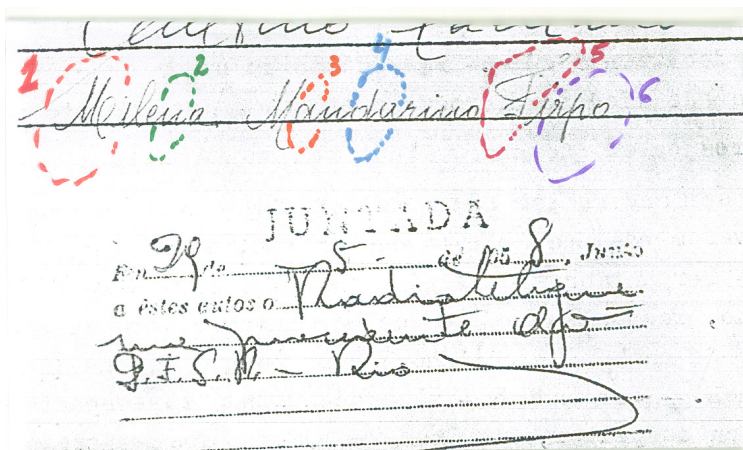
torna para o lado inverso, como se o punho fosse retornar para o seu ponto de origem. São aspectos genéticos desprezíveis para quem está imitando, mas fortemente probatórios para um exame grafotécnico e que solidifica profundamente a missão do técnico emissor do laudo.

ANOTAÇÃO: 05 EM GRÊNÁ



ANOTAÇÃO 06 EM ROXO: Para concluir e somente para reforço, observa-se que as três últimas letras da palavra FIRPO, que são "rpo", guardam uma simetria perfeita por parte do punho PADRÃO, sendo que o lançamento da letra "R" é artisticamente bonita, constante em todas as outras peças, fato que não se observa na peça MOTIVO, quando esta letra é lançada totalmente diferente, dando-nos uma sensação de grosseira, se comparada com a produzida pelo punho PADRÃO, nos documentos de 01 a 06. Concluindo, a letra

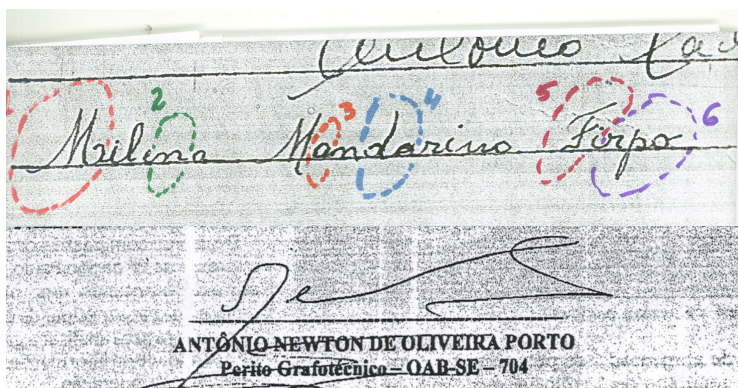
"o", redondinha, pesada e com o tra-
cinho que tanta gente usa ao grafar
a letra "o", produzida pelo punho MO-
TIVO, bem diferente do grafismo desta
letra em forma oval e com punho leve
e carregado de espontaneidade que se
enxerga no punho PADRÃO, e sem aquele
tracinho alegado acima.



Diante de tudo o que foi observa-
do em nossos exames, apenas colocamos
neste LAUDO PERICIAL seis anotações,
dentre muitas outras diferenças e ou
constâncias, mas bem capazes de deixar
bem cristalino que o PUNHO QUE GRAFOU
O NOME DE MILENA MANDARINO FIRPO NO
DOCUMENTO 07 NÃO FOI O MESMO PUNHO QUE
ESCREVEU O MESMO NOME DOS DOCUMENTOS
DE 01 A 06, apresentado a este perito
pelo jornalista LUIZ EDUARDO COSTA.

Desta maneira, cabe-me afirmar que em se constatando, como de fato será feito, que os documentos de 01 a 06 são realmente do punho de MILENA MANDARINO FIRPO, a assinatura onde se lê MILENA MANDARINO FIRPO no documento 07 é FALSA.

ANOTAÇÃO FALSIFICADA



UM NOVO LAUDO REAFIRMA A FRAUDE

Cinco anos depois, com o livro concluído, todavia ainda inédito, o autor, no salão dos passos perdidos, antes de uma sessão das quartas-feiras na Loja Maçônica Cotinguiba, conversando com o advogado e perito grafotécnico Dr. Genaldo Amaral sobre o livro e a questão da assinatura, ele revelou curiosidade em verificar os documentos, ressaltando, todavia, que antes de conhecer o teor do laudo elaborado pelo colega Newton Porto, tinha absoluta confiança na exatidão do trabalho realizado, por conhecer a qualificação técnica e honestidade profissional daquele perito. O autor consultou, então, se ele, caso viesse a fazer a comprovação da veracidade do laudo, daria, com sua própria concordância, um suporte ainda maior ao laudo contestado pelo irresignado filho do Dr. Heribaldo, apondo sua assinatura que se somaria à conclusão inicial.

Então, sem titubear, o Dr. Genaldo solicitou ao autor que lhe desse os documentos para que fizesse a perícia. Duas semanas após, numa outra quarta-feira e no Salão dos Passos Perdidos da Loja Simbólica Capitular Cotinguiba, o Dr. Genaldo entregava ao autor o seu laudo que transcrevemos, até mesmo como homenagem ao trabalho do Dr. Newton, que gentilmente se oferecera para elaborar a pesquisa inicial, e que, por isso, sofrera o constrangimento dos ataques despropositados.

O Laudo do Dr. Genaldo Amaral



DADOS TÉCNICOS ADICIONAIS A UM NOTÁVEL PARECER DO DR. ANTONIO NEWTON DE OLIVEIRA PORTO.

DAS DILIGÊNCIAS PERICIAIS

Recebidas do operoso e inteligente Jornalista LUIZ EDUARDO COSTA, para apreciação complementar e análise adicional, algumas REPROGRAFIAS de ASSINATURAS, algumas admitidas como AUTÊNTICAS, outra exclusivamente SUSPEITA, relativamente ao antigo e rumoroso caso envolvendo o nome de "MILENA MANDARINO FIRPO".

Todos os traçados gráficos disponibilizados, infelizmente, com má qualidade técnica para perícia, em razão dos esmaecidos traços, muitos dos quais, obstaculizados pela existência de impressões e observações gráficas conflitantes ao seu fundo.

Periustrado o Parecer do Dr. Antonio Newton de Oliveira Porto, de logo foi observado o inatacável acerto da sua CONCLUSÃO, ao admitir como ESPÚRIA a ASSINATURA SUSPEITA, peça-motivo para cotejo com as diversas ASSINATURAS admitidas como se da lavra de MILENA MANDARINO FIRPO, portanto AUTÊNTICAS.

Assim, pinçadas a ASSINATURA SUSPEITA e uma das ASSINATURAS adotadas como AUTÊNTICAS, foi diligenciada a limpeza periférica dos respectivos papéis-suportes (folha 2), habilitando-as aos procedimentos grafocomparativos, sendo certo que, nada há que possa ser acrescido ao nobre Parecer, conclusivo de que "a assinatura onde se lê MILENA MANDARINO FIRPO no documento 07, é FALSA", plenamente justificável, pelas amplas DIVERGÊNCIAS MORFOLÓGICAS⁽¹⁾ e no GRAFOCINETISMO⁽²⁾ mas, simplesmente, aditá-lo com a materialização reprográfica das 6(seis) "ANOTAÇÕES" já perfiladas, inserindo-se-lhes meras observações gráficas, como são vistas na folha 3, adiante.

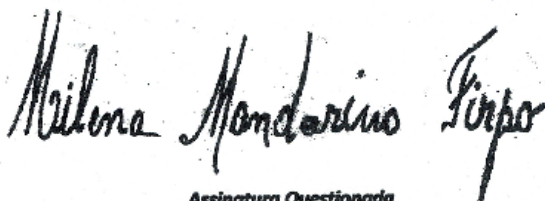
(1)-"Diz respeito ao estudo da escrita, levando em consideração precípua o tipo e a forma do traçado de cada letra." Genaldo Moura do Amaral/2016.

(2)-"Trata do estudo dos efeitos físico-químicos registrados com as mudanças de velocidade, composição da fisionomia gráfica e identificação de todos os elementos rítmicos da escrita, como decorrentes das forças e formas desenvolvidas pelo comportamento do instrumento escrevente, sob registro na peça-suporte." Genaldo Moura do Amaral/2014.

1

Tel.: (79) 99987-0555
genaldo.peritus@gmail.com

**II - ASSINATURAS SOB COTEJO, APÓS LIMPEZA
PERIFÉRICA DOS RESPECTIVOS PAPÉIS-SUPORTES E
ACENDIMENTO DOS SEUS PIGMENTOS TINTOSOS.**



Assinatura Questionada



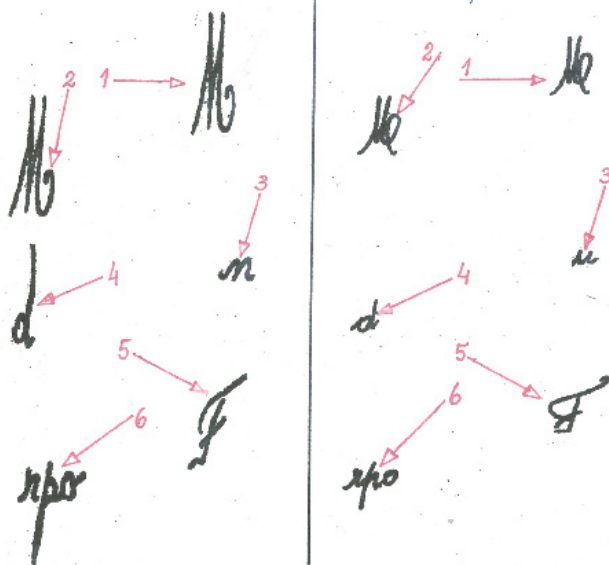
Assinatura Padrão

**DIVERGÊNCIAS INQUESTIONÁVEIS, TANTO
MORFOLÓGICAS, QUANTO GRAFOCINÉTICAS**



**OBSERVAÇÕES TÉCNICAS DE CUNHO
GRAFOCOMPARATIVO**

GRAFISMO QUESTIONADO **GRAFISMO PADRÃO**



**DIVERGÊNCIAS INQUESTIONÁVEIS
(MORFOLÓGICAS E GRAFOCINÉTICAS)**





PERITUS®

perícia documental



São estas as observações que o subscritor tem a oferecer,

SUB CENSURA.

Aracaju(SE) , 02 de abril de 2018.



Genaldo Moura do Amaral
PERITO JUDICIAL(Documentólogo)

O CRIME MAIS RUMOROSO DOS ANAIS FORENSES DE SERGIPE

Mais de meio século depois de consumado o crime que, segundo escreveu na época o jornalista e promotor público Paulo Costa, “foi o mais rumoroso e complexo dos anais forenses de Sergipe”, e atravessou o tempo sem outro que o superasse em complexidade, comoções e consequências, fica demonstrado que a polícia sergipana, além de matar propositalmente a principal testemunha, também falsificou a assinatura de uma depoente, para convalidar declarações que nunca foram feitas e que serviriam como peças fundamentais à acusação, e também para a demolição moral dos acusados. Com que intuito teria sido feita a falsificação? Qual o objetivo dos responsáveis pelo inquérito ao montarem uma farsa repugnante com o objetivo de incriminar a viúva?

O que estaria sendo buscado ou ocultado com esses procedimentos criminosos adotados pela polícia?

Se descoberta a falsificação da assinatura, na época em que se deu o crime, o processo teria sido anulado e os responsáveis pelo tumultuado inquérito certamente se transformariam em réus.

Os advogados de defesa, e foram muitos, talvez não tenham se dado ao trabalho de analisar uma por uma as dezenas de assinaturas feitas por Milena Mandarinó Firpo nas páginas do inquérito elaborado pela polícia e no processo judicial. São dezenas de assinaturas, como vimos antes, todas repetidas como se fossem carimbos.

Há uma delas, todavia, exatamente naquele depoimento no qual Milena se auto-incrimina, que, vista mais detidamente, revela alterações no traço seguro e imutável. Isso aconteceu no dia oito de maio de 1958. Era o terceiro depoimento prestado pela viúva, que, naquele dia, já era vista como suspeita pelo Dr. Heribaldo, porque ele tinha a confissão de Pereirinha, o suposto autor do crime, e do outro comparsa, Euclides Timóteo, morto trucidado às vistas das autoridades policiais. Naquela inquirição do dia oito de maio o Dr. Heribaldo faz contundentes perguntas sobre ligações amorosas entre Milena e o coronel Afonsinho, ligações que ela confessou, depois de um desmaio e de uma injeção, sem a presença de advogados. Depois, a viúva negaria as afirmações, e diria que não se lembrava sequer de haver assinado o depoimento. Causa estranheza que diante daquela assertiva da viúva, que logo depois seria presa, os advogados de defesa não houvessem se detido na análise da assinatura, nem solicitado uma perícia técnica.

A FRAUDE E OUTROS ABSURDOS

Comprovada agora, cinquenta anos depois, a falsificação de uma assinatura de Milena no depoimento em que ela desastradamente se auto-incriminava, sendo feita uma análise mais detida da peça produzida pela polícia sergipana, e classificada como “monstruosa” por um dos advogados de defesa, justamente o mais famoso deles, Evandro Lins e Silva, causa estranheza, mesmo ao mais leigo dos observadores, que, tantos luminares do Direito houvessem passado, desatentamente, por certos aspectos técnicos e pelo próprio encadeamento do raciocínio policial, que desafiam a mais claudicante das inteligências.

O caso da assinatura forjada é, evidentemente, o mais clamoroso entre as “cincas” que o próprio assistente da acusação, advogado sergipano Achilles Lima, numa acalorada reunião que ocorreu no Lion’s Clube, logo de início, advertira que existiam no inquérito, isso, enquanto prosseguiam as investigações e o relatório final não havia ainda sido enviado à Justiça.

Os advogados de defesa foram enfáticos na negativa daquelas declarações visivelmente incongruentes, prestadas por Milena Mandarino, e que podem ser facilmente detectadas num cotejamento entre a primeira parte da inquirição, o espaço de tempo do desmaio da depoente, a injeção que lhe foi aplicada e a continuação do depoimento. Há uma espantosa mudança de rumos e a viúva passa, repentinamente, do equilíbrio a uma espécie de insanidade, até debochada. Esse depoimento, do qual afloram muitas dúvidas, há trinta anos, na antiga Faculdade de Direito, foi objeto de análises

feitas em sucessivas aulas pelo professor emérito de Direito Penal, o hoje procurador de justiça aposentado Eduardo Cabral Menezes. Nas aulas, os alunos foram também estimulados pelo professor a emitir opiniões sobre aquela abrupta transformação no comportamento da viúva, quando já sabia das suspeitas que pesavam contra ela.

Milena, em outros depoimentos prestados durante o sumário de culpa perante o Juiz Serapião Aguiar Torres, voltou a negar as supostas afirmações que fizera, disse que não se lembrava de haver lido o depoimento, muito menos de tê-lo assinado.

A outra grotesca anomalia do inquérito foi, como vimos, o assassinato do pistoleiro Euclides Timóteo, testemunha chave eliminada, e que deixara, postumamente, “depoimentos” não tomados a termo e apenas ouvidos por testemunhas, um, enquanto o “depoente” coberto de pancadas arquejava nos estertores da morte, outros, apenas ouvidos e reproduzidos pelos agentes policiais, José de Gois Rocha, o Alemão, e José Rosendo, dois dos “homens de ouro” da polícia, gente da mais absoluta confiança do Dr. Heribaldo Vieira.

São gritantes as contradições e os absurdos que afloram, quando cotejado os depoimentos dos policiais-testemunhas, com um longo depoimento feito em juízo pelo Dr. Heribaldo Vieira. Como vimos, Timóteo chegou preso, trazido a Aracaju junto com Pereirinha, pelo delegado Nolasco Carvalho no dia primeiro de maio, portanto, três dias após o crime. Permaneceram os dois suspeitos incomunicáveis, em cubículos separados na SSP. Na madrugada do dia seis Timóteo foi levado à uma estrada deserta e lá espancado até morrer. Antes da “diligência”, o

Dr. Heribaldo Vieira convidou algumas pessoas a acompanhá-lo até o local da “inquirição”, não tomada a termo porque, lembrou sarcástico: “escrivão não sabe escrever no escuro”.

Depois da morte de Timóteo e retirado o cadáver “furtivamente” da SSP, como escreveu no relatório o secretário de Segurança Antônio Machado, surgiu a contundente revelação de que fora o coronel Afonso Ferreira o mandante do crime. Quando as pessoas foram convidadas a acompanhar a “diligência” lhes foi dito que Timóteo daquela vez iria contar tudo sobre o crime. Seixas Dória, que assistiu em parte à cena dos espancamentos, retirou-se chocado com a violência, mas declarou em juízo que ouvira quando Timóteo disse, depois de citar outros nomes, que o coronel Afonso fora o mandante.

Umberto Napoleone Mandarin, irmão de Milena, também presente, afirmou a mesma coisa, mas, paradoxalmente, coonestou os métodos da polícia sergipana, ocultando a verdade ao declarar que Timóteo confessara tudo espontaneamente, sem levar pancadas. Depois, ele se arrependeria e tentaria corrigir o que dissera.

Antes daquela madrugada, entre os dias primeiro e cinco de maio a polícia nada informou sobre revelações feitas pelos dois presos. O Dr. Heribaldo afirmou em depoimento que até o momento daquelas revelações feitas por Timóteo no palco tenebroso do massacre, ele não sabia quem fora o mandante, tinha sim, conhecimento do roteiro do crime já revelado por Pereirinha, todavia, o nome do mandante para ele era desconhecido.

Acontece, porém, que se o inquérito policial merecesse qualquer credibilidade, se folhas não houvessem sido dele

suprimidas ou acrescentadas, e até assinaturas forjadas, o Dr. Heribaldo ao comandar a inusitada inquirição noturna, estaria encenando uma farsa macabra, pois já saberia antecipadamente, quem fora o mandante, ou, se não sabia, desmoralizava o próprio inquérito por ele comandado, ao desconhecer ou desautorizar, depoimentos feitos no dia anterior. Os advogados de defesa parece que não atentaram para a clamorosa contradição, tanto assim, que não fizeram referência àquela disparidade entre as afirmações do condutor do inquérito, Heribaldo Dantas Vieira, que disse ter Euclides feito a “sensacional revelação” na madrugada de sangue do dia seis, todavia, os depoimentos idênticos sobre a confissão de Timóteo, prestados pelos dois policiais, ocorreram antes, na tarde do dia 5 de maio.

Os dois depoimentos têm a mesma redação e descrevem as mesmíssimas minúcias, tudo da mesma forma, embora devessem sair de bocas diferentes. Não cuidaram nem de desfazer a impressão de que foram adredemente preparados e entregues aos dois comissários para que os assinassem.

Disse José de Gois Rocha, o Alemão, no depoimento prestado à polícia dia 5 de maio: “Que na noite de anteontem o depoente se achava nesta Secretaria de Segurança Pública, e porque tivesse o Sr. secretário ordenado ao comissário de plantão que trouxesse o acusado Euclides Timóteo Lima, o depoente não só auxiliou o referido comissário naquela condução como também presente se encontrava no gabinete do Sr. secretário, quando o referido Euclides Timóteo Lima declarou ter sido mandado por Enoque até esta capital para que tivesse entendimento com o coronel Afonso, aviador, dando o endereço da rua Simão Dias nº 999, e que o dito Euclides vindo a Aracaju

foi na casa indicada, onde o recebeu um homem puxando de uma perna, e que esse senhor disse para Euclides que o coronel Afonso ali não estava, mas que não tardaria a chegar, e isso de fato aconteceu logo, e quando chegou o coronel levou Euclides para o Hospital Santa Izabel, dizendo a ele que ia mostrar quem era o médico que ele devia matar e quando chegaram ao Hospital mostrou a Euclides um homem gordo, nariz comprido e fino, meio careca, e então o coronel Afonso contratou o serviço por quarenta contos, disse mais Euclides que dias depois o coronel chegou a Paulo Afonso e acertou para ele vir com Pereira para praticar o crime, tendo dito que deveriam estar em Aracaju no dia 26 de abril; que, quando Euclides e Pereira vieram para esta cidade tiveram um encontro com o coronel Afonso no cais, Rua da Frente, perto do Mercado, que nessa ocasião o coronel Afonso disse que eles deveriam praticar o crime na noite de segunda-feira para terça, dizendo mais que uma porta seria encontrada aberta, e se não encontrasse aberta que não forçasse a dita porta, mas que tinha gente na casa para abrir e recomendou que não incomodasse nenhuma pessoa da família e disse que ao pé da escada tinha um revólver; Euclides também declarou que recebeu vinte e seis contos, e disse que o coronel Afonso ficou de ir em Paulo Afonso levar o resto do dinheiro depois que passassem cinco dias de praticado o crime”.

Uma cópia exata do depoimento de Alemão é o que foi feito por José Rosendo, que disse: “Na noite de anteontem o depoente se achava nesta Secretaria de Segurança Pública, e porque tivesse o Sr. Dr. secretário ordenado ao comissário de plantão que trouxesse o acusado Euclides Timóteo Lima, o depoente não só auxiliou o referido co-

missário naquela condução como também presente se encontrava no gabinete do Sr. secretário, quando o referido Euclides Timóteo Lima declarou ter sido mandado por Enoque até esta capital para que tivesse entendimento com o coronel Afonso, aviador, dando o endereço da rua Simão Dias nº 999, e que o dito Euclides vindo a Aracaju foi na rua indicada onde o recebeu um homem puxando de uma perna, e esse senhor disse para Euclides que o coronel Afonso ali não estava, mas que não tardaria a chegar, e isso de fato aconteceu logo, e então o coronel levou Euclides para o Hospital Santa Izabel, dizendo a Euclides que ia mostrar quem era o médico que ele deveria matar, e quando chegaram ao Hospital mostrou a Euclides um homem gordo, nariz comprido e fino, meio careca, e, naquele mesmo local, o coronel Afonso contratou o serviço por quarenta contos; disse mais Euclides que, dias depois, o coronel Afonso chegou a Paulo Afonso e acertou para ele vir com Pereira para praticar o crime, tendo dito que deviam se achar em Aracaju no dia 26 de abril; e que, quando Euclides e Pereira vieram para esta cidade, tiveram um encontro com o coronel Afonso no cais, Rua da Frente, perto do Mercado, e naquela ocasião o coronel Afonso disse que eles deviam praticar o crime na noite de segunda-feira para terça, dizendo mais que a porta seria encontrada aberta, e, se não a encontrasse aberta, que não forçasse a dita porta, porque teria gente para abrir, e recomendou que não incomodasse nenhuma pessoa da família, informou ainda que no pé da escada estaria um revólver; Euclides também declarou que recebeu vinte e seis contos e que o coronel Afonsinho ficou de ir em Paulo Afonso levar o resto do dinheiro antes da missa de sétimo dia do morto”.

A PRISÃO DO CORONEL AFONSINHO

No dia nove de junho de 1958, o tenente-coronel Afonso Ferreira Lima apresentou-se preso, conduzido por oficiais da Aeronáutica ao juiz Manoel de Castro Cerqueira, titular da Segunda Vara Criminal do Rio de Janeiro, então capital da República. O Juiz atendia a uma Carta precatória que lhe fora enviada pelo colega Serapião de Aguiar Torres, da Primeira Vara das Execuções Criminais de Aracaju. A carta foi expedida no dia 14 de maio, mesma data em que durante a madrugada foi presa em sua residência pelo próprio juiz Serapião a viúva Milena Mandarino Firpo. O magistrado carioca encaminhou o oficial aviador preso, ao seu superior hierárquico o general de divisão Nelson de Melo, presidente do Conselho de Segurança Nacional, do qual o tenente-coronel Afonso era secretário. Afonso ficou inicialmente detido numa base da Força Aérea no Rio, sendo depois transferido para o Recife, em virtude da proximidade de Aracaju para aonde teria de deslocar-se diversas vezes a fim de depor e ser interrogado durante o sumário de culpa.

Em Aracaju as emissoras de rádio, Difusora (estatal) e Liberdade, continuavam fazendo uma implacável campanha contra os acusados e levantando a suspeita de que o coronel Afonso jamais viria depor, porque tinha prestígio e a Aeronáutica não permitiria que ele fosse submetido à Justiça sergipana. Isso, sem dúvidas, contribuía ainda mais para acirrar os ânimos já exaltados da população aracajuana. Os outros acusados eram Milena, Nicola, Gilena e Pereirinha. Deles, só a viúva e o matador estavam presos, e já haviam comparecido ao Tribunal para os de-

poimentos. Milena, seu pai Nicola e Gilena foram ouvidos pela primeira vez na Justiça no dia três de junho.

Naquele dia, em frente ao antigo Tribunal na Praça Olímpio Campos aglomerava-se uma multidão enfurecida. A viúva e seu pai chegaram às treze horas e trinta minutos, debaixo de intensas vaias e pesados xingamentos. Por muito pouco não aconteceu um linchamento. Na noite anterior, pela Rádio Liberdade houve uma clara incitação para que o povo se deslocasse até o Foro a fim de demonstrar indignação pelo crime, ódio aos criminosos e exigir punições rápidas para todos.

No dia dezoito do mesmo mês, esperava-se que o coronel Afonso comparecesse ao Tribunal. A opinião pública continuou sendo intensamente trabalhada, panfletos apócrifos e virulentos foram espalhados pela cidade. O militar, embora já estivesse preso, não compareceu. A Aeronáutica mandara a Aracaju oficiais ligados ao serviço de informações, e constatara que estaria sendo urdido um plano para que a massa, enfurecida, trucidasse o coronel Afonso. O promotor público Paulo Costa denunciara a existência daquele plano e revelaria, depois, que manteve contatos com autoridades federais para que fosse assegurada a incolumidade física dos acusados. Quando o avião finalmente chegou ao Tribunal no dia nove de julho, havia um cordão de isolamento feito por militares do 28º Batalhão de Caçadores. Naquela unidade o tenente-coronel Afonso ficava detido durante as vezes em que vinha a Aracaju. Ele desceu de um jipe do exército acompanhado por dois oficiais da Aeronáutica. Apresentou-se fardado. Aparentava uma controlada tensão, sem perder em nenhum momento a rígida postura militar; corpo ere-

to, cabeça erguida, braço esquerdo mantendo pressionado ao corpo o quepe, e com a direita estendeu a mão ao juiz Serapião, de quem fora colega no curso ginásial em Aracaju, e ao promotor Aloísio Barbosa Porto. Aguardou, perfilado, até o instante em que o juiz mostrou-lhe a cadeira na qual deveria sentar.

Contra o coronel Afonso Ferreira Lima pesavam graves acusações no relatório feito pela polícia. Ele já estava denunciado pelo Ministério Público, que acolheu todas as razões apresentadas no inquérito, e solicitou a prisão, imediatamente decretada pelo juiz. A única e efetiva testemunha contra o militar era Euclides Timóteo de Lima, o pistoleiro de Paulo Afonso, aliás nomeado agente policial naquela cidade baiana pelo delegado Pedro Mendes. Timóteo fizera confissões apenas relatadas depois por testemunhas. Uma dessas confissões teria sido feita antes que ele morresse espancado, isso durante a noite e numa estrada escura e deserta; outras duas na sala do secretário de Segurança, que foram depois reproduzidas pelos investigadores José de Góis Rocha, o Alemão, e José Rozendo, porque não haviam sido tomadas a termo legalmente, com a presença de um escrivão e assinadas pelo depoente. O bandido teria dito que fora contratado pelo coronel Afonso através de Enoque Pessoa de Carvalho, residente em Santo Antônio da Glória, casado com uma sobrinha do coronel.

No sinistro roteiro do crime, segundo os depoimentos, assim teria ocorrido a participação do coronel: Os dois matadores, contratados por Enoque em Paulo Afonso, chegaram a Aracaju na madrugada do dia 24 de abril e ficaram hospedados na pensão Santo Antônio, na rua Ita-

baianinha, trecho entre Santa Rosa e Florentino Menezes. No dia vinte e cinco, pilotando um avião da FAB o coronel Afonso chegava a Aracaju por volta das nove horas da manhã. No dia seguinte, vinte e seis, um sábado, o pistoleiro Euclides Timóteo e seu companheiro de empreitada, José Pereira Santos, o Pereirinha, saíram para passear pela cidade. Foram a uma rezadeira no bairro Siqueira Campos e, segundo afirmou Pereirinha, durante o trajeto, no ônibus, Timóteo apontou para um homem que estava no coletivo e disse: “Aquele é o Carlos Alberto que contratou o crime”. Carlos Alberto seria o coronel Afonso, que, estranhamente, estaria usando transporte coletivo para seus deslocamentos em Aracaju. Na mesma data, à noite, saíram os dois e encontraram-se com o coronel Afonso na Rua da Frente, na calçada da antiga Alfândega, mas só Timóteo conversou com ele, e aí teria ficado acertado o crime para a madrugada do dia 29, quando, então, o militar teria passado todas as instruções para a entrada na casa da rua de Campos. Antes, durante o mês de março, Timóteo esteve sozinho em Aracaju. Ficou hospedado também na pensão Santo Antônio, e durante o começo da noite foi à rua Simão Dias nº 999, como havia sido combinado com Enoque em Paulo Afonso, para encontrar-se com o coronel. Foi atendido por um homem capenga que lhe pediu para esperar, pois o coronel chegaria logo. A casa da rua Simão Dias onde estava hospedado o militar pertencia ao seu meio irmão, o promotor público aposentado Afonso Ferreira Santos, que, efetivamente, tinha um defeito físico e capengava. Logo depois chegou o coronel, e Timóteo foi com ele até o Hospital Santa Izabel, onde lhe foi mostrado quem era o Dr. Carlos Firpo, o homem que deveria morrer.

A polícia sergipana através do engenheiro Augusto Pereira de Azevedo, que era diretor do escritório da CHESF, em Aracaju, fez investigações em Paulo Afonso e traçou o roteiro do coronel Afonso naquela cidade. Foram trazidos a Aracaju para depoimentos Benedito Tavares da Silva, mecânico do campo de aviação de Paulo Afonso, e João Batista Tenório, garçom do restaurante da CHESF. Benedito, o mecânico, fez a seguinte declaração: “O coronel Afonso esteve em Paulo Afonso no dia 11 de abril deste ano num avião da FAB, tipo T-6, matrícula 1534, baseado na Terceira Zona Aérea, tendo chegado às 11h, 20 horas mais ou menos, e regressado às 16h30 do mesmo dia para Aracaju”. Perguntado se no voo o coronel Afonso viajou acompanhado ou só, respondeu que viajou acompanhado de um senhor que desconhece, e ignora o nome, que o coronel informou ser o comandante do Corpo de Bombeiros de Aracaju. Perguntado quem estava no aeroporto para receber o coronel, respondeu que não sabe. Perguntado quem esteve no embarque do coronel, quando do seu regresso para Aracaju, respondeu que foram Enoque, o parente do coronel, e Marcelino, soldado reformado da Polícia Militar da Bahia. Perguntado se no aeroporto o coronel Afonso esteve conversando com Enoque a sós, ou o fez na presença do seu companheiro de viagem e de Marcelino, respondeu que o coronel Afonso ficou dentro do avião a sós com Enoque, conversando, depois, foi que a testemunha e o companheiro de viagem do coronel Afonso, bem como o soldado Marcelino, se aproximaram do avião. Perguntado se nessa viagem o coronel viajou para Santo Antônio da Glória, respondeu que o coronel Afonso viajou num jipe da CHESF, e no mesmo jipe regressou para o aeroporto. Perguntado se conhece

esse tipo de alicate e de chave de fenda que lhe estão sendo exibidos pelo secretário, respondeu que o alicate que lhe estava sendo exibido é de marca alemã e usado na Aeronáutica, e desse tipo não se encontra no comércio para venda, e a chave de fenda é do tipo comum.

O garçom João Batista Tenório disse na polícia sergipana que no dia 11 de abril o coronel Afonso almoçou no restaurante da CHESF, e que, no mesmo dia, por volta das 3 horas da tarde fez um lanche, e Enoque o acompanhava.

No dia nove de julho, quando prestou as primeiras declarações na Justiça, o coronel Afonso Ferreira Lima fez um relato sobre suas atividades nos dias em que esteve em Aracaju entre 25 e 27 de abril, e também do seu roteiro em Paulo Afonso, juntando provas depois ao processo. O depoimento do coronel Afonso foi, quase todo, uma peça de acusação à polícia sergipana e ao grupo político que estava no poder.

O CORONEL PEDE MICROFONES

Chegando preso a Aracaju e indo ao Fórum fazer o seu primeiro depoimento no dia nove de julho de 1958, o coronel Afonso Ferreira Lima, através dos seus advogados, havia encaminhado antes um pedido ao juiz Serapião de Aguiar Torres para que fosse permitida a transmissão do seu depoimento pelos microfones da Rádio Liberdade. O Juiz deferiu o pedido, mas nenhum repórter da emissora compareceu à inquirição que começou por volta das quatorze horas.

Antes de começar a depor o coronel registrou sua estranheza diante da ausência da emissora, afirmando que ali ficava comprovada a parcialidade como eram divulgados os acontecimentos ligados ao crime, porque, tanto a Liberdade como a Difusora, do governo do Estado, estavam facciosamente alinhadas com a versão propalada pela polícia, e todos os dias era feito um bombardeio de desinformações contra os acusados, principalmente ele, atingindo na sua honra pessoal a todo momento, inclusive nas frequentes declarações feitas por autoridades que conduziam o inquérito, e que demonstravam absoluta ausência de isenção e equilíbrio, transformando o episódio trágico do assassinato do Dr. Firpo num palanque eleitoral. O coronel encaminhou ao juiz Serapião uma cópia do ofício que dirigiu ao general Nelson de Mello, secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, do qual ele era adjunto, solicitando que fosse instaurado um Inquérito Policial Militar para a apuração do crime.

Reproduzimos o ofício datado de 16 de maio de 1958:

“Estou seguramente informado por pessoas idôneas e pela imprensa de Aracaju que sou apontado como autor intelectual do homicídio praticado na pessoa do Dr. Carlos Firpo, na capital do Estado de Sergipe.

Outrossim, a opinião pública exacerbada por uma propaganda orientada através rádio e alto-falantes, na base da injúria, calúnias e toda sorte de invectivas, objetiva a minha severa punição.

Destarte, criou-se um clima altamente emocional que trouxe insegurança para os membros da minha família, e que de certo influiu na apuração dos fatos pela ausência de tranquilidade requerida para a realização de tão importante inquérito policial.

Em face do que prescreve o artigo 114 do CJM (Código da Justiça Militar), e a fim de que a verdade dos fatos seja apurada com serenidade e absoluta isenção de ânimo e segurança para mim, meus familiares e para as testemunhas (que deporão a meu favor), solicito a Vossa Excelência a abertura de competente Inquérito Policial Militar, como um instrumento capaz de permitir a apuração dos fatos e o livre e seguro pronunciamento das pessoas que tiverem de ser ouvidas para o esclarecimento dos mesmos”.

Perguntado pelo juiz Serapião de Aguiar Torres se tinha alguma razão que pudesse explicar o crime, respondeu o coronel Afonso:

"A morte em condições tão controvertidas na pessoa da estima e do conceito popular de um Carlos Firpo repercute desfavoravelmente contra uma polícia reconhecidamente incapaz, e, mais ainda, sobre certos elementos em disputa pré-eleitoral, principalmente se considerarmos a situação de atrito entre o falecido e políticos inescrupulosos hoje em derredor do seu túmulo, de tão modo grave o ato monstruoso se afigurava, que os seus inimigos se entreolharam com desconfianças recíprocas, e de tal modo acovardados diante da repercussão do ato lutuoso, que se conluiaram num compromisso tácito de encontrarem um mandante, desde que não saísse das suas fileiras, daí, na noite que aqui cheguei, o Dr. Heribaldo Vieira me haver declarado, com estranha convicção, que esse crime tinha mandante, percebo então, disto, que havia premeditação na elaboração desse enredo; é claro, senhor juiz, que depois do aparecimento ou desaparecimento de um indivíduo que o senhor secretário de Segurança Pública diz chamar-se Euclides Timóteo, mas que mandara enterrar com o nome de Manoel dos Santos, que o miraculoso atestado de óbito diz que falecera em via pública, que morrera de miocardite crônica e fora enterrado depois que seu corpo foi retirado furtivamente da prisão, evidentemente que o nome ou os nomes dos participantes foram divulgados como convinha à polícia; o que se sabe, senhor juiz,

é que o indivíduo Euclides Timóteo, com larga folha de serviços prestados a elementos inescrupulosos, fizera tais revelações e que essas implicaram na sua condenação à morte por síncope cardíaca, ou então, Timóteo nada disse, deixando aos seus testamenteiros a faculdade de espalharem o que conviesse à polícia, porque, senhor Juiz, admitida a hipótese absurda desse sicário ter revelado o meu nome, aí, estaria tão bem tratado como o seu parceiro e amestrado Pereirinha; a verdade é que as revelações tão incômodas feitas, fê-lo partir para o além, e a sua voz só poderia ser ouvida através de um relatório post mortem.

Com a morte de Euclides Timóteo sepultou-se toda a verdade, então, dava-se ênfase à calúnia através da palavra espremida de além túmulo. O secretário de Segurança Pública, no seu relatório agora famoso, depois de acusações que não comprovam e divagações que muito concorrem para fazê-lo parceiro desta trama, me apontou como mandante ou autor intelectual da morte do meu amigo Dr. Carlos Firpo, devo então repelir com as energias que possuo porque essa acusação é infame, é miserável, é premeditada, eu jamais seria instrumento de uma felonía desse gênero, quanto à referência da passagem por uma pensão que não conheço e de encontros que nunca tive, devo esclarecer meus passos nos dias 25 e 26 de abril próximos passados."

O CORONEL DESFAZ ACUSAÇÕES

Como vimos, de acordo com o que afirmou um dos matadores, Pereirinha, o coronel Afonso Ferreira teria mantido o encontro com o pistoleiro Euclides Timóteo na noite do dia vinte e seis de abril, uma sexta-feira, por volta das dezenove horas, quando os tenebrosos detalhes do crime teriam sido acertados. Na manhã daquele mesmo dia, ainda segundo Pereirinha, ele e seu comparsa na empreitada de sangue estavam em um ônibus indo para o bairro Siqueira Campos, quando Timóteo lhe apontou um homem que também viajava no coletivo e lhe disse: “Aquele é o Carlos Alberto, que contratou o crime”. Estranhamente, a polícia não mostrou a Pereirinha fotos de diversas pessoas, entre elas a do coronel Afonso, para que ele tentasse identificar se uma delas era o Carlos Alberto, avistado no coletivo. No depoimento prestado à Justiça, o coronel Afonso lamentou que não houvesse sido chamado pela polícia sergipana enquanto o inquérito estava em andamento, embora fosse apontado como mandante e solicitada a sua prisão. O coronel Afonso fez ao juiz Serapião de Aguiar Torres uma minuciosa reprodução dos seus passos em Aracaju, desde que aqui chegara na manhã do dia vinte e cinco proveniente do Rio de Janeiro. Disse o coronel Afonso: “No dia 25 aqui cheguei depois de voar toda noite, cerca das dez horas da manhã”. O avião utilizado pelo militar era um North American T-6, monomotor, não tendo autonomia para fazer todo o trajeto sem escalas, e que desenvolvia uma velocidade média de 280 quilômetros por hora. Assim, com uma escala em

Salvador ou Vitória, a viagem deve ter durado mais de oito horas. A propósito desses voos do coronel Afonso efetuados em aviões monomotores, autoridades policiais foram às emissoras de rádio dizer que o militar na ânsia de vir a Aracaju encontrar-se com Milena, sua amante, voava até em aeronaves de um só motor, o que configurava grave violação dos regulamentos da FAB, que proibiam oficiais superiores de pilotar aviões monomotores. Essa afirmação é absurda e não existe em nenhum regulamento da Força Aérea, sendo mais um dos disparates praticados pelos autores do mesquinho e desastrado inquérito. Voltamos ao depoimento: “Dirigi-me em carro de praça ao Hospital Santa Izabel para atender o principal compromisso dessa minha viagem, que era visitar um amigo gravemente enfermo, paralítico, vítima de derrame cerebral, Sr. Virgílio Souza, meu amigo desde a minha infância, como também amigo eu sou dos seus filhos; após esta visita, quando estive com Carlos no Hospital, dirigi-me à residência do meu irmão Dr. Afonso Ferreira, com o objetivo de repousar; após o almoço, quando ia conciliar o sono, apareceu-me Umberto Mandarino, que soubera pelo Carlos que eu estava em Aracaju, posteriormente também lá fora o Sr. Arivaldo Prudente, depois de uma longa conversa, Prudente retirou-se, ficando eu com Umberto ainda conversando; não sendo mais possível dormir, pois já era cerca de três e meia para as quatro horas, saí até o centro da cidade com o Umberto, que se destinava à sua fazenda, deixando-me ele na casa comercial do Prudente, como estivesse sem automóvel, pois o jipe de Carlos estava emprestado, Prudente me ceder o seu automóvel. No seu carro fui na sua própria casa apanhar a minha afilhada como fazia habitualmente, dando um passeio até

a casa comercial do Prudente; como ele fosse sair tarde do trabalho, regressei com as crianças sem trazê-lo, indo em seguida para a residência do Carlos onde jantei, após o jantar, como Prudente me autorizara a ficar com o seu automóvel e o Carlos continuava sem o jipe, ele, Carlos, me pedira para irmos ao Hospital Santa Izabel visitar o referido Virgílio, o que fizemos em companhia do seu sogro Nicola Mandarino e de sua esposa Milena Mandarino, lá nos demoramos até cerca das vinte e duas horas, e lá nos encontramos não só com o enfermo como ainda com seus irmãos e alguns dos seus filhos, inclusive o Valter Souza, médico no Rio de Janeiro que viera ver o seu pai; em seguida, saímos todos os quatro dirigindo-me à residência do Carlos, onde ficaram, tendo eu, sozinho, prosseguido, passando na casa do Arivaldo Prudente, não me demorando, porque encontrava-me extenuado e com sono; fui então dormir na casa do meu irmão, após me despedir do Prudente; no dia 26 acordara-me tarde indo cerca das nove e trinta à casa do Carlos, lá ficando em conversa com seu sogro até o almoço, tendo nesse interregno pedido ao chauffer do Sr. Nicola Mandarino que levasse o automóvel para o Prudente, pois o Sr. Mandarino colocara à minha disposição o seu automóvel; almocei com o Carlos, e como era sábado e ele não tinha expediente essa conversa se prolongou até muito tarde; nesse dia havia sido convidado para jantar em casa do Sr. Arivaldo Prudente, e ele me recomendara que fosse cedo porquanto tínhamos o compromisso de um jogo de pôquer no sítio de Dona Vivinha Cardoso e era desagradável chegar muito depois das oito horas a fim de não desorganizar as mesas; cerca de seis horas telefonei para o Arivaldo e ele não estava em casa, informaram que tinha ido para a

casa da sua progenitora, ligando o telefone para lá atendeu o Antônio Prudente, seu irmão, disse-lhe que estava procurando o Arivaldo e desejava que ele me apanhasse em casa do Carlos e me levasse para jantar na sua casa, pois, me recordo muito bem, o Sr. Nicola Mandarinio havia mandado lubrificar o seu automóvel e o Carlos havia saído não me recordo para que, o Antônio me disse que o Arivaldo não estava na casa da mãe dele, mas que ele mesmo iria me apanhar, como foi, para jantarmos na casa do irmão Arivaldo. Como ele ainda não houvesse chegado o Antônio me levou para comprar cigarros no Ponto Chic, onde comprei cigarros e jornais e voltei imediatamente para a casa do Arivaldo, cheguei cerca de dezoito e vinte minutos para o jantar, após o jantar o Arivaldo me levou à casa do meu irmão, onde fiquei conversando aguardando a passagem do Carlos, que me pedira para fazer-lhe companhia pois iria um pouco mais tarde em virtude da visita habitual que fazia ao Virgílio em companhia da família, cerca de meia-hora depois o Carlos passou, já agora de posse do seu jipe e juntos fomos para o sítio de Dona Vivinha, de onde regressamos sós, eu e ele, por volta de uma da madrugada”.

Com esse roteiro que traçou das suas atividades em Aracaju, principalmente daquela noite do dia vinte e seis, quando, segundo a polícia, ele teria tido o encontro com os assassinos para passar-lhes as últimas ordens a respeito do crime, o coronel Afonso oferecia um desmentido, revelando que todo o seu tempo estava preenchido nos encontros sociais que manteve, envolvendo várias testemunhas que depois, em juízo, comprovariam tudo o que fora dito pelo militar.

TESTEMUNHAS CONFIRMAM O CORONEL

O coronel Afonso Ferreira no seu depoimento detalhou, minuciosamente, tudo o que fizera após chegar a Aracaju na manhã do dia 25 de abril de 58, passando por todo o dia 26, data em que, segundo a polícia, ele havia por volta das dezenove horas finalizado os macabros entendimentos com o pistoleiro Euclides Timóteo. As declarações foram confirmadas nos depoimentos prestados pelos senhores José Arivaldo Prudente e Virgílio Nascimento, arrolando ainda, um expressivo número de pessoas que teriam presenciado ou participado de encontros sociais ou acidentais com o coronel, exatamente naquele horário apontado pela polícia, em que o militar estaria na rua da Frente confabulando com o sicário sobre a trama sinistra. Vejamos o que disse no depoimento, confirmando as palavras do coronel Afonso, o Sr. José Arivaldo Prudente, comerciante, pessoa muito conceituada em Aracaju: “Neste dia (26 de abril de 58) só voltei ao encontro do coronel Afonso por volta das dezoito horas e trinta, quando ele, a meu convite, chegou para jantar na minha residência. Depois de conversarmos um pouco, o jantar foi servido, estando presente a minha senhora. Depois do jantar conversamos um pouco na varanda e como tivesse sido convidado para um pôquer no sítio do Sr. Virgílio Nascimento, esposo da senhora Vivinha Nascimento, fiz ver ao coronel Afonso que precisava, isso dada a intimidade, chegar um pouco mais cedo ao sítio. Nesta altura, estive na minha residência a senhora dona Andrete Vieira, juntamente com a filha, senhorita Maria Auxiliadora, sendo a primeira cunhada e

a segunda filha desta, que poderão afirmar a veracidade do que acabo de alegar. O coronel Afonso tinha sido convidado, aliás, fora convidado por mim, ele e o Dr. Carlos Firpo, para essa sessão de pôquer, tendo o coronel Afonso me informado que no almoço com o Dr. Carlos este já havia lhe falado a respeito, e que, tendo de à noite ir ao Hospital Santa Izabel, pediu ao coronel Afonso que o aguardasse, de vez que ele não queria ir desacompanhado. Mais ou menos às vinte horas, dirigindo o meu automóvel, fui deixar o coronel Afonso em casa do seu irmão Dr. Afonso Ferreira Santos, onde ele ficou de esperar o Dr. Carlos. Me recordo que na ocasião em que o deixei na residência do seu irmão, Dr. Afonso Ferreira Santos, sua sobrinha Julinha conversava no portão da residência com um rapaz que me pareceu o Sr. Henrique Brandão Menezes. Posteriormente, conversando com dois amigos, os senhores Roberto Fonseca e Roberto Sobral, a respeito dessa passagem, os mesmos me confirmaram que, de fato, tendo falado a respeito com o Sr. Henrique Brandão Menezes, este lhe confirmara que, realmente, era ele que conversava com a sobrinha do coronel Afonso Ferreira, quando eu o deixei naquele dia na residência do irmão. Daí, rumei no meu automóvel para o sítio do Sr. Virgílio Nascimento, tendo antes apanhado os meus amigos, Sr. Josias Leite, comerciante de tecidos nesta praça, e o Sr. Faro Passos, que seguiram juntos comigo e comigo no meu automóvel voltaram, entre meia-noite e uma hora da manhã. A respeito de uma declaração que o meu amigo Sr. Júlio Pinto Filho (Amaro) teria feito neste juízo, de que naquela noite eu teria ido ao sítio do Sr. Virgílio Nascimento em companhia e no automóvel do Sr. Orlando Menezes Silveira, tenho a declarar que o meu amigo incorreu

em erro, o que justifico, de vez que é tão comum não somente o Sr. Orlando Silveira ir ao sítio no meu automóvel com a sua família, como eu também no dele. Acontece que nesse dia fui ao sítio, como já disse anteriormente, no meu automóvel e em companhia das pessoas a que me referi, podendo as mesmas, que os tenho por pessoas de responsabilidade, dizerem a respeito do que acabo de declarar. O coronel Afonso chegou ao sítio juntamente com o Dr. Carlos Firpo, entre as vinte e uma e vinte e trinta horas desse dia, me recorro o horário em virtude do lanche que é servido às vinte e duas horas. Acontece que jogávamos em duas mesas, e com a chegada dos mesmos, organizou-se mais uma, o que não teria acontecido se eles tivessem chegado no horário do lanche, de vez que nesse caso a mesa teria sido feita posteriormente. Findo o pôquer o coronel Afonso regressou na companhia do Dr. Carlos Firpo no automóvel guiado por este, sendo que no momento que eles chegaram à cidade, à altura do Bar Paris, onde eu estava tomando café com os Srs. Faro Passos e Josias Leite, o Dr. Carlos Firpo, reconhecendo o meu automóvel ali parado, também estacionou o seu, tendo ido se servir juntamente com o coronel Afonso de um café pequeno naquele bar. São testemunhas dessas passagens as pessoas que me acompanharam, tanto na ida como na minha volta a esta cidade, os Srs. Josias Leite e Faro Passos. No dia imediato, domingo, o Dr. Carlos Firpo, pela manhã, acompanhado do deputado Seixas Dória e do coronel Afonso Ferreira, passaram na minha casa, não me encontrando. Mais tarde, o coronel Afonso voltou sozinho para se despedir, de vez que viajaria para o Rio naquela tarde”. Esse depoimento de Arivaldo Prudente desfazia, também, as acusações feitas pela polícia de que

o coronel Afonso utilizara naquela noite o carro do amigo, um Studebaker, para ir ao encontro dos assassinos.

Posteriormente, os Srs. Josias Leite e Manoel de Faro Passos, em documentos manuscritos e enviados à Justiça no dia dezoito de fevereiro de 1959, logo após o depoimento de Arivaldo Prudente, confirmaram tudo o que por ele fora dito, incluindo os detalhes da hora em que chegaram e saíram do sítio no automóvel Studebaker, e também a chegada por volta das vinte e uma horas e trinta minutos do coronel Afonso, em companhia do Dr. Carlos Firpo. A cronologia dos fatos relatados e confirmados por tantas testemunhas, demonstra que teria sido impossível ao coronel Afonso, a menos que tivesse o dom da ubiquidade, ter estado em dois lugares ao mesmo tempo, no jantar, no jogo de pôquer e com os dois pistoleiros transmitindo as ordens finais para a impiedosa e demoníaca execução do amigo, com o qual estivera durante boa parte daquele dia, e que, no outro, vinte e sete de abril, domingo, iria levá-lo ao aeroporto e também para a derradeira despedida, pois seria esfaqueado na madrugada do dia vinte e nove.

Mas houve durante o inquérito policial uma outra testemunha que surgiu espontaneamente para fazer gravíssima acusação ao coronel Afonso. No dia nove de maio de 58, pouco antes das revelações que seriam feitas na Rádio Liberdade pelo secretário da Justiça, Heribaldo Vieira, anunciando os nomes dos mandantes, mas omitindo a morte de Euclides Timóteo, assassinado pela própria polícia, o Sr. Valter Rezende, membro de uma tradicional família aracajuana de empresários do comércio, fez, na Secretaria de Segurança, as seguintes declarações: “Na

noite de vinte e sete de abril passado findo, cerca das vinte horas, encontrava-se o declarante na residência do seu pai, Guilhermino Rezende, situada à rua Maruim nº 65, quando o declarante ia deixando a residência do progenitor e preparava-se para tomar o seu carro estacionado à porta da mesma, no momento exato em que ia passando pela rua de Maruim, vindo do lado do mar, o coronel Afonso Ferreira Lima, da Aeronáutica, o qual dirigia um carro Studebaker cor azul, com capota creme, o coronel Afonsinho parou o seu carro procurando cumprimentar o declarante, estabelecendo uma rápida conversa com o mesmo, tendo o declarante notado, nos gestos e nas atitudes do coronel Afonsinho, que o mesmo estava bastante nervoso e sobressaltado; que o coronel Afonsinho depois da rápida conversa que mencionou prosseguiu seu itinerário no referido automóvel, no qual viajava sozinho”.

O coronel Afonso viajara naquele dia, um domingo, vinte e sete, à tarde, para o Rio de Janeiro, pilotando o mesmo avião em que viera. Constatada depois a contradição, o depoimento foi alterado e o episódio do encontro e da conversa sobressaltada transferido para o dia vinte e seis.

Contra o coronel pesavam ainda episódios ocorridos em Paulo Afonso, descobertos todos pelo engenheiro Augusto Pereira de Azevedo, que, como vimos, desempenhava informalmente as funções de auxiliar da polícia. Lá, o coronel Afonso teria ido através do seu contraparente, Enoque Pessoa de Carvalho, contratar os matadores, José Pereira dos Santos e Euclides Timóteo de Lima.

OS PISTOLEIROS E OS ENCONTROS

O coronel Afonso Ferreira, como vimos, costumava viajar com relativa frequência a Paulo Afonso. Nessas viagens, quando pilotando aviões maiores, conduzia comitivas de pessoas de Aracaju, Salvador e Rio de Janeiro que ele convidava para visitarem a hidrelétrica, que entrara em funcionamento no final da década dos quarenta, mas continuava tendo obras de ampliação. No começo do ano de 1958, o coronel tornou-se chegador de pilotos comerciais na área do nordeste, e isso o obrigava a viajar nos aviões das diversas companhias de aviação. Naquele tempo, a malha aérea, ao contrário de hoje, era pulverizada por todo o país. Os resistentes Douglas DC-3, pousavam em pistas curtas, de piçarra, como era até o início daquele ano o aeroporto de Aracaju. Havia rotas ligando Paulo Afonso, Garanhuns e cidades do interior nordestino em voos que as vezes nasciam em Belém e tocavam em infindáveis escalas até o destino final, Rio de Janeiro ou São Paulo.

O coronel nascera em Santo Antônio da Glória, inicialmente sede do município, abrangendo Paulo Afonso. Em Glória viviam a mãe do coronel, alguns dos seus irmãos e vários parentes, entre eles, Enoque Pessoa de Carvalho, que dava assistência à mãe idosa do aviador e era casado com uma sobrinha dele.

Enoque era do ramo dos Carvalho de Serra Negra, onde despontavam, famosos, o “coronel” João Maria e seu irmão, o general Liberato Carvalho, homem muito influente, tendo fortes ligações com o poderoso político

baiano Juracy Magalhães. Sobre Enoque divulgou a polícia sergipana tratar-se de um homem perigoso, ligado à pistolagem sertaneja, mas, depoimentos de pessoas que com ele conviveram, asseguram tratar-se de um homem de vida limpa e dedicado ao trabalho. Através de Enoque o coronel Afonso Ferreira, segundo a polícia, contratara os matadores Euclides Timóteo e Pereirinha. Para isso, fizera duas viagens a Paulo Afonso entre os meses de março e abril de 58. Da primeira vez chegou em avião da Real e retornou no dia 12 no voo 711, na segunda pilotava um avião North American, aterrisou por volta das onze horas da manhã e retornou a Aracaju pouco antes das quatro da tarde.

Diz sobre essas viagens o relatório policial:

“O coronel Afonsinho vai a Paulo Afonso no dia 10 ou 12 de março assalaridar o capanga que deveria perpetrar o horrendo atentado. Em Santo Antônio da Glória mora um seu parente de nome Enoque, perigoso, protegido dos políticos da terra, a quem procurou e disse precisar de um homem para fazer um ‘serviço’. Assentaram, então, que em data prefixada o homem deveria procurá-lo em Aracaju, à rua Simão Dias nº 999. Voltou no dia 12/03/58, em avião da Real PP-ANZ, voo 711. No dia aprazado, Euclides Timóteo de Lima, homem de má fama, com várias mortes, natural de Pernambuco, capanga do delegado de polícia de Paulo Afonso, que o nomeara Agente de Polícia, e proprietário de uma furna de jogo na

mesma cidade, veio a Aracaju, hospedando-se na Pensão Santo Antônio, na rua Itabaianinha nº 499, e, segundo narrou, chegou à rua Simão Dias nº 999 às primeiras horas da noite. Bateu palmas e foi atendido por um homem capenga, puxando de uma perna, que lhe informou que o coronel Afonsinho não estava, mas esperasse que não demoraria a chegar.

A casa da Rua Simão Dias nº 999 é do irmão do coronel Afonsinho, o Dr. Afonso Ferreira Santos, que é o homem capenga, puxando de uma perna. Momentos depois, chega o coronel Afonso e logo sai com Euclides em um carro pequeno de cor verde, que, tudo indica, é de propriedade do Sr. Antônio Prudente, pois tem as mesmas características, e esse senhor é muito amigo daquele oficial. Em caminho, na estrada de rodagem, disse Afonsinho que pagaria quarenta mil cruzeiros para que Euclides matasse o médico. Euclides disse que traria um companheiro para fazer o 'serviço'. Combinado, disse Afonsinho que iria levá-lo ao Hospital Santa Izabel para que o médico fosse identificado. Para lá se dirigindo, Euclides viu o médico, que era um homem gordo, nariz comprido e afilado e calvo. Nessa ocasião deu a Euclides dezesseis mil cruzeiros.

Em onze de abril de 58, em avião da FAB, às 11h30, o coronel Afonso chegou a Paulo Afonso, e em jipe da CHESF se

dirigiu para Santo Antônio da Glória, de onde voltou logo após, trazendo o seu parente Enoque, com quem lanchou no restaurante da CHESF às quinze horas, deixando dez mil cruzeiros para Euclides e acertando que ele deveria estar em Aracaju no dia 26 do mesmo mês. No mesmo dia, às 16h30, no mesmo avião da FAB regressou o coronel Afonsinho para Aracaju de onde viera”.

Essas afirmações feitas no relatório, concluindo o inquérito policial, não se sustentam em efetivos depoimentos prestados por testemunhas e tomados a termo. Euclides Timóteo, como vimos, morreu sob tortura e nada deixou declarado e assinado. Tudo o que ele dissera no decorrer de uma conversa informal na Secretaria de Segurança Pública, um dia antes de ser morto, foi reproduzido por dois agentes policiais, José de Góis Rocha, o Alemão, e José Rozendo. Pela própria condição de policiais e de homens de confiança do presidente do inquérito Heribaldo Vieira, eles nem poderiam servir como testemunhas. Assinaram, como vimos antes, um depoimento rigorosamente idêntico, com estranhíssimos detalhes bem lembrados pelos dois. Quanto à quantia que teria sido entregue pelo coronel, primeiro, dezesseis mil cruzeiros em Aracaju, depois, dez mil cruzeiros em Paulo Afonso, não há em todo o inquérito qualquer referência testemunhal a essas quantias que, parece, surgiram da fertilíssima imaginação dos responsáveis pelo inquérito, os mesmos, aliás, que teriam falsificado a assinatura de Milena Mandarino em uma peça da maior importância e que serviu de base para toda a acusação contra a viúva.

De Paulo Afonso para Aracaju foram trazidos o mecânico do campo de aviação, Benedito Tavares da Silva, e o garçom do restaurante da CHESF, João Batista Tenório. Os dois homens foram arrolados como testemunhas graças à presteza com que o engenheiro Augusto Pereira de Azevedo, uma espécie de policial ad hoc, agira durante suas investigações realizadas em Paulo Afonso. Benedito, o mecânico, a quem foram exibidos o alicate e a chave de fenda encontrados no local do crime, disse que o alicate era de fabricação alemã, somente usado na Aeronáutica, que esse tipo de ferramenta não se encontrava no comércio, e que a chave de fenda é do tipo comum com as iniciais R.C.5 R.D. A Aeronáutica desmentiria depois, como vimos, que o alicate fosse de uso exclusivo da Força. Benedito disse ainda que o coronel chegou acompanhado de um homem que disse ser o comandante do Corpo de Bombeiros de Aracaju, depois foi a Glória e voltou num jipe com Enoque e Marcelino, um soldado da Polícia Militar da Bahia. Depois, o coronel foi com Enoque para o avião e ficaram lá dentro conversando os dois. O avião usado pelo coronel naquela ocasião era um NA T-6, empregado como aeronave de ataque ao solo e instrução. Trata-se de um aparelho apertado, cujo acesso aos dois bancos teria de ser feito por sobre a asa e para conversar duas pessoas ficariam incomodamente instaladas, uma de costas para a outra, devendo ainda ser notado que a carlinga do aparelho é toda recoberta com um material plástico transparente, e dentro do avião os tripulantes ficam expostos e visíveis. O garçom, João Batista Tenório, apenas confirmou que servira no restaurante da CHESF ao coronel Afonso e a Enoque, que ali lancharam juntos por volta das quinze horas da tarde do dia 11 de abril.

A BATALHA DA COMUNICAÇÃO

As acusações que pesavam contra o coronel Afonso eram bem mais graves do que aquelas feitas contra Milena. Embora não houvesse nenhuma prova material, nenhuma testemunha que objetivamente o incriminasse. Timóteo era defunto, falavam por ele dois policiais que teriam ouvido suas revelações numa sala da SSP, um dia antes de ser assassinado. No cenário das torturas e da morte, Timóteo, arquejando, revelara o nome do coronel Afonso, essa revelação fora ouvida à distância por Umberto Mandarino e Seixas Dória. Os dois, na Justiça, reformulariam os depoimentos iniciais e diriam que Timóteo foi torturado para falar. Todavia, o enredo do crime exposto pela polícia tinha alguma consistência, e, diante da pressão da opinião pública, que fora durante tanto tempo influenciada pela mídia governista e até por um jornal de oposição, a Gazeta Socialista, dificilmente o coronel deixaria de ser pronunciado pelo Tribunal de Justiça. Se levado a júri, fatalmente seria condenado.

Falando aos microfones da Rádio Liberdade, disse o condutor do inquérito policial, Heribaldo Vieira, quando se referia as duas pessoas que com ele estiveram ouvindo um dos depoimentos: “Eu devo até ter o cuidado de preservar os seus nomes, porque eles poderão ser chamados para integrar o corpo de jurados e eu não quero dar elementos para que a defesa venha a impugná-los”. Santa imparcialidade... Oito entre dez aracajuanos não hesitavam em apontar Afonso e Milena como autores intelectuais do assassinato de Carlos Firpo. Isso nos primeiros

dois meses após o crime. A campanha eleitoral estava em pleno andamento, e no seu desenrolar, o crime da rua de Campos tornou-se tema das discussões. A oposição criticava a incompetência truculenta da polícia. Em setembro, entrou no ar a Rádio Jornal, que se tornou a voz da oposição, e através dela começaram a ser expostas as condições em que ocorrera a morte de Timóteo e o envolvimento do ex-secretário de Justiça Heribaldo Vieira, responsável pelo inquérito, que agora disputava uma cadeira no Senado Federal. Heribaldo era extremamente empenhado em defender as ações da polícia, ao mesmo tempo, justificando sua participação direta nas investigações e nos descaminhos registrados. Disputavam o governo, pela situação o deputado federal e advogado Luiz Garcia; pela oposição o candidato era o engenheiro José Rollemberg Leite, que já fora governador de Sergipe, eleito na primeira eleição após a queda do ditador Getúlio Vargas em 1945. Esses, eram os dois principais candidatos. José Leite, sempre comedido, evitava os temas polêmicos, concentrava-se nas questões ligadas ao desenvolvimento e na necessidade de pôr fim às violências políticas. Não se referiu ao crime da rua de Campos em nenhum momento, mas lançou dúvidas sobre a polícia. Luiz Garcia, estilo professoral, tinha o cuidado de defender sempre o governador Leandro Maciel das acusações de ser responsável pelo luto em que viviam dezenas de famílias sergipanas. Evitou qualquer referência ao crime, não usou o nome do médico assassinado como forma de atrair votos, e parecia mesmo interessado em desvincular-se de qualquer envolvimento naquela caldeirão de ânimos acirrados que se formou na sociedade sergipana após a revelação dos nomes dos mandantes. Na opinião pública, o coronel Afonso

era visto como homem poderoso, que jamais viria a ser punido, e Milena tratada como mulher rica, fútil, esnobe e desnaturada, que, junto ao amante, ajudara a assassinar o marido.

Luiz Garcia foi eleito governador, Heribaldo Vieira elegeu-se, derrotando o senador Júlio Leite, político e empresário com trajetória na vida pública impecável e inovadoras realizações no campo social. Os candidatos do governo foram derrotados em Aracaju, onde uma nascente classe média começava a demonstrar indignação contra o clima de violência política. Prevendo a derrota em Aracaju, o governo tratou de retardar a votação, e logo no começo da noite interrompeu o fornecimento de energia e deixou a cidade às escuras.

Assumindo o governo, Luiz Garcia teria papel importante no desmonte da engrenagem de odiosidades. Prevendo a possibilidade de ir a júri, o coronel Afonso, além de contratar um naipe de bons advogados, tratou de articular-se para contrabalançar a animosidade contra ele existente na opinião pública. Começou pedindo os microfones da Rádio Liberdade, para que fosse divulgado o seu depoimento, o que não conseguiu; depois, conseguiu formar um bloco influente de políticos e pessoas de destaque na sociedade que passaram a mostrar as incongruências do inquérito. Mas era preciso explicar convincentemente o que fora fazer em Paulo Afonso nas repetidas viagens. Enoque Pessoa de Carvalho, que teria sido o intermediário entre Afonso e o pistoleiro Timóteo, teve a prisão decretada, mas nunca se apresentou à polícia e conseguiu escapar de uma perseguição que lhe fez o delegado Nolasco Carvalho, de quem, aliás, poderia vir a ser parente distante. Seu advogado, que

acompanhou o processo em Aracaju, diria que Enoque não se apresentara porque temia ter o mesmo destino de Timóteo. Decisiva foi a presença combativa em Aracaju da esposa do coronel Afonso, a professora carioca, Edna Bento Faria Lima. Filha e neta de juristas, ela era, sobretudo, uma mulher corajosa. Assumiu integralmente a defesa do marido, mostrou-se solidária a Milena indo visitá-la frequentes vezes na penitenciária, e acusou pesadamente a polícia sergipana e os políticos que estavam no poder, com mais ímpeto contra Heribaldo Vieira e o governador Leandro Maciel. Suas entrevistas na Rádio Jornal passaram a competir em audiência com os noticiários de Silva Lima e o programa Calendário de Santos Mendonça, duas poderosas trincheiras do Dr. Heribaldo. Por sua vez, a influente e rica família Mandarinó também não deixou de movimentar-se. O irmão de Milena, Umberto, depois do primeiro e desastroso depoimento que fizera, garantindo que a polícia não tocara em um só fio dos cabelos de Timóteo, refez na Justiça o que dissera antes, dessa vez descrevendo a “cena dantesca do espancamento”, conforme a denominação encontrada pelo deputado Seixas Dória para o trucidamento de Timóteo. O pai de Milena, o empresário Nicola Mandarinó, publicou nos jornais uma extensa matéria sob o título: “Em Defesa da minha filha Milena Mandarinó Firpo”. No Sergipe-Jornal, o jornalista e promotor público Paulo Costa continuava combatendo os rumos do inquérito policial, a pressa com que o Ministério Público denunciou os acusados e a maneira também pressurosa como o juiz Serapião de Aguiar Torres aceitara a denúncia e decretara as prisões. No Diário de Sergipe, os deputados estaduais, advogados e jornalistas Cabral Machado e Pedro Barreto continuavam alertando a opinião pública para o facciosis-

mo da polícia e as manobras do governo no sentido de levar rapidamente os acusados ao banco dos réus, num júri popular. A Cruzada, jornal da Diocese, assumiu um discreto papel de neutralidade, mas não deixava de traduzir o sentimento de piedade e quase paternal proteção da Igreja, à católica fervorosa que demonstrava ser Milena Mandarin. O Bispo Dom José Vicente Távora fez sermões nos quais advertia sobre a impropriedade dos julgamentos antecipados. Senhoras católicas iam com frequência visitar Milena na penitenciária, onde era feita uma corrente de orações. A Gazeta Socialista, depois Gazeta de Sergipe, mas, nos dois casos, de Orlando Dantas, aceitou rapidamente a versão policial, embora sendo jornal de oposição ao governo ude-nista, todavia, abriu sempre espaços para as justificativas dos acusados.

Muito importante no desenrolar do processo foi um depoimento prestado pelo Major Donato, oficial do Exército, membro do Conselho de Segurança Nacional, que veio a Sergipe por determinação do general Nelson de Mello fazer investigações paralelas sobre o crime, e sobre o estado de ânimo da população em face dos acusados, particularmente o coronel-aviador Afonso Ferreira Lima.

POLÍCIA E OPINIÃO PÚBLICA SE ENCONTRAM

O inquérito, como vimos, foi trasladado da Secretaria de Segurança Pública para as emissoras de rádio e jornais governistas que se juntaram na virulenta campanha de acusações e desmoralização diuturna dos acusados. Com a opinião pública predisposta a aceitar a versão da polícia, em virtude da lógica aparente que sustentava as acusações, não havia espaço para uma análise racional dos fatos. Só com o passar do tempo e a realização das eleições em outubro de 58 os espíritos começaram a ser desarmados. Criara-se, também, um sentimento de indignação, porque Milena já estava presa, era ouvida pela Justiça e o coronel Afonso não fora preso e não comparecia às audiências que eram marcadas. Fazia-se suspense sobre a chegada a Aracaju do coronel Afonso, que era anunciada e logo depois informava-se que o coronel daquela vez também não viera. Mas, como vimos, no dia nove de julho de 58 o coronel Afonso chegou preso e foi depor. As acusações pareciam irrefutáveis, principalmente no que se referia aos encontros em Paulo Afonso com o contratante dos pistoleiros, Enoque Pessoa de Carvalho. No depoimento, Afonso Ferreira Lima, além das pesadas acusações que fez à polícia e a elementos poderosos da política sergipana, que todavia não identificou, houve uma extensa parte dedicada a desfazer os encontros em Aracaju com o matador Euclides Timóteo, nisso, ele foi minucioso, e arrolou testemunhas. Mas o episódio que parecia mais grave teriam sido exatamente as viagens a Paulo Afonso.

Como Paulo Afonso e toda aquela região do sertão baiano sempre foram conhecidas como valhacouto da pistola-gem e palco preferencial das ações de um dos ramos do

Sindicato do Crime, essa identificação do coronel Afonso com Enoque, um homem apontado como “perigoso”, configurava uma relação suspeita que reforçava, sobremaneira, as acusações produzidas no inquérito policial. Para o coronel seria fundamental uma explicação convincente, já tendo em vista a quase certeza de que na Justiça sergipana qualquer pedido de habeas corpus que formulasse lhe seria negado, como de fato aconteceu, e que também seria inevitável a pronúncia e a ida ao Júri Popular.

O coronel confirmou sua ida a Paulo Afonso no dia onze de abril, sem desmentir nada do que em seu depoimento dissera o engenheiro Augusto Pereira de Azevedo, que realizara investigações bem mais eficientes do que a polícia e revelara minúcias que foram levadas em conta e outras desprezadas, como a descoberta de manchas de sangue na camisa que Timóteo usava no dia do crime, pista que jamais chegou a ser considerada pela polícia, sem arredar um centímetro da plena convicção de que o matador fora mesmo José Pereira dos Santos, o Pereirinha. Ele teria se iniciado no ofício de matador justamente com a “peixeirada” terrível no ventre do médico adormecido. Sequer teve tempo para fazer “negócios” e aproximar-se da fama macabra que há muito tempo cercava o seu comparsa Euclides Timóteo. O coronel Afonso, sem deixar de ironizar as investigações do engenheiro, que ele disse não saber ao certo se era funcionário da CHESF ou da polícia, assim descreveu o seu roteiro em Paulo Afonso: Chegara ao campo de pouso da cidade pilotando um avião da FAB, como fazia sempre que isso era possível, pois em Santo Antônio da Glória, naquela época sede do município, vivia sua mãe viúva e alguns irmãos. Foi num jipe da CHESF visitá-la e por volta das quinze horas retornou, encontrando ao passar pelo acampamento da CHESF Enoque Pessoa de Carvalho. No jipe com ele vinham

o ex-prefeito de Glória, José Ferreira, e o coletor da fazenda baiana, Valdemar. Enoque subiu ao jipe e foram então fazer um lanche no restaurante da CHESF. Em seguida, os três o acompanharam até o aeroporto, lá ele demorou muito porque, logo ao chegar, o pessoal da CHESF veio lhe comunicar que acabava de acontecer um acidente em Maceió com um avião da FAB, igual ao que ele estava pilotando. Entraram em contato com Maceió e ele então teve a notícia de que no acidente perdera um colega e um amigo, o major Retumba, que com ele praticava para-quedismo na base do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. O coronel disse que em consequência desse acontecimento, para ele doloroso, permaneceu mais tempo no salão da estação de passageiros, cercado por várias pessoas, e decolou para Aracaju quando já passava das dezesseis horas. Com isso, ele procurou desfazer a acusação de que estivera conversando sigilosa e isoladamente com Enoque dentro do avião, e naquele momento fizera o primeiro pagamento em dinheiro de dez mil cruzeiros para serem entregues ao matador Euclides Timóteo como primeira parcela do acertado no pacto sinistro. Ao contrário daquilo dito pelo garçom do restaurante e pelo mecânico do campo de aviação, trazidos a Aracaju para depor, o coronel não estava apenas com Enoque e o soldado Marcelino, da polícia baiana. Havia mais o ex-prefeito, o coletor e todas as pessoas que se juntaram para comentar sobre o acidente. O avião caiu bem próximo aos transformadores da CHESF em Maceió e explodiu. Por isso, o pessoal da companhia, entre eles alguns engenheiros, estava interessado em saber detalhes e o coronel Afonso, evidentemente por ser aviador, se viu cercado pelos curiosos lhe fazendo perguntas. O cenário, como se vê, não seria dos melhores para os acertos sobre o crime, naquela tarde, concretizados entre o coronel Afonso e Enoque.

OS OUSADOS VOOS DO AVIADOR AFONSINHO

Foi um grande susto, o povo se abaixava ou corria, cavalos em pânico derrubavam as cangalhas, bodes, pastando ao redor, saíram aos pulos, fazendo aquela algazarra caprina, e se enfiaram na caatinga em volta da acanhada cidadezinha do sertão baiano, à beira do São Francisco. O avião veio roncando, saiu de dentro de umas nuvens baixas parecendo trazer finalmente a chuva, foi descendo e passou raspando as barracas armadas na praça principal naquele dia de feira. Depois, fez a volta pelo lado do céu bem claro, saiu reluzente em direção a Paulo Afonso, e de novo sumiu nas nuvens.

Refeitas do susto, as pessoas se reuniam em grupos e comentavam aquela chegada tão barulhenta do major Afonsinho. Há quase seis meses ele não aparecia, e suas vindas à cidade causavam sempre muito movimento e alegria. Era um filho de Santo Antônio da Glória que se tornara aviador, pessoa importante lá na capital federal. Quando o presidente Dutra veio inaugurar a usina da CHESF foi Afonsinho o piloto do avião. O prefeito José Ferreira já estava saindo num jipe para ir buscar o major no campo de aviação em Paulo Afonso. Logo, a casa de Dona Maria Ferreira, mãe do aviador, estaria repleta de amigos. Queriam ouvir as novidades do Rio de Janeiro e o major tinha sempre muita coisa para contar, respostas para pedidos que lhe faziam, problemas para resolver, gente para internar nos hospitais de Aracaju, onde tinha muitos amigos, entre eles Carlos Firpo, e, vindo do Rio, por lá passava antes e trazia sempre pessoas no avião.

Da última vez, o major informou sobre as obras da linha de ferro ligando Aracaju a Paulo Afonso que seriam recomeçadas, e até poderia ser asfaltada a estrada para Salvador. O progresso estava chegando ao sertão e o militar que vivia onde estavam o presidente, os ministros, os senadores, os deputados, era o mensageiro das boas novidades. Já se falava até que Santo Antônio da Glória ia ter água encanada. Luz elétrica já tinha.

Na cidade, todos se lembravam da noite em que houve aquele clarão parecendo fogo, iluminando o céu escuro. Daquela vez o susto foi bem maior do que o voo rasante, afinal, sempre eram assim as chegadas do major, desde os tempos de tenente, mas naquela manhã a poeira levantou.

Depois do café, já era noite escura, um menino saiu gritando pelas ruas: “O sol está nascendo, chegou a hora do fim do mundo”. Muita gente, quando olhou o céu, para o lugar onde o menino apontava, pensou mesmo que a hora derradeira havia chegado. Rebrilhava um enorme clarão subindo até as nuvens, no lugar exato onde o sol nascia todas as manhãs. Mulheres começaram a rezar: “Valei-me glorioso Santo Antônio, livrai-me de todo o mal, afastai da gente a desgraça da noite virando dia”.

Depois, a claridade na noite foi sendo explicada: era a Usina de Paulo Afonso fazendo testes e as luzes acendiam pela primeira vez. Logo, o presidente Dutra viria inaugurar a usina, da qual o major falava com tanto entusiasmo, dizendo que ali estava a redenção do nordeste. Santo Antônio da Glória, a pequena cidade, era sede de um enorme município, de onde Paulo Afonso depois foi desmembrado, e não mais existe. Uma imensa barragem recobre suas

casas. A velha Glória foi transferida para outro local, bem mais próximo a Paulo Afonso, e hoje é quase um bairro da maior cidade do nordeste baiano.

Um ex-prefeito da urbe submersa, agora morando em Nova Glória, Lindemar Liberalino da Silva, aos oitenta e um anos, e aparentando setenta, na aconchegante sala de visitas da sua casa, onde o piso reluz e os móveis rebrilham, demonstrando o cuidado como é tratada a moradia, desfilava reminiscências. A escutá-lo estão o autor e os historiadores e escritores sertanejos Alcino Alves Costa, de Poço Redondo/SE, e João de Souza Lima, de Paulo Afonso/BA.

Liberalino foi prefeito de Santo Antônio da Glória, pela UDN, entre 1963 e 1967. Conheceu muito bem o coronel Afonso e a sua família, era uma das pessoas mais extasiadas com os voos rasantes do oficial, e o admiravam como um filho de Glória que não esquecia a sua terra, nem os seus parentes e amigos. Para Liberalino, Afonsinho era um homem corajoso e decidido tendo em elevada conta o conceito de honra pessoal, e, por isso mesmo, seria incapaz de praticar um crime como aquele do qual foi acusado. Ele lembra do mês de maio de 58, quando chegaram a Glória as primeiras notícias do assassinato em Aracaju do médico Carlos Firpo, da prisão dos matadores em Paulo Afonso e que o coronel Afonsinho teria sido o mandante, e toda a cidade ficou indignada. Liberalino assegura que se chegassem notícias sobre o coronel tendo, por uma questão de honra, matado ele mesmo uma pessoa, toda a cidade acreditaria, inclusive eu mesmo, diz Liberalino. A forma covarde e hedionda como foi cometido o assassinato de Carlos Firpo, de quem Afonsinho era amigo, fez todos terem a certeza de estarem sendo imputadas fal-

sas acusações ao coronel, até porque ele não costumava se envolver com bandidos ou pistoleiros, e seus amigos eram todos homens conceituados.

Liberalino narrou um episódio muito comentado na cidade, revelando o caráter de Afonsinho. Em Santo Antônio da Glória havia um “coronel”, daqueles antigos, já defasado naquela época. Chamava-se Petronilo Alcântara dos Reis. Era homem violento e vingativo, que mantinha a sua autoridade aterrorizando os adversários e cometendo truculências. Liberalino lembra, quando menino ele mesmo quase se tornou vítima do “coronel”. Caçava passarinhos perto da casa de Petronilo com uma baleadeira e uma pedra atirada foi cair sobre a casa do homem. Ele, apesar de baixinho e barrigudo era muito temido, saiu virando fera, com um rifle na mão procurando quem jogara a pedra. Liberalino rapidamente escondeu a baleadeira e com ares inocentes disse que apenas ia passando por ali e vira alguns meninos caçando passarinho saírem correndo, escondendo-se nuns matos próximos, onde ainda deveriam estar. Petronilo apontou seu rifle na direção indicada e disparou vários tiros. As cápsulas das balas espalharam-se pelo chão e Liberalino timidamente perguntou se poderia apanhá-las. O atirador temerário permitiu, e ele as recolheu. Contou oito tiros saídos do “papo-amarelo” do “coronel” e nunca mais passou por perto da casa daquele homem que “cuspiu fogo”.

Esse “coronel” Petronilo certa vez mandou prender um parente do coronel Afonso, na época, ainda criança, e o espancou, quase o deixando morto. Tempos depois, o menino tomou consciência do ocorrido com um familiar e esperou a ocasião para encontrar-se com o “coronel”.

Tornou-se cadete da Aeronáutica, passava férias em Sergipe, estava em Itabaianinha, onde seu meio-irmão Afonso Ferreira dos Santos era promotor. Já regressando, no final das férias, tomou um trem para Salvador. Dirigindo-se ao seu vagão, passou por um onde estava sentado o coronel Petronilo, junto com alguns capangas. Afonsinho deixou passar algum tempo de viagem, aproximou-se, de frente para Petronilo, disse que era parente e amigo do homem que fora espancado e perguntou se ele era o mandante. O homenzinho levantou-se ameaçador, com a mão no cabo do revólver na cinta, e respondeu desafiante: “Se você está se doendo por causa daquele cabra safado tá merecendo também levar uma surra”. O jovem cadete desferiu-lhe violento soco que o levou ao chão. Os capangas ensaiaram reagir mas Afonso já empunhava uma pistola e eles se aquietaram. Então, retornou ao seu carro e o resto da viagem transcorreu sem incidentes, a não ser os gritos de Petronilo, prometendo matar o futuro piloto, enquanto fazia curativos no nariz e na boca que sangravam. Já oficial, Afonsinho continuou indo normalmente a Santo Antônio da Glória e o intratável Petronilo morreu, sem consumir a vingança feroz prometida contra o jovem cadete.

Liberalino garante que ao chegarem em Glória as informações de que Enoque Pessoa de Carvalho fora o intermediário contratante dos pistoleiros para o coronel Afonso, aí é que as pessoas desacreditaram completamente na versão da polícia sergipana, apontando Enoque como um homem “perigoso”. Segundo o ex-prefeito Lindemar Liberalino da Silva, Enoque poderia ser considerado um homem corajoso, da mesma estirpe do coronel Afonsinho, porém, jamais uma espécie de bandido perigoso, capaz de aliciar pistoleiros para crimes de encomenda.

Enoque é muito lembrado por várias pessoas no município de Glória, de onde foi candidato a prefeito, no final da década de sessenta. Depois, foi delegado da cidade e combateu exatamente a máfia da pistolagem infestando o município. Numa diligência para prender um foragido da polícia, no local denominado Saco, após cercar a casa onde o marginal estava escondido, chegou até a porta e mandou que ele se entregasse. O fugitivo saiu com uma espingarda calibre 12 e desferiu-lhe um tiro à queima-roupa que o matou na hora. Era um dia de São Pedro, 28 de julho, e os festejos em homenagem ao Santo foram interrompidos quando na cidade chegou a notícia da morte do delegado.

Enoque, como vimos, quando teve sua prisão decretada pela Justiça sergipana não se apresentou e contratou um advogado, que declarou não haver garantias de que seu cliente não seria morto, da mesma forma como Timóteo. Para fugir da polícia sergipana que o andou caçando pelo sertão baiano, Enoque procurou proteção nas terras do coronel João Maria de Carvalho, em Serra Negra. O irmão de João Maria, o general Liberato Carvalho, comandou uma volante na metade da década de trinta para perseguir Lampião e outros cangaceiros, Enoque esteve sob seu comando e dele tornou-se muito amigo. Após essas correrias no rastro de cangaceiros pelas caatingas nordestinas, Enoque deu baixa da polícia militar baiana. Logo em seguida casou com uma sobrinha do coronel Afonso, que era filha do líder político udenista da região, José Teixeira.

A mãe do coronel Afonso, após o assassinato do Dr. Carlos Firpo e a prisão do filho, saiu de Glória, foi viver

em Salvador com uma filha. O coronel Afonso não retornou mais à sua terra. Cassado pelo golpe militar de 64, Liberalino soube que ele esteve algumas vezes em Paulo Afonso. Era então representante de uma empresa comercial e vendia equipamentos para as empreiteiras trabalhando nas obras da CHESF. Foi a forma encontrada para sobreviver, depois da mesquinha dos “revolucionários” de 64, que lhe cassaram também a patente de aviador.

Em Santo Antônio da Glória quando passa voando baixo um avião, as pessoas mais idosas lembram ainda dos ousados voos do coronel Afonsinho.

A ÚLTIMA HORA, O MÉDICO E A SUA MÚSICA

No começo do mês de agosto de 1958, já andava acirrada a campanha eleitoral. Heribaldo Vieira, que presidira o inquérito sobre o crime da rua de Campos, deixou a Secretaria de Justiça no final do mês de junho, em meio a sérios desentendimentos com o governador Leandro Maciel. Leandro foi acusado de trair um correligionário e amigo leal que estivera ao seu lado durante toda a vida num artigo virulento escrito pelo jornalista Orlando Dantas, diretor-proprietário do jornal Gazeta de Sergipe. O jornal fazia oposição ao governo, mas Orlando Dantas era primo e amigo de Heribaldo, os dois oriundos do mesmo ramo de antigas famílias patriarcais há séculos fixadas nos massapês da cana de açúcar no vale do Japaratuba. Orlando, que era também líder socialista em Sergipe, foi o único que escapou da decadência econômica, tendo modernizado a sua Usina Vassoura depois de propor, sem êxito, a criação de duas centrais açucareiras modernas, formadas por todos os proprietários de engenhos já “apagando o fogo”.

A ruptura com Heribaldo tomava a forma antecipada do que viria a acontecer quatro anos depois, quando uma dissidência na UDN liderada por Seixas Dória contou com Heribaldo e Albino Silva da Fonseca, o que significava o apoio da Rádio Liberdade, e então, dois inimigos inconciliáveis, o empresário Albino Silva, dono da emissora, e o jornalista e usineiro Orlando, dono da Gazeta, que encarnava o lado progressista, se encontraram na mesma trincheira da grande frente da oposição liderada por Sei-

xas Dória, e derrotaram, em 1962, o mais influente chefe político de Sergipe, Leandro Maciel.

Já pressentindo os prejuízos que o racha partidário poderia causar na sua sucessão, naquele ano de 1958, Leandro Maciel recuou, apaziguou Heribaldo e o seu grupo, fazendo-o candidato a Senador da República, preterindo o seu candidato que seria o médico humanista Benjamin Carvalho, mas, mantendo a candidatura ao governo do advogado Luiz Garcia. O poder que Heribaldo exercia na polícia foi consideravelmente reduzido desde quando ele fora afastado da Secretaria de Segurança. O inquérito sobre o crime da rua de Campos já estava concluído e remetido à Justiça. Àquela altura, Heribaldo Vieira respondia a um Inquérito Policial Militar por utilização indevida de armas do Exército, quando fora Secretário de Segurança. O IPM era atribuído às perseguições do grupo de militares e políticos ligados ao Ministro da Guerra do presidente Juscelino, general Teixeira Lott.

A Última Hora, do jornalista Samuel Wainer, era o mais influente porta-voz desse bloco nacionalista. O jornal mandou a Sergipe um dos seus principais repórteres, Pinheiro Junior. Ele, enfrentando um pesado clima de ameaças, fez em uma semana um meticuloso trabalho investigativo, e assinou uma série de reportagens-denúncias que alcançaram repercussão nacional e causaram, em Aracaju, um começo de virada no sentimento dominante na opinião pública, que era de execração aos indigitados assassinos. Daí em diante começou a ganhar terreno a hipótese de crime político.

No dia 1 de agosto de 1958 foi publicada a reportagem inicial que abria a série, com a seguinte chamada em pri-

meira página: “Carta do jagunço preso chama deputado mandante de patrão.

Nordeste sob o signo do terror de Lampião, senhores feudais ainda dominam pelo terror e crime milhões de brasileiros. Sombrio testemunho da violência em Aracaju. Um novo episódio de horror, o trucidamento do candidato a prefeito José Campos por um ‘cabra’ do deputado estadual Filadelfo Dória. Matou a vista de todo mundo e não foi sequer preso para salvar as aparências. O promotor público Paulo Costa disse ao repórter: ‘Há muitas poucas famílias em Aracaju que direta ou indiretamente não tenham sido atingidas nesses últimos tempos por uma tragédia política’. Da penitenciária de Aracaju um jagunço preso dirige-se ao deputado Filadelfo Dória chamando-o de patrão. A maioria dos executores de crimes políticos entretanto acha-se em liberdade, como é o caso do homem que assassinou José de Campos a mando do mesmo Filadelfo Dória”.

No dia 4 de agosto, a Última Hora publicava a chamada em primeira página da reportagem que deu motivo à apreensão do jornal em Aracaju, sob o título: “Colapso Heribaldeano: Sim, leitores, é esse o famoso Colapso Heribaldeano que já selou em Sergipe dezenas de mortes semelhantes. Com a divulgação desses documentos, pela primeira vez, são postos a descoberto os crimes da famigerada polícia sergipana”.

Quando o Tribunal de Justiça de Sergipe, em seis de agosto de 1959, pronunciou os acusados Afonso Ferreira Lima, Milena Mandarinó e José Pereira dos Santos mandando-os, assim, para o julgamento final do júri popular, não havia mais na opinião pública aquele clima de exa-

cerbação e ódio produzido pelos veículos de comunicação manipulados pelo próprio esquema que comandou o inquérito policial. Era governador de Sergipe Luiz Garcia, e a ele não interessava aquela radicalização, pois, em nenhum momento, envolveu-se com os episódios registrados após o crime. As contradições que existiam dentro do bloco governista desaconselhavam o alinhamento do governador àquela corrente que insistia em satanizar os acusados, e torná-los permanentemente alvos da execração pública. Milena já estava na penitenciária há mais de um ano, e lá, sem nunca ter retirado o luto fechado, montou uma espécie de atelier, onde passava o tempo executando alguns trabalhos artesanais ou artísticos; o tenente-coronel Afonso Ferreira Lima já tivera sua ascensão na Aeronáutica interrompida, estava preso numa base aérea e deixara de receber a esperada promoção a Coronel-Aviador. Para a opinião pública, o poder de uma família rica, a influência de um prestigiado oficial não foram suficientes para livrá-los da humilhação da cadeia, e isso parecia arrefecer um pouco o furacão de justiceira vingança, ou até transformá-lo numa aragem tímida de dúvida e piedade. Já se estabelecera o contraditório sem o temor de ameaças, não só nas conversas informais, onde o crime ainda era objeto de comentários, como também nos programas radiofônicos e nos jornais onde era satirizada a morte de Timóteo, e a estrada onde ocorrera o seu trucidamento passou a ser conhecida como “Estrada Timoteana”, simbolizando o local onde a polícia cometia os seus crimes.

Um irmão de Luiz Garcia, o médico, intelectual, militante socialista e também líder católico, Antônio Garcia Filho, tornou-se Secretário da Educação Cultura e Saúde (as

pastas eram unificadas). Como médico ele fora chamado a atender Milena Mandarino Firpo em alguns momentos, inclusive quando ela já estava presa. Era amigo do casal Firpo, mas não se incluía entre os seus íntimos. A visão humanística de Antônio Garcia o fizera encontrar, ainda na década de cinquenta, numa antecipadora descoberta, os pontos possíveis de convergência que existiam naquele momento histórico entre o cristianismo e o marxismo, daí, tornando-se um socialista pleno de espiritualidade, o que só viria a registrar-se na igreja católica com a Teologia da Libertação, nos anos setenta. Espírito assim, tão acima das questiúnculas e odiosidades provincianas, Antônio Garcia foi inspirador de uma abertura para reduzir a intolerância que dividia a sociedade sergipana em grupos visceralmente antagônicos.

A tragédia da rua de Campos o comovia, e ele, nos contatos como médico, e talvez também orientador espiritual, no transe que viveu Milena, poderia ter ficado convencido da inocência da viúva. Então, sem dedicar-lhe especificamente a canção, mas, deixando tão explícito o significado, compôs letra e música do bolero, a que deu o nome *Injustiçada*. Esse bolero gravado por Alcides Gerardi, cantor muito famoso naquela época, começou a ser tocado nas emissoras de rádio de Aracaju, e também cantado por Antônio Teles, que, com sua voz plena de sonoridade o interpretava circulando em carros de alto-falantes nas noites de domingo, quando havia retreta na praça Fausto Cardoso.

Cidadão dos mais conceituados em Sergipe, secretário de Estado, irmão do governador Luiz Garcia, o médico Antônio Garcia Filho, com aquela melodia, unia o seu prestígio

e a sua influência a uma tarefa para ele adequada ao espírito cristão, que seria a de remover incompreensões, injustiças ou anátemas, onde quer que existisse um ser humano que deles fosse vítima. Conhecendo, embora à distância, os métodos que certos grupos políticos de Sergipe costumavam utilizar, Antônio Garcia reforçou suas convicções e produziu a música provocando forte impacto na opinião pública, despertando a reflexão sensata e aliviando o radicalismo.

A letra da música:

“Não, não te lamentos não..
que a dura verdade virá depor.
Deus, não esquece o coração,
Que sempre foi fiel,
No amor.

Tu, tão meiga e delicada..
De prendas e virtudes
E tão injustiçada,
Não, não te lamentos tanto agora,
Que sobre a noite da calúnia,
Ressurgirá a aurora.
Não, não te lamentos tanto, agora,
Que sobre a noite da calúnia,
Ressurgirá a aurora.”

(A letra de *Injustiçada* foi gentilmente cedida ao autor pelo casal de médicos Cristina-Lúcio Prado Dias, ela, filha de Antônio Garcia)

O STF MANDA SOLTAR AFONSO E MILENA

No dia seis de agosto de 1959, confrontaram-se na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Sergipe duas opiniões consistentemente defendidas e frontalmente divergentes. Uma delas, expressa no relatório do desembargador Luiz Magalhães, outra, no voto do desembargador Hunald Santaflôr Cardoso. O desembargador Magalhães, favorável à pronúncia dos acusados, foi particularmente duro ao abordar o envolvimento de Milena e do coronel Afonso no crime que lhes era imputado. O relatório do desembargador afasta qualquer possibilidade do crime de natureza política, por motivo patrimonial ou também por vingança. Ele aceita inteiramente a versão passional, fixando-se nos “amores ilícitos” entre o coronel Afonso e Milena como o único e exclusivo motivo do assassinato, tramado exclusivamente entre os amantes e por eles levado a efeito. O desembargador Magalhães, em seu relatório, minimiza a ausência da principal testemunha, Eulclides Timóteo, considerando que a sua morte natural, ou mesmo tendo sido eliminado pela polícia, não invalidava o inquérito, pois outros depoimentos deixavam evidente a culpabilidade de Afonso e Milena. Ele excluiu Nicola Mandarino da denúncia, e sobre o alegado encontro que ele tivera com os criminosos na pensão da rua de Itabaianinha onde estavam hospedados, diz:

“Ademais, o encontro de Nicola com o Sr. Manoel (nome fictício que deu Timóteo ao hospedar-se na pensão) só por si

não constitui indício suficiente para vinculá-lo ao crime, tanto mais quanto tem-se a prova dos autos de que o motivo determinante do delito foram os amores ilícitos do coronel Afonso com a acusada Milena Mandarinó Firpo, filha de Nicola. Do fato de ele se encontrar dentro da casa da vítima na noite do crime, desacompanhado de outro indício qualquer, não se pode concluir que ele tenha facilitado a entrada do criminoso. Além disso, o móvel do crime repele a participação do indiciado Nicola Mandarinó. De fato, a cumplicidade deste acusado no chamado crime da rua de Campos importaria na sua concordância com os amores pecaminosos da sua filha com o coronel Afonso Ferreira Lima, 'o que seria a obliteração completa da dignidade, o cancelamento total da vergonha, o rebaixamento integral e irremediável do caráter'. O desembargador Luiz Magalhães fez uma síntese dos elementos de convicção para ele existentes nos autos, entre os quais, a respeito do coronel Afonso destacamos: 'Amores ilícitos com a esposa da vítima, despertando nela um verdadeiro sentimento de horror ao marido a ponto de pensar em desquite e de cogitar de um meio de viver em companhia do amante. Repetidas viagens realizadas pelo coronel a Paulo Afonso, onde residiam e foram aliciados os autores materiais do crime. Entendimentos em Paulo Afonso entre o coronel e Enoque Pessoa

de Carvalho que, como afirmou o corréu José Pereira dos Santos, serviu de intermediário entre o coronel e Euclides Timóteo. Encontro na rua da Frente três dias antes do crime do sicário Euclides Timóteo com o coronel Afonso, sendo este último identificado pelo corréu José Pereira dos Santos. Declaração de Umberto Napoleone Mandarino, irmão de Milena Mandarino, ouvida por Walfrido Rezende, de que se tratava de um crime passional em que estivera envolvido o coronel Afonso. Revelação feita pela testemunha Walter Rezende, de que num encontro que teve com o coronel Afonso, três dias antes do crime, notou que o mesmo estava bastante nervoso, preocupado, como que sobressaltado. Coincidência da preocupação e do sobressalto em que foi visto o coronel Afonso, com a chegada a Aracaju, no dia 25 de abril, dos executores materiais do crime'. Voz pública, designando o coronel Afonso como sendo um dos autores intelectuais do crime em apreço. E, nesse passo, acrescentou o desembargador Luiz Magalhães: 'é preciso não confundir maledicência com a voz pública afirmando a responsabilidade dos denunciados'".

Em relação à culpabilidade de Milena, disse o desembargador Luiz Magalhães: "Contra a acusada Milena Mandarino Firpo podem ser arrolados os seguintes indícios e circunstâncias reveladoras de sua responsabilidade no

crime ora em julgamento: Declaração feita por esta acusada de que tinha horror ao marido; e horror é sentimento de ódio, de aversão, de execração capaz de levar uma pessoa que odeia à eliminação da pessoa odiada. Ser esta acusada, pelo horror que tinha ao marido, a única pessoa capaz de ter facilitado a entrada do criminoso na sua própria casa, deixando, para isso, a porta calçada com um jarro. Ter ainda esta acusada presenteado o chauffer José Airton com a roupa pertencente ao Dr. Carlos Firpo poucos dias depois da sua morte, numa demonstração a mais do desprezo que votava ao marido”.

O desembargador, após enumerar os indícios que pesavam contra os acusados afirmou: “É verdade que os indícios acima relacionados, considerados isoladamente, cada um de per si, não fazem prova plena contra os denunciados. Examinados porém, no seu conjunto, eles se encadeiam, se ajustam, se coordenam, se explicam e se completam, formando um todo lógico irrespondível, culminando com a certeza de que constituem elementos suficientes para a decretação da pronúncia”.

Votaram pela pronúncia o relator e o desembargador João Bosco de Andrade Lima. Foi voto vencido o desembargador Hunald Santaflôr Cardoso, que opinando contra a pronúncia dos acusados disse: “Somente diante do clima de repúdio e de revolta da opinião pública em geral se explica que as pessoas indigitadas de coautoria intelectual tenham sido envolvidas no crime sem o menor e mais leve resquício de culpabilidade, urdindo-se lendas e mistificações, que, como castelos de cartas, não resistem ao mais leve sopro da verdade, quando se lhe examina a contradita que lhe opõem expressivos e

esclarecedores elementos contidos nos autos, sua absoluta improcedência e a sua inelutável inconsistência. Se assim ocorre, não se poderá condescender com o clamor da indignação geral ante a enormidade do monstruoso crime, aceitando as demasias, as incongruências e os atentados às formas protetoras das garantias individuais que, em delírio, foram solertemente praticados em todo o decorrer do processo. Na conturbada atmosfera que empolgou a todos os espíritos, não foi difícil chegar às conclusões precipitadas e falsas. No caso sub judice o juiz a quo não fez um indispensável confronto, e daí sua sentença de pronúncia quanto aos presumidos autores intelectuais ter caráter manifestamente unilateral. Não se fundamenta na prova contraditória produzida em juízo, mas em simples presunções”.

No dia 14 de setembro de 1960, o Supremo Tribunal Federal julgou o pedido de habeas corpus assinado pelo advogado do coronel Afonso, João Mendes da Costa Filho. Foi relator o Ministro Nelson Hungria, que, em seu relatório favorável à concessão do pedido, entre outras razões alinhadas, disse: “Dispõe o artigo 408 do Código do Processo Penal que, ‘se o Juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, pronuncia-lo-á, dando os motivos do seu convencimento’. Ora, indícios jamais foi o chamamento de corréus por acusadores que, levados a lugar ermo, na calada da noite, são cruel ou mortalmente espancados (como foi reconhecido pelo próprio acórdão confirmatório da pronúncia) para que digam o que a polícia quer que eles digam; nem indícios jamais foram declarações prestadas por uma mulher em confusão mental após um desmaio provocado pela aspereza inquisitorial de um secretário de Estado

transformado em Torquemada, e presidente do inquérito policial; nem depoimentos prestados nos desvãos de delegacia policial e não reproduzidos em Juízo; nem declarações de beaguins policiais apontados como assassinos de um dos réus pseudo-confidentes”.

Por maioria de um voto o habeas corpus foi concedido ao tenente-coronel Afonso Ferreira Lima pelo Supremo. O advogado de Milena Mandarin, Evandro Lins e Silva, no mesmo instante encaminhou petição ao Ministro Nelson Hungria, requerendo a extensão da medida à sua cliente e foi atendido. No mesmo dia, chegavam os telegramas com a decisão às autoridades coatoras. No Rio de Janeiro foi posto em liberdade o coronel Afonso, e em Aracaju, Milena Mandarin Firpo. Ela estava presa na penitenciária há dois anos e quatro meses. O coronel, preso em bases da Aeronáutica há dois anos e dois meses. A ordem de soltura foi comunicada à Milena no início da noite. Ela saiu da prisão mas não voltou à sua casa na rua de Campos. À convite das educadoras Bernadete e Mariah Galvão passou a noite no Colégio do Salvador, onde estudavam Juju e Gracinha. No dia seguinte viajou com as filhas e nunca mais retornou a Aracaju.

DE RÉU EM UM CRIME A PRESO POLÍTICO

Naquela manhã de primeiro de abril de 1964, o coronel Afonso Ferreira Lima estava no seu apartamento na rua Paulo de Frontin, bairro do Rio Comprido, Rio de Janeiro. Acompanhava pelo rádio os acontecimentos. Comunicara-se ao telefone com colegas, principalmente o brigadeiro Moreira Lima, e como nunca acreditara na solidez do tão propalado “Dispositivo Militar” do presidente Jango, sentia que a parada estava perdida, porque as forças armadas uniram-se contra a quebra do princípio da hierarquia militar, e não haveria como reverter um sentimento que era muito cultuado nas casernas. Nem se dera ao trabalho de vestir a farda, e estava de pijama, sabendo que contra ele se armava uma nova tormenta, apenas quatro anos depois de ver-se livre do terrível pesadelo da acusação de ser o assassino de um amigo. Nacionalista, até acusado por alguns mais radicais de ser comunista, o coronel Afonso Ferreira Lima enxergava nuvens pesadas à frente, como se fossem aquelas formações espessas e escuras de uma ameaçadora cumulonimbus, que os pilotos com respeito e receio chamam CB, e pedem que delas estejam livres na sua rota. O golpe militar estava quase consumado e a queda do Governo seria uma questão de horas. Recentemente promovido de tenente-coronel a coronel-aviador, Afonso sentia que o sonho de chegar a brigadeiro ali acabava.

Aquela chegada a Santo Antônio da Glória no sertão baiano para comemorar com os amigos e parentes, que começaram chamando-o de tenente, depois capitão, major, tenente coronel, coronel, e finalmente iriam chamá-lo brigadeiro, não seria realizada. Como brigadeiro ele não daria um rasan-

te sobre a sua cidadezinha, certamente, se acontecesse, não seria mais como os anteriores, despreocupado, com a alma leve, sempre a festejar sucessos que se repetiam ao longo da vida. Se viesse a fazer aquele tão ambicionado voo de brigadeiro, não teria mais as mesmas sensações de liberdade, o prazer imenso em comandar uma máquina onde se sentia senhor do seu destino. O destino lhe escapou, e por uma tragédia e uma trama hedionda colocara sempre ao seu lado o fantasma do amigo Carlos Firpo.

Embora livre, inocentado pelo Supremo Tribunal Federal, a pecha de assassino dele não se afastaria completamente, e seria alimentada sempre pelos inimigos. Olhou pela janela e embaixo enxergou, envergando farda de campanha, com uma metralhadora nas mãos, o brigadeiro Burnier. Ali estava um daqueles inimigos que nunca imaginou que viesse a ter, eram até compadres, porque sempre acreditou que as questões ideológicas, os embates políticos, as divergências eventuais não fossem motivo para formar uma barreira de ódio entre os homens. Logo bateram à sua porta e ele a abriu. Eram sargentos que vinham colocar-se à sua disposição para a resistência ao golpe. Compreendeu a cilada, mandou que eles fossem se apresentar aos superiores e, nesse instante, porta a dentro, sem disfarçar a fúria, entrou o brigadeiro Burnier. Sob as vistas da sua mulher Edna, dos filhos Dílson e Dilma se sucederiam as humilhações.

Passou preso algum tempo no navio Princesa Isabel, para aonde foram levados militares considerados subversivos pelo novo poder que se instalava. Depois, viria a cassação dos seus direitos políticos, e o pior, a coisa mesquinha, a miudeza da perseguição pessoal: uma anulação da sua carta patente de aviador, e com isso, a impossibilidade de trabalho como piloto civil.

UM FANTASMA, O TÚMULO, O ESQUECIMENTO

Em Aracaju, quando Milena e Afonso foram libertados no dia 14 de setembro de 1960, não houve maiores reações. Passados dois anos, realizadas as eleições em outubro de 62, Heribaldo Vieira tendo sido eleito senador, aquela comoção inicial que se transformara em virulenta campanha, movida muito mais contra os acusados do que mesmo em busca da justiça, tudo aquilo pareceu aquietar-se. Os que assinavam e distribuía manifestos exigindo que o sangue de Carlos Firpo não ficasse impune, ou desencantaram-se com os rumos do inquérito, e depois, do processo, ou não encontraram mais motivações pessoais ou políticas para continuar com o mesmo ânimo que os movera antes, com tanta indignação e aparente sede de justiça. Mas surgiu então o boato que ganhou a cidade: Milena, ao deixar Aracaju para viver no Rio. O coronel Afonso abandonara a mulher e estava com ela, a amante, com quem tramara o assassinato de Carlos Firpo. Milena, de fato, foi residir no Rio de Janeiro, lá passou alguns anos e veio depois morar em Salvador.

O coronel reformado do exército, Joseluci Prudente, conta que, quando cadete nas Agulhas Negras, durante suas folgas de final de semana ia ao Rio de Janeiro, e lá ficava hospedado na casa do coronel Afonso. Num desses fins de semana, dona Edna, a esposa do coronel, recebeu um telefonema. Era Milena, convidando-a para ir almoçar em sua casa. Foram então o coronel Afonso, sua esposa Edna, os dois filhos e o jovem cadete Joseluci ao almoço domingueiro, onde estavam também as duas filhas de Milena.

Corria o ano de 1976, a casa da rua de Campos, cenário lúgubre do crime, estava alugada à Polícia Federal. Nela, numa manhã, por volta das dez horas, estavam trabalhando os agentes policiais Kércio Pinto (ex-secretário de Segurança Pública de Sergipe e Delegado Federal), Romeu Miranda Valois (hoje Delegado Federal aposentado), Edvaldo da Costa Barros e o superintendente Paulo do Espírito Santo. Veio uma senhora servir-lhes café, como fazia habitualmente. Ao aproximar-se com a bandeja, de repente algo tomou-lhe o corpo, ela começou a contorcer-se, a bandeja lhe caiu das mãos e com as feições transfiguradas a mulher começou a falar com voz de homem, dizendo coisas ininteligíveis. O transe demorou alguns minutos, todos em volta ficaram espantados e paralisados com a cena. O Superintendente Paulo do Espírito Santo era um kardecista avançado. Aproximou-se da mulher, conversou, como se estivesse se dirigindo ao espírito que dela se apossara, e aos poucos a servente foi retornando ao normal. Ao despertar, assustou-se vendo a bandeja ao chão, dizia sentir dores pelo corpo, mas não tinha consciência do que havia acontecido.

Por aquele tempo, os federais que trabalhavam na casa da rua de Campos não gostavam nada quando eram escalados para os plantões noturnos.

O delegado Romeu Miranda Valois, no interior da Bahia, onde reside, narrou ao telefone para o autor deste livro, os mesmos fatos descritos pelo Delegado Kércio Pinto, e com a mesma riqueza de detalhes.

Muitas coisas estranhas aconteciam no Palacete Lilás. Um sino, desses colocados sobre a mesa de refeições para chamar pessoas, era tocado com insistência ao longo

das noites, e na cozinha pareciam cair panelas ao chão com grande estrépito. Kércio assegura que tanto ele como os outros federais várias vezes viram aparecer no alto da escadaria da casa o vulto branco de um homem de grande estatura que descia pelos degraus, cruzava a sala, atravessava a parede em direção a um quarto que existia no fundo do palacete e sumia, para repetir o mesmo trajeto em noites subsequentes. Kércio e todos os outros agentes federais sabiam que na casa acontecera o assassinato do Dr. Carlos Firpo e quando iam para os plantões passaram a levar velas que acendiam e faziam orações.

Os espíritas costumam ter justificativas para essas aparições, relacionando-as a sofrimentos ou traumas terríveis pelos quais passaram as pessoas que, desencarnadas, voltam insistentemente ao local onde padeceram seus tormentos, ou seriam almas ainda não perfeitamente conscientes da transformação pela qual passaram, cruzando os limites entre a vida material e a outra, etérea, atemporal, onde estariam inadaptadas.

Hoje, na casa da rua de Campos, dizem os funcionários da Associação dos Supermercados ali instalada, não mais acontecem coisas fantasmagóricas. Mas, por precaução, quando a casa foi comprada e feita uma reforma, recebeu a benção do padre Arnóbio, um sacerdote que pelos seus méritos tinha, certamente, os requisitos espirituais necessários para encontrar a harmonia entre viventes desejando trabalhar sem sustos, e os desencarnados, ansiosos talvez para transmitir alguma mensagem.

Mais de meio século transcorrido, poucos ainda lembram do que aconteceu na casa da rua de Campos. Carlos Firpo é nome de avenida, e só. No Cemitério Santa

Izabel nem o túmulo onde foi sepultado, naquele cair de tarde de 29 de abril de 1958, permaneceu, para que sobre ele ficasse a inscrição a indicar de quem seriam os restos ali depositados. Perderam-se no tempo as vozes dos que clamavam por justiça, e quase se perderam, também, os ossos do morto ilustre e tão pranteado. O Governo do Estado em homenagem à memória de Carlos Firpo iria erguer-lhe um mausoléu, e isso nunca foi feito.

Anos depois, em dezembro de 1967, quando morreu assassinado o deputado Antônio Torres Junior, o governo do estado responsabilizou-se pelos funerais. Procurou-se uma área do cemitério de propriedade do próprio estado onde pudesse ser feito o sepultamento. Então, os ossos de Carlos Firpo foram retirados, e no local construído o mausoléu que abriga os restos mortais do parlamentar. Antônio Torres foi morto por um jovem de 18 anos, que, equivocadamente, a ele atribuíu a responsabilidade pelo trucidamento do seu pai em Canhoba, ocorrido quatorze anos antes.

Ao lado do túmulo, numa parede, está hoje afixada uma miúda placa onde se lê: “A Carlos Firpo a homenagem dos seus colegas do Lion’s Clube”.

Cinquenta anos transcorridos, nisso se resume a homenagem dos que prometiam mover céus e terras para fazer justiça e manter viva a memória do médico humano tão brutalmente sacrificado.

A Associação Aracajuana de Beneficência, que administra o Cemitério Santa Izabel, com zelo que a outros faltou, cuidou de preservar os ossos. Eles estão guardados num plano inferior, no mesmo túmulo onde se acham os restos do deputado Antônio Torres. Com o tempo, a Car-

los Firpo não asseguraram nem mesmo o direito a uma ainda que humilde lápide em sepultura que fosse sua.

Num livro cuidadosamente guardado pela Associação que funciona no Hospital Santa Izabel, há a inscrição: “Aos 29 dias do mês de abril de 1958, com autorização do escriturário da Associação Sergipana de Beneficência D. Elizabete Bezerra de Melo, foi sepultado no terreno para mausoléu no Cemitério Santa Izabel o cadáver de Carlos Menezes Firpo, com 46 anos de idade, de cor branca, filho de João Firpo e Dona Maria Menezes Firpo, residia nesta cidade e faleceu no Hospital de Cirurgia às 5h00 do dia 29 de abril de 1958, atestado de óbito no Cartório de João Alves Bezerra. Aracaju, 29 de abril de 1958”.

Antes do fecho deste livro a viúva do Dr. Carlos Firpo, Milena Mandarin Firpo, após ler os originais que lhe foram enviados, comunicou, por intermédio de uma amiga comum, que a família há muito tempo providenciara o traslado dos ossos, e que eles hoje estariam depositados no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro.

Na época, 2015, a administração do Cemitério Santa Izabel em Aracaju informou que não tinha documentos para confirmar se houve ou se não houve o traslado.

“O SANGUE NA FACA JÁ SECOU?”

Acontecia o velório na Casa Lilás da rua de Campos, naquele 29 de abril de 1958. O corpo de Carlos Firpo chegara por volta das nove da manhã vindo do Hospital de Cirurgia, onde morrera ao ser operado depois da facada fatal. Os fios do telefone da residência que haviam sido cortados, como parte das sinistras e minuciosas providências para a consumação do crime, foram religados, e o aparelho voltara a funcionar. Já era quase meio-dia, uma multidão aglomerava-se no interior da casa, espalhando-se pelos jardins e pela rua em frente. O telefone tocava quase ininterruptamente. Eram pessoas querendo saber a hora do sepultamento, ou falar com os familiares. Naquele tempo, Aracaju tinha pouco mais de mil linhas telefônicas, e menos de dez municípios comunicavam-se com a capital, esse era o restrito universo de serviços prestados pela empresa particular de telefonia, pertencente ao empresário Deoclides Paes de Azevedo. Numa daquelas chamadas, a pessoa que atendeu ficou transida de indignação ao ouvir a pergunta feita por uma voz masculina, que misturava zombaria com revoltante crueldade: “Como é, o sangue na faca já secou?”

A mesma pergunta, feita pela mesma voz, se repetiria a intervalos regulares, até o momento, por volta das dezesseis horas, da saída do caixão para o sepultamento. Pessoas da família e amigos não conseguiam esconder a tensão todas as vezes que o telefone tocava, sempre imaginando que a voz estranha e rancorosamente odienta iria repetir a desumana indagação. Aqueles telefonemas, comentavam as pessoas

que deles tomaram conhecimento, somente poderiam ser feitos por alguém dominado por um ódio extremado, usufruindo, naquele instante de dor, uma maléfica sensação de vingança consumada. Entre as pessoas indignadas, todavia silenciadas pela dor e sofrimento naquele ambiente de tragédia, estava a professora Mariah Galrão Almeida.

O sentimento de solidariedade à família, principalmente às duas filhas do morto, que eram suas alunas no Colégio do Salvador, fez a professora Mariah deslocar-se logo cedo para a casa da rua de Campos, onde desvelava-se em consolar as meninas e a viúva. Ela foi uma das pessoas que atendeu ao telefone, ouviu a pergunta misturada com a brutalidade do sarcasmo, naquela hora de tanta comoção, e ficou a imaginar, como fervorosa cristã e católica, qual a dimensão de um nutrido ódio, ou de uma desumanidade tão sórdida, incontida e cruel, que poderia levar um ser humano a cometer tamanha hediondez. A sua reação imediata foi aferrar-se ainda mais às orações, a apertar entre os dedos as contas de um rosário que desfilava como liturgia íntima, aliviando os momentos de sofrimento, ou até, naquele instante, também, para buscar no âmago das suas convicções, um átimo qualquer de compaixão, capaz de retemperar a crença no ser humano. Aquela voz, aquela aterrorizante pergunta, permaneceram na memória da educadora e ela, ao longo da vida, ficou a indagar-se se não existiria ali, naquele episódio terrível, uma conexão direta com a bestialidade do crime.

Aquela pergunta “O sangue na faca já secou?”, embora não desconhecida pelas autoridades policiais, não chegou a ser sequer citada no inquérito, não mereceu a mínima

atenção dos que comandaram com tanta atoarda, sensacionalismo e violência as investigações.

O que haveria de desconhecido na vida de Carlos Firpo, quais os atritos, os ódios que ele talvez inconscientemente despertara e alimentara; quais os interesses por ele feridos, quais as ofensas por ele provocadas capazes de gerar um ódio tão visceral, tão profundo, a ponto de manifestar-se daquela forma repugnante, num solerte e sádico júbilo, sobre um cadáver ainda insepulto?

A não ser o episódio de um distante e grave desentendimento com um “doutor”, quando ele exercera por poucos meses o cargo de prefeito de Aracaju, suspeita levantada no depoimento do motorista da família Mandarino, José Airton, nada se conhecia a respeito de inimizades envolvendo o médico. Falou-se, à boca pequena, sobre documentos que Carlos Firpo teria guardados no seu cofre e que sumiram após o crime; falou-se também, do mesmo modo, sobre desentendimentos com o sogro, Nicola Mandarino, causados por problemas patrimoniais, ou ainda, que Carlos Firpo se tornara beneficiário das propriedades de Nicola, quando ele, acusado de espionagem durante a guerra, transferira seus bens para o genro, a fim de livrar-se da expropriação pelo governo. Depois, Carlos estaria negando-se a devolver o patrimônio. Nada confirma essa hipótese sem lastro, não há documentos nos cartórios. Na época da prisão de Nicola, Carlos ainda era noivo de Milena, com quem veio a casar-se dois meses depois daquele agosto de 1942, quando foram torpedeados os navios nas costas de Sergipe e Bahia, e depredado o palacete no centro de Aracaju, onde vivia a família. Por outro lado, atestam

as pessoas amigas, tanto de Carlos como de Nicola, que entre os dois havia estima e entendimento. Cartas escritas por Carlos, dirigidas a Milena, revelam a sua afeição ao sogro. Todos os que conheceram Carlos Firpo asseguram que ele era incapaz de praticar um ato indigno. Na pequenez de Sergipe, todos se conhecem, como costuma repetir o ex-governador Albano Franco. Há cinquenta anos essa pequenez era ainda mais acentuada, uma circunstância, não apenas geográfica ou econômica, mas, sobretudo de cidadania, que permitiu, tolerou e até fortaleceu os descaminhos do inquérito suspeito, também duplamente criminoso, como se demonstrou neste livro, através do laudo do advogado e perito grafotécnico Newton Porto; com a plena concordância, anos depois, de um outro advogado e perito judicial o Dr. Genaldo Amaral, reiterando a fraude clamorosa na assinatura de Milena Mandarinó Firpo, naquela confissão comprometedor dos seus “enlouquecidos amores com o coronel Afonsinho”. Esses amores, se existissem, não seriam jamais revelados de forma consciente pela viúva, menos de dez dias após o assassinato do marido, quando ela já era apontada como suspeita, e várias pessoas da sua casa haviam sido sequestradas e seviciadas pelas mesmas autoridades que conduziam o inquérito.

Mas a “pequenez” da submissa sociedade sergipana permitiu que os “métodos empíricos” se sobrepusessem à lógica e ao bom senso. Por isso, a polícia sergipana recusou a participação nas investigações do Departamento de Polícia Federal oferecida pelo general Amaury Kruel e desconsiderada pelas autoridades policiais sergipanas, que, dez dias após o crime, se jactavam de haver encontrado a “verdade”. Ao mesmo tem-

po, ocupavam as emissoras de rádio e proclamavam o sucesso de forma insistente e sensacionalista. Tudo se assemelhava a uma campanha eleitoral orientada por um desumano marketing.

A falsificação da assinatura de Milena, como agora fica duplamente comprovada, demonstra que a polícia tinha interesse em incriminar pessoas e motivos suficientes para forjar depoimentos.

Da mesma forma como foi falsificada uma assinatura numa confissão inexistente, seria possível, no mesmo diapás de farsas, montar as demais peças do complexo e até minudente inquérito, arquitetado por uma mente conturbada pela ambição e destituída de escrúpulos.

A resposta a esta pergunta seria a chave para que se começasse a deslindar o denso mistério que envolve o crime. Na madrugada do dia seis de maio de 1958, quando o cadáver do bandido Euclides Timóteo de Lima foi retirado da estrada da cerâmica e levado para um secreto sepultamento no Cemitério da Cruz Vermelha, a mesma polícia que o matou mais uma vez revelou-se falsária. Na certidão de óbito deram ao pistoleiro a profissão de “artista”. Esse requinte esquisito revela a presença de uma mente criativamente macabra, fascinada pela lúgubre profissão e nela vislumbrando o “artista” e a sua sinistra obra como uma “poética artesanía da morte”.

No relatório que fez, decretando a pronúncia dos acusados, Milena, Afonso e Pereirinha, o desembargador Luiz Magalhães determinou que fosse apurada a “morte do sicário”. Nada se fez, nunca se investigou por quê o mataram, nunca se tentou saber quem o matou. Pelo contrário, dois daqueles policiais que participaram do

Handwritten signatures and initials at the top right of the first document.

FOTOGRAFIA DO ACUSADO:-



SUA QUALIFICAÇÃO:- EUCLIDES TIMÓTEO DE LIMA, brasileiro, natural de Pesqueira - Estado de Pernambuco, nascido em 18 de Janeiro de 1918, artista, filho de Cicero Timóteo / de Lima e Aguida Cristóstomo da Conceição. -----

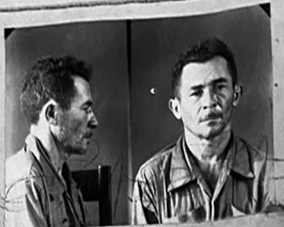
Os crimes de Timóteo não couberam na ficha da polícia Sergipana, que a ele deu a profissão de artista.

Nome JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS Sobrenome Pereira de 1912 Estado civil de 1912
Idade 45 anos, nascido em 12 de Outubro
Casado Nacionalidade Brasileiro natural de Correntes - Per-
nambuco Filiação: pai Manoel Pereira dos Santos Inscrição Rudimentar
mãe Maria Jesus da Conceição
Profissão Operário Residência Paulo Afonso.
Notas Cromáticas | Cór Morena cabelo Cast-esc sobrancelhas Protas
| Barba Raspada bigode Cast-esc olhos Cast-esc.
Identificado em 7 de Maio de 1958 Estatura 1m
Preso em de de 19

Sinais particulares

Fotografia tirada em 7 de Maio de 1958

OBSERVAÇÕES



Assinatura do identificado

Handwritten signature of José Pereira dos Santos.

O Encarregado da Seção,

O matador não tinha ficha policial, esta, foi a primeira.

trucidamento surgiriam depois no inquérito como testemunhas de uma confissão que Timóteo teria feito numa sala da SSP, dois dias antes de ser trucidado. Mesmo já sabendo de tudo, as autoridades policiais o levaram na escuridão da noite para “extrair-lhe a confissão”, como disse, quando prestava outro depoimento durante o sumário de culpa na Justiça, o já senador Heribaldo Vieira. Na ocasião, o advogado de Pereirinha, Jeferson Correia, teve com o ex- condutor do inquérito uma grave alteração ao denunciar que fora impedido de avistar-se com o seu cliente incomunicável, e, nesse período, teria sido induzido a fazer suas confissões, a encenar o crime na reconstituição feita pela polícia, da qual não participou nenhum advogado de defesa. Ainda no relatório do desembargador Luiz Magalhães existe a estranheza do magistrado sobre um depoimento prestado por uma empregada da pensão onde se hospedaram os assassinos. Ela afirmara ter visto Nicola Mandarinio conversando com Timóteo. O desembargador estranhou porque a polícia não fez a identificação de Nicola pela mulher que o teria visto. Isso aliás, foi a regra durante todo o inquérito policial, onde nenhum advogado acompanhou os depoentes, inclusive Milena.

O que se poderia esperar de “fatos verdadeiros” originando-se numa polícia que assassinou, torturou, coagiu, sequestrou testemunhas, mentiu e falsificou a assinatura da principal acusada, no seu principal depoimento? Diante da pequenez em todos os sentidos da Aracaju de cinquenta anos atrás, todas as truculências, todos os erros, todas as fraudes e falsificações se tornaram possíveis. E todas as ambições poderiam ganhar corpo em meio a essa complacência, covardia, ou torpor, de instituições coniventes ou submissas.

Meio século transcorrido, descobrem-se as digitais da polícia no próprio crime que ela investigava. As digitais estão, sem dúvidas, naquela falsificação grosseira da assinatura, num documento essencial e que era forjado. De quem eram essas digitais? Não se saberá nunca, da mesma forma como nunca se saberá quem matou Carlos Firpo, nem se existiram mesmo os alegados amores entre Milena e Afonso, o que, por si só, não os fariam criminosos, apenas amantes; nem ao menos sequiosos de se verem e se tocarem, porque tinham, para isso, como vimos, todas as oportunidades que quisessem. Assim, lhes faltaria aquela ânsia incontida dos apaixonados para removerem obstáculos, ainda que lambuzados de sangue.

Tudo foi sepultado quando, segundo declaração do próprio secretário de Segurança, “furtivamente” a polícia cavou um buraco e lá jogou o cadáver da única pessoa que sabia de tudo: Euclides Timóteo de Lima, pistoleiro amigo e também atencioso serviçal de importantes políticos sergipanos.

Restou, condenado pelo júri popular apenas José Pereira dos Santos, o Pereirinha. Numa sofrida carta que mandou para a sua mulher, Aurélia, em Paulo Afonso, onde lamenta a sorte dos seus dez filhos, Pereirinha afirmou que foi levado a confessar o crime pela própria polícia, mas o verdadeiro assassino tinha sido Euclides Timóteo.

E agora sobre toda a condução do inquérito policial existe a insuperável suspeita da falsidade e da perfídia. Se uma assinatura na confissão de Milena foi criminosamente forjada, porque não teriam sido também forjados os depoimentos, as provas recolhidas, e tudo não teria passado de uma fraude monstruosa que abalou reputações, destruiu vidas e fez vitoriosa a infâmia?

A tragédia, a ignomínia de um crime monstruoso serviria de pretexto para uma diabólica encenação?

E surge então a última pergunta que também jamais será respondida: Por que?

ÉPILOGO SEM CONCLUSÃO

O autor dessas linhas que aqui terminam solicitou ao filho do coronel Afonso Ferreira Lima, o escritor e doutor em Teologia, Dílson Bento de Faria Ferreira Lima, um depoimento sobre o seu pai, e ele nos mandou o e-mail que transcrevemos como fecho deste livro:

“Apesar da demora — e o amigo há de compreender a relutância em abrir velhas cicatrizes — nunca pensei em não atendê-lo. E muitos seriam os motivos. Sua apresentação pelo estimadíssimo José Prudente, já por si só o situa entre as pessoas merecedoras de minha atenção e delicadeza. Se tal não bastasse, a memória do seu ilustre pai, Dr. Paulo Costa, gravada na primeira página do Habeas Corpus e noutras, bem como no voto acolhedor do Ministro Nelson Hungria, haveria de me fazer atender este seu pedido e outros que me estivessem ao alcance. Grande parte das minhas memórias de criança estarão sempre ligadas a Aracaju. Muitas, ótimas, me situam moleque, mergulhando com Joseluci nas infectas águas proibidas, diante da principal avenida. Outras, me fazem macaquear pelas mangueiras generosas e me fartar das deliciosas frutas. Recordo os banhos de mar em Atalaia e os caranguejos tesoura, inúteis, orgulhosamente pescados no mangue. O carinho de toda a família Prudente que sempre me recebeu com festa. Relembro também o casarão de Carlos Firpo e de Milena, onde brincava com inteira liberdade de traquinagens infantis.

De repente essa Aracaju de alegria e jogos foi invadida por tenebroso tsunami que revirou a boa imagem da cidade, e decalcou em minha vida uma kafquiana recordação. Ainda

está presente na memória o momento em que soou o telefone de nossa casa no Rio Comprido e deu-se enorme reboleio. Era a notícia trágica: mataram Carlos Firpo. Todos ficamos em choque, pois Carlos e Milena eram queridos amigos desde sempre. Pensei nas meninas órfãs e coloquei em meu coração a imensa dor que é perder um pai ainda na infância. Não lembro muito mais, só que, semanas mais tarde, fui informado de que o meu pai Afonso estava sendo acusado de mandar matar nosso querido amigo Carlos. Tal hipótese me parecia e era: loucura e mistério do Mal. Nossa vida sofreu várias mudanças e transtornos. Minha mãe tornou-se uma advogada zelosa do marido e da amiga, pois a teoria do crime passionai seria risível, se não fosse trágica. Ela, que sempre nutriu até o final da vida uma paixão pelo marido, no que era correspondida, em defesa da liberdade do amado sofreu situações de faroeste, como dizia. A impronúncia, como o amigo fala, foi concedida pelo Supremo Tribunal Federal no dia 14 de setembro de 1960. E hoje, revendo papéis, me surpreende a data, que na Igreja Católica se comemora a Exaltação da Santa Cruz. E que outra coisa não havia sido para todas as vítimas da terrível urdidura senão um calvário?

Papai superou os fatos retomando o bom combate pelos seus ideais. Não diria que a calúnia o traumatizou mas, certamente, este evento de insídia o marcou e abalou sua saúde, e ele partiu com apenas 58 anos de idade, em 18 de março de 1979. Mamãe viveu sua viuvez saudosa do grande amor até os 66 anos, e faleceu no dia 14 de janeiro de 1990. Talvez lhe diga mais por telefone ou aqui, pessoalmente, mas por ora essas são as lembranças que lhe envio”.

Afetuosamente, Dílson Bento de Faria Lima.

tiragem	<i>1.000 exemplares</i>
fonte	<i>Cambay 9, 11, 12pt</i> <i>Helvetica 67-CondensedMedium 14pt</i>
tamanho	<i>15x21cm</i>
papel	<i>offset 75gm² (miolo)</i> <i>cartão supremo 350g/m² (capa)</i>